

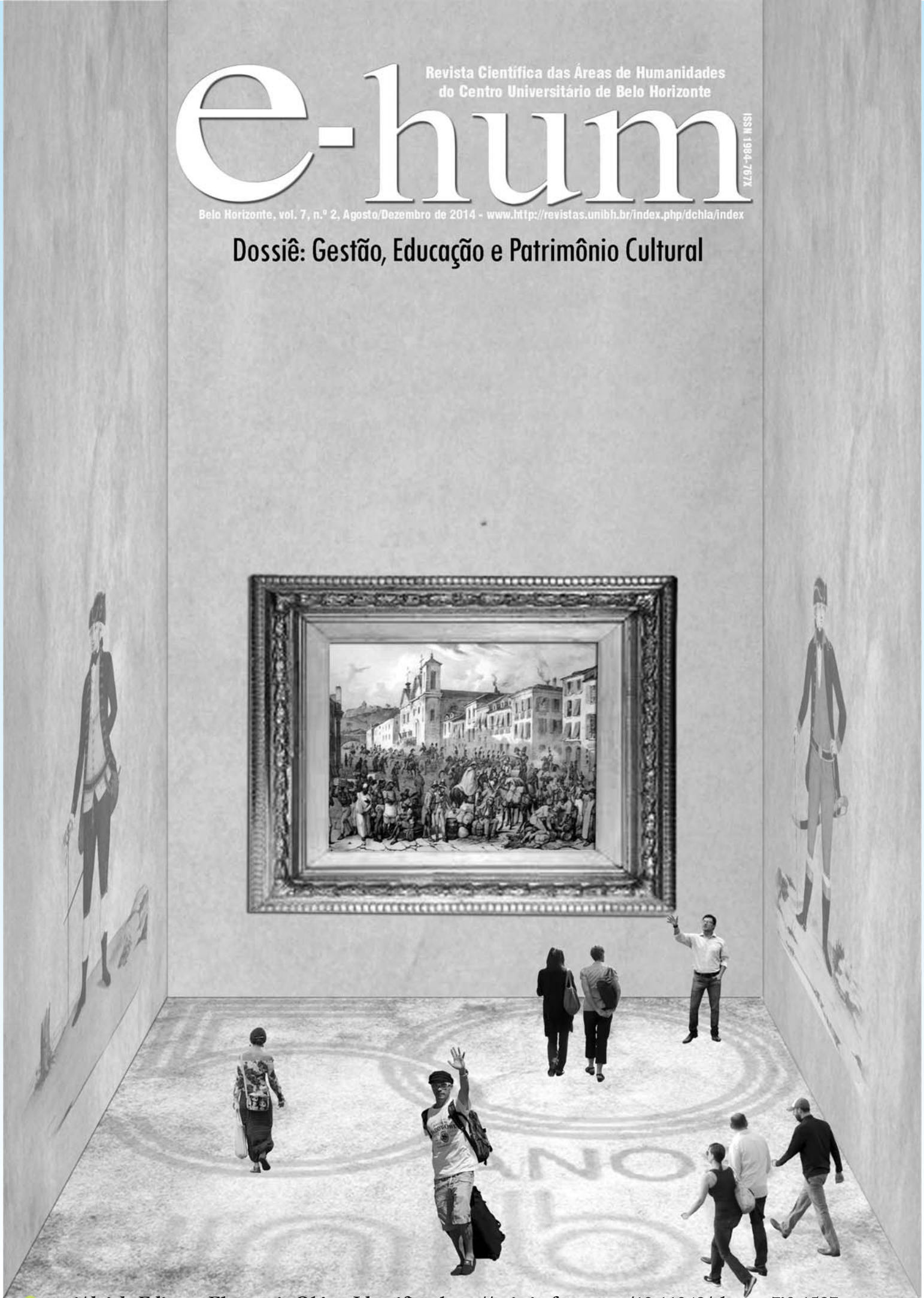
e-hum

Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ISSN 1984-767X

Belo Horizonte, vol. 7, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2014 - [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)

Dossiê: Gestão, Educação e Patrimônio Cultural





Editor Chefe

Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto

Conselho Editorial

Gilmara de Cássia Machado

Helivane de Azevedo Evangelista

Rodrigo Barbosa Lopes

Conselho Consultivo

Alexandra do Nascimento Passos, Centro Universitário UNA,

Alexandre Bonafim Felizardo, Universidade Estadual de Goiás - UEG

Aline Magalhães Pinto, Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ

Daniel Barbo, Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Eliane Garcindo de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Jonis Freire, Universidade Federal Fluminense - UFF

Jorge Luiz Prata de Sousa, Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO

Júlio César Meira, Universidade Estadual de Goiás - UEG

Lana Mara de Castro Siman, Universidade Estadual de Minas Gerais- UEMG e Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG/FAE

Lucília Regina de Souza Machado, Centro Universitário UNA

Margareth Vétis Zaganelli, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira, Universidade Federal de Alagoas - UFA

Maria de Deus Manso, Universidade de Évora, Portugal

Rafael Sumozas Garcia-Pardo, Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha

Renato Silva Dias, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Vanicléia Silva Santos, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

Wânia Maria de Araújo, Universidade do Estado

de Minas Gerais -UEMG

Wellington de Oliveira, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Centro Universitário de Belo Horizonte

Reitor: Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto

Vice-reitora: Vânia Café

IED- Instituto de Educação

Diretora: Helivane de Azevedo Evangelista

Departamento de História

Coordenador: Rodrigo Barbosa Lopes

Pós-Graduação

Coordenadora: Bárbara Madureira Wanderley

Diagramação

Rangel Cerceau Netto

Contato:

ehum

Revista da Pós-Graduação UNIBH

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril

e-mail: ehum.revista@gmail.com /

ehum@unibh.br

home page:

<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>





Sumário

EXPEDIENTE E AGRADECOIMENTO AOS PARECERISTAS	02
EDITORIAL	05
<i>MEMENTO MORI</i> : PRÁTICAS FUNERÁRIAS E ARTE SACRA NA CULTURA BARROCA	08
ROMANCE, REALIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE PODER: AS ARTIMANHAS DO NARRADOR EM CORDA BAMBA, DE LÍGIA BOJUNGA NUNES	19
ADOLESCÊNCIA E HOSPITALIZAÇÃO: INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA DIALÉTICA SAÚDE E DOENÇA	29
ENTRE A AGUARDENTE DO REINO E A AGUARDENTEDA TERRA: CONCEPÇÕES MÉDICAS E USOS COTIDIANOS NAS MINAS SETECENTISTAS	37
Dossiê: “Gestão, Educação e Patrimônio Cultural”	
ENTREVISTA COM O PROFESSOR FILIPETHEMUDO BARATA	47
A PAISAGEM CULTURAL DO NORTE DO ESTADO DO MATO GROSSO: CONSTRUINDO A MEMÓRIA DO RIO TELES PIRES	53
INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS RELIGIOSOS UTILIZADOS PELA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE (1962-2010)	78
PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DE MEMÓRIA: PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A DIVERSIDADE: PATRIMÔNIO E PRÁTICAS DE MEMÓRIA NUMA PERSPECTIVA INTERDICÍPLINAR"	91
NARRATIVAS MUSEAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A HISTÓRIA PÚBLICA, ACADÊMICA e ENSINADA	107
O MUSEU DOS QUILOMBOS E FAVELAS URBANOS NO MOVIMENTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MUSEUS	116
A ESCRITA DA MEMÓRIA- A CONTRIBUIÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL PARA A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA CASA DA GLÓRIA (DIAMANTINA-MG)	121
VINTE ANOS DA LEI ROBIN HOOD: UM BALANÇO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MINAS GERAIS	132



Agradecimento aos pareceristas:

eu agradeço aos pareceristas que colocaram seus conhecimentos a serviço da avaliação dos artigos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. A participação voluntária de autores, conselho consultivo e avaliadores foi essencial para a reavaliação de nossos procedimentos de editoração. Agradecemos a todos os colaboradores que foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

Aline Pinheiro Brettas (EBC)
Andreia Menezes de Bernardi (PUC-MINAS)
Bruno Flávio Lontra Fagundes (UNESPAR)
Cassio Miranda dos Santos (UEMG)
Carla Berenice Starling de Almeida (IBRAM)
Diego Omar Silveira (UEA)
Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior (UNASUR)
Gilmara de Cássia Machado (UNA)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
Jezulino Lúcio Braga (UEMG)
Luis Gustavo Molinari Mundim (IEPHA)
Marcelo Fidelis Kockel (UNESP)
Magno Moraes Mello (UFMG)
Maria Aparecida Teodoro (UNIBH)
Marianela Costa Figueiredo Rodrigues da Silva (UNIBH)
Pablo Luiz de Oliveira Lima (UFMG)
Rafael Sumozas García-Pardo (UCLM-ES)
Raul Lanari (UFMG)
Rodrigo Barbosa Lopes (UFU)
Ronaldo Campos (UNIBH)
Solange Faria Prado (UFES)
Soráia Freitas Dutra (UFMG)
Tatiana Papa Pimenta Quites (UNLaM)
Valdeci da Silva Cunha (UFMG)
Vanda Lúcia Praxedes (UEMG)
Vanicléia Silva Santos (UFMG)



Editorial

É com satisfação e orgulho que apresentamos, no ano de comemoração do cinquentenário do Centro Universitário de Belo Horizonte-UNIBH, a décima terceira edição do periódico E-Hum, referente ao segundo semestre de 2014. Abrimos esse editorial comemorando as importantes indexações conquistadas entre os meses finais de 2014 e os meses iniciais de 2015.

No plano nacional, a revista E-Hum, que já pertencia aos Sumários de Revistas Brasileiras, passou a figurar no Portal CAPES de Periódicos e no Portal para periódicos de livre acesso na Internet – LivRe. No plano internacional, a revista passou a fazer parte do importante sistema de informação de revistas de investigação científicas dos países da América Latina – Latindex, pertencente à Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

Também, nesse mesmo período, a E-Hum foi indexada ao Directory of Open Access Journals - DOAJ, um dos mais conceituados diretório do mundo que fornece índices e acessos de alta qualidade para periódicos e jornais. Foi essa última indexação que permitiu a nossa revista, editada em português, figurar internacionalmente nos catálogos de periódicos online de livre acesso das principais bibliotecas do universo acadêmico.

Hoje, nos orgulhamos de estar nos catálogos eletrônicos de Universidades como Princeton, Chicago, Colorado, Georgia, Texas, Ottawa, OIWA, Guelph, Windsor, Wahlstrom, Nottingham, Knowledge Scotland, Westminster, Western Theological, Brock, Ryerson, Laurier, Lille 1, Paris-Est, Bordeaux Montaigne, Laurentienne, Saint Joseph's, Strasbourg, Glasgow, Lakehead, Amsterdam, Louvain, Copenhagen, Vanderbilt, Swansza, Foreign, Saskatchewan, Wroctawiu, Ilmenauer, Knihovna, Oviedo, Lugano, Trento, Taipei, Wu-Wien, Hong Kong entre outras. Buscamos também melhorar a política de Copyright da revista estabelecendo compromisso de acesso livre com o Diadorim nacional e o Sherpa/Romeo internacional.

Atribuímos nossa internacionalização ao trabalho coletivo e compartilhamos o sucesso dos resultados obtidos com os membros de nossos conselhos executivo e científico e também com autores, avaliadores e leitores.

Não poderíamos deixar de citar o importante papel institucional do Unibh no apoio e manutenção do periódico, assim como nas ferramentas técnicas que permitem a utilização da plataforma de código aberto Open Journal Systems - OJS e que no Brasil foi desenvolvido e mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência, e Tecnologia – IBICT com a nomenclatura de Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER.

Nesse número, continuamos valorizando a tradição multidisciplinar da revista na área de humanas. Na seção de artigos livres apresentamos quatro contribuições com temáticas bem diversificadas. No primeiro artigo, a lembrança da morte e as cerimônias fúnebres marcam a visão da cultura barroca de uma sociedade dividida entre fé e razão. Procura-se salientar a pedagogia mundializada da morte na cultura religiosa ocidental entre os séculos XVI e XIX. A segunda contribuição toma como foco a tradição literária da escritora gaúcha Lygia Bojunga Nunes. Realidade e ficção entrecruzam-se dando guarida às relações de poder e à ironia no discurso romanceado pelo narrador de Corda Bamba. Hospitalização e adolescência constituem o assunto da terceira contribuição. A intervenção psicopedagógica faz a mediação entre pacientes na



puberdade e o ambiente hospitalar. A constatação de que técnicas da psicopedagogia minimizam a relação entre saúde e doença ganha importância para a vida social. Finalizando os artigos livres, a cachaça tem importância curativa nos empregos medicinais em Minas Gerais colonial. Observa-se como a dimensão da cultura atribui sentidos diferentes às práticas cotidianas dos moradores em relação à aguardente de vinho e de cana. Por meio de documentação cartorial, demonstra-se como se refletiu as concepções em relação ao emprego de bebidas alcoólicas e seus usos medicinais.

Seguindo o ano de comemorações, festejamos a consolidação e o lançamento do segundo Dossiê organizado pelo Editor e cujo assunto refere-se à Gestão, Educação e Patrimônio Cultural. A escolha dessa temática deu-se por dois motivos básicos: a importância que o tema vem conquistando nas discussões contemporâneas sobre globalização, cidadania e identidades e pela perspectiva pluridisciplinar que a temática fomenta nos diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento como história, antropologia, sociologia, filosofia, direito, arquitetura, arqueologia, turismo, comunicação social, economia, ecologia, administração dentre outras.

Nas últimas décadas, a área de patrimônio sofreu mudanças conceituais profundas. A começar pela própria ampliação da ideia de Patrimônio Cultural ligada a uma noção contemporânea de que os valores atribuídos tomam sentidos pela interpretação humana e que são tributários de dimensões culturais, fruto dos lugares sociais em que são produzidos e recebidos. Pode-se dizer que aquilo que se entende como patrimônio sofre um processo de metamorfose e muda de acordo com os valores sociais de cada período histórico. Como exemplo, pode-se citar que a industrialização, a urbanização e a globalização são conceitos atribuídos a certas práticas que foram entendidas como danosas aos bens culturais de determinados países, nações e/ou valores de identidades locais. Porém, vale lembrar que com o avanço de um processo planetário de circulação cultural de produtos e pessoas, os próprios lugares sociais tornaram-se transnacionais e fazem com que as comunidades preservem seus valores culturais fora de suas fronteiras locais e nacionais. Como diria Nestor Garcia Canclini (1994, p.91), o que antes era entendido como prejudiciais à preservação dos bens culturais de uma nação ou país, agora podem ser aceitos como condições que propiciam a sua preservação. As novas discussões acerca do Patrimônio Histórico e Cultural levam a uma nova percepção do profissional que deve trabalhar com a sua valorização, preservação e gestão. O profissional da área deve estar atento à formação de um novo cidadão que busca conhecer as suas identidades e que está cada dia mais conectado ao mundo globalizado, mas também às necessidades do patrimônio Histórico e da memória local. Em acordo ou não com o pensamento de Canclini, as contribuições recebidas nesse dossiê acolhem estudos de pesquisadores experientes e jovens com referenciais teóricos diversos. Abrindo o dossiê, fomos a Portugal para entrevistar o professor Filipe Themudo Barata, haurindo a sua experiência no campo do patrimônio cultural, cujo pensamento privilegia a educação em museus e a não distinção entre patrimônio Material e Imaterial. Seguindo as contribuições, a paisagem cultural do Rio Teles Pires torna-se o ponto de convergência das interações estabelecidas entre interesses econômicos, sustentabilidade e populações ribeirinhas na preservação do rio. No segundo artigo do Dossiê, os instrumentos de preservação dos bens culturais religiosos tornam-se a base de análise para as ações que a Igreja Católica empreendeu em Belo Horizonte com intuito de garantir a conservação do seu patrimônio cultural entre 1962 e 2010. Focando no ensino e na produção de materiais didáticos para o patrimônio cultural, a terceira contribuição elabora métodos e oficinas ofertados para educação à distância



nas escolas do sistema da Universidade Aberta do Brasil. A Educação no Museu passa a ser o foco do quarto artigo. O ensino pedagógico de práticas educativas relacionado à exposição e ordenação dos objetos no Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte-MG proporciona aos alunos a produção de uma narrativa sobre a história. A tônica do quinto artigo é o processo de democratização dos museus brasileiros que apresenta a proposta museológica do Museu das Favelas e Quilombos Urbanos do Aglomerado Santa Lúcia região centro-sul de Belo Horizonte, Minas Gerais. O penúltimo artigo, ao analisar a escrita da memória, vislumbra a contribuição do imaginário social para a preservação da Casa da Glória em Diamantina-MG. O último artigo discute o impacto da chamada lei Robin Hood ou do ICMS cultural (lei nº 12.040, de 1995) sobre a preservação do patrimônio cultural mineiro no que tange às práticas de gestão no órgão fiscalizador da preservação dos bens culturais tanto do Estado quanto dos municípios.

Os textos em questão elaboram um panorama interdisciplinar entre gestão, educação e patrimônio cultural promovendo um diálogo profícuo entre práticas de preservação locais e globais. Esperamos que esta contribuição seja útil aos caros leitores. Viva a interdisciplinaridade e boa leitura!



<http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Rangel Cerceau Netto

Editor da Revista e-hum

Organizador do Dossiê: Gestão, Educação e Patrimônio Cultural



MEMENTO MORI:¹ PRÁTICAS FUNERÁRIAS E ARTE SACRA NA CULTURA BARROCA²



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i1.1544>

Cláudio Monteiro Duarte

Doutorando em História Social da Cultura na UFMG



<https://orcid.org/0000-0003-0579-0737>

claudiomonteiroduarte@gmail.com

Recebido em: 09/02/2015 – Aceito em 31/03/2015

Resumo: Este artigo aborda algumas atitudes diante da morte na cultura ocidental entre os séculos XVI e XIX, período marcado pela dúvida e pela inquietação, e ao mesmo tempo pelo impulso lúdico e pela teatralização da vida. Procurou-se salientar como a concepção dominante da morte pode ser percebida de formas semelhantes em cerimônias fúnebres, autos-de-fé e realizações artístico-religiosas, mostrando como as técnicas de preparação para a morte eram importantes numa sociedade dividida entre a fé e a razão, entre a religião e a ciência nascente.

Palavras-chave: cultura funerária, arte barroca, representações da morte

Abstract: This article discusses the attitudes about death in the Western culture, between the 16th and 19th centuries, a period characterized by the so called baroque culture, whose main features were the doubt and the anxiety, and, at the same time, a ludic impulse and a theatrical vision of life. It emphasizes how the dominant conceptions about death may be found in the funerary habits, the public executions and punishments and the sacred artistic achievements alike, which demonstrates how the techniques of preparation to death were important in that society, divided between faith and reason, between religion and the beginnings of science.

Keywords: funerary culture, baroque art, representations of death

Introdução

*Melhor ir a uma casa onde há luto
do que ir a uma casa onde há festa
eis que esse é o fim de toda gente
e o vivente que o tenha presente no coração.*³

Eclesiastes, 7:2

Este artigo discorre sobre alguns elementos marcantes da assim chamada cultura barroca, no caso, as cerimônias fúnebres e as atitudes gerais sobre a morte, vinculando-as às realizações artísticas. Fundamentalmente, chamamos de cultura barroca o conjunto de hábitos, representações mentais, manifestações artísticas e fé religiosa no Ocidente do século XVI ao XIX, grosseiramente. Nas regiões interioranas da Europa, ainda podemos identificar resquícios dessa cultura. No interior da América Latina, vastas regiões são ainda nichos vivos desse secular modo de vida. Com o advento da industrialização e sua conseqüente modernidade, grande parte dessa cultura foi destruída. Podemos dizer, no entanto, que importantes elementos seus ainda subsistem em estratos profundos da cultura ocidental, principalmente nos países latinos. Seria muito complexo tratar da cultura barroca em sua totalidade num texto como este, mesmo que a título introdutório. Por isso, trataremos aqui tão somente dos aspectos do mundo barroco ligados à morte e à vivência e representação da mesma pelas coletividades, além de refletirmos sobre as conexões desse *habitus* com as realizações artísticas do período, mesmo que elas não se enquadrem plenamente na categoria de arte barroca.⁴

¹Expressão latina consagrada pela tradição, e que significa Lembra-te de que morrerás.

²Este artigo originou-se de dois trabalhos apresentados à profa. Adalgisa Arantes Campos para a disciplina Mito, imaginário e simbólico na História, que cursei em 1994.

³Traduzido diretamente do hebraico pelo poeta Haroldo de Campos.

⁴Deve ficar claro que a expressão cultura barroca não corresponde necessariamente à arte barroca, pois ao longo desse período, que pode ser, grosso modo, identificado com o Antigo Regime, diversos estilos artísticos surgiram e decaíram, mas todos eles expressam uma visão de mundo tradicional, muito distante dos valores que surgiram com o advento da Revolução Industrial.

Será útil situar preliminarmente esse *modus vivendi* no contexto histórico do período. Saindo da Idade Média, a Europa sofre o choque da Reforma Protestante, cindindo a Cristandade em duas e levando a Igreja Católica a articular o movimento da Contra-Reforma, no qual se destaca o Concílio de Trento, reafirmando os dogmas da Igreja de Roma e dando novo alento às suas empresas. É fundada a Companhia de Jesus, verdadeira legião de guerreiros de Cristo, mensageiros abnegados que lutavam para espalhar a fé cristã no Novo Mundo, predispostos, se necessário, ao martírio. Os jesuítas exerceram papel muito importante na cultura e na arte barrocas; apesar de não se poder afirmar que foram os responsáveis por seu surgimento, existindo muita discussão a respeito.

Ao mesmo tempo, a ciência natural dá os primeiros passos: um universo aparentemente infinito se revela aos olhos assombrados do homem; bem como uma nova ordem do mundo: a Terra já não é mais o centro do universo. Contexto histórico propício ao dilaceramento, ao assombro, à sensação de impotência diante do infinito, à fé extremada. Nesse terreno fértil, cresce essa cultura “barroca”, cuja marca principal é a sensação de teatralidade do mundo, de que a vida é vã e fugidia. Impressão favorecida pelas ainda precárias condições materiais de subsistência da época, principalmente entre as populações subordinadas, o que fazia com que fosse diário e comum o contato com a morte, tanto natural (no sentido moderno) quanto violenta – convivência que tornava necessário a criação de esquemas simbólicos de representação coletiva que afastassem o medo e a inserissem na ordem humana.

A concepção de morte do homem barroco torna-se compreensível à luz do contexto exposto acima. Se a morte é presença constante e o homem é poeira solta no oceano cósmico, à mercê dos poderes políticos e celestiais; se a vida é breve e vã e, no entanto, é essencial garantir a salvação, nada mais sábio do que viver fazendo uma contínua preparação para a morte; e nessa preparação se inserem todos os ritos, mitos, imagens e representações que serão discutidas.

Mas, antes disso, como algumas realizações artísticas também serão abordadas, é necessário discutir as características dessa arte. Em que consiste, do ponto de vista estético, o barroco? É importante discutir sobre esse conceito, surgido na esfera das considerações estéticas, e suas implicações históricas, para que se possa compreender a possibilidade de estendê-lo a toda uma época, considerando não só os fenômenos artísticos, mas também outros aspectos culturais, incluindo a esfera política.

Entre as abordagens históricas da experiência artística conhecida como barroco, a interpretação religiosa tem sido das mais fortes. Basicamente, trata-se da vinculação da realização artística dos séculos XVII e XVIII ao fenômeno religioso da Contra-Reforma. As linhas principais do estilo corresponderiam, no plano artístico, às determinações do Concílio de Trento (1545-1563). O principal defensor dessa tendência é Werner Weisbach, cujo livro já tem o sugestivo título de *Barroco, arte da Contra-Reforma*, no qual ele propõe a vinculação entre os dois fenômenos. Mesmo com todas as críticas que se podem fazer a essa corrente, é preciso reconhecer a grande contribuição de eruditos como Émile Mâle, pesquisador exaustivo da arte sacra, ao revelar a influência religiosa na obra do artista. Como nos diz Mâle: “el artista participa, sin saberlo, en un pensamiento infinitamente más vasto que el suyo” (MÂLE, s/d, p. 192). Realmente, o contexto social do artista é indispensável para um conhecimento profundo da arte. O que não se pode é apontar um elemento, do múltiplo universo cultural em que vivem os artistas, como causa única de sua arte, e supor que ela seja apenas um reflexo instantâneo do projeto social das elites ou dos intelectuais de sua época.

Nesse sentido, é pertinente a crítica do sociólogo francês Pierre Francastel, que concebe o forte conteúdo religioso da arte barroca somente como um dos elementos da mentalidade coletiva da população europeia da época. Para ele, a produção artística até se afastava dos ditames do Concílio, ao exagerar nas manifestações de fantasia. “Foram os clérigos, principalmente os jesuítas, que se adaptaram às exigências da devoção popular afastando-se sensivelmente do espírito que havia animado os Padres do Concílio e não absolutamente os clérigos que orientaram a imaginação e a sensibilidade do povo” (FRANCASTEL, 1993, p. 374). Se pensarmos em toda a ostentação e teatralidade dos jogos de ilusões da arte barroca, tenderemos a concordar com Francastel. João José Reis não nos diz que a população desrespeitava as determinações da Igreja, tocando os sinos fúnebres muito mais do que o necessário? Em suma, o Concílio de Trento pode ter sido um movimento influente, mas não chegou a direcionar a arte devocional, nem muito menos a arte dos grandes mestres. Essa arte era fruto, segundo ele, da mentalidade coletiva daquela época dilacerada, da qual o próprio Concílio foi uma manifestação.

O cientista político e historiador da arte brasileiro Lourival Gomes Machado identifica, num texto antigo, de 1953, mas ainda atual e influente, três principais linhas de interpretação do fenômeno barroco: a posição *empírico-histórica*, localizada nos primórdios do moderno estudo do barroco, e que significou apenas a sua diferenciação temporal-cronológica, ou seja, o estabelecimento dos limites históricos que separam o barroco dos outros estilos. Segundo o autor, esse tipo de abordagem frequentemente degenera em simplificações por demais didáticas, como o esquema de ação e reação para explicar a história da arte. Esta posição teria apenas o mérito de ter sido o ponto de partida para as modernas teorias explicativas, tanto formais quanto culturais.

Outra linha de interpretação mostrada por Machado é a tendência *genético-formal*, que estuda o barroco em função da evolução interna das formas artísticas, cujo expoente principal é Heinrich Wölfflin, com suas famosas antinomias clássico/barroco, que seriam, principalmente: o linear em oposição ao pictórico; o plano em oposição à profundidade; a forma fechada em oposição à forma aberta; a unidade múltipla em oposição à unidade indivisível; e a clareza absoluta em oposição à clareza relativa. Segundo Machado, esta visão tende a tornar o barroco uma constante recorrente na história da arte, existindo em vários momentos do devir artístico; chegando até o limite da concepção de Eugênio D'Ors, que trata o barroco como uma noção espiritual, um “*eon*” latente na alma humana, criticada duramente por Machado como “impressionismo poético”, vago e sem fundamento.

O terceiro veio de interpretação seria a abordagem histórico-sociológica, tendente a explicar o barroco em termos dos elementos culturais constituintes do seu conteúdo, elementos esses gerados pela sociedade que o produziu. São duas as teorias principais dessa tendência. Uma é a explicação religiosa, de Werner Weisbach que vincula o barroco à Contra-Reforma, comentada anteriormente. A outra teoria é a explicação política, que vincula o barroco ao absolutismo monárquico, cujo principal representante é Leo Ballet. Basicamente, trata-se de atribuir às formas contínuas e abertas do barroco uma significação política, simbolizando o poder ilimitado do monarca:

[A]s formas barrocas compõem-se em movimento contínuo para significar a aspiração ao infinito, que se contém na noção de ilimitação do mando soberano, enquanto o esplendor formal do barroco traduziria, de forma explícita e direta, a expansão do poder na existência humana, onde se projeta com força incontrastada, criando uma beleza impositiva e superior (MACHADO, 1991, p. 46).

Após expor as principais linhas interpretativas, Machado defende a integração do que ele chama de tendências opostas de universalização e particularização numa análise cultural avançada, e critica os excessos, tanto da análise formal quanto da pesquisa histórica exclusivista:

Descoberta a constância e a especificidade da morfologia barroca, abstraiu-se a forma para cair-se no formalismo, com todos os desnecessários esquematismos que, logo depois, se buscou abrandar com achegas históricos e culturais. Verificadas as ligações entre as manifestações barrocas e certos elementos do complexo cultural que traduzia artisticamente, abstraiu-se essa causa próxima para elevá-la à posição de determinante ou condicionante exclusiva que, a seguir, precisava sofrer as restrições que inevitavelmente traziam outras interpretações igualmente exclusivistas, mas de diversa preferência. [...] [Mas o] barroco, afinal, recusava-se a conter-se nos limites de uma teoria (MACHADO, 1991, p. 75).

Diante esse quadro, a proposta de uma pesquisa histórica e cultural que, segundo o autor, não deixaria de lado o estudo da morfologia. Deve-se observar a dependência recíproca entre todos os elementos culturais e a prática artística. A arte participa da realidade social tanto quanto a política e a economia, influenciando e sendo influenciada. Não é apenas uma “deformação ideológica”, nem pode ser reduzida a consequência de um padrão explicativo único, um epifenômeno. Os fenômenos artísticos possuem uma vitalidade própria, com riqueza e complexidade suficientes para não serem enquadrados numa interpretação unilateral.

As interpretações limitadoras não conseguiram, de fato, lidar com a complexidade do fenômeno: “De um lado, verificamos a resistência do conteúdo cultural nas teorias que pretendiam ater-se a um formalismo auto-suficiente e rigidamente constante. De outra parte, vimos a rápida evolução que levou as interpretações particulares a uma concepção universal e dialética do fenômeno” (MACHADO, 1991, p. 62). Ele defendia, já nos anos

50, uma abordagem dinâmica e abrangente para dar conta da complexidade e abrangência da arte barroca, contraditória e conflitiva por natureza.

Machado dá alguns exemplos de autores que já seguiam por vias afins à que ele propunha, como Arnold Hauser, que aceitava as interpretações histórico-sociológicas, vinculando o barroco à Contra-Reforma e ao Absolutismo, fazendo, porém, distinções necessárias como, por exemplo, entre um barroco católico e um barroco protestante, e aponta para suas diferenças e para a diversidade das conexões entre a arte e o meio social. Hauser também faz uma conexão muito interessante entre o barroco e o desenvolvimento da ciência natural e da filosofia contemporânea a esta, demonstrando o laço de universalidade existente entre os dois fenômenos seiscentistas:

Os escopos artísticos da Cúria de Roma eram fundamentalmente diversos daqueles da corte real de Versalhes, e quanto possam ter em comum, por certo não haverá de conciliar-se com o propósito artístico da Holanda burguesa e calvinista. Não obstante, é possível estabelecer certas características comuns. Porque — mesmo deixando de parte que o processo que promove a diferenciação intelectual sempre ajuda, ao mesmo tempo a integrar, pois facilita a expansão dos produtos culturais e as trocas entre as diversas regiões — uma das mais importantes conquistas culturais da idade barroca, a nova ciência natural e a nova filosofia baseada na ciência natural, era internacional desde as origens, mas a visão universal, que então encontra expressão, também dominou toda a produção de arte dessa idade, em todas as suas ramificações [...]. O conjunto da arte do período barroco mostra-se cheio desse horror (do juiz do universo), cheio do eco dos espaços infinitos e da inter-relação de todos os seres. A obra de arte em sua totalidade torna-se em símbolo do universo, como um organismo uniforme e vivo em todas as suas partes. Cada uma dessas partes aponta, como os corpos celestes, para uma continuidade infinita, ininterrompida; cada parte contém a lei que governa o todo, em cada uma trabalha o mesmo poder, o mesmo espírito (HAUSER *apud* MACHADO, 1991, pp. 70-71).

Por sua vez, o filósofo brasileiro Benedito Nunes (1982) aponta, em conformidade com Hauser, uma significativa afinidade entre a visualidade dominante do barroco e os sistemas metafísicos da filosofia moderna, correlata e contemporânea ao nascimento da ciência natural. Tais afinidades se baseavam em uma mesma “experiência da infinitude”, que estaria relacionada à sensação do caráter ilusório do mundo sensível e da vida e, portanto, à preocupação com a morte. Assim, vemos, nessa época, Descartes praticando a dúvida hiperbólica, a desconfiança sistemática nos sentidos e baseando sua filosofia na certeza última do *eu* pensante — a própria metafísica da subjetividade típica da filosofia moderna. Vemos também Leibniz, criador do cálculo infinitesimal, publicando a sua doutrina das mônadas, ou *monadologia*, na qual cada mônada refletiria o universo inteiro, como um centro absoluto e simples para o qual convergem todos os processos, e que seria uma cópia em miniatura de todo o universo: “Cada porção de matéria pode ser concebida como um jardim cheio de plantas e como um tanque cheio de peixes. Mas cada ramo de planta, cada membro do animal, cada gota de seus humores, também é como esse jardim ou esse tanque” (LEIBNIZ *apud* NUNES, 1982, p. 26). Na famosa definição de Leibniz, as mônadas são “perpétuos espelhos vivos do universo”⁵, e para ele a alma humana também é uma mônada. Segundo Nunes, podem-se perceber, na arte barroca, os mesmos elementos

⁵Monadology. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Monadology>. Consulta em 06/02/2015.

convergentes formando uma unidade, tal como as mônadas de Leibniz. E pode-se ver também, no teatro barroco, aquela mesma metafísica moderna da subjetividade presente na filosofia de Descartes. Benedito Nunes realiza, assim, uma “conexão transversal” entre ciência, filosofia e arte (1982, p. 25).

É possível fazer um paralelo entre essas reflexões de Leibniz e a famosa pintura de Velázquez conhecida como *Las meninas*, considerando-a quase como uma forma de investigação filosófica em pintura. À frente, um grupo de cortesãos rodeia a infanta Margarita Teresa. À esquerda, o próprio Velázquez nos olha, enquanto pinta uma grande tela. Ao fundo, um espelho, refletindo a luz, se destaca, e nele podemos discernir um casal, facilmente identificável como o rei e a rainha, os pais da infanta à frente, que estariam, assim, contemplando o grupo, exatamente onde nós, espectadores, estaríamos. Nosso olhar se funde com o do rei, se tornando assim um olhar universal (Figura 1).

Sabe-se que Velázquez tinha grande interesse pelas pesquisas científicas de sua época, e que era um tanto quanto indiferente à religião; ao mesmo tempo, pertencia à elite de uma corte absolutista e católica, era extremamente fiel ao rei, a ponto de ser o camareiro do palácio, e, nessa posição um tanto contraditória, se torna uma espécie de artista-filósofo, ao especular sobre a profundidade da alma e sobre os paradoxos do espelho. A obra é um verdadeiro enigma, ao mostrar um pintor que pinta a si mesmo se pintando, e ao nos colocar no lugar do rei, de onde podemos ver tudo.



Figura 1 – Diego Velázquez. *Las meninas*. 1656. Museu do Prado. Madri. Espanha. Disponível em:

[http://en.wikipedia.org/wiki/Diego_Vel%C3%A1zquez#mediaviewer/File:](http://en.wikipedia.org/wiki/Diego_Vel%C3%A1zquez#mediaviewer/File:Las_Meninas,_by_Diego_Vel%C3%A1zquez,_from_Prado_in_Google_Earth.jpg)

[Las_Meninas,_by_Diego_Vel%C3%A1zquez,_from_Prado_in_Google_Earth.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/Diego_Vel%C3%A1zquez#mediaviewer/File:Las_Meninas,_by_Diego_Vel%C3%A1zquez,_from_Prado_in_Google_Earth.jpg). Acesso em 06 de fevereiro de 2015.

Assim sendo, vejamos agora algumas formas de vivência da morte nessa mesma época e também no século XVIII. A historiadora portuguesa Ana Cristina Bartolomeu D'Araújo vê combinar-se o espírito religioso com a sensação da morte próxima nos *autos-de-fé*, ocasião em que, através do castigo exemplar de hereges, se exorcizava o medo cotidiano: “[nessa] grandiosa encenação do castigo e da imolação [...] se recapitulava a própria lição do cotidiano, isto é, o sentido de uma experiência de vida construída a pensar na morte. Por isso o pequeno teatro da morte individual constantemente se recriava nesta e em outras representações da morte coletiva” (D'ARAÚJO, 1989, p. 133). O medo da presença cotidiana da morte é exorcizado através do auto-de-fé, ritual próprio do catolicismo tridentino, ao mesmo tempo em que essa execução ritualizada ensinava a acostumar-se com a morte, essa que é a experiência suprema, mas sempre temida, para o cristão. É importante lembrar que, para os homens daquela época, a morte não era o fim, nem um mero fenômeno biológico, mas o próprio objetivo da vida, desde que bem vivida. Com efeito, a “morte é o meio que permite transcender a realidade efêmera deste mundo e alcançar a plenitude do espírito, ou seja, a vida eterna. Por esta razão, a boa morte e os ritos de ‘bem morrer’ foram assuntos de grande importância na cultura e no imaginário cristão de outrora” (SANT’ANNA, 2006, p. 2). Preparar-se para a morte, além de celebrá-la e chorá-la, principalmente na morte dos grandes, pois a rígida hierarquia e o simbolismo de uma sociedade de corte exigiam esses momentos de catarse:

[A] busca de uma exemplaridade visível no cortejo fúnebre do nobre e do prelado e, conseqüentemente, os reflexos que esse cerimonial acabou por ter nos obséquios da gente comum, realçam o próprio *ethos* de uma sociedade de corte, atraída e contaminada pelo poder disciplinar e simbólico da corte (D'ARAÚJO, 1989, p. 134).

Quando o nobre que morre é o próprio rei, um rei absolutista sobre cujos ombros cai um manto simbólico de monarca piedoso, de feição messiânica sebastianista, essas pompas fúnebres chegam ao extremo de uma ostentação para nós absurda, como se vê no caso de D. João V. Mas essa ostentação faz parte da lógica barroca, pois “corporiza um modelo de piedade que, inflacionando o gesto, valoriza o excesso retórico” (D'ARAÚJO, 1989, p. 173). E, no final das contas, entrava na órbita dos ritos que ensinavam a bem morrer:

[V]erificamos que, numa sociedade marcada por uma forte tensão escatológica, a morte dos grandes, da agonia ao cerimonial, era objecto de uma publicidade chocante. Como projecção das aspirações pastorais e pedagógicas da igreja, a sua eficácia era enorme porque, sendo o cerimonial um acto público, e exemplarmente vivido, produzia um efeito quase “hipnótico”. Efeito que se substanciava numa visão simultaneamente “longa e próxima”, num exercício repetido de simulação e idealização da morte (D'ARAÚJO, 1989, p. 173).

Manifestações semelhantes também são encontradas longe do Reino. Na Bahia, por exemplo, João José Reis (1991) identifica a mesma obsessão pelo fúnebre. Não muito diferentes foram as exéquias de D. João V nos dois lados do Atlântico. Aqui também houve mausoléus macabros, desfiles simbólicos, rituais de quebras de escudos, choro e festa. Mas, enquanto para D'Araújo todos esses ritos constituem uma preparação para a morte calcada na ostentação inflacionada, para Reis os ritos têm o objetivo de consolação da dor dos vivos sendo, portanto, um cerimonial de descompressão coletiva:

[A] produção fúnebre interessava sobretudo aos vivos, que por meio dela expressavam suas inquietações e procuravam dissipar suas angústias. Pois, embora variando em intensidade, toda morte tem algo de caótico para quem fica. Morte é desordem e, por mais esperada e até desejada que seja, representa ruptura com o cotidiano. Embora seja seu aparente contrário, a festa tem atributos semelhantes. Mas, se a ordem perdida com a festa retoma com o final da festa, a ordem perdida com a morte se reconstitui por meio do espetáculo fúnebre, que preenche a falta do morto ajudando os vivos a reconstruir a vida sem ele (REIS, 1991, p. 138).

Na visão de Reis, essa necessidade de consolação explica a identidade entre morte e festa. Mas não explica a razão pelo fascínio do “belo-horrível” da morte. Ele mesmo argumenta que os funerais mostram “o fascínio de nossos antepassados pelo tema fúnebre. Não satisfeito em fazer e participar de funerais de verdade, ainda in-

ventavam os falsos. De forma solene ou jocosa, ou ainda de outras formas, a morte passava o cotidiano de suas vidas” (REIS, 1991, p. 167). Esse fascínio cotidiano pela morte é expresso, por exemplo, por essas curiosas obras de didática piedosa que são as *capelas de ossos*.

Inseridas nesse contexto de “horror-fascínio” em relação à morte, e situadas em algum lugar entre a escultura e a arquitetura, essas obras de arte⁶ estimulam a reflexão sobre a morte e ensinam a bem morrer, e podem, apesar de serem obras que transcendem a cultura escrita, ser incluídas no gênero literário que tinha esse mesmo fim, conhecido como *ars moriendi*⁷.

Nesse gênero, uma das obras mais conhecidas mundo afora não é propriamente uma capela, mas um cemitério: a *Cripta dos Capuchinhos*, sob a *Igreja de Santa Maria della Concezione dei Cappuccini* ou *Santa Maria Immacolata*, em Roma, e mais conhecida em Roma simplesmente como Igreja do Convento dos Capuchinhos (Figura 2).



Figura 2 – Detalhe da Cripta dos capuchinhos, Igreja de Santa Maria della Concezione dei Cappuccini, ou Santa Maria Immacolata. Século XVII. Roma. Itália. Disponível em: http://it.wikipedia.org/wiki/Chiesa_di_Santa_Maria_Immacolata_a_via_Veneto#mediaviewer/File:Cripta_Cappuccini.jpg. Imagem pública. Acesso em 04 de fevereiro de 2015.

Centenas de frades foram exumados para a confecção dessa cripta, gerando um incrível efeito cenográfico, complexo e requintado. Por outro lado, sobre essa cripta, a igreja, além do fato de ser um belo monumento seiscentista, cheia de belas pinturas, não difere de outras tantas igrejas renascentistas e barrocas de Roma, sendo até modesta em suas dimensões, se comparada com outras. Mas um pequeno detalhe chama a atenção: a tumba do Cardeal Antonio Barberini, ele próprio frade capuchinho, irmão do papa Urbano VIII, e um dos fundadores da igreja, é marcada por uma mera campa de mármore no chão, próxima ao altar, com um curto epitáfio: HIC IACET PULVIS CINIS ET NIHIL, ou seja, “aqui jazem poeira, cinza e nada” (Figura 3), numa expressão paradigmática dessa mentalidade barroca, em que a morte das pessoas importantes torna-se ocasião para a reflexão moral e devocional.

⁶Pode-se afirmar com segurança que são obras de arte, pois se utilizam de elementos naturais, no caso, ossos, para fins estéticos, como qualquer outra obra de arte.

⁷Essa expressão latina que significa a arte de morrer designa um gênero literário típico do Antigo Regime, e dessa mentalidade que estamos chamando de cultura barroca. Eram manuais que ensinavam a preparar-se em vida para uma morte tranquila, sendo que o próprio padre Antônio Vieira escreveu um livro com esse título.

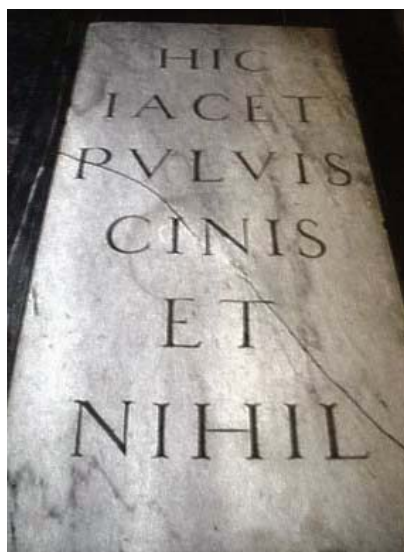


Figura 3 – *Tumba do cardeal Antonio Barberini*, um dos fundadores da Igreja de Santa Maria della Concezione dei Cappuccini. Século XVII. Roma. Itália. Disponível em:

http://it.wikipedia.org/wiki/Chiesa_di_Santa_Maria_Immacolata_a_via_Veneto#mediaviewer/File:Roma_-_Chiesa_di_S.M.Immacolata_a_via_Veneto,_tomba_di_Antonio_Barberini_-_Foto_di_Paolo_Steffan.jpg. Imagem pública. Acesso em 04 de fevereiro de 2015.

Em Portugal existem nove dessas capelas, estudadas pelo historiador lusitano Carlos Veloso (1993). Dessas, uma das mais notáveis é a *Capela dos ossos* de Évora, situada na *Igreja de São Francisco*. Nas paredes da capela existem poemas sobre a brevidade da vida e, na entrada, a frase: “Nós ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos” Note, na figura 4, como a “arquitetura de ossos” convive lado a lado com a pintura da abóbada. É importante lembrar, aqui, que a reação do homem moderno a esse tipo de monumento é muito diferente da do homem barroco. Hoje, a maioria dos visitantes sente apenas medo ou repulsa, quando muito apenas uma curiosidade turística, e muitos ficam até indignados. Mas o homem do Antigo Regime teria uma reação sem dúvida muito diferente, pois ao temor natural da morte se juntava a devoção, e prontamente se iniciava a orar pelos mortos.



Figura 4 – Detalhe da *Capela de Ossos* da *Igreja de São Francisco*. Século XVII. Évora. Portugal. Foto de Marcos Ferreira de Andrade.

Ressalte-se que no século XVII o tema dos ossos já tinha uma longa trajetória cultural. Adalgisa Arantes Campos aponta como o historiador francês André Chastel

observa as presenças do esqueleto, crânio, tíbias cruzadas ou enfileiradas na manifestação artística do declínio da Idade Média até o século XVIII, atributos que já se encontravam arraigados na iconografia. Sob os auspícios das ordens mendicantes, o barroco renovou, então, o motivo macabro através da elaboração das capelas de ossos, arte sepulcral, pompas fúnebres e literatura das *ars moriendi*. [...] Portugal inclinou-se naturalmente a esse gosto de matriz gótica, construindo, do século XVI ao XIX, inúmeras capelas de ossos destinados ao culto às almas, expondo ossadas à veneração pública e destacando na iconografia religiosa o crânio – atributo do intelectual e do santo – que, na expectativa da época, suscitaria sabedoria e virtudes, e por isso ajudaria na boa morte (CAMPOS, 2013, p. 162-163).

Por outro lado, a caveira, como já não traz carne e não se decompõe facilmente, tem um caráter teatral e asséptico:

É a “morte secca”, teatralização barroca da morte, na seqüência da mais antiga iconografia macabra que se conhece, a “vanitas” e a “dança macabra”. [...] É assim, num quadro estético e religioso marcado, por um lado, pela teatralidade e o espetáculo, por outro lado, pelo novo culto dos mortos nascido do culto das Almas do Purgatório, que parece integrar-se a referida evolução dos carneiros e ossários num sentido crescentemente organizado e cenográfico. Leia-se: Barroco... (VELOSO, 1993, p. 7-11, grifo nosso).

Agora estamos em condições de compreender porque se pode falar de uma época barroca, numa definição transcenda o sentido artístico. E se deve lembrar que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, àquelas reflexões filosóficas sobre a subjetividade e a profundidade da alma individual, conduzidas principalmente por uma elite intelectual, mas que poderiam ser difundidas por outras camadas sociais, se somava a cotidianidade da morte e a preocupação com a salvação. Talvez para aplacar o medo e conviver pacificamente com a certeza da morte, as pessoas daquela época transformavam-na em espetáculo, usando de elementos que hoje nos parecem macabros, mas que naqueles tempos eram vistos como expressão de devoção, de piedade para com os mortos, mas principalmente como um elemento didático: “O macabro, um dos traços fortes da sensibilidade barroca, aflora com alguma intensidade [nas] pompas fúnebres” (D’ARAÚJO, 1989, p. 136).

Agora, vejamos um testemunho documentado do efeito anestesiador e consolador que essa *ars moriendi* poderia ter sobre as pessoas, considerando o exemplo de uma pessoa executada no final do século XVIII. O texto de Adalgisa Arantes Campos (1992) comenta os detalhes da execução do próprio Tiradentes, através do que ficou registrado nos Autos da Devassa. Através do estudo dessa e de outras execuções, a autora analisa alguns elementos fundamentais da cultura barroca, a saber: o macabro, já referido; a misericórdia, elemento demonstrativo da alta religiosidade barroca; e a pompa, presente no já referido excesso de gestos nos funerais régios.

Vemos o macabro, por exemplo, na exposição das cabeças dos condenados à morte, expostas em praça pública. Revela-se o

gosto que essa cultura teve pelas cenas de martírio, crueldade, que encontramos em diversas manifestações: artes plásticas, teatro, sermonística, ritos, etc. O cadáver esquartejado se transformou no supremo adereço cênico [e] emblemático, foi o grande ícone do Barroco. Nele os santos penitentes, os martirizados, o Cristo no tempo da Via Sacra, os despojos dos sentenciados invadiram o mundo (CAMPOS, 1992, p. 146).

A misericórdia também esteve sempre presente no mundo barroco, nos enterros, nos funerais, nos serviços prestados aos irmãos pelas irmandades, no serviço prestado pela Misericórdia a Tiradentes; a pompa correspondia à ordenação hierárquica do mundo (que também percebemos no texto de D’Araújo), exemplificada no fato

de que na “morte de Tiradentes houve uma ordenação dos figurantes, tendo em vista acatar a visão hierárquica vigente naqueles tempos” (CAMPOS, 1992, p. 152).

Mas o mais interessante no texto de Campos é perceber a adequação do rebelde inconfidente à mentalidade barroca, que nos pode fornecer uma imagem de quão eficaz e anestesiante na hora da morte poderiam ser os ensinamentos de bem morrer, então correntes. Não se trata, aqui, de discutir o papel real ou suposto de Tiradentes na trama da conspiração política, nem, muito menos, de reforçar ou negar o mito do herói nacional. Trata-se, antes, de perceber como ele agiu, diante da morte, como uma pessoa típica de sua época, como muitos outros condenados à morte no Antigo Regime. Com efeito,

Tiradentes se confessou, comungou, vestiu uma túnica branca e ouvindo salmos beijava o crucifixo. Agindo assim, respondia a uma estreita codificação sedimentada na cultura barroca. O que atrai nossa atenção, entretanto, é a maneira profundamente contrita com a qual assumiu o próprio destino, [...] [pois] Joaquim José já não apresentava afetos com esse mundo, encontrava-se numa atitude de desligamento, de anulação de personalidade individual, era, podemos dizer, uma alma anulada em Deus. Antes que o executassem já havia renunciado ao mundo terreno (CAMPOS, 1992, p. 153-154).

Ora, o distanciamento do mundo material é o próprio objetivo da preparação para a boa morte e o fim desejado pela *ars moriendi*. Tiradentes, nesse caso, é um exemplo concreto da visão de mundo barroca, dessa visão trágica que vê a vida como vanitas, um mero jogo de enganos; mas que, ao mesmo tempo, reproduz essa ilusão ao infinito, como num espelho, e não é por acaso que o espelho cumpre um papel tão importante na pintura barroca, como na obra de Velázquez. Um jogo cênico que transforma em espetáculo teatral hipnótico uma vida que por si só já é ilusória. “É o próprio drama barroco, pois o herói se sujeita ao destino amargo, tem consciência de que a vida é breve e vã. A vida perdeu o sentido, é espetáculo, ilusão, aparência. Mais cedo ou mais tarde a morte ocorreria, por que não se apartar inteiramente de uma vez e alcançar a Salvação” (CAMPOS, 1992, p. 154)?

Em suma, nessa sociedade dividida entre a mundanidade e a transcendência, entre o desejo da salvação e os dilemas do cotidiano, o fervor devocional fazia com que fossem criadas obras de arte extraordinárias, e que, ao mesmo tempo, através de suas formas opulentas e retorcidas, expressavam as contradições da sua situação terrena. Um exemplo instrutivo é este: em meados do século XVIII, um imigrante português chamado Feliciano Mendes, morador das Minas Gerais, deu origem a um processo histórico de longa duração. Originário de Braga, esse minerador português, agradecido por ter obtido a cura de uma moléstia, passou a dedicar sua vida a obras pias. Ele subiu o Monte Maranhão carregando uma pesada cruz, organizou uma confraria, e em 1757 obteve autorização eclesiástica para fundar um santuário no alto do mesmo monte, cuja construção se deu entre 1775 e 1790. Aos poucos a confraria cresceu e o santuário se tornou um importante centro de peregrinação, e, até hoje, todos os anos, milhares de romeiros chegam a Congonhas do Campo no mês de setembro, para pedir graças ou agradecer por elas. Entre 1796 e 1805, teve lugar a intervenção da oficina de Antônio Francisco Lisboa, que por esses anos já era famosa em toda a região aurífera. Surgiu ali um conjunto artístico singular: a própria Igreja do Bom Jesus⁸, obra de alguns dos melhores artistas do século XVIII; o adro e seus profetas, com sua forte e torturada expressividade, testamento artístico da oficina de Antônio Francisco Lisboa, e

⁸O papa Pio XII transformou o santuário em basílica menor, em 1958 (FALCÃO, 1962, pp. 178-179).

os Passos da Paixão, trabalho esmerado de escultura, pintura e alvenaria. Todo o conjunto compõe um cenário grandioso, embora de dimensões modestas. Poderíamos concluir com as palavras de Benedito Nunes sobre o santuário (1982, pp. 28-29):

Caminho de peregrinação da alma, os Passos, que levam ao adro da Igreja de Bom Jesus do Matosinho, e a presença majestosa dos profetas, transformam a paisagem numa cena do teatro do mundo, e o mundo numa alegoria da transcendência, de que as montanhas são outros tantos passos infinitos. Metáforas do sonho da vida eterna, tropos do Aleijadinho.

Centro de atração tanto para romeiros quanto para estudiosos, o santuário resiste ao tempo como testemunho artístico e religioso da vigência desse mundo barroco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Execuções na Colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca. *Revista Tempo Brasileiro*, n.º 110, 1992. p. 141-68.

_____. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

D'ARAÚJO, Ana C. B. Morte, memória e piedade barroca. *Revista de Historia das Idéias*, n.º 11 (Coimbra), p. 129-74, 1989.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira de. *A basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962.

FRANCASTEL, Pierre. A Contra-reforma e as artes na Itália no fim do século XVI. In: *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1993, pp. 371-421.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MACHADO, Lourival Gomes. Teorias do barroco (1953). In: *Barroco mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

MÂLE, Émile. El arte religioso después del Concílio de Trento. In: *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura, s/d, p. 159-92.

NUNES, Benedito. O universo filosófico e ideológico do barroco. *Revista Barroco (Belo Horizonte)*, n.º 12, p. 23-9, 1982.

Qohélet: O-que-sabe: Eclesiastes: poema sapiencial. Tradução de Haroldo de Campos. São Paulo: Perspectiva, 1991. Signos, v. 13.

REIS, João José. A morte como espetáculo. In: *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 137-170.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras – 1721-1822*. Belo Horizonte, 2006. Tese (Doutoramento em História Social da Cultura) – Universidade Federal de Minas Gerais.

VELOSO, Carlos. *As capelas de ossos em Portugal: speculum mortis no espetáculo barroco*. Coimbra: Livraria Minerva, 1993.

WEISBACH, W. *El barroco: arte de la Contrarreforma*. Madrid: Espasa-Calpe, 1948.

WÖLFFLIN, H. *Conceitos fundamentais da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. nio Vieira escreveu um livro com esse título.

ROMANCE, REALIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE PODER: AS ARTIMANHAS DO NARRADOR EM *CORDA BAMBA*, DE LÍGIA BOJUNGA NUNES



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1500>

Solange Campos

Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos
literatorio@gmail.com



Recebido em: 05/04/2015 – Aceito em 27/05/2015

Resumo: Depois de localizar *Corda Bamba*, da escritora gaúcha Lygia Bojunga Nunes, nas narrativas contemporâneas que entrecruzam ficção e realidade social, este estudo busca discutir a existência de uma literatura infantil e juvenil e a produção literária que envolve essas faixas etárias. A partir da valorização do receptor e do livro, enquanto objeto de análise, este trabalho também dá guarida ao discurso do narrador, às relações de poder e à ironia, considerando a tessitura textual como um de seus mais relevantes repositórios.

Palavras-chave: literatura, realidade social, *Corda Bamba*.

Abstract : After locating *Tightrope*, the gaúcho writer Lygia Bojunga Nunes, in contemporary narratives intersect fiction and social reality, this study discusses the existence of children's literature and literary production concerning these age groups. From the receiver's value and the book as object of analysis, this paper also gives shelter to the narrator's discourse, power relations and irony, considering the textual fabric as one of its most important repositories.

1 - DA LITERATURA: A ADULTA E A OUTRA

Incontáveis continentes da mente nascem entre as capas de livros todos os anos. Carregamos dentro de nós as maravilhas que buscamos fora de nós. Alberto Manguel.

A literatura é o mundo em movimento, é um convite ao outro, para refletir junto, é olhar outra vez, é revelação. A palavra poética também é dinâmica. Conforme seu posicionamento dentro do texto, ela se contamina com a anterior e a posterior. E contaminação aqui tem um sentido positivo, é uma troca, é a palavra se deixando invadir pela outra, uma dependendo da outra, uma sustentando a outra. Para ler o texto literário, o jovem leitor precisa fazer desaparecer as barreiras entre a realidade, o imaginário e a linguagem. A essência do que se chama de “ficção” consiste em compreender que nela existe um clima, um momento, quando realidade e fantasia se interpenetram a tal ponto de seus limites se tornarem tênues.

Nesse sentido, torna-se importante pensar na relação do leitor com a linguagem literária. Se diante do texto cada leitor reage de acordo com sua experiência de leitura, existe uma literatura para crianças e jovens, distinta da literatura para adultos?

Essa discussão é muito mais ampla do que parece. No seu âmbito, por exemplo, situa-se a crítica à chamada literatura feminina, nas suas diversas formas, que tinha a ver, necessariamente, com papéis femininos, frutos de uma ideologia que considerava a mulher como alguém de uma “dada natureza”, isto é, uma espécie de homem incompleto, incapaz de compreender o suficiente “assuntos de homem”. Da mesma forma, a uma literatura negra, embora produto de movimentos politicamente corretos, ligados ao poder negro. Então, a literatura infantil e juvenil, nesse particular, pode conter a armadilha de considerar crianças e adolescentes como seres incompletos, acenando com enredos onde, por vezes, estão presentes personagens infantilizados.

Ainda existe por parte de escritores e, especialmente de professores e educadores, um questionamento sobre a existência de uma *Literatura Infantil e Juvenil*. À luz das ideias de Hunt (2010),

No caso da literatura infantil, é verdade que, por restrições históricas – sociais, educacionais e morais, manifestações da síndrome de “proteção e controle” –, foi apenas no século XX que os talentos mais notáveis se dedicaram à literatura infantil. Mas, examinando livros do passado (no passado inacessível), precisamos assumir uma nova perspectiva: a de que estamos de fato envolvidos em um estudo acadêmico.¹

No Brasil, partir dos anos 70 e 80 é que se passou a dar mais relevância à produção literária voltada para a criança e o jovem, quando se vive o *boom* da literatura infantil, com uma promoção sem precedentes de livros. Tal público passa a ser visto como consumidor em potencial, o que impulsionou as publicações de obras para essas faixas etárias. Todavia, ainda há muito que investigar no universo das histórias infantis.

O que é literatura infantil ou juvenil, de certa forma, quase todo mundo sabe. Todos já foram crianças ou têm algo a ver com criança – seja o vizinho, o aluno, o filho, o sobrinho – e, com certeza, em algum momento de sua vida as pessoas ouviram histórias, folhearam ou leram livros, razão pela qual conheceram Bambi, Peter Pan, Soldadinho de Chumbo, Pinóquio, personagens de textos clássicos que integram o imaginário de um imenso número de leitores. Porém, uma das principais questões relativas ao gênero diz respeito à pergunta: Existe uma *Literatura Infantil* ou existe *Literatura*, independentemente de qualquer classificação? Fato é que esse tipo especial de literatura ainda pode ser considerado uma espécie de “patinho feio”, se se pensar que, “desde os primórdios, [ela] surge como uma forma literária menor, atrelada à função utilitário-pedagógica que a faz ser mais pedagógica do que literatura.”²

Discute-se a existência dessa *Literatura Infantil e Juvenil*, diferente da outra, com maiúscula e sem adjetivo, pois “estamos lidando com textos destinados a um público não adulto”³. O substantivo e seus atributos parecem indicar, a priori, que importa simplesmente a condição de destinar-se a crianças e jovens, ficando em segundo plano o fato de ser literatura. Por isso, muito se tem criticado a inadequação ao novo por parte de autores de textos infantis e juvenis, uma vez que alguns recheiam suas histórias de infantilismo,⁴ modismos maniqueístas, preconceitos, machismo e exemplaridade, resquícios do conservadorismo, que representa o lastro tradicional de grande parte dessa produção. Em determinadas produções parece não haver maior interesse pela literatura como fenômeno literário, mas somente para o seu aspecto de veículo de ideias ou padrões de comportamento.

Outros equívocos são cometidos por alguns escritores – adultos escrevendo para crianças – que tendem a minimizar o nível de exigência em relação à obra, como se o fato de escreverem para esse público pudesse justificar a pobreza em expressão, em experiências criadoras, o tom moralizante, o reducionismo de imagens, o simplismo, a facilitação artística. Na contramão desse posicionamento, advertem Palo e Oliveira (2006):

O pensamento infantil está apto para responder à motivação do signo artístico, e uma literatura que se esteie sobre esse modo de ver a criança torna-a indivíduo com desejos e pensamentos próprios, agente de seu próprio aprendizado. A criança, sob esse ponto de vista, não é nem um ser dependente, nem um “adulto em miniatura”, mas é o que é, na especificidade de sua linguagem que privilegia o lado espontâneo, intuitivo, analógico e concreto da natureza humana.”⁵

Portanto, não faz mais sentido que a literatura feita do adulto para o adulto possa merecer maior cuidado e esmero por parte de outros autores, porque se destina a um público, a princípio, crítico e exigente.

¹ HUNT, 2010, p. 97.

² PALO, OLIVEIRA, 2006, p.9.

³ HUNT, 2010, p. 78.

⁴ O termo infantilismo está empregado na acepção de inviabilizar a criação de cidadãos capazes de interferir na organização de uma sociedade mais consciente e democrática.

⁵ PALO e OLIVEIRA, 2006, p. 8

Por outro lado, o mercado de livros infantis e juvenis no Brasil, hoje, mantém-se com toda a força e apresenta um quadro de larga produção de textos pela indústria editorial, exigindo do leitor-consumidor um olhar acurado sobre a qualidade estético-literária das obras. Ao lado de escritores apenas preocupados com a mera comercialização de seus produtos, há os que oferecem produções de boa qualidade para todas as idades.

A atualidade tem contemplado os leitores com a produção literária de autores significativos, entre os quais Lygia Bojunga Nunes⁶. Por meio das suas personagens e da urdidura de seus textos, essa escritora gaucha apresenta uma literatura libertária, demolidora de tabus e preconceitos. O mundo ficcional de Lygia reflete a infância, mas atinge temas adultos. Muitos se identificam com suas narrativas, por encontrarem nelas, de forma especular, as suas experiências. A autora propaga como valores o diálogo, a inventividade, o companheirismo. Sem ratificar afirmações absolutas, “incentiva a reflexão crítica que examina novas ordenações e mudanças de funcionamento na estrutura social. A fantasia desmitifica o real, propondo novas ordens”⁷.

Após essa breve discussão acerca do significado do substantivo *literatura* e do adjetivo *infantil* nas inter-relações nome/atributo e os equívocos a que incorrem escritores e professores quando lidam com essa especificidade de texto e a reflexão acerca da existência de uma literatura destinada a crianças e jovens, este estudo busca analisar o discurso⁸ do narrador de *Corda Bamba*, fundamentalmente nos seus aspectos irônicos e críticos. Como suporte teórico, serve-se das contribuições de Dominique Maingueneau (1997). Sem a preocupação de estabelecer um denominador comum às várias definições do termo *discurso*, bastante polissêmico, segundo Maingueneau, e muito usado em textos sobre a linguagem, este trabalho evidencia que o discurso representa o que a sociedade pensa e diz de si, e que o texto literário constitui um de seus mais relevantes repositórios. Vale lembrar que o discurso irônico serve-se da linguagem para estabelecer a comunicação com o outro, sujeito ativo, participe da construção do texto, e não apenas objeto de recepção. Mostrar não somente o que o texto diz, mas o modo como o texto diz o que diz.

À luz das concepções de Bourdieu (1992) sobre as estruturas sociais, as relações de poder e a repressão, este trabalho aborda o trânsito das personagens num determinado espaço social e as consequências desse estar no mundo.

2 - BARRO MOLDADO, FIO TECIDO, TRAÇO DESENHADO, PALAVRA BORDADA

O eu que escreve sabe que não é exatamente aquele eu que aparece como sujeito gramatical do texto; em outros termos: o eu-autor sabe que o eu-narrador é apenas uma variante possível, uma sua possível máscara. Alfredo Bosi

O objeto de análise deste estudo, o livro *Corda Bamba*⁹, de Lygia Bojunga Nunes, publicado em 1979 e considerado altamente recomendável para o jovem pela FNLIJ¹⁰, chama a atenção desde a primeira leitura. Por entre aquelas páginas, à deriva do texto impresso, evidencia-se o trabalho artesanal de catar, separar e escolher a palavra¹¹, sem pedantismos literários, e seu desejo de atar as pontas da vida e da ficção, construindo personagens que o tempo todo transitam nesses dois territórios.

⁶Por sua produção literária, na qual sobressaíram *Os colegas* (1972), *Angélica* (1975), *A casa da madrinha* (1978), *Corda bamba* (1979), *O sofá estampado* (1980) e *A bolsa amarela* (1981), em 1982 foi-lhe concedido pela International Board on Books for Young People, filiada à UNESCO, o Prêmio Hans Christian Andersen, o mais importante prêmio literário infantil, uma espécie de Nobel da literatura infantil.

⁷CADEMARTORI, 1987, p.65.

⁸O termo, apesar da sua polissemia, é aqui empregado na acepção que lhe dá Foucault, em *Arqueologia do Saber*, e define o que pode e deve ser dito, cf. MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Pontes Editora, 1997, p. 22.

⁹NUNES, Lygia Bojunga. *Corda Bamba*. São Paulo: Agir, 1987. A partir de agora, indico no corpo de cada patê de texto transcrito, entre parênteses, os números das páginas citadas, referentes a esta edição.

¹⁰Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, com sede no Rio de Janeiro.

¹¹“Barro moldado, fio tecido, traço desenhado, palavra bordada”, assim é o texto de Lygia Bojunga. É dessa maneira que Ninfa Parreiras (1999) define o trabalho artesanal da escritora

Repressão e libertação circundam a protagonista Maria, uma menina de dez anos, no seu cotidiano. Nessa obra, estão na berlinda as relações de poder. Os personagens falam por si e buscam respostas para suas indagações. Inscrevem-se sob o signo da mutabilidade e da inquietude, recriam sonhos e vivências. Tal como a protagonista, a escrita de Lygia é malabarista em trânsito, edificando as páginas de sua escritura num constante trabalho de (des)equilíbrio, semelhante ao caminhar pela corda bamba; e o texto, o cenário que a representa em espetáculo, a pressupor uma cumplicidade que o espaço teatral requer. Ali, o espectador/leitor é cúmplice, coprodutor, e como tal redimensiona seu papel, convocado que é, constantemente, a participar.

Nesse texto/palco também se instala a ironia. É ela um dos pontos-chave para o estudo do qual resulta imprescindível o enfoque discursivo. É por meio dela que se desnuda o processo de geração de sentidos do texto, indicando que este se consuma como exercício de linguagem, por meio da qual se realiza o jogo com os signos linguísticos. Ainda que sinteticamente, importa pensar nos procedimentos irônicos utilizados pelo narrador como um processo discursivo que pode ser observado em diferentes manifestações de linguagem.

Texto e discurso implicam produção e recepção, ou seja, autor e leitor envolvidos em interação. Enquanto interlocutor, destinatário, ouvinte, receptor, enunciatário, cabe ao leitor participar das estratégias irônicas elaboradas pelo produtor. Em outras palavras, vale dizer que a ironia em si não existirá se não for perpetrada pelo leitor. Como recurso retórico, a ironia nos ajuda a entender melhor como se travam as relações de poder nessa obra.

Ao contrário das histórias pedagógicas, cheias de lições e exemplaridade e que se confundem com as ideologias da família e da escola tradicionais, preservando o antigo como se fosse o sagrado, Lygia Bojunga atualiza em *Corda Bamba* as discussões em torno da experiência infantil, sem distinção de classes sociais, cujo foco passa pela perspectiva do jovem leitor. Essa escritura entretece a trama do livro, valorizando a voz de Maria. A palavra de ordem na viva experiência da garota é “inventar”. Por meio de sua inventividade, ela (re)descobre sua história, “criando” uma corda bamba imaginária para desvendá-la, instrumento de seus achamentos.

O livro solicita o olhar crítico sobre o mundo às vezes desarmônico de todas as personagens. Afasta, no entanto, a narrativa da estupefação e do sentimentalismo. Centralizando a trama na relação adulto/criança, permite ao jovem leitor o contato com os mais diversificados problemas individuais e sociais. O texto eclode a partir da adesão ao ponto de vista das personagens, principalmente da voz da criança. Não incorre no dirigismo, na pieguice, na inconsequência ou em qualquer outra cilada nascida da confusão entre infantil e primário.

Com a personagem Maria, fica a certeza do potencial que cada criança traz dentro de si, pois legitima sua capacidade de recompor-se e encontrar caminhos novos e criativos para sua vida, vencendo obstáculos, medos e dramas do passado. O imaginário popular consagra à expressão *viver na corda bamba* a característica daquele que enfrenta desafios diários na luta para sobreviver. Assim caminha a protagonista do livro, em busca de seu próprio equilíbrio. Abre as portas do passado, para tentar desvendá-lo, e se refaz dos traumas marcadores de sua infância.

3 - ENTRETECENDO A HISTÓRIA

Como eu vivo muito encascada (engasgada não: encascada), eu senti, de repente, uma mistura de necessidade e curiosidade de sair da casca. Mas sair por um caminho genuinamente meu, buscando uma outra vivência pra minha vocação básica, que é a de ser uma contadora de histórias.
Lygia Bojunga Nunes

Corda Bamba inscreve-se na produção contemporânea de narrativas para jovens que entrecruzam fantasia e realidade e tornam estreitas e tênues as fronteiras entre uma e outra. É a história de Maria, filha de equilibristas e ela mesma artista circense, sua vida no circo e a apresentação na corda bamba. Mas é também o caminho e a caminhada para dentro de si, território que, sozinha, começa a investigar. Retirada a contragosto da companhia dos amigos, após a morte dos pais no picadeiro durante um dia de espetáculo, vê-se obrigada a morar com a avó, mulher rica, autoritária e repressora. Maria sofre o impacto da perda e passa a viver “encascada”, temporariamente alheia ao que acontece ao seu redor: “E esse tempo todo a Maria ficou assim: calada, só pensando. (...) calada até não poder mais, testa franzida, parece que ela tá sempre pensando uma coisa com força. (19)

Busca, sozinha, construir o mapa de seu mundo¹², espaço onírico, de janela diferente e portas misteriosas, que ela precisa abrir, viandante numa corda imaginária, para decifrar os códigos de sua vida passada, sombreadas cenas de um tempo que ela necessita reconstituir para se encontrar e continuar vivendo. Maria escolhe o caminho e realiza uma busca voluntária: corre atrás de seu desejo. Decide que a corda vai ser o seu calçadão, a ponte interligando mundos paralelos e (des)conhecidos: a cidade grande e o circo, passado e presente, infância e adolescência, Dona Maria Cecília Mendonça de Melo, Foguinho e Maria Barbuda. Nessa travessia, o inevitável aprendizado da corda bamba: “Foi naquela hora que Maria resolveu que a corda ia ser o calçadão dela: todo o dia de manhã cedo ela ia sair pra passear”. (48)

4 - UM PODER SOCIAL IRONIZADO E O UM PODER LITERÁRIO IRONIZADOR

Eis o momento! Começando nesta porta, um longo e eterno caminho mergulha no passado: atrás de nós está uma eternidade! Não será verdade que todos os que podem andar têm de já ter percorrido este caminho? F. Nietzsche

Corda Bamba tematiza as relações de poder, a instabilidade da vida, as alegrias e vicissitudes de viver por um fio, possibilitando ao leitor observar criticamente o mundo às vezes desarmônico que cerca as personagens. Ao privilegiar a linguagem coloquial, o texto assume a voz da pré-adolescente Maria. Instaura um narrador capcioso, malabarista, hábil no manejo não só do elemento fantasioso, como também da realidade. Deixa à mostra uma visão de mundo que não trai o leitor, pois este se identifica com as situações vividas pela menina e as outras personagens.

No livro, o mundo ficcional se arma a partir da infância, mas atinge temas adultos, e põe na berlinda duas instituições que chamam a si a responsabilidade de ensinar – a escola e a família –, aqui representadas pela professora e a avó. Denuncia-as por desprezarem a integridade de Maria, restringindo sua liberdade e criatividade; e, ao mesmo tempo, reabilita o grupo - o circo -, por meio de Márcia e Marcelo, seus pais, Barbuda e Foguinho, como afirmação da identidade e meio de defesa e resistência. Ao abolir o convencional, propõe novos modelos, pois não há papéis prefixados, a troca de experiências é valorizada, o diálogo aberto, a opinião livremente exposta.

Corda Bamba propicia uma leitura do poder sob dois ângulos: o de um poder social ironizado e o de um poder literário ironizador.

4.1 - O primeiro ângulo: o de um poder social ironizado

No primeiro ângulo está o poder centrado no adulto autoritário, representado pela avó, Dona Maria Cecília Mendonça de Melo, e em grau muito menor, mas não menos corrosivo, pela professora particular, Dona Eunice.

No livro, essa visão adultocêntrica enfoca a avó em estado de solidão, encobre sua insegurança interior e revela seu desejo de dominação do outro - a neta e todos os demais personagens. Em outras palavras, procura destacar duas instituições autoritárias: a família, representada pela avó, e a escola, pela professora. A esse poder exercido por essas instituições, contrapõe-se o poder artístico da romancista que, por meio do discurso do narrador, transforma entidades histórica e ideologicamente constituídas como poderosas em alvo de questionamentos, críticas e denúncias.¹³

¹²Essa é uma questão quase obscura que atravessa a obra de Lygia: a personagem precisa ter ideias próprias para encontrar sua razão de ser e lutar por elas, ou seja, encontrar a sua identidade. A mesma abordagem perpassa outras obras, entre elas *A bolsa Amarela*, *Angélica*, *A casa da madrinha*.

¹³É importante ressaltar que família e escola representavam instituições convocadas a colaborar para a solidificação política e ideológica da burguesia, que postulava o desprezo e a fragilidade da criança. Cada uma, com suas especificidades, responsabilizava-se pela preparação dos pequenos para o enfrentamento do mundo. Ambas se qualificavam como espaços de mediação entre a criança e a sociedade.

A infância em si é um período idealizado pela sociedade como feliz, sem problemas, sem grandes preocupações. No entanto, sabe-se que a criança sofre, em maior ou menor grau, formas de opressão que vão desde a agressão física até a discriminação na vida social. No caso específico do livro, sob os disfarces da proteção da avó e do constrangimento aplicado pela professora particular, família e escola apresentam-se como elementos coercivos. Essa situação outorga a esses adultos o direito de oprimir e reprimir, e essa atitude é naturalmente sentida pela protagonista, de quem o narrador se faz porta-voz.

Em *Corda Bamba*, há dois espaços nos quais se configuram dois tipos de organização social, cuja compreensão é importante para se entender, entre os vários sentidos da obra, a concepção existente sobre o processo de socialização do ser humano: o circo e a casa da avó de Maria.

Na casa, a avó determina autoritariamente os papéis individuais a serem desempenhados por seus habitantes, coibindo qualquer comportamento que contrarie a ordem preestabelecida por ela. O exemplo extremo dessa rígida determinação é Maria, predestinada a ser a neta-bibelô, a boneca, no dizer da avó. No circo, a situação se inverte. Naquele espaço libertário, as relações interpessoais se revitalizam; a menina transita, dialoga com seus amigos, pois os laços de respeito e amizade estão fortalecidos.¹⁴

A leitura de *Corda Bamba* possibilita, assim, uma reflexão sobre como se estabelecem as relações de poder. No cenário das relações sociais inscrevem-se segmentos distintos: os habitantes da grande metrópole - Dona Maria Cecília Mendonça de Melo, Dona Eunice -, e o povo do circo - o mágico e engolidor de fogo, a mulher barbada, os trapezistas, a equilibrista. No prisma ideológico, ao se atribuir um significado a essas estruturas sociais¹⁵, é possível inferir que os circenses, no contexto da narrativa, são seres em processo de exclusão, pois se inscrevem como inferiores no cenário hierárquico das relações sociais. O discurso que rotula esses sujeitos sociais, pertencentes às camadas populares, revela os enunciados que os apontam, no texto de Lygia Bojunga Nunes, como parte de uma situação preestabelecida: enquanto circenses, situam-se à margem da sociedade, se comparados à posição ocupada por Dona Maria Cecília, a avó.

Nas várias modalidades discursivas, essa inscrição constitui um saber edificado como verdade e traduz-se numa série de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados, estando intimamente ligada a relações de poder¹⁶. Desse modo, ser trapezista, engolidor de fogo, equilibrista não é simplesmente pertencer ao circo, mas é um enunciado que converge para si conotações e interpretações articuladas socialmente, com um valor de verdade que estabelece marcas de poder, definindo ações, falas, comportamentos, atitudes preconcebidas. Um bom exemplo no livro é Marcelo, um pintor de parede, mas artista de circo. Tanto ele como os demais personagens são rotulados pela avó como “uns pobretões, têm que trabalhar o dia todo pra poder viver” (72).

A sociedade ocidental tem intensificado a produção de enunciados sobre as classes populares, por meio dos quais se legitimam sistemas e situações exclusivas, como esse tipo de marginalização socioeconômica. Em nosso país, por exemplo, os enunciados verdadeiros, centrados nesses sujeitos sociais, utilizam, por meio de artifícios e procedimentos vários, um discurso do saber que sanciona práticas de repressão e violência. Foucault (1996) enfatiza a ausência de neutralidade dos saberes, salientando que, por meio deles, os poderes se exercem:

¹⁴Nas sociedades primitivas o individual e o coletivo se fundem e se confundem. A existência é igual. A sociedade é o próprio todo e se resolve de maneira uniforme. Quando o homem passou a deter o saber/poder, instaurou-se o desequilíbrio.

¹⁵O termo está citado na acepção que lhe confere Bourdieu em *A economia das trocas simbólicas*, p.4.

¹⁶FOUCAULT, p. 13.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral”, de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro¹⁷.

A atitude de Dona Maria Cecília revela uma série de preconceitos, advindos do julgamento apressado em relação à aparência, aspecto exterior e situação social de Marcelo, pretendente da filha, sem considerar seus valores pessoais. A questão do nível social entre personagens que se amam e os diálogos travados enfatizam esse discurso, que “acolhe” a diferença como impasse nas relações afetivas e sociais, ou quando o dinheiro é a base para se estabelecer qualquer negócio: “Eu dou dinheiro pra ele e ele te esquece. (...) Chama o teu namorado. Não faz mal que ele suje o tapete de tinta: é só ver o cheque que ele vai logo esquecer a paixão por você.” (73). A resposta da filha referenda a situação: “O dinheiro só serve é pra isso, não é? Pra forçar todo mundo a fazer o que a senhora quer. Pra comprar os outros!” (73)

Percebe-se que, de modo sutil, essa situação é criticada, mas também vai sendo combatida pelo avesso. É surpreendente o registro do encontro entre Márcia e Marcelo. Do contraste de suas histórias, surge a complementaridade da diferença:

– Quando eu nasci a minha mãe e o meu pai não tinham dinheiro nem pra comprar um berço.

– Quando eu nasci a minha mãe comprou sete: cada dia da semana eu dormia num. (...)

Marcelo sentou outra vez junto dela. Se olharam. Ela tinha o cabelo bem liso e ele tinha o cabelo ondulado, ele era alto e ela era miudinha, ele era meio alourado e ela era mais pra morena, a mão dela era pequena e a dele grande assim, se olharam bem, quanta coisa parecida! (64, 65)

Em *Corda Bamba*, há personagens vítimas do abuso e desrespeito, simplesmente para satisfazer as necessidades dos outros. No capítulo “Presente de Aniversário”, Maria, ao completar sete anos, ganha um presente inusitado: uma velha, contadora de histórias. A Velha da História vem embrulhada dentro de uma caixa grande, comprada como brinquedo de criança:

- Mas, Vó, gente se compra?

- Quem tem dinheiro feito eu compra tudo.

- Fala baixo, Vó, ela pode ouvir.

- E o que é que tem?

- Vai ver ela não gosta.

- Mas não tem nada que gostar ou não gostar: ela tá aí pra fazer o que você quer.

- Gente custa caro?

- Depende. (...) Essa aí custou baratinho. (97)

Sem agressividade, claramente a narrativa desmascara o artificialismo de certas atitudes do adulto e evidencia a crítica social, questionando valores adulterados, que adquirem status na voz da criança.

¹⁷FOUCAULT, p.12.

¹⁸Bourdieu define habitus como "a aptidão que têm os agentes de se orientarem espontaneamente no espaço social e a reagir de modo mais ou menos adequado aos acontecimentos e situações". In: *Esquisse d'une theorie de la pratique*, 1972, p. 178.

Trigo (1998) afirma que “é por meio de *habitus*¹⁸ (...) que Bourdieu estabelece a mediação entre indivíduo e sociedade”¹⁹ Nesse sentido, a opção de Barbuda e Foguinho por entregar Maria à avó caracteriza um comportamento que sistematiza formas de agir, pensar e perceber compatíveis com as necessidades momentâneas da menina. Caracteriza ainda uma disposição socialmente construída capaz de distinguir o que é melhor para Maria naquelas circunstâncias, que estilo de vida é mais apropriado para sua sobrevivência como sujeito social.

À noção de *habitus* acopla-se a de *ethos*, princípio estabelecido por Bourdieu que, segundo Trigo, “elege as condutas ou a ética”²⁰. É esse princípio que vai nortear o comportamento de Barbuda, quando leva Maria para morar na casa da avó, embora ela quisesse permanecer no circo:

Mas a gente explicou que não podia, falou que ela ainda era muito pequena pra ficar assim trabalhando sozinha, e que a senhora estava esperando por ela. Ela ficou sacudindo a cabeça. Mas aí o Foguinho explicou que a vida era um troço bom a beça, mas muito difícil; explicou que toda a hora a gente tinha que fazer coisa sem vontade; e contou quanta coisa que a gente queria fazer, eu e ele, e que não fazia por causa desse negócio da vida ser difícil. (21)

Bourdieu concebe “campo” como um espaço social, isto é, um sistema de posições diferenciais que confere aos agentes individuais ou coletivos papéis e *status* diversos. No campo da cultura, a professora, Dona Eunice, legitima também seu papel autoritário. Como tal, manifesta sua situação de poder historicamente constituído em relação à criança. Coloca-se como detentora de um saber e, sugestionada, parece associar o insucesso no desempenho escolar de Maria à sua procedência, o circo, espaço social, segundo ela e a própria avó, incapaz de oferecer-lhe acesso a bens culturais, dada a escassez de recursos econômicos daqueles até então responsáveis por sua criação, como o narrador deixa bem claro no capítulo “Aula particular” (50).

Nessa instância, pode-se dizer que o narrador escapa ao panfleto porque não dá recados nem produz mensagens. Narra com seu olhar e encarrega o leitor de formular criticamente o sentido para o narrado. Quando realça, de forma caricatural, a figura de D. Eunice, não se estende em comentários para falar da professora e descaracterizar a sua aula particular. Limita-se a contar. O leitor é que vai “lendo” o modelo ultrapassado de ensino. Lygia confia na capacidade do leitor, aquele a quem o narrador fala, virtualmente.

Em *Corda Bamba*, o narrador busca desconstruir a face e as relações de poder, casando naturalmente a realidade com o imaginário. A avó e a metrópole, o engolidor de fogo, a mulher barbada e o circo interagem com a naturalidade do fictício que aponta o real. Mostra a criança como parte de uma classe social sujeita a caprichos humilhantes de adultos. Expõe a tensão violenta que envolve toda a sociedade, em que as minorias não estão protegidas. Ora o adulto ora a criança protagonizam, como vítimas, situações inesperadas. Fica bem claro que não é róseo, falso, inexistente o caminho de Maria pela corda bamba. As descobertas que sozinha vai concretizando determinam que viver é perigoso e cheio de dificuldades, mas num determinado momento podem ser vencidas.

¹⁹ TRIGO: 1998, p. 47.

²⁰ TRIGO: 1998, p. 48.

²¹ A expressão indica que, além do emissor e do destinatário, também o autor pode participar do texto, manifestando-se como operador que denuncia uma instância de enunciação, representada pela intervenção de um sujeito estranho ao enunciado, mas presente no tecido textual.

O segundo ângulo: o de um poder literário ironizador

Ao leitor experiente fica nítida a ideia de que há em *Corda Bamba* um outro tipo de poder, maior do que o da avó e o da professora. É o poder de um narrador irônico que se posiciona entre a realidade e a ficção, que se isenta e ao mesmo tempo se envolve sutilmente com a matéria narrada. A fala do narrador aponta para outra instância, um outro lugar de onde provêm as vozes que circulam no texto. Nessa plurivocidade, o discurso do narrador só aparece no tecido textual onde ele, como as personagens, é um ser de papel, que tem vida apenas ali, mas denuncia uma instância de enunciação que observa criticamente a luta pelo poder, pela posse do texto. Esse posicionamento, em que se confundem a voz do narrador e do autor implícito (ou implicado)²¹, fica evidente em alguns momentos da narrativa:

- Onde é que você tá amarrando a corda, Maria? Quico perguntou. Mas só perguntou pensado: quando abriu a boca pra falar a voz não saiu. Chamou bem alto “Maria!” Maria!” Mas a voz não saía. Ficou com medo, “Maria! (a voz não saía porque ele estava com medo, ou porque a gente sonhando a voz não sai?)”²² (42)

À luz das ideias de Dor (1989)²³, observa-se que o sujeito do enunciado deseja envolver o leitor na trama de sua história. Por outro lado, o sujeito da enunciação sinaliza para que aquele perceba o jogo do narrador. O leitor é continuamente convidado a intervir, desconstruindo o sentido que o sujeito do enunciado dá à sua fala. Nesse território, instala-se a ironia como processo discursivo e como categoria construtora de texto, cuja forma de construção denuncia um ponto de vista, uma argumentação indireta, que conta com a perspicácia do leitor para concretizar-se como significação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de transformar o livro *Corda Bamba* nesse breve objeto de estudo envolve a necessidade de fazer de Lygia Bojunga Nunes uma autora mais conhecida por apreciadores e estudiosos da literatura, bem como reconhecida pela representatividade de sua escrita e porque traz para as letras uma contribuição relevante, dada a sua larga vivência desde que começou a escrever.

Historicamente, produziram-se discursos vários sobre o significado do texto literário para crianças e jovens, que privilegiavam sua função pedagógica, ou seja, enquanto material de aprendizagem, mecanismo de instrução ou de moralização, sem levar em conta o livro como objeto de deleite e desfrute. Os primórdios da literatura são marcados pela intenção de se formar a criança, de ensinar atitudes e comportamentos e de sedimentar uma ideologia. Durante um bom tempo, os livros infantis serviram a esse propósito e só aos poucos abandonaram o didatismo e o caráter moralizante para conquistar seu *status* como objeto artístico.

A modernidade, no entanto, e salvo as exceções, apresenta o livro de literatura infantil e juvenil como objeto de desejo, para pensá-lo na dimensão de prazer daqueles que tornam possível a existência do texto: o autor, porque o produz; o texto em si, por trazer seus propósitos, mas também acolher as marcas de seu receptor, e o leitor, porque através do exercício interpretativo da leitura constrói sentidos para o que lê.

²²Grifo nosso.

²³DOR, Joël. "Sujeito do inconsciente. Sujeito do enunciado. Sujeito da enunciação". In: Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como linguagem. Trad. Carlos Eduardo Reis Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 116.

Corda Bamba, obra da autora analisada neste estudo, apresenta dimensão lúdica, diverte e instrui ao mesmo tempo, pois dialoga com o universo simbólico do leitor, respondendo, quando possível, às suas demandas. Possibilita, também, uma abordagem crítica da realidade social vivida por Maria, protagonista da trama. Tematiza as relações de poder interferentes e entremetidas nos comportamentos e atitudes dos personagens. Propõe não só a elas como ao próprio leitor indagações sobre a instabilidade da vida, as alegrias e vicissitudes de viver por um fio, advindas do mundo às vezes desarmônico que os cerca.

Propicia uma leitura do poder sob dois ângulos. No primeiro, o de um poder social ironizado, enfocando o adulto em estado de solidão, autoritário, inseguro, desejoso de dominar o outro, por constituir, culturalmente, um saber edificado como verdade. Nesse universo circulam personagens vítimas do abuso e do desrespeito. Sem agressividade e de forma transparente, a narrativa desmascara o artificialismo de certas atitudes do adulto e evidencia a crítica social, questionando seus valores assim adulterados. Por meio de uma linguagem anticonvencional, o narrador descortina, tanto para a menina como para os leitores, as possíveis soluções para seus dilaceramentos. Ao mesmo tempo, possibilita leitura prazerosa e multiplicadora de sentidos. No segundo, o de um poder literário ironizador, na figura do narrador irônico que se isenta e ao mesmo tempo se envolve em relação à matéria narrada.

Ao evidenciar a elaboração da linguagem e valorizar o jogo com os signos linguísticos, dá *status* ao leitor elevando-o à categoria de cúmplice e coautor da história, tornando sua leitura uma referência de prazer e encantamento para o resto de sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Génève, 1972.

CADEMARTORI, Ligia. *O que é Literatura Infantil?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DOR, Joël. "Sujeito do inconsciente. Sujeito do enunciado. Sujeito da enunciação". In: *Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como linguagem*. Trad. Carlos Eduardo Reis Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

MAIGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Pontes Editora, 1997.

NUNES, Lygia Bojunga Nunes. *Corda Bamba*. São Paulo: Agir, 1987.

PALO, Mª José & OLIVEIRA, Rosa D. *Literatura Infantil: voz de criança*. São Paulo: Ática, 2006.

PARREIRAS, Ninfa. Lygia Bojunga. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 6 nov, 1999.

TRIGO, Maria Helena Bueno. "Habitus, campo, estratégia". São Paulo: *Cadernos CERU*, série 2, nº 9, 1998.

ADOLESCÊNCIA E HOSPITALIZAÇÃO: INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA DIALÉTICA SAÚDE E DOENÇA.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1515>

Katia Martins Molinari

Especialização em Psicopedagogia Unibh
k.molinari@yahoo.com.br



Rosa Maria Corrêa

Doutora em Educação pela UNICAMP, Professora da PUC Minas
rosamc@pucminas.br



<https://orcid.org/0000-0002-2106-4252>

Recebido em: 22/04/2015 – Aceito em 18/05/2015

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo de caso realizado com adolescentes hospitalizados entre os meses de setembro e novembro de 2014, em um hospital público de Belo Horizonte, onde existe um trabalho realizado semanalmente com este público no formato de grupo operativo. Este estudo se propõe a tentar elucidar quais os reflexos desse espaço de fala para o tratamento dispensado a esses adolescentes. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa como observação participante e também entrevista narrativa. Como resultado, podem-se perceber fatores inerentes à própria adolescência, entre eles a afetividade, a agressividade e a imagem corporal, bem como a importância do vínculo nas relações estabelecidas para maior participação da própria dinâmica, e de que forma isso pode afetar o processo de resiliência e adaptação ao tratamento.

Palavras-chave: grupo, adolescentes, imagem corporal, esquema corporal, agressividade e afetividade.

Abstract: This article presents a case study of hospitalized adolescents between the months of September and November 2014 in a public hospital in Belo Horizonte, where there is a weekly realized work with this audience in the operative group format. This study aims to try elucidates the consequences of this speech space for the treatment of these adolescents. It was used as methodology the qualitative research as participant observation and narrative interview. As a result, it can see inherent factors to adolescence as affection, aggression and body image, as well as the importance of the link in the relations established for greater participation of the dynamics and how

1 - INTRODUÇÃO

Ao trabalhar como técnica em enfermagem há quase 9 anos em uma unidade pediátrica, obter a graduação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia foi quase uma consequência de um olhar dispensado de forma especial aos adolescentes e suas maneiras de enfrentar os mais diversos tipos de enfermidades, sejam elas crônicas ou agudas. Adolescer significa crescer, desenvolver. Conforme Becker (1986), entende-se a adolescência como um período com características bem peculiares, dentre as quais podemos destacar três delas para esse estudo, que são: a preocupação exacerbada com o corpo, uma necessidade de pertencimento a um grupo e sua relação com a linguagem.

O início da adolescência pode ser facilmente identificado e, junto com a puberdade, provoca alterações corporais e psicológicas em um corpo e mente até então infantil. As extremidades corporais vão se modificando de maneira desproporcional ao restante do corpo. Segundo Campagna; Souza (2006), nas meninas essas mudanças são somadas a um outro fator biológico que é a menarca, ao final desse processo de maturação corporal.

As autoras acima afirmam ainda que, frente a todas essas mudanças, a imagem corporal também vai se alterando, agora sendo preciso elaborar o luto pelo corpo infantil que se vai e a chegada de um corpo modificado e compreender as consequências sociais dessa modificação. Elas enfatizam, ainda, ser perceptível a falta de apoio para lidar com essas modificações por parte da sociedade, antes o contrário, o que se tem é uma grande valorização de uma beleza veiculada pela mídia e com padrões saudavelmente inatingíveis. Isso se torna pre-

ocupante na medida em que esses valores, dados como naturais, são internalizados de maneira inquestionável, como em um culto narcísico, onde a supervalorização da imagem se torna mais importante que a subjetividade de cada um. O adolescente tem que aprender a lidar com suas transformações físicas ao mesmo tempo em que é colocado frente a modelos impossíveis de serem correspondidos.

É em meio a esse turbilhão, diante de um espelho com uma imagem corporal e um esquema corporal alterados, é que o adolescente parte em busca de novas identificações, novos padrões de comportamento e de novas referências. O que se percebe então é uma necessidade de pertencimento a um grupo, diante de uma marginalização tanto do mundo adulto quanto do mundo infantil. O grupo o guia num encontro com a própria identidade diante de um novo contexto social. Becker (1986) afirma que, numa uniformidade de pensamentos, esses adolescentes tornam-se espelhos um para o outro, passando juntos pelas mesmas experiências e descobertas.

Nesse período da vida, a linguagem tem uma importância enorme na construção dessa nova identidade. Segundo De Finna (2004 apud OLIVEIRA, 2006), a identidade se constrói na interação discursiva, refere-se à linguagem como detentora de um papel fundamental na expressão da identidade e como constitutiva da experiência no mundo. Para ele, a subjetividade se reelabora interior e exteriormente numa relação socio-cultural. Palangana (2001) também o faz ao se referenciar em Vygotsky e na sua perspectiva de linguagem como ponto central do processo de desenvolvimento enquanto instrumento de comunicação e de pensamento.

Inicialmente, o presente estudo tinha como objetivo uma pesquisa/diagnóstico do trabalho realizado numa parceria entre Hebiatria, Psicologia e Psicopedagogia, com o grupo de adolescentes numa unidade pediátrica em um hospital público geral da cidade de Belo Horizonte/MG. Contudo, à medida que o estudo foi se desenvolvendo, tornou-se uma proposta de intervenção a partir da pesquisa/diagnóstico, que buscou conhecer primeiramente as significações já estabelecidas por esses adolescentes e depois auxiliá-los no processo de ressignificação e resiliência dessa relação dialética saúde/doença. Partimos dos pressupostos de imagem corporal como sendo a imagem elaborada mentalmente do nosso corpo, que se refere ao imaginário e é marcada pelo simbólico; do esquema corporal como sendo o mediador entre o sujeito e o mundo dentro da perspectiva de Françoise Dolto; da importância da linguagem na constituição da identidade de acordo com Vygotsky; dos conceitos de agressividade, em Donald Winnicott, e da afetividade, em Henri Wallon.

2 - A PROPOSTA INICIAL DO ESTUDO DE CASO

Trata-se então de uma pesquisa qualitativa que utilizou o estudo de caso de um grupo de adolescentes com idade entre 11 e 17 anos, realizada semanalmente entre os meses de setembro e novembro de 2014. Este trabalho pretendeu observar e relatar a funcionalidade desse grupo para esses adolescentes quanto à aceitação da doença/tratamento, entender até que ponto essa dinâmica funciona com apoio e fator assertivo para a resiliência desse público específico. Para sua realização, foram utilizadas como estratégias metodológicas a observação participante, a entrevista narrativa e dinâmicas.

Este estudo foi um trabalho de campo que, para Bogdan; Biklen (1994, p. 113), nada mais é que “estar dentro do mundo do sujeito”, fundamentado na pesquisa qualitativa por meio de uma observação participante. Segundo Minayo (1994, p.63) “na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial” e a observação participante pode ser considerada parte essencial desse trabalho.

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto, modifica esse contexto pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (MINAYO, 1994, p. 70)

Como instrumento de coleta dados, foi escolhido a entrevista narrativa, entendida por Flick (2006, p. 104)

como “as narrativas que permitem ao pesquisador abordar o mundo experimental do entrevistado de modo mais abrangente com a própria estruturação desse mundo”. Esta tem como princípio básico solicitar ao entrevistado que improvise uma narrativa sobre o tema pesquisado. Para isso o pesquisador fará uso de uma “questão gerativa” que irá se referir ao tópico de estudo e terá por finalidade estimular a narrativa principal do entrevistado.

2.1 - Entendendo o Grupo

O tema “grupo” é uma disciplina obrigatória na especialização em Hebiatria (medicina do adolescente). Semanalmente esse assunto é estudado pelos aspirantes a hebiatras e como parte da carga horária dessa matéria foi proposta uma reunião com os adolescentes em nível ambulatorial. Desde abril de 2013, devido a um olhar mais cuidadoso sobre adolescentes internados e suas peculiaridades, começou-se a realizar esse momento, também, com os adolescentes que se encontravam hospitalizados. No início, apenas se contava com uma psicóloga e dois residentes em Hebiatria à frente dessa parte do projeto. Contudo, desde maio de 2014, semanalmente, apenas uma psicóloga e um residente em Hebiatria se reúnem com os adolescentes que estão internados para um bate-papo, a fim de que, junto com seus pares, estes possam ter a oportunidade de conversar sobre os assuntos que lhes interessam, desde futebol até angústias e expectativas sobre o futuro. Falando de suas experiências, descobrem sentimentos compartilhados e sorriem, sorriem muito.

Em setembro desse mesmo ano, quando se iniciou este estudo de caso, agregou-se ao grupo uma pedagoga, pós graduanda em Psicopedagogia, com o objetivo de se realizar uma escuta diferenciada, em que fosse possível perceber as relações estabelecidas desses adolescentes com a aprendizagem da nova vida que lhes era apresentada pela perspectiva da doença, bem como suas restrições.

O residente em Hebiatria, responsável pelo grupo, entende que o objetivo desses encontros é a escuta. Para ele, torna-se importante ter um espaço para que esses pacientes se expressem. Relata, também, que, por vezes, essas conversas podem trazer luz e entendimento a reações apresentadas durante a internação. Em acordo com essa fala, a psicóloga, também responsável pelo grupo, corrobora, dizendo sobre a importância da linguagem e da expressão para todos os adolescentes e o quanto isso se faz necessário dentro desse ambiente hospitalar. Para ela, o objetivo do grupo é o momento com os pares, a sustentação dessa linguagem com o bate-papo, face, principalmente, a um momento de separação dos seus pais/acompanhantes.

De maneira conceitual, segundo Afonso et al (2013, p. 27) “grupo é um conjunto de pessoas unidas entre si porque se colocam objetivos e/ou ideais em comum e se reconhecem interligadas por esses objetivos e/ou ideais”. Dessa forma, podemos entender então o grupo apresentado neste estudo como um grupo de adolescentes unidos pelo mesmo ideal e que se reconhecem nesse ideal: o processo de adoecimento e a restauração plena ou parcial da saúde física, psíquica e emocional.

A nossa vida é organizada em grupos: família, grupo de trabalho, grupo de amigos, dentre outros. Nesse espaço, o sujeito se reconhece como integrante e participante de um grupo maior que é a sociedade, onde se encontra engendrado numa teia de relacionamentos e diferentes papéis sociais, com sua vida construída. Conforme elaboração desse autor, dentre os mais variados tipos de grupos existe o grupo operativo,

[...]que tem por objetivo conhecer crenças, ideias e sentimentos de seus membros visando a reflexão e mudança, estimulando novas aprendizagens em sua realidade, como realidade compartilhada no contexto sociocultural, bem como estimulando a operatividade, autonomia e mobilização dos participantes (AFONSO *et al*, 2013, p. 62)

Percebemos, então, que o grupo estudado constitui um grupo operativo, do qual se procura uma compreensão diferenciada do que seja aprendizagem, relacionando-a, assim, com a possibilidade de elaboração da experiência em grupo e contexto, além de um aumento no comprometimento pessoal e interpessoal no enfrentamento de seus problemas.

2.2 - O Adolecer Enfermo

Adolescer significa crescer. A adolescência pode ser entendida como um tempo em suspensão, um mundo interno em erupção, estranheza, sofrimento contínuo e intenso e se “moderniza” com um sujeito contemporâneo que sabe muito, mas fracassa na escola, que ensina seus pais sobre o mundo virtual, mas dificilmente anda na rua sozinho, que evita se interrogar, que não quer saber e nem se responsabilizar.

Segundo Winnicott (1975), é nesse momento que os fracassos e sucessos da infância retornam para se acomodarem.

Na época do crescimento adolescente, meninos e meninas canhestra e desordenadamente emergem da infância e se afastam da dependência, tateando em busca do *status* adulto[...]crescer significa ocupar o lugar do genitor. *E realmente o é*. Na fantasia inconsciente, crescer é inerentemente, um ato agressivo. E a criança agora já não é pequena. (WINNICOTT, 1975, p.194)

Acrescido a esse turbilhão, tem-se ainda uma sociedade que hipervaloriza uma representação de corpo ideal, sendo saudável quem tem um corpo funcionando perfeitamente. Com o corpo em transformação pela própria adolescência, a imagem corporal do adolescente fica alterada, levando-o a se sentir diferente. Essa diferença se torna maior à medida que se tem o corpo alterado ainda por consequência de tratamento de saúde. Fica mais difícil tolerar esses desvios do corpo idealizado se vivencia múltiplas terapêuticas ou limitações da doença, que alteram sua aparência e, por vezes, restringem sua independência e capacidades.

Erickson (1987 apud RABELLO et al 2008) percebe essa etapa da vida como identidade x confusão de identidade. Em seus estudos, ressalta que o adolescente precisa de segurança, diante de todas as transformações vivenciadas nesse estágio. Contextualizando esse conceito, em relação aos adolescentes hospitalizados ou com doenças crônicas não se pode mensurar a extensão dos conflitos vividos ao se somarem os conflitos próprios das ações hormonais da idade e os adquiridos com a enfermidade.

3 - A PESQUISA DIAGNÓSTICA: CONHECENDO O GRUPO DE ADOLESCENTES

Na pesquisa/diagnóstica, queríamos saber o que representava e quais os benefícios do grupo para os adolescentes entre 11(onze) e 17 (dezessete) anos da unidade pediátrica de um hospital geral público de Belo Horizonte - MG. A entrevista narrativa aconteceu de forma coletiva, após a realização do grupo.

Ao término da atividade proposta no grupo para aquele dia, foi perguntado a cada sujeito da pesquisa se havia gostado do grupo e, em seguida, proposta a questão geradora: “Você acha que o grupo o (a) ajuda em seu tratamento?”

Para a realização deste estudo, foram observados de maneira participativa 10 (dez) encontros, cada um com uma média de 6 (seis) participantes, num total de 18 (dezoito) adolescentes, devido ao longo período de interação de alguns. Dessa amostra surgiram as mais diversas respostas que foram subdivididas em três categorias.

Categoria: “Não acho”

Nessa categoria foram agrupadas as repostas negativas, quando feita a questão geradora. Os participantes se sentiram perdidos ao ouvirem a pergunta. Ainda que em tom de brincadeira, não correlacionavam o grupo ao tratamento, como demonstram as falas citadas abaixo:

- “... num acho não, o grupo nem é remédio (risos)...”
- “... hum... aqui é só distração...”
- “... gosto de ficar aqui, mas não acho que falar pode me ajudar...”
- “... nunca pensei nisso, mas acho que não...ou será que pode? Ihhh, to confusa(risos)...”

Categoria: “Acho que sim”

Aqui foram agrupadas as respostas positivas quando feita a questão geradora, alguns adolescentes responderam firmemente que sim e ainda justificaram suas respostas, conforme se percebe nas falas abaixo:

- “... acho que sim... adoecer, a culpa não é da gente... aqui posso falar isso... fico mais leve”
- “ajuda sim... é o único dia que posso falar, sempre perguntam as coisas pra minha mãe.. eu estou bem, na medida do possível, minha cirurgia já foi adiada sete vezes, cada hora eles [se referindo aos médicos] falam um coisa, a diretora da minha escola mandou meu pai cancelar minha matrícula, disse que não vou dar conta mesmo... tô muito triste com isso, tô aqui tem 20 dias e não tenho nem ideia quando vou embora...”;
- “ hum... quando to aqui eu esqueço o que tenho e onde to... me ajuda vê que tem mais gente igual eu...”

Categoria: “Nunca pensei nisso antes”

Nessa categoria foram agrupadas as respostas que demonstraram surpresa, alguns adolescentes se entreolharam e riram ao ouvirem a questão geradora e disseram:

- “uai, nunca pensei nisso... acho que sim, mas nunca pensei nisso (risos)”
- “... será? Acho que sim, tudo que faz aqui é pra ajudar a gente, então acho que sim...”
- “uai... deve ajudar né?! Vocês (apontando pra psicóloga) não dizem que falar ajuda?(risos)
- “ sinceramente, nunca me passou isso pela cabeça, mas se pensar bem... aqui eu jogo, eu falo, eu converso com quem eu nunca conversei (risos).

De modo gráfico, as categorias se apresentam desta forma:

Gráfico 1: Análise das respostas dadas no Encontro de Adolescentes no período de set. a nov. de 2014



Fonte: Entrevistas narrativas realizadas entre set. e nov. de 2014.

Falas espontâneas: outros aspectos surgidos na roda de conversa

De modo esperado, outros aspectos podem ser destacados nas falas desses adolescentes e considerados relevantes ao tratamento. Fatores como a imagem corporal, o esquema corporal e a agressividade puderam ser escutados praticamente em todos os encontros. Observe-se a transcrição da conversa entre duas adolescentes de 12 anos e a intervenção realizada pela mãe de uma delas:

- B: *MP, o médico te deu alta?*
 - MP: *sim, não vou fazer a cirurgia...*
 - B: *você vai continuar corcunda?*
 - MP: *mas eu não sou corcunda...*
 - B: *uai... é sim! A cirurgia num é pra isso?*
- MP vai de encontro a mãe e chorando lhe pergunta): *sou corcunda?*

A mãe a leva ao banheiro e em frente ao espelho levanta sua blusa, mostra-lhe sua cifose grave (deformidade da coluna vertebral) e diz: suas costas são assim... mas vc vai melhorar... MP chorou muito e não quis voltar a participar do grupo naquele dia.

Outra questão bem debatida foi a alopecia (queda de cabelo). As meninas demonstravam bastante inquietação, se comparado aos meninos. As falas eram quase que sempre como as transcritas na conversa abaixo, onde L, S e F são meninas e JP e IA são meninos:

- L 15 anos: *... me cabelo vai cair todo...*
- S 14 anos: *caí mesmo, não gosto de ficar careca, fico feia, todo mundo fica olhando pra mim...*
- F 13 anos: *é por isso que eu tenho duas perucas (risos), uma é rosa e a outra é preta.*
- S 14 anos: *é verdade... eu já vi... (risos)*
- JP 16 anos: *Não me incomodo com isso, é só cabelo uai... depois vai crescer de novo.*
- IA 14 anos: *é dos carecas que elas gostam mais (risos).*

Fernández (1991, p. 57) afirma que a aprendizagem passa pelo corpo, não há como se ter aprendido algo e esse algo não ter ficado registrado no corpo, pois “o organismo transversalizado pelo desejo e pela inteligência conforma uma corporeidade, um corpo que aprende, goza, pensa, sofre ou age”. A autora cita Françoise Dolto e o modo como essa teórica diferencia os conceitos de esquema corporal e imagem corporal, e explica como afecções precoces podem provocar transformações no esquema corporal, pois, em um mesmo sujeito pode habitar, em conjunto, uma imagem corporal sã com um esquema corporal deficiente ou vice versa.

O fator agressividade aparecia mais nos meninos, principalmente quando o assunto eram jogos, como se observa no diálogo transcrito abaixo, entre J 15 anos e MA 13 anos:

- J: *meu pai trouxe meu vídeo game, vamos jogar?*
- MA: *qual jogo?*
- J: *GTA*
- MA: *vamos sim. Eu gosto de GTA. Tem algum pra matar enfermeira ou jogar bomba no hospital ai? (risos)*
- J: *vou ver... imagina??(risos)*
- Psicóloga: *vocês jogariam uma bomba aqui? Como assim?*
- J e MA (gargalhadas): *não né?!*
- MA: *mas tem hora que dá vontade...*
- J: *verdade (risos)*

A agressividade é algo inato ao homem, é a mola propulsora do indivíduo a continuar vivendo, descobrindo novas formas de crescimento, aprimorando defesas, desenvolvendo a curiosidade. Stocker (2007) fala sobre essa agressividade, engendrando conceitos de alguns psicanalistas. Segundo ele, para Winnicott, a repressão da agressividade de cada um é a causa do perigo em que a sociedade vive e não a agressividade do homem em si. Ela é usada como uma forma de contato com o mundo externo, como comunicação, reconhecimento do espaço, formadora de self. Zimerman (2001 apud STOCKER, 2007, p. 256) aponta a diferença entre os termos “agressão” e “agressividade”. À luz de suas ideias, “na agressão predomina a pulsão de morte, enquanto na agressividade prevalece a pulsão de vida”.

O último ponto a ser destacado aqui é a fala quanto à realização do grupo. É que se percebe uma transferência já estabelecida entre participantes e coordenadores do grupo. No entanto, por vezes o encontro não foi realizado devido à ausência do hebi- atra ou da psicóloga (quando um dos dois falta, o outro opta por não realizá-lo). Isso tem deixado os adolescentes um pouco inseguros quanto ao grupo. Talvez por isso o tom de brincadeira presente nas respostas dadas à questão geradora. Frases como “Hoje vai ter o grupo?”, “Semana passada eu esperei e não teve!”, “Ah, um dia tem e no outro não tem?!” se tornaram frequentes de se ouvir nas enfermarias.

4 - INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Neste estudo, a intervenção psicopedagógica proposta para o grupo objetivou o reencontro dos adolescentes com sua identidade, pressupondo a dignidade da palavra, mas sem se restringir a ela: um direito à fala expressa nos mais diversos tipos de linguagem, na qual, de maneira espontânea, permitiu-se aparecerem as mágoas, os medos, as alegrias, os questionamentos e as agressividades.

Dentro de uma visão winnicottiana, essa intervenção seria por meio dos espaços transicionais, que, como gênese da criatividade e ludicidade, age como mediadora entre o meio interno e o externo.

É a brincadeira que é universal e que é própria da saúde: o brincar facilita o crescimento e, conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma alternativa especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (WINNICOTT, 1975, p. 63)

O brincar é o alimento psíquico fundamental para a criança se desenvolver emocionalmente, agindo como um exercício de simbolizar. Nos adolescentes esse conceito pode ser um amortecimento do choque da realidade¹. Conforme Weiss (1992, p. 59), quando se abre um espaço de brincadeiras já se possibilita um “movimento em direção à saúde, à cura, pois o brincar é universal e saudável”, rompendo assim a barreira entre o diagnóstico e tratamento.

Como instrumentos de intervenção, pensamos, de modo prático, em dinâmicas e atividades planejadas, com objetivos a serem alcançados e, principalmente, que houvesse um momento reflexivo ao final de cada encontro, no qual os adolescentes poderiam perceber e refletir sobre o que foi dito.

Ao final do estudo, foram então realizadas duas dinâmicas com o grupo, uma por encontro, com o objetivo de elevar a autoestima desses adolescentes, a fim de que se valorizem e se sentissem valorizados pelo o que são e não pelo o que perderam, bem como para aumentar a resiliência dos mesmos em relação ao tratamento.

A primeira foi “Pra quem você tira o chapéu?”. No fundo de um chapéu foi colocado um espelho. Quando chegada sua vez, o adolescente se via no espelho e dizia se tirava ou não o chapéu para aquela pessoa e por que (os outros participantes não sabiam que havia um espelho no fundo do chapéu). Nesse dia estavam presentes seis participantes no grupo e houve muita comoção durante a dinâmica. Quatro adolescentes tiraram o chapéu para si mesmos. Apesar de alguns não conseguirem explicar o porquê, tiraram o chapéu. A alegria foi visível, como se percebe nos trechos transcritos:

¹WINNICOTT, . O brincar & a realidade. Belo Horizonte: UNI-BH, 2014. Anotações da aula sobre a teoria winnicottiana da disciplina Contribuições da Psicanálise para a Aprendizagem. Notas de aula

- “Ah, eu tiro sim!! Essa pessoa é demais. Já passou por muita coisa mas ainda tá aqui !” (risos)
- “Eu tiro o chapéu pra ela... estou careca, mas estou linda!!!”
- “oh se tiro uai... tiro sim o chapéu, e tiro muito!”(risos)
- “Nossa! (espanto ao olhar pro espelho) Tiro uai, bom demais tá aqui hoje podendo falar isso...”

Dois adolescentes não tiraram o chapéu. Um deles mal conseguia se olhar no espelho. Com vistas nesse comportamento, foram levados a pensar nas conquistas que já tiveram e no que ainda há de bom para se ter e fazer. Após todos participarem, fez-se um momento reflexivo de encorajamento e de valorização, na tentativa de compreenderem a força que possuem.

- “Ihh...não quero nem ver... não tenho nada pra tirar o chapéu... to feio demais”
- “Humm... no dia que acabar (se referindo ao tratamento) eu tiro o chapéu, hoje não... ainda não...”

A segunda dinâmica denominou-se “Passa a bola”. Foram feitas algumas bolas com balões e farinha de trigo e entregues a cada participante, que dispunha também de uma colher descartável. O jogo consistia em, com a colher na boca, passarem a bola de colher em colher no menor tempo possível, cujo objetivo foi o compreenderem a força do grupo, do coletivo, incentivar a confiança e se perceberem como parte do processo. Após esse dia foi narrado pelos próprios adolescentes o maior envolvimento entre eles nos momentos extra grupo, na rotina diária hospitalar.

5 - ENTENDENDO OS RESULTADOS

Outra questão importante observada nas rodas de conversas analisadas para este estudo, para além da imagem corporal e da agressividade, a afetividade consistiu em algo a ser compreendido para além das falas, percebida por meio de um sorriso, um choro, um sentimento expresso. Conforme Dourado; Prandini (2002, p. 26), “as emoções são instantâneas e diretas e podem expressar-se como verdadeiras descargas de energia”. Nesse sentido, podemos nos apoiar em Wallon (1979 apud DOURADO; PRANDINI, 2002, p 26) quando afirma que “as emoções são uma exteriorização da afetividade”.

Dourado et all (2002) endossa a teoria walloniana, na medida em que percebe a afetividade como uma energia capaz de mobilizar o ser em direção ao seu alvo. Segundo Mahoney; Almeida (2005, p. 19), a “afetividade refere-se à capacidade, à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo/interno por sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis”.

Esses adolescentes foram afetados em toda a sua dinâmica de vida, seja na alimentação, nahigienização, na escolarização, nos relacionamentos, no lazer, ou mesmo na estética, entre outros aspectos. Faz-se necessária então uma escuta diferenciada, escuta de sorrisos, escuta do choro, escuta do silêncio, pois, na medida em que se escuta o adolescente, aprende-se a falar com ele. Paulo Freire referenda essa escuta:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. (FREIRE, 1996, v. 3, p 135).

Quando esse tipo de escuta é realizado, tem-se um terreno fértil para se trabalhar, no jovem, a sua capacidade de lutar, encorajando-o para tomar de volta o equilíbrio perdido ao longo do caminho. Nunes (2014, p.157) expõe sobre a resiliência, conceituando-a e afirmando que ela, “antes de tudo, remete-nos à capacidade que temos em lidar com as perdas, as frustrações, o estresse, a angústia, as rejeições e as adversidades da vida e nos recomparamos de alguma maneira”. Por meio de um olhar psicopedagógico, podemos observar questões diversas na relação ensino/aprendizagem, bem como suas rupturas. Educador não é somente aquele que ensina as letras e os números, mas também aquele que abre o olhar e a escuta para uma nova perspectiva de vida. Freire (1996, p. 132) fala a respeito do educador democrático como aquele que “aprende a falar escutando, é cortado pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para escutar a quem, silencioso, e não silenciado, fala.”

Esses adolescentes necessitam se recompor de alguma forma. Algo precisa ser pensado de maneira eficaz para atingi-los, com o objetivo de ajudá-los. Isso não significa enchê-los de mais conceitos e teorização sobre seu estado de saúde, apesar do conhecimento ser fundamental para a sua compreensão e, conseqüentemente, sua resiliência. Contudo, eles necessitam criar vínculos para poderem se expressar com mais confiança e sem medo de serem desvalorizados nas suas falas ou ações. Precisam se sentirem aceitos e valorizados, firmados em suas referências, para que possam aprender a voar com o tamanho de suas próprias asas, preparando-se para voos mais altos.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos a realizar esse estudo de caso durante a pós-graduação em Psicopedagogia, tivemos como objetivo compreender um pouco dessa adolescência especialmente conturbada que é a adolescência engendrada à hospitalização crônica. Entender como se sentiam aqueles jovens, como se expressavam, e descobrir se haveria alguma maneira de ajudá-los. Foi, pois, estudado um grupo de adolescentes que se reuniam semanalmente, cuja proposta era a de oferecer um lugar de fala para esse público.

Ao se dar voz a esses adolescentes, percebemos a influência que a enfermidade tem em suas vidas, vivida de maneira única, experienciada no próprio corpo. Percebemos a dimensão das conseqüências advindas da hospitalização/tratamento para as imagens refletidas no espelho da alma. Estar em grupo é muito mais que se sentarem juntos ao redor de uma mesa, é compartilharem sofrimentos e realizações, e se reconhecerem no outro.

A dinâmica em grupo mostrou-se assertiva quanto ao espaço de fala, muito mais que uma fala por meio de palavras, mas uma fala dita com tipos de linguagem, muitas vezes proferida até mesmo no silêncio. Nesse espaço, os adolescentes se sentem “afastados” da doença, ali são todos iguais, são todos adolescentes, são seus nomes, suas identidades, suas dúvidas e receios, tristezas e alegrias, são muito mais que nomes complicados de tumores e leucemias, são eles mesmos, simples assim.

No entanto, alguns fatores não assertivos também foram observados, como, por exemplo, a falta de um vínculo mais profundo desses adolescentes para com o grupo. O tempo entre os encontros parece ser longo demais em relação ao tempo da rotina hospitalar e isso dificulta uma maior abertura à proposta desses encontros. O longo espaço entre os encontros aparentemente cria uma maior dificuldade em se sentirem seguros para exporem seus pensamentos e sentimentos.

Todavia, o método de dinâmica em grupo se mostra eficaz no atendimento ao adolescente e, com esse grupo não foi diferente. Por meio de suas lentes, o hospital deixou de ser tão somente o espaço de cura e de dor, para se transformar num lugar de alegria e de prazer. As relações e vínculos criados ali podem modificar suas respostas, amparando-os frente à situação da doença, minimizando implicações negativas, deixando-os resilientes, ou seja, habilitando-os às mudanças que surgirão e a reagirem com flexibilidade diante das limitações e dos tratamentos impostos pela enfermidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia M. et al. **Oficina em dinâmica de grupo na área da saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. São Paulo, SP – Editora Brasiliense S.A. Coleção Primeiros Passos. 2º ed.1986. **Rev Latino-am Enfermagem** 2002 julho-agosto; 10(4):552-60

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Coleção Ciências da Educação. Portugal: Porto Editora LDA, 1994.

CAMPAGNA, Viviane Namur; SOUZA, Audrey Setton Lopes de. **Corpo e imagem corporal no início da adolescência feminina**. Bol. psicol v.55 n.124 São Paulo jun. 2006. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S000659432006000100003&script=sci_arttext&tlng=es.> Acesso em 04 nov. 2014.

DE FINNA, **A identity in narrative**: a study of immigrant discourse. Philadelphia: Johns Benjamins. 2003 *apud* OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. **Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência**: uma revisão crítica. Psicologia em Estudo,

Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a21>> Acesso em 04 nov. 2014.

DOURADO, Ione Collado Pacheco; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **Henri Wallon**: psicologia e educação. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, n 5, 2002. Disponível em < http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/110/128> Acesso em 26 nov. 2014.

ERICKSON, E. H. Infância e Sociedade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1987 *apud* RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento**. v. 12, 2008. Disponível em:< <http://josesilveira.com/artigos/erikson.pdf> > Acesso em 28 out. 2014.

FERNANDÉZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Tradução Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, SP - Bookman; 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho. **Afetividade e o processo ensino-aprendizagem**: contribuições de Henri Wallon. Psic. da Ed., São Paulo, 20, 1º sem. de 2005, pp. 11-30. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n20/v20a02.pdf>> Acesso em 10 nov. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ –Vozes, 1994.

NUNES, Vera. **O papel das emoções na educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. **Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência**: uma revisão crítica. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a21>> Acesso em 04 nov. 2014.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância social. 3º ed. São Paulo: Summus, 2001.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento**. v. 12, 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-teoria-dodesenvolvimento-psicossocial-de-erik-erikson/8668/#ixzz2AnGhWyPw>> Acesso em 28 out. 2014.

STOCKER, Fábio. A agressividade. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n.02, Abr/Mai/Jun 2007. Disponível em: <www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php> Acesso em 25 out. 2014.

WALLON, Henri. **Do acto ao pensamento**. Lisboa: Moraes, 1979 *apud* DOURADO, Ione Collado Pacheco; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **Henri Wallon**: psicologia e educação. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, n 5, 2002. Disponível em < http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/110/128> Acesso em 26 nov. 2014.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1992.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar & a realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

ENTRE A AGUARDENTE DO REINO E A AGUARDENTE DA TERRA: CONCEPÇÕES MÉDICAS E USOS COTIDIANOS NAS MINAS SETECENTISTAS

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1524>

Valquiria Ferreira da Silva

Mestranda em História Social da Cultura pela UFMG

historiaval@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0506-0809>

Recebido em: 01/05/2015 – Aceito em 26/05/2015

Resumo: O presente artigo tem por objetivo levantar uma discussão acerca das aguardentes – a da terra e a do reino – suas distinções, nomenclaturas e empregos medicinais na região das Minas setecentistas, a partir do *Erário Mineral*, do cirurgião português Luís Gomes Ferreira. Pretende-se discutir como o cirurgião define e distingue a forma de produção, como ele recomenda o uso da aguardente proveniente da uva fabricada em Portugal em detrimento das aguardentes de cana, a forte tida como de melhor qualidade, além da cachaça, aguardente também de cana descrita como de pior qualidade. Em seguida, pretende-se observar como as práticas cotidianas dos moradores locais, que puderam ser remontadas por documentação cartorial, refletiram as concepções em relação ao emprego dessas bebidas e seus usos medicinais.

Palavras-chave: Aguardentes, medicina setecentista, Erário Mineral

Abstract: This article aims to raise a discussion about brandies - the land and the kingdom - its distinctions, classifications and medical uses in eighteenth century Minas, from the *Erário Mineral*, the portuguese surgeon Luís Gomes Ferreira. It is intended to discuss how the Portuguese surgeon defines, distinguishes its production process and recommends the use or condemnation of the spirits of the kingdom and land, as well as *cachaça*. Then, we intend to observe how the daily practices of the local residents, which can be reassembled by notarial documentation, reflected the different views regarding the use of this drink as a medicinal remedy.

Keywords: Brandies, eighteenth century medicine, Erário Mineral

A aguardente mezinha soberana?

Pode dizer-se que a aguardente tomou o papel que, no reino, e entre nós, sobretudo nos primeiros tempos da colonização, estava reservado ao vinho de uvas.

Sérgio Buarque de Holanda¹

A té o século XVII,² na Europa medieval, a aguardente feita da destilação de vinho ou de cereais foi, sobretudo, um remédio caro vendido em boticas.³ Sérgio Buarque de Holanda, no excerto que abre este texto, descreve a importância que a aguardente de cana adquiriu no contexto da colonização. De acordo com ele, esse singular “remédio de paulista”⁴ era visto pelos habitantes como uma “mezinha soberana e universalmente acatada”, e o historiador ainda acrescenta que ela “não era eficaz somente contra a peçonha de cobra, mas contra qualquer veneno, contra as verminoses e, em geral, contra todos os ferimentos que pudessem refundar em corrupção e ‘criar matéria’”.⁵

Corroborando com a assertiva do historiador paulista, porém, em um sentido totalmente contrário, está a posição defendida pelo cirurgião Luiz Gomes Ferreira com relação ao uso da aguardente da terra ou aguardente de cana.

Duas décadas de experiências, vividas entre milhares de almas de “toda a condição de pessoas”, que “se ocupavam, umas de catar, e outras em mandar catar nos ri-

¹HOLANDA. Frechas, feras e febres. In Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1956], 90-124.

²Recentemente importantes trabalhos vêm discutindo a questão das bebidas alcoólicas no contexto de colonização e conquista brasileira, entre eles chamo a atenção para: AVELAR. A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial. São Paulo, USP, 2010. (História, dissertação de Mestrado); FERNANDES. Selvagens bebedeiras: Álcool, embriaguez e contatos culturais (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Alameda, 2011; e PANEGASSI. O Pão e o vinho da terra: alimentação e mediação cultural nas crônicas quinhentistas sobre o novo mundo. São Paulo: Alameda, 2013.

³CARNEIRO. O Corpo sedento. Bebidas na história do Brasil. In: PRIORE, e AMANTINO, (Orgs.) História do corpo no Brasil. São Paulo: Unesp, p.131-156, 2011, p.145.

⁴Remédio de paulista é definido pelo autor como sendo as receitas produzidas a partir da flora e fauna dos sertões do Brasil Colonial. Ver HOLANDA. Frechas, feras e febres. In Caminhos e Fronteiras, 74-89.

⁵HOLANDA. Frechas, feras e febres, p.114.

beiros do ouro”,⁶serviram de substrato para que Luís Gomes Ferreira escrevesse o seu livro,*Erário Mineral*.⁷ Sabará, Vila Rica, Nossa Senhora do Carmo e urbes da Comarca do Rio das Mortes são algumas das localidades por onde transitou o cirurgião-escritor, sempre conjugando a mineração com a arte de curar. Esta última um pouco diferente daquela que havia aprendido no Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa, onde tornou-se licenciado. Pois, segundo ele mesmo observou, o clima diferente das Minas propiciava a instalação de enfermidades e diferentes agentes etiológicos podiam provocar o aparecimento de doenças até então desconhecidas na Europa e em Portugal.⁸

Salientamos que, mesmo vivendo longe do reino e questionando conhecimentos e práticas médicas consolidadas na medicina europeia ocidental o cirurgião era fruto desse conhecimento tal qual se estruturou ao longo dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII.⁹Nesse sentido, Luís Gomes Ferreira era partidário de uma medicina oriunda de uma visão profundamente marcada pela tradição hipocrático-galênica, que possuía como paradigma a teoria dos humores. Ou seja, estava arraigada no seu campo de conhecimento a ideia de que todos os corpos eram compostos pelos “quatro elementos: terra, ar, fogo e água e que se refletiam em quatro humores: fleuma, sangue, bÍlis negra e bÍlis amarela ou vermelha”,¹⁰os quais, quando se encontravam em desequilíbrio, eram responsáveis pelo surgimento das doenças.

Entre tantos medicamentos que Luís Gomes Ferreira apregoa como restauradores da saúde, no *Erário Mineral*, ele é enfático em exaltar as virtudes da aguardente do Reino. Essa deveria ser empregada por todas as pessoas que sofressem “achacadas de flatos”, que andassem em jejum, que possuíssem “zunidos no ouvido e na cabeça” ou que quisessem simplesmente melhorar a saúde, para o que ele aconselhava que tomassem um copinho pela manhã. Quando usada isoladamente, era útil tanto para a assepsia e cura de ferimentos e chagas, quanto como “um prodigioso remédio para preservar de corrupção, gangrena e herpes”. Quando aquecida, poderia substituir o azeite para matar as pulgas, as moscas e os percevejos que entrassem no ouvido de uma pessoa.¹¹

Além disso, o uso de panos molhados em aguardente era singular para colar “nervos totalmente cortados e osso ao mesmo tempo”. Se a mesma fosse conjugada com outros elementos, seus resultados seriam potencializados. Quando batida com clara de ovos, por exemplo, curava qualquer tipo de inflamação nos olhos; quando associada à mostarda, unto de porco sem sal, óleo de arruda e espírito de cocléaria,¹²era infalível para as pernas e braços com poucos movimentos; adicionada à farinha de trigo, tornando-se uma papa, era usada como emplasto para tratar inflamação nas tripas e hérnia intestinal; porém, a melhor, mais fácil e admirável mistura era com a embaúba, administrada como emplasto. Este era um composto formado por olhos de embaúba¹³triturados no almofariz¹⁴ e misturados à aguardente, que servia para curar deslocções de toda natureza, para o tratamento de quebras, de fraturas dilaceradas, e no tratamento de outros males.¹⁵

No tocante à feitura de remédios, Luís Gomes Ferreira advertia que, na falta de aguardente do Reino, poderia ser usado o vinho, de preferência o branco, e até mesmo a água morna, mas nunca, em hipótese alguma, poderia ser usada a aguardente da terra. Esta, conhecida como cachaça, era “fria e constipatória, e desanimada com as sangrias”, sem falar no erro gravíssimo que constituía o seu uso “em mordeduras venenosas e em venenos”.¹⁶

Ao contrário da aguardente do Reino, o autor do *Erário mineral* não se cansa de relatar as mazelas que a aguardente da terra provocava. Ao condenar o seu uso pelos curiosos, que segundo ele “tem enterrado muitos”, o cirurgião, como forma de enfa-

⁶ANDREONI; (ANTONIL). Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas. São Paulo: Companhia Nacional, 1976.

⁷FERREIRA. Erário mineral. Organização de Furtado. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/ Fundação Oswaldo Cruz, 2002, 2v. (Coleção Mineiriana).

⁸Sobre a vida e trajetória de Luís Gomes Ferreira ver: FURTADO. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu Caleidoscópio de imagens. In: FERREIRA. Erário mineral. Organização de Furtado. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/ Fundação Oswaldo Cruz, 2002, 2v. (Coleção Mineiriana).

⁹FURTADO. Medicina na época moderna. In: STARLING, GERMANO, e MARQUES, (Org.). Medicina: História em exame. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.21-82.

¹⁰FURTADO. Medicina na época moderna, p.32-36.

¹¹FERREIRA. Erário mineral, v.1, p.249, 361, 393 e 474.

¹²Planta medicinal, da família das crucíferas, originária da Europa, Ásia e América do Norte, rica em vitamina C.

¹³Planta medicinal, também conhecida como ambaia-tinga, árvore-da-preguiça e imbaiba. Pode-se entender a embaúba como uma designação comum a várias espécies de árvore, em principal as do gênero Cecropia. Olhos de embaúba, neste contexto refere-se ao broto da planta.

¹⁴Também chamado gral, pilão, moedor ou moedor, é um utensílio que serve para moer pequenas quantidades de produtos, por vezes misturando vários ingredientes.

¹⁵FERREIRA. Erário mineral, v.1, p.344, 392, 448, 482; v.2, p.599,

¹⁶FERREIRA. Erário mineral, v.2, p.622 e 674-675.

tizar o seu argumento, relata o fantástico caso do “preto ladino e brioso”, do plantel de João Gonçalves. O negro, que fora mordido por uma jararaca, “bicho venenosíssimo”, quase teve seu braço amputado, e tudo isso, porque para curá-lo o dito senhor havia usado sangrias e “panos molhados em aguardente de cana”.¹⁷ Segundo suas observações, adquiridas da experiência

nestas Minas, não há coisa alguma nelas que seja mais prejudicial à saúde, assim de pretos como de brancos, como é a dita aguardente ou, por outro nome, e bem próprio, cachaça, pois, ordinariamente, quando queremos afirmar que uma coisa não presta pra nada dizemos que é uma ‘cachaça’.¹⁸

Mas essa condenação não parece ter sido unanimidade nos tratados médicos da época. Outro bastante conhecido e contemporâneo ao *Erário Mineral*, o *Âncora medicinal: para conservar a vida com saúde*,¹⁹ ou o livro do doutor Mirandela, escrito pelo médico do rei dom João V, Francisco da Fonseca Henriquez, traz notícias do uso ordinário da aguardente de cana pelo moradores. Nele, o autor reconhece os usos terapêuticos da bebida produzida a partir da cana-de-açúcar, e suas advertências recaem, não sobre seu uso, mas sobre seu excesso. Para este médico, quando

tomada com moderação aproveita os estômagos frios e úmidos, os aquece e coze suas fleumas, gasta os flatos, desseca as umidades do cérebro e dá vigor aos espíritos. Porém, usando-se com excesso, esquenta as entranhas, causa sede, faz ferver o sangue, excita pruídos, comichões, vertigens, cóleras e convulsões das fibras do estômago e ventre.²⁰

A insistente e enfática oposição encetada pelo Luís Gomes Ferreira e as recomendações do médico Francisco da Fonseca Henriquez para que se evitasse o uso excessivo da aguardente da terra produzida a partir da cana fornecem indícios de que, como sugeriu Sérgio Buarque de Holanda, esta possuía, entre os moradores da colônia, um status de “mezinha soberana e universalmente acatada”.²¹

Alguns vestígios do modo como os habitantes das Minas setecentistas utilizaram as aguardentes, encontrados na documentação coevas, são expressivos e espelham essa mesma dicotomia quanto ao uso da bebida da terra.

As aguardentes e o cotidiano dos moradores das Minas

De fato, alguns inventários de moradores locais onde, por vezes, aparecem arrolados gastos com medicamentose dívidas feitas com o preparo de mezinhas, indicam que, a despeito da restrição de alguns doutos ao uso da aguardente da terra como medicamento, a mesma foi empregada com a finalidade terapêuticas Minas Gerais.

O inventário de Luiz Silva, morador no Caquende, na então Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, teve início a 10 de março de 1747 é um dos documentos que contribuem para elucidar a maneira como a população local utilizava, no seu dia a dia, a aguardente de cana.²² Entre as dívidas a serem pagas por sua herança, foi possível localizar solicitações de mercadorias, principalmente despesas com mantimentos, que haviam sido assinadas ainda em vida pelo então defunto. Em meio a pedidos de carne, fumo, toucinho, bacalhau e feijão preto, dois se destacam. Na pri-

¹⁷FERREIRA. *Erário mineral*, v.2, p.621-622.

¹⁸FERREIRA. *Erário mineral*, v.2, p.661.

¹⁹HENRIQUEZ. *Âncora medicinal: Para conserva a vida com saúde*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, 300p. [edições: 1731, 1754 e 1769]

²⁰HENRIQUEZ. *Âncora medicinal*, p.232.

²¹HOLANDA. *Frechas, feras e febres*, 114.

²²Sabará. Arquivo Documental Histórico (ADH). Casa Borba Gato (CBG) – Museu do Ouro (MSO)/ Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Cartório do Primeiro Ofício – Inventário (CPO-I), (03) 29, Inventário de Luís da Silva, 1747. (Doravante: ADH. CBG-MSO. CPO-I ou CSO-I)

meira das solicitações, datada de primeiro de janeiro, Luiz da Silva solicitava ao senhor Domingos que lhe enviasse “meio frasco de cachaça da boa para mezinha”. Na segunda, pedia dois vinténs de aguardente para mezinha, contudo não foi possível identificar a data, nem o fornecedor.

O inventário de Antônia Maria Cardim, moradora na Vila de Sabará, iniciado em novembro de 1769, um mês após o seu falecimento, também deixa antever o uso da cachaça como medicamento.²³ Uma quantidade considerável das despesas estava relacionada a cuidados com a saúde, dela e de sua mãe, Joana Fagundes de Souza. Tendo em vista as receitas anexadas à documentação por “Antônio José Alvares, Boticário aprovado nesta Vila”, é bem provável que a mãe tenha falecido em finais de 1765. Fosse como fosse, o fato é que esse profissional relatou ao Juiz dos Órfãos

que a defunta Antônia Maria Cardim lhe ficou devendo por seu falecimento de resto das receitas juntas sete oitavas e três quartos e dois vinténs de ouro procedidos de remédios com que o Suplicante lhe [assistiu] e para a mais da mesma Joana Fagundes de Souza a mesma falecida e se tinha [?] obrigado a pagar o Suplicante as receitas que foram aplicadas para a dita sua mãe.²⁴

A maior parte das receitas e dos tratamentos cobradas pelo boticário à herança de Joana Fagundes datam do período entre 1763 e 1765 e são medicamentos prescritos para a inventariada, moradora da rua da Cadeia em Vila do Sabará. Depois disso, as receitas escasseiam e reaparecem, em menor intensidade, no ano de 1769, próximo da morte da inventariante. No primeiro grupo de prescrições, Antônio José Alvares suplica o pagamento dos mais variados remédios, como, por exemplo, purgas de maná, emplastos e vomitórios, pílulas, água rosada, vinho, olhos de caranguejo,²⁵ etc. Em maio de 1764, solicitou urgência no pagamento de um medicamento composto, produzida a mistura de cozimento forte de abatua²⁶ e aguardente do Reino.²⁷

Finalmente, o inventário de Antônio Duarte Cozinhas, morador no seu Sítio Olhos D'Água, termo da freguesia de Sabará, falecido em junho de 1782, por outro lado, apresenta evidências à interdição do consumo dessa bebida empregada como medicamento.²⁸ Solteiro e pai de quatro filhos, ele era possuidor de uma fortuna considerável para a época.²⁹ Além do sítio avaliado em 1:800\$00, constavam do rol de bens do falecido vinte e três cativos, dois engenhos - um de pilão e outro de cana -, um forno, um alambique e uma caldeira, plantações de milho, arroz e cana-de-açúcar. A documentação anexada ao inventário dá informações que a fábrica³⁰ de Antônio Duarte continuou funcionando, pelo menos, até o ano de 1789. Nestes sete anos, foi possível ver a diversificação de bens que foram produzidos: açúcar, azeite de coco, arroz, milho, feijão, mamona, leitões, capados e cachaça. As despesas, em sua maioria, estavam relacionadas ao funcionamento da própria fazenda: conserto dos cobres do engenho e da roda de mandioca, compra e conserto de barris, compra de ferramentas, alugueis de escravos, cirurgia para os escravos, sal, toucinho, etc. Uma despesa, em particular, chama a atenção.

Em 1786, o administrador da fazenda relatou ter pago 4 oitavas ao licenciado Landim e comprado dois quartilhos de vinho e um frasco de aguardente para cuidar da mão do negro Nagô que havia tomado uma facada. Como o engenho local produzia cachaça, a compra de aguardente revela que esta só podia ser a aguardente do reino e parece indicar que, para esse proprietário, como provavelmente para outros, valeu a interdição do uso da aguardente da terra para fins médicos, ainda que o paciente fosse um escravo.

²³ADH. CBG-MSO. Cartório do Segundo Ofício – Inventário (CSO-I), (29) 250, Inventário de Antônia Maria Cardim, 1769.

²⁴CBG-MSO. CSO-I, (29) 250, Inventário de Antônia Maria Cardim, 1769.

²⁵Olhos de caranguejo “eram concreções encontradas no interior de animais [caranguejos] ou substâncias, como o coral e as pérolas, ou alôfar”, e deveriam ser “dissolvidos e empregados para cessar enfermidades diversas”. Ver ALMEIDA. Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 2010, p.153-154. Cf. com FURTADO. Barbeiros, cirurgiões e médicos nas Minas Colonial. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.41, p.88-105, jul/dez de 2005, p.102.

²⁶Abatua, abutua, butua ou parreira brava, planta medicinal da família das vitáceas, popularmente conhecida como “trepadeiras” originária das margens do rio Sena no Reino Butua na África. Cf. BLUTEAU. Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v.09, p.163.

²⁷CBG-MSO. CSO-I, (29) 250, Inventário de Antônia Maria Cardim, 1769.

²⁸CBG-MSO. CSO-I, (54) 401, Inventário de Antônio Duarte Cozinhas, 1782.

²⁹Sobre a questão de hierarquia social dos habitantes da capitania ver: ALMEIDA. Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750 – 1822. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

³⁰Fábrica, casa ou oficina em que se fabricam alguns gêneros, por exemplo: pano, tabacos, ferro, etc. BLUTEAU. Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v.04, p.03.

Esses exemplos ilustrativos das duas visões presentes na literatura médica portuguesa de início do século XVIII, em relação ao emprego ou não da aguardente de cana da terra como mezinha. Na região das Minas setecentistas, nas práticas cotidianas, os habitantes, cirurgiões e boticários locais a utilizavam em seus tratamentos, fazendo uso dos produtos que lhes eram mais acessíveis, ou seguiam as interdições ao seu uso, como recomendado por parte dessa literatura, ainda que resultassem em despesas, a princípio, desnecessárias.

A partir destas constatações, uma questão em especial vem à tona. Se, como vimos, a aguardente de cana, aguardente da terra ou cachaça, ao que tudo indica, foi constantemente utilizada pelos moradores das Minas setecentista, por que então, apesar disso, Luís Gomes Ferreira, que viveu um longo período na região mineradora, se tornou um ferrenho opositor do seu uso, a ponto de deixar registrado em suas obra vários casos negativos relativos à utilização da bebida da terra?

A aguardente do Reino versus aguardente da Terra

Qualquer resposta a essa indagação deve começar, antes de tudo, por uma tentativa de apreensão dos significados que a aguardente do reino, a aguardente da terra ou aguardente de cana e a cachaça, tinham de forma mais ampla para os homens do século XVIII. Para isso faz-se necessário o cotejamento de outras fontes contemporâneas à obra do cirurgião Luís Gomes Ferreira.

De acordo com o dicionário do padre do Raphael Bluteau, escrito entre 1712 e 1728, a aguardente era “o vinho destilado até ficar a sexta parte”.³¹ Para ele, o vinho, “néctar da terra e ambrosia do mortais, é o sumo da uva madura espremido e fermentado”.³² Conhecida como bagaceira,³³ esta aguardente deveria ser destilada em banho-maria, ou em fogo brando de lavareda, até que ficasse a sexta parte. Para seu resfriamento mais rápido, o vapor resultante da destilação deveria passar por uma bacia de água fria. Se a aguardente resultante desse processo fosse destilada uma segunda vez, até ficar a sétima parte, passaria então a ser o espírito do vinho retificado ou aguardente de cabeça.³⁴ Ainda segundo Raphael Bluteau, em Portugal, existiam receitas que associavam à aguardente ingredientes que “lhe avivam as virtudes” e a fazia “tão medicinal que poderia ser remédio para muitos e muitas doenças e achaques”.³⁵

Coetâneo ao padre Raphael Bluteau, o jesuíta italiano André João Andreone, conhecido como padre Antonil, viveu na Capitania da Bahia por cerca de trinta e cinco anos (1681-1716). Foi autor de um dos mais respeitáveis e completos relatos sobre a América portuguesa do início do século XVIII. Seu livro, *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e Minas*, nos fornece subsídios importantes sobre o modo de produção da aguardente da terra nos engenhos da colônia, o que nos permite compreender as suas diferenças em relação à aguardente do reino, descrito e exaltado por Bluteau. De acordo com esse jesuíta, no início do processo de purgar o açúcar caldo de cana, saído das fornalhas, era deixado por quinze dias nas formas sem o barro,

começando logo a purgar, e pingando pelo buraco que têm, o primeiro mel, o qual, recebido debaixo, nas bicas, corre até dar no seu tanque. Este mel é inferior, e dá-se no tempo do inverno aos escravos do engenho, repartindo a cada qual cada semana um tacho, e dous a cada casal, que é o melhor mimo e o melhor remédio que têm. Outros, porém, o tornam a cozer, ou o vendem para isso aos que fazem dele açúcar branco batido, ou estilam água ardente.³⁶

³¹BLUTEAU. Vocabulario portuguez & latino, v.1, p.177.

³²BLUTEAU. Vocabulario portuguez & latino, v.8, p.502.

³³CASCUDO. História da alimentação no Brasil. São Paulo. Global, 2004, p.192.

³⁴BLUTEAU. Vocabulario portuguez & latino, v.9, p.18.

³⁵BLUTEAU. Vocabulario portuguez & latino, v.9, p.18-19.

³⁶ANDREONI; (ANTONIL). Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas, p. 215-216.

Ou seja, do mel que escorria das formas poderiam ser produzidos tanto o açúcar batido quanto a aguardente destilada, a qual Antonil desaconselhava que os senhores fornecessem livremente a seus cativos, “para não ter uma contínua desinquietação na senzala dos negros, e para que os seus escravos não sejam com a água ardente mais borrachos do que os faz a cachaça”.³⁷

O jesuíta faz referência a outra bebida, a cachaça, cujo processo de produção é distinto da aguardente de cana. O termo cachaça também é utilizado pelo jesuíta como sinônimo de resto, resíduo ou sujeira proveniente da produção do açúcar. De acordo com ele, depois que a cana moída é levada às caldeiras, logo no início do aquecimento, as impurezas contidas no caldo que vem da moenda eram colocadas para fora e eram chamadas de cachaça. Assim ele descreve seu processo de produção:

O fogo faz neste tempo o seu ofício, e o caldo bota fora a primeira espuma, a que chamam cachaça, e esta, por ser imundíssima, vai pelas bordas das caldeiras bem ladrilhadas fora da casa, por um cano enterado, que a recebe por uma bica de pau, metida dentro do ladrilho que está ao redor da caldeira, e vai caindo pelo dito cano em um grande cocho de pau e serve para as bestas, cabras, ovelhas e porcos; e em algumas partes também os bois a lambem, porque tudo o que é doce, ainda que imundo, deleita.³⁸

É importante lembrar aqui que, primeiro, a aguardente do reino era uma bebida produzida a partir do sumo de uva. Com relação a isso, a leitura do *Erário Mineral* não deixa dúvida de que este também era o sentido atribuído por Luís Gomes Ferreira à bebida reinol.

Outro ponto para o qual também deve ser chamada a atenção é a coexistência de dois tipos de bebidas alcoólicas oriundas da cana-de-açúcar, e *Cultura e opulência no Brasil* deixa isso bem claro. De um lado, a aguardente da terra ou aguardente de cana que era destilada, que deveria ser produzida com autorização do senhor, e, de outro, a cachaça, que era resultante do primeiro caldo fervido da cana, que derramava do caldeirão, logo do início do processo de purga. Esta última, embora possivelmente possuísse um teor alcoólico mais fraco do que a destilada, era uma bebida fermentada³⁹ que, segundo o autor, se consumida em excesso também podia deixar os negros emborrachados.⁴⁰

Observa-se, então, que aguardente de cana e cachaça não eram necessariamente sinônimos. Se na Bahia eles se referiam a produtos distintos, produzidos de formas diferentes, vejamos como esses termos podiam ser empregados nas Minas Gerais. Em 1750, o ouvidor da comarca de Vila Rica, o doutor Caetano da Costa Matoso, recolheu, entre outros tantos, um relato anônimo, interessante para os fins dessa pesquisa, de um imigrante português, morador da região. Segundo este, “o maior fruto que nestas Minas se tira da cana é todo o ano por redondo fazer-se aguardente dela, a que vulgarmente chamam cachaça, mas que seu nome verdadeiro é aguardente de cana”.⁴¹ Nesse caso, diferentemente do jesuíta, o interlocutor empregou os termos como sinônimos, sendo cachaça uma forma de apelido, ou termo local, que a aguardente da terra recebeu.

Luís Gomes Ferreira também emprega os dois termos, mas vejamos o significado que lhes atribui. Ele deixa claro que a aguardente de cana produzida nas Minas, a que ele denomina cachaça, era inferior até mesmo à aguardente da Bahia. Estabelece-se aí, em primeiro plano, uma distinção entre cachaça e aguardente da terra que diz respeito ao local de produção – Minas ou Bahia – e que hierarquiza a bebida das duas capitânicas, em detrimento da primeira.

³⁷ANDREONI; (ANTONIL). *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, p.218.

³⁸ANDREONI; (ANTONIL). *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, p. 202.

³⁹Viajantes que percorreram o Brasil, nos séculos XVI, XVII e até mesmo XVIII, dão notícias de da existência de bebidas alcoólicas fermentadas consumidas pelos nativos, entre eles destaca: STADEN, . *Dois viagens aos Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1974. [1ª edição 1557]; THEVET, . *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1978. [1ª edição 1558]. BRANDÃO. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1997. [1ª edição 1618]; SPIX, e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil – 1870-1820*. São Paulo: Melhoramentos/IHGB, 1976, v.3. [1as edições 1828-1829].

⁴⁰Bêbados.

⁴¹MATOSO. *Códice Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das dos Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749*. Coordenação geral de Figueiredo e Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, 2v. (Coleção Mineiriana), p.770-771.

De fato, para Antonil, a Bahia com a agricultura açucareira era espaço de muito mais distinção que as Minas, onde a riqueza fácil, sem necessidade do trabalho humano, era fator de decaimento moral, e isso se refletia na condenação da sua bebida – perdição de muitos, mas não só.

Paraesse cirurgião a aguardente de Minas era inferior porque era “feita de cana-de-açúcar espremida” e a da Bahia “de mel já depurado, e não tem aquela senão uns poucos espíritos, e o mais venenoso à natureza, ainda que há muitas pessoas que dizem dela milagres, porque assim lhe têm conta”.⁴² Observa-se, então, que a distinção não se refere somente ao local, mas também ao processo de produção, aproximando-se, nesse caso, da distinção que lhes atribuiu Antonil. Assim, como este, tudo parece indicar que o cirurgião estava falando da bebida fermentada em oposição à destilada.

Todavia, para entendermos a condenação de Luís Gomes Ferreira à aguardente da terra, nunca é demais salientar que, embora o cirurgião tivesse tratado alguns mineiros e agricultores remediados, seus clientes mais numerosos eram brancos pobres e, principalmente, escravos. E, é a partir das senzalas, e principalmente dos negros que as habitavam e das mazelas que lhes acometiam, que seu discurso deve ser compreendido.

Portanto, o preconceito que ele reproduz em relação à cachaça e que se estende à aguardente de cana baiana, ainda que em menor proporção, parece nascer do fato de que a primeira era produzida por um processo – a fermentação – que não preservava suas qualidades, ou espírito, conforme apregoava a medicina galênica, mas também porque esta era produzida pelos negros para o seu consumo, o que por si só cobria de mácula a bebida mineira.

Fontes Manuscritas

Sabará. Arquivo Documental Histórico (ADH). Casa Borba Gato (CBG) – Museu do Ouro (MSO)/ Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Cartório do Primeiro Ofício
1747, CPO-I, (03) 29. Inventário de Luís da Silva.

Cartório do Segundo Ofício
1769, CSO-I, (29) 250, Inventário de Antônia Maria Cardim.
1782, CSO-I, (54) 401, Inventário de Antônio Duarte Cozinhas.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

ANDREONI, Giovanni Antônio; (ANTONIL). *Cultura e opulência no Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Companhia Nacional, 1976. (Texto da Edição de 1711).

AVELAR, Lucas Endrigo Brunozi Avelar. *A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial*. São Paulo, USP, 2010. (História, dissertação de Mestrado).

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

⁴²FERREIRA. Erário mineral, v.2, p.684.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das grandezas do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1997. [1ª edição 1618];

CARNEIRO, Henrique. O Corpo sedento. Bebidas na história do Brasil. In: PRIORE, Mary Dele AMANTINO, Márcia (Org.) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, p.131-156, 2011, p.145.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo. Global, 2004, p.192.

DAZILLE, Jean Barthélemy. *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*. Tradução de Antônio José Vieira de Carvalho. Lisboa: Typografia Arco do Cego, 1801.

FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens bebedeiras: Álcool, embriaguez e contatos culturais (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral*. Organização de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/ Fundação Oswaldo Cruz, 2002, 2v. (Coleção Mineiriana).

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos nas Minas Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.41, p.88-105, jul/dez de 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. Medicina na época moderna. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel, GERMANO, Lígia Beatriz de Paula e MARQUES, Rita de Cássia (Org.). *Medicina: História em exame*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.21-82.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora medicinal: Para conserva a vida com saúde*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Frechas, feras e febres. In *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1956], 90-124.

MATOSO, Caetano da Costa. *Códice Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das dos Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749*. Coordenação geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, 2v. (Coleção Mineiriana)

Entrevista com o Professor *Filipe Themudo Barata*

por *Isabela Tavares Guerra*

Dossiê:
"Gestão, Educação e Patrimônio Cultural".



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1509>

Isabela Tavares Guerra

Mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na UFV
belguerra@hotmail.com



Recebido em: 17/04/2015 – Aceito em 01/07/2015

Resumo: Abrindo o dossiê, apresentamos a entrevista concedida pelo Professor Felipe Themudo Barata que busca analisar o papel da multidisciplinaridade nas questões conceituais da área do patrimônio cultural. O autor também aborda as inovações relacionadas às práticas educativas nos museus. Sua argumentação privilegia a mediação entre museus e seus frequentadores e a não distinção entre patrimônio Material e Imaterial.

Palavras-chave: patrimônio cultural, educação em museus, práticas educativas.

Abstract: Opening the dossier we present the interview given by Professor Felipe Themudo Barata that seeks to analyze the role of multidisciplinary in the conceptual issues of cultural heritage area. The author also discusses the innovations related to the educational practices in museums. His argument focuses on mediation between mu-

Filipe Themudo Barata é historiador, professor na Universidade de Évora, Portugal. Sua área de formação é História Medieval e do Mediterrâneo. Ao longo da carreira, atuou também nas áreas de museologia, patrimônio cultural e organizações do terceiro setor, sendo atualmente investigador responsável pela Cátedra da UNESCO em Patrimônio Cultural e Saber Fazer Tradicional.

e-hum – Felipe Barata: O Sr. Tem um percurso profissional longo e diversificado, que passa pela formação em direito e história. Como o Sr. decidiu focar a sua atuação na área de Patrimônio Cultural? **Felipe Barata** – *Isto é uma história longa, quando eu era professor assistente de história, uma das coisas que me impressionava é que nós*



tínhamos a perspectiva cronológica e do controle do tempo, mas tínhamos muito pouca apreciação ou controle do espaço e do que chamávamos de cultura material.

No início minhas aproximações aos problemas relacionados ao espaço

eram ligadas à paisagem. Investigava como as propriedades estavam divididas e como evoluíam. Foi em torno das paisagens que passei a me relacionar com o espaço. Depois, na década de 1980, lá se vão muitos anos, trabalhamos em um projeto que havia aqui na Universidade, sobre a história da paisagem envolvente da cidade de Évora. Isto teve importância por uma razão curiosa, naquela altura, dentro do Colégio do Espírito Santo¹ tínhamos muitos departamentos, isto fazia com que as pessoas de diversos departamentos estabelecessem contatos pessoais uns com os outros. Isto tem muita importância, pois permitia que soubéssemos o que cada um fazia, mas, permitia também, que construíssemos projetos uns com os outros. Eu, desde

¹Uma das unidades da Universidade de Évora.

esta altura, nos anos 1985, me liguei muito às pessoas da ecologia, das paisagens e de estudos das paisagens, depois muitos deles se tornaram arquitetos paisagistas. Então, foi por influência deles que comecei a lidar com o espaço, a paisagem, o território e a história ligada ao estudo do território. Apresentei um seminário sobre a história da paisagem no qual apareceram pessoas de diversas áreas, geógrafos, arquitetos paisagistas, arqueólogos, antropólogos e, a partir daí comecei a trabalhar para dar espessura histórica a estes fenômenos da paisagem.

Do estudo da paisagem para o patrimônio não foi muito difícil, pois estávamos a substituir um conceito da cultura material. E a noção do patrimônio começa a se desenvolver a partir de estudos sobre a paisagem e da cultura material a ela ligada. Depois,

tem uma parte prática, na década de 1990, percebi a necessidade de criar uma formação mais específica ligada propriamente ao patrimônio cultural. É curioso que quando olho às publicações que fiz ao longo da minha vida, continuo ligado à história medieval e à história do mediterrâneo, mas também continuo ligado à paisagem e ao patrimônio. E foi, para relacionar estes dois percursos, que parecem distintos, mas não são, que resolvi me candidatar à Cátedra da Unesco, pois ela permite ligar tudo isto.

e-hum – O Sr. Falou um pouco da cultura material, no Brasil, uma possibilidade de atuação para quem

faz uma formação em patrimônio são os museus. O Sr. tem uma ligação com os museus, tanto como acadêmico, professor, quanto atuando em museus. A partir deste conhecimento, o Sr. poderia nos falar sobre as possibilidades expositivas e as práticas educativas em museus com acervo. Quais seriam as funções dos museus relacionadas às práticas educativas?

Felipe Barata – Esta questão comporta várias respostas. Isto tem a ver com o que se passa em Portugal. Aqui havia cursos de conservadores nos museus, cursos que estavam relacionados às questões das coleções e conservação destas coleções. Em 1998, em Portugal, aconteceu um fenômeno muito interessante, a Exposição Universal de Lisboa. O museu tinha o paradigma normal, a ideia de que tem a sua coleção, a organiza e a estuda. Mas aconteceu uma coisa interessante quando estávamos montando esta exposição, numa escala que ainda não havia em Portugal, percebemos que nos faltava algumas competências. Foi neste contexto que apareceram os dois primeiros cursos de museologia em Portugal. Um que foi da Universidade Nova de Lisboa e o outro na Universidade de Évora, por acaso montado por mim, pois trabalhei nesta exposição.

Por isso, a perspectiva profissional mais global dos museus, começou aí. Uma formação estendida na qual as pessoas percebem que os museus podem ter outras funções, outras vantagens no sistema de ensino e começaram a construir serviços educativos com outro alcance, outra dinâmica. Até que, a própria lei quadro dos museus portugueses² vem oficializar todos estes fenômenos. Hoje em dia, para uma instituição se chamar museu tem que ter serviço educativo, o que abriu ou-

tras questões poucas formações em museologia em Portugal, têm uma discussão específica sobre a educação muito relevante. Portanto, nós muitas vezes somos confrontados, quando ligados aos museus, com esta prática difícil de transformar o museu, digamos, em um instrumento ligado aos programas escolares. Isto começa a ser comum, começa a ser mais alargado e aparece em muitos museus, não em todos. A segunda coisa, curiosamente, não é com os museus, mas com os professores das escolas que muitas vezes não tem formação adequada para perceberem a relação entre os programas escolares e as coleções dos museus, ou às práticas museológicas.

Se eu quisesse fazer um balanço eu diria, se fosse há 10 anos seria mais fácil responder, pois tinha responsabilidade sobre um museu, mas hoje, diria que os museus esforçam-se por organizar as suas coleções, mas principalmente, as suas informações em função dos programas escolares. Há um enorme esforço, devo reconhecer. Isto por um lado, mas pelo outro lado tem um segundo problema que são os cortes orçamentais que dificultam as suas funções. Mas como isto é para o mundo inteiro, acho que não conta. Outra coisa tem a ver com a necessidade dos professores, muitas vezes com formação mais antiga, serem capazes de regular o seu próprio discurso pedagógico utilizando os museus. Alguns problemas não estão do lado dos museus, mas do próprio sistema de ensino. Mas diria que agora é cada vez mais comum a utilização dos museus como espaço de ensino.

Ao contrário do que se passa nos

²Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/patrimonio_movel/lei_dos_museus.pdf

países anglo-saxões, os museus perderam bastante uma das suas funções iniciais, que era exatamente esta ligação com os sistemas de ensino e nós poderíamos dizer que, em grande medida, ainda estamos em um período de recuperação desta função.

Isto poderia nos levar ainda mais longe, com as questões de formação contínua dos professores, dos museólogos e passa por coisas complicadas. Por exemplo, hoje em dia, os museus têm novas funções técnicas pelas quais não tenho certeza se estão preparados. Isto cria alguns ruídos, pois hoje os museus têm a obrigação de guardar e preservar o patrimônio imaterial. E normalmente os museólogos não têm formação nestas áreas, o que tem criado alguns problemas. Os problemas são em Portugal, mas também em vários países do mundo inteiro.

e-hum – Já que falamos em patrimônio imaterial e de alguns problemas ligados a este conceito. Quais são as funções da Cátedra da UNESCO em Patrimônio Imaterial e Saber fazer Tradicional? Qual a importância dela?

Felipe Barata – *A importância se desdobra para mim em questões pessoais também. Esta Cátedra tem funções muito específicas, que estão registradas em um documento que a Universidade de Évora assinou com a UNESCO. São funções simples de explicar, em primeiro lugar, fazer formação avançada, mestrados e, sobretudo doutoramentos. Depois fazer projetos de investigação, que são muitas vezes projetos*

competitivos, apresentamos a programas europeus e internacionais. Depois ainda temos duas áreas que do meu ponto de vista são interessantes, uma tem a ver com formação profissional, principalmente para a população que chamamos de população fragilizada. Tem uma ideia, que é preciso sublinhar, que há uma economia da cultura que é preciso desenvolver, ampliar e explicar do que se trata esta economia. A outra tem a ver com uma questão pessoal, como sou professor da Universidade de Cabo Verde, comprometi-me em montar um Centro de Referência de Investigação do Patrimônio em Cabo Verde. Dentro dos próximos quatro anos a Cátedra vai montar este Centro e veremos o que vai acontecer.

Depois, em um contexto mais cotidiano da função da Cátedra, fazemos muito incentivo aos desenvolvimentos curriculares. As pessoas devem ganhar competências diferentes além dos temas específicos dos seus doutoramentos e mestrados. Também devem desenvolver competências nas áreas das novas tecnologias e comunicação. A Cátedra tem um trabalho interessante neste desenvolvimento.

e-hum – Qual a importância da salvaguarda do patrimônio imaterial na nossa sociedade? O Sr. tem alguns exemplos de práticas bem sucedidas?

Felipe Barata – *Gosto de isolar casos que podemos apresentar como exemplares, isto tem importância, pois estes estudos de casos permitem compreender linhas ou ações que tem alguma sustentação, e outras que são mais práticas. Embora gostasse de sublinhar que a variedade tem importância e nós temos muitas situações de boas e más práticas, mas algumas que só somos capazes de verificar depois*

de algum tempo.

Atualmente, eu diria que é mais fácil as pessoas abdicarem das suas identidades, não só porque são absorvidas e engolidas por meios mais sofisticados e mais fortes, e não só porque as pessoas têm hoje tendência de sair dos seus lugares, tem mobilidade. O mundo de hoje está configurado para ser difícil resistirmos a estes movimentos que são, digamos, para facilitar a expressão, destruidores das identidades. Isto é um lado deste fenômeno, o mais evidente é com a língua, todos os dias desaparecem línguas e dialetos, pois é difícil resistir à homogeneização que algumas línguas provocam. Deste ponto de vista, ser capaz de estudar e de manter viva estes fenômenos dialetais e lingüistas é um ato de cidadania. Em primeiro lugar a defesa do patrimônio imaterial é um fenômeno de cidadania. Digo aos alunos muitas vezes que o que quero ensinar primeiro é não abdicarmos do nosso direito de cidadania e não abdicar da nossa identidade. E isto é difícil no mundo de hoje, muito mais do que parece. Em uma imagem caricatural, a televisão tende a apagar tudo que é diferente para ficarmos todos iguais.

Isto é por um lado da questão, por outro lado, nisto que há pouco eu chamei de economia da cultura, a divisão dos benefícios que envolvem o patrimônio imaterial, é totalmente diferenciada em relação às pessoas interessadas, os produtores são menos beneficiados do que determinadas instituições, isto acontece com os livros, contos populares, a música, o cinema. De um lado estão os produtores, mas quem de fato se beneficia com este sistema, com esta organização, são as pessoas que registram as músicas, os textos, por isto os produtores não têm a

apreciação dos valores econômicos daquilo que fazem. As listas da UNESCO são interessantes, pois no fundo o que eles estão dizendo é que é possível resistir, pois cada um de nós, cada país tem alguma coisa que é diferente dos outros, que é muito interessante e que tem obrigação de ser defendida. Em grande medida, seja paisagem, um edifício, seja um meio material, é sempre possível defender a identidade. E esta é a ideia que eu prezo e que eu gosto no fundo do patrimônio imaterial. Devo dizer que há uma grande discussão daquele artigo² da Convenção de 2003³, onde identifica o que é patrimônio imaterial. Inicia-se uma discussão interessante em escala mundial, mas é um bom começo, uma boa proposta por defender valores identitários e memoriais. Nossa sociedade padece de um grande problema, pois acha que o mundo começou

no século XIX, mas o mundo já existe antes do século XIX. E é muito importante lembrar isto e não são só os valores imateriais, mas é o papel do historiador. Mas isto é outra conversa.

e-hum – No Brasil tem uma discussão sobre os conceitos, definições e sobre a proteção do patrimônio imaterial e material. Aqui, vocês tem esta discussão também ou para o Sr. já é uma questão resolvida?

Felipe Barata – Sim tem. Para mim pessoalmente é uma discussão que não tem sentido. É claro que a materialidade está no ser humano e, por isso, qualquer coisa que eu pense ou que diga está dentro da

minha cabeça, que é matéria. Mas do ponto de vista conceitual esta discussão não tem sentido, qual é a materialidade de uma língua? Eu posso dizer que são as cordas vocais, mas isto passa quase a ser a lógica do absurdo. Eu não estou muito preocupado com este fenômeno, mas há duas questões relacionadas ao patrimônio imaterial que me interessam.

Eu acho mais interessante outra coisa: há fenômenos materiais que só tem sentido com o que se passa lá dentro, por exemplo, uma praça, só tem sentido com as práticas culturais que lá se passam. Isto empresta para o patrimônio imaterial um valor explicativo sobre o material que ele antes não tinha. A segunda coisa é que ele nos permite fazer uma outra aproximação sobre este fenômeno. Tome o caso das fortalezas portuguesas que foram construídas no Brasil, ou na África, na Ásia. Este patrimônio é um patrimônio que nos remete ao período no qual estas estruturas foram construídas, mas muitas vezes a população tem sobre estas construções comportamentos muito diferenciados. Umas vezes rejeitando, outras vezes se apropriando e tornando-os seus, estou falando das populações atuais, que hoje lá vivem. Isto tem a ver com algo relacionado ao patrimônio que é muito interessante, o conceito de hibridismo.

O patrimônio não é só perguntar de quem é?. Mas o mais interessante é saber que aquele mesmo patrimônio tem agregado valores imateriais que antes não éramos capazes de perceber. Eu lido com casos muito concretos, vou te dar só um pequeno exemplo. Há uma cidade que é Safi em Marrocos que está cheia de castelos e igrejas portuguesas. Tudo foi construído no século XVI pelos portugueses, mas a população

considera que aquilo tudo é dela, mesmo sabendo que foi construído pelos portugueses. E hoje, para eles, Safi tem um valor identitário ligado àquelas muralhas. Mas este valor pertence a quem? Como valor identitário pertence aos dois. E é isto que torna o patrimônio imaterial interessante, quando incorporamos os valores memoriais e identitários, vai a uma outra dimensão. Por isso, acho que estas discussões, se o patrimônio material depende do imaterial, me parecem um pouco estéreis.

e-hum – O Sr. trata da importância do patrimônio para o desenvolvimento sustentável de algumas sociedades. Você poderia nos dizer como este desenvolvimento pode ser alcançado? Quais projetos deveriam ser feitos? Quais são os obstáculos?
Felipe Barata – Há uma área que estamos a ganhar confiança na sua importância, que é a chamada economia da cultura. Basicamente estamos a falar de uma área que grosso modo, nos EUA representa 7% do PIB e na Europa cerca da metade disto. Portanto, isto dá uma apreciação do potencial de crescimento deste setor. Daquilo que chamamos da economia da cultura não está só a produção artesanal, tem a ver com tudo que está ligado ao espetáculo, à mídia, cinema, teatro, produção arquitetônica no espaço público, todos estes fenômenos. Todos os setores estão enumerados e elencados.

Curiosamente, até hoje, os norte-americanos é que tem conseguido perceber como desenvolver esta área, e isto explica o valor do PIB que eles conseguem alcançar. Infelizmente, quanto menos rico é o

³ Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial aprovada em Paris em 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

país, menor é este valor. E é isto que nós temos que saber desenvolver, pois é o setor que tem maior potencial de crescimento na estrutura dos PIBs. E isto tem a ver com várias coisas, por um lado há problemas técnicos, mas há também problemas de formação, ou seja, das pessoas entenderem a importância do espaço público como valor mediador desta economia e depois as pessoas serem capazes de perceberem estes fenômenos de outra maneira.

Gosto de dar um exemplo de um projeto que eu colaborei. Tome por exemplo a cidade de Pisa, na Itália, que tem a Praça dos Milagres visitada por cerca de 1.500.000 pessoas por ano, mas as pessoas não entram dentro da cidade. A cidade tem um espaço que é visitado, mas a cidade não é visitada. O que significa que em grande medida a cidade tem que gerir um problema,

relacionado ao número de visitantes, tais como a segurança, mas de fato a cidade não está se beneficiando destes visitantes.

e-hum – Alguns autores afirmam que estamos vivendo uma inflação patrimonial. Gostaria de saber se o Sr. concorda com isto e, se sim, quais são as consequências deste fenômeno?

Felipe Barata – Acho que sim, que é verdade, cada vez mais há a patrimonialização dos bens, dos serviços, da memória. É verdade que isto acontece, mas ainda bem que acontece, eu sou a favor que aconteça. O que nós temos que perceber é que o que já foi destruído é gi-

gantesco. Por isso não estou nada incomodado que estes valores patrimoniais ganhem um conceito cada vez mais alargado. Isto me agrada, parece que esta é a única forma de preservarmos bocados da nossa memória que é muito fácil deitá-las fora.

O patrimônio implica outra coisa, muitas vezes temos que optar. Os problemas da opção são quando o Estado tem dinheiro para fazer obras de conservação tem que se optar se gasta em um lugar ou no outro. Porque os meios são limitados e essas opções são fundamentais. Tenho a plena consciência que não somos capazes de preservar todos os bens patrimoniais que são comumente aceitos como de valor patrimonial. E como tenho certeza que muitos deles serão destruídos, pois não há meios de preservá-los, não estou incomodado que este conceito se alargue. Eu sou muito favorável às políticas recentes da UNESCO que nos explicam que é necessário preservar o patrimônio sobre a forma digital. Muitas vezes esta será a única forma de fazê-lo. Os projetos que são chamados de “digital heritage” são projetos que valem cada vez mais a pena ser uma responsabilidade, para além de científicas, cívicas das universidades.

e-hum – Com a experiência que o Sr. tem na área do patrimônio, o que você diria para quem está começando nesta área. Quais as competências o profissional deve desenvolver?

Felipe Barata – Eu acho que hoje em dia há competências que todos devem desenvolver e que são fundamentais para o patrimônio. Eu enumeraria da seguinte forma: como historiador gosto da ideia de dar espessura histórica aos valores patrimoniais; como antropólogo, se eu o fosse, é muito importante contro-

lar as metodologias que a antropologia nos fornece para nos aproximar dos valores patrimoniais; como sociólogo acho que uma pessoa deve perceber o quadro social que existe e que existia em torno desses bens. Se eu fosse gestor, um homem da economia e da gestão, também não me afastaria desse problema, por exemplo, quais são as competências de se dirigir uma empresa ou um sítio arqueológico? Há critérios de gestão que é preciso compreender.

Há outro conjunto de competências importantes, em primeiro lugar a informática, hoje em dia no mundo das novas tecnologias seria estranho que as pessoas que lidam com o patrimônio achassem as questões da informática difíceis demais. Hoje em dia as novas tecnologias da informática são fundamentais para qualquer uma das ciências, mas principalmente para quem lida com o patrimônio. Outra questão é que só depois de conhecer podemos comunicar, e conhecer os sistemas de informações, como eles são conduzidos e como se apresentam é fundamental.

e-hum – Uma última pergunta: em sua opinião qual é o futuro da história e do patrimônio?

Felipe Barata – Da história há uma coisa que é completamente clara na minha cabeça. Havia um professor de história no século XIX, Michelet⁴, que tentava explicar aos seus alunos que se quisessem ser historiadores o melhor era participar das revoluções do século XIX. Que isto daria sentido ao que faziam e àquilo que estudavam. Eu continuo a acreditar nisso, deste ponto de vista eu concordo com Michelet e March Bloch⁵, também por acreditar nisso ele foi fuzilado durante a Guerra. Um historiador fora da sociedade não existe, fica um erudito

que sabe algumas coisas. O historiador perdeu muito espaço na sua capacidade de intervenção, e por culpa própria; do meu ponto de vista a história não soube reorganizar o seu discurso. E acho que deveria ter um retorno a estes modelos tanto o de Michelet quanto o do Marc Bloch.

Hoje em dia os historiadores lidam muito com os economistas, como os economistas acham que o mundo começou no século XIX, desde que nasceu o capitalismo, os economistas só são capazes de buscar os valores a partir do século XIX. Os historiadores abdicaram por muito tempo de explicar fenômenos que nós hoje vivemos, porque não quiseram fazer a intervenção no espaço público, não quiseram fazer parte da sociedade e, por isso, foram substituídos. Isto não aconteceu só com a história, mas com outras ciências que estão reorganizando o seu

território. E, hoje em dia, do meu ponto de vista, a história tem que voltar a intervir no espaço público para explicar fenômenos que vivemos e mecanismos que hoje nós julgamos que estão a ser redescobertos, para mim é uma questão quase indiscutível.

O outro valor tem a ver com patrimônio. Há um exemplo interessante; no dia em que o John Kennedy morreu, morreu também um grande escritor americano Aldous Huxley⁶, que escreveu que os valores patrimoniais poderiam ser substituídos por valores aleatórios. Há alternativa a isto, são os valores ligados ao patrimônio, eu não tenho

dúvida. Se você quiser assim, isto é quase uma profissão de fé, ser historiador também é isto, é intervir.

⁴Jules Michelet, historiador e filósofo (Paris, 1798-Hyéres, 1874). Por seu posicionamento contrário ao Segundo Império, foi preso em 1851 e perdeu seus cargos públicos.

⁵Marc Bloch, historiador francês (Lyon, 1886- Sainte-Didier-de-Formans, 1944). Conhecido por ser um dos fundadores da Escola dos Annales, participou da resistência francesa e foi fuzilado pelos nazistas.

⁶Aldous Huxley, escritor (Reino Unido, 1894- Estados Unidos, 1963). Sua obra mais conhecida no Brasil é *Admirável Mundo Novo* de 1932.

A PAISAGEM CULTURAL DO NORTE DO ESTADO DO MATO GROSSO: CONSTRUINDO A MEMÓRIA DO RIO TELES PIRES

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1453>

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Mestre e Doutorando em História pela UFMG
ralanari@gmail.com



Mariane Gonçalves Moreira

Mestre em Antropologia pela UFMG
mgoncalvesmoreira@gmail.com



Leylane Ferreira

Especialista em Gestão Ambiental e Geoprocessamento pelo UNIBH
leylanef@yahoo.com.br



Recebido em: 05/03/2015 – Aceito em 10/06/2015

Resumo: Este artigo tem como objetivo a análise das práticas e modos de vida tradicionais dos pescadores residentes nas margens do rio Teles Pires, na região norte do estado do Mato Grosso, Brasil. Utilizaremos o conceito de Paisagem Cultural para identificar a complexa rede de interações estabelecidas entre elementos naturais e culturais que, em conjunto, integram a as experiências de vida de pessoas dedicadas ao trabalho no rio Teles Pires. Serão analisadas as percepções de moradores locais, cujos relatos fornecem subsídios para o estudo do processo histórico de ocupação e apropriação do espaço, bem como dos significados simbólicos a ele atribuídos. A pesca artesanal se destaca dentre os aspectos que caracterizam o modo de vida tradicional da população ribeirinha. Diversas transformações no cotidiano dos ribeirinhos ocorreram nos últimos anos em decorrência de mudanças climáticas e da implantação de um empreendimento hidrelétrico – a UHE Colíder. Nos depoimentos dos pescadores é possível identificar como eles narram suas histórias de vida, ressaltando valores caros a suas identidades culturais, e também os significados atribuídos ao processo de transformação nos modos de vida. Esperamos recuperar as vozes dos moradores locais para contribuir para a construção da memória do Rio Teles Pires frente ao processo de transformação observado nas últimas décadas.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Memória; rio Teles Pires.

Abstract: This article discusses the usage of the concept of “cultural landscape” in a specific case: the Teles Pires river, situated in the north of the state of Mato Grosso, Brazil. The article seeks to comprehend the complex interational network established between natural and cultural elements which constitute de local landscape. The his-

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do *Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e Educação Patrimonial do Projeto Básico Ambiental – PBA do empreendimento UHE COLÍDER – 300 MW¹*, que faz parte do licenciamento ambiental da obra. Nosso objetivo é ampliar o escopo da discussão sobre os agentes sociais envolvidos no processo de construção da UHE Colíder e disponibilizar aos estudiosos dados para a discussão sobre os impactos culturais de empreendimentos semelhantes. Entre 2012 a 2014 foram realizadas atividades de campo que forneceram informações vindas de atores sociais da região, pesquisadores da história regional e também da população ribeirinha que será diretamente afetada pela UHE Colíder. Essas pessoas, principalmente os ribeirinhos expuseram suas visões do ponto de vista histórico-cultural, representações de suas vidas cotidianas e de suas relações com o meio que os cerca. Esse trabalho tem como objetivo recuperar alguns desses elementos nas vozes dos próprios agentes locais.

¹ A Usina Hidrelétrica Colíder está sendo construída no rio Teles Pires, norte do Mato Grosso. Terá potência instalada de 300 megawatts e um reservatório que abrangerá áreas dos municípios mato-grossenses de Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba e Cláudia. Mais informações: www.copel.com/uhecolider

No nosso entendimento, as entrevistas realizadas proporcionaram subsídios para a avaliação do impacto do empreendimento na vida cotidiana da população local, em seu patrimônio cultural e nas alterações na paisagem que caracterizou a vida das pessoas desde a ocupação da região norte do Mato Grosso. Um dos objetivos deste trabalho é apresentar os impactos da implantação da UHE Colíder sentidos pela população e a forma como eles modificarão seus hábitos tradicionais. Nossa hipótese principal é a de que, dotados de forte identificação com o ambiente natural e de um sentido de “pioneirismo” associado às dificuldades enfrentadas para se estabelecer na região nas décadas de 1970 e 1980, os pescadores enxergam na usina hidrelétrica a culminância de um processo de “desenraizamento” que teve início anos antes, com as mudanças climáticas e a crise na produção pesqueira. Nesse sentido, acreditamos ser possível falar em uma modificação nas formas de interação entre o homem e a natureza no caso dos ribeirinhos residentes no rio Teles Pires do norte do Mato Grosso

Para evidenciar esse caráter de transformação cultural devido a fatores alheios às comunidades, utilizaremos o conceito de “paisagem cultural” para caracterizar os modos de vida e de relação com o meio no Rio Teles Pires, localizado no Estado do Mato Grosso, e apresentaremos as visões dos habitantes locais a respeito de suas características, bem como das transformações observadas recentemente. Dividimos o texto em quatro seções. Na primeira discutiremos o conceito de paisagem cultural e suas virtualidades para a preservação do patrimônio cultural. Em seguida apresentaremos um breve panorama sobre a vasta área banhada pelo rio Teles Pires no norte do Mato Grosso, contemplando seus elementos naturais e histórico-culturais. Na terceira seção analisaremos as percepções da população ribeirinha a respeito do rio e do processo de instalação da UHE Colíder na região, com o objetivo de aferir as interpretações elaboradas pelos próprios detentores das práticas locais aqui estudadas. Por fim apresentaremos conclusões a respeito do impacto do empreendimento na região visitada pela equipe técnica.

I. Paisagem cultural em perspectiva

A paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, nos quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território. É dentro de suas paisagens locais que os membros de uma comunidade percebem os lugares nos quais estão inseridos e com os quais se relacionam, estabelecendo as imagens sobre seu cotidiano imediato. Nesse sentido, a paisagem não deve ser compreendida apenas como um meio natural ou artificial, e sim como uma complexa rede de percepções em interação com o meio, composta por processos de criação e recriação a partir das permanências e modificações impostas ao meio físico a partir da ação dos seres humanos. As paisagens, portanto, são fenômenos sociais dotados de forte carga de subjetividade. De acordo com Milton Santos, a paisagem é:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.²

Neste contexto, torna-se importante a diferenciação entre paisagem e natureza. Não existe uma natureza em si, apenas uma natureza pensada e experimentada. Se-

² SANTOS, Metamorfose do espaço habitado, p. 40.

gundo Milton Santos, é ilusório representar a história da humanidade como se ela se desenrolasse no seio de uma natureza que nada lhe devesse. Mesmo que, em aparência, assim possa parecer, “todo o drama humano consiste justamente em escolher entre aparência e verdade. A história mostra-nos que só uma extrapolação esquematizante permite imaginar que a natureza tem um sentido qualquer, independente da representação de sujeitos pensantes.”³ A relação entre homem e natureza não se limita ao pensado em termos científicos. Para tratar da história da ideia de natureza, Lenoble aponta para o fato de ela ser a expressão de uma determinada experiência envolvendo necessariamente uma concepção de mundo. Experiência e percepção, mais uma vez, ocupam o centro da dimensão humana da paisagem.⁴

Se a experiência e a percepção dos humanos é que confere valor à natureza, é também preciso observar que essa fruição do espaço natural não se dá de forma completa, mas sim em porções específicas de território. Não se tem uma experiência plena da natureza em que se desfrute de todas as virtualidades de sua composição. Tal caráter “fragmentário” da percepção humana do meio, por sua vez, não poderia ser identificado com a ideia de natureza, entendida de forma mais ampla, como os recursos naturais a disposição de forma “pura” em toda a extensão do planeta. Simmel explicita que “a paisagem apresenta-se como a delimitação, a captura visual momentânea de um pedaço isolado da natureza”.⁵ Esse “pedaço de natureza”, a paisagem, é onde os seres humanos vivem suas vidas, estabelecem suas relações sociais e constroem o universo simbólico que dá sentido às suas ações. A paisagem é uma imagem cultural, um meio pictórico de representar, estruturar ou simbolizar o mundo. O significado verbal, visual ou construído da paisagem possui uma história de trocas complexas entre esses elementos. Essa troca é marcada pela importância cultural que as paisagens vão adquirindo ao longo do tempo como elementos referenciais de identidades e culturas diversas, sendo possível a constituição de um patrimônio paisagístico histórico-cultural.⁶ Segundo Castrogiovanni compõem a paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo.⁷

Defendemos aqui essa forma de analisar a paisagem em oposição a posições “essencialistas” e “mesológicas” sobre a mesma. As primeiras, tributárias tanto das correntes artísticas europeias do século XIX como o Romantismo quanto do cientificismo, associariam a ideia de “natureza” à de “essência”, seja ela humana ou do mundo, das nações e Impérios.⁸ As conotações políticas de tais postulados, como já mostramos, estabelecem uma hierarquia de formas de apropriação do meio que justifica uma suporta escala evolutiva da civilização, em contraposição à natureza, ligada à barbárie. As segundas, ao associarem o estudo das paisagens apenas aos seus aspectos geográficos, atribuiriam à paisagem a condição de “suporte da vida”. Mesmo quando preocupada com as formas de apropriação do meio pelo homem, ele coloca os recursos naturais como se estivessem à disposição dos homens, que “modelariam” a base física do mundo de acordo com suas necessidades. Para Sauer, por exemplo, a paisagem cultural é uma paisagem natural modelada por um grupo cultural: “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado.”⁹ Essa visão esquemática das interações entre homem e meio, que vigorou durante grande parte do século XX, também está fora dos horizontes teóricos de nossa análise.

Acompanhamos as correntes mais atuais dos estudos nas áreas da Geografia Cultural, da Antropologia, da História e de outras especialidades associadas às práticas de preservação cultural. As políticas de preservação do Patrimônio Cultural ganharam força no século XX, associadas à ascensão dos nacionalismos ao redor do mundo. As políticas públicas na área da memória conjugaram a proteção aos monumentos à cria-

³ SANTOS, Sociedade e espaço: A Formação Social como Teoria e como Método, p.18.

⁴ LENOBLE, História da ideia de natureza, p. 28.

⁵ SIMMEL, “Philosophie du Paysage” et “La Signification Esthétique du Visage”, p. 232.

⁶ SANTOS, Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica, p. 115.

⁷ CASTROGIOVANNI, Por que Geografia no Turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre, p. 132.

⁸ SCHAMA, Paisagem e Memória, p. 38.

⁹ SAUER, A morfologia da Paisagem, p. 25.

ção de museus e o estabelecimento de arquivos, que constituíram uma espécie de “tríade” fundamental das histórias nacionais. Durante várias décadas a proteção ao patrimônio, então “histórico e artístico” focou apenas a conservação e restauração de bens materiais imóveis – monumentos, edificações – e móveis – coleções de obras de arte, mobiliário, imaginária, medalhas e objetos diversos. Dentro desse panorama, os recursos naturais integrantes da “paisagem” dos bens imóveis eram valorizados somente enquanto “ambiência” das edificações, associadas à fruição estética da beleza local. Somente a partir da década de 1970 o conceito de “patrimônio histórico e artístico” deu lugar ao de “patrimônio cultural”, numa virada caracterizada pela aproximação com diversas áreas do conhecimento, especialmente as citadas acima neste parágrafo.

As primeiras ações nesse sentido ocorreram a partir da Convenção para o Patrimônio Cultural, realizada em 1972. No relatório final desse evento foi criada uma Lista do Patrimônio Mundial, divididos em duas categorias: patrimônio natural e patrimônio cultural. Se é possível perceber, nessa iniciativa, uma vinculação à divisão tradicional entre “natureza” e “cultura”, o estabelecimento de uma política de valorização da dimensão cultural e imaterial dos patrimônios representou grande avanço para a valorização das paisagens como formas identitárias das sociedades ao redor do mundo. Poucos anos depois foi estabelecida uma nova categoria de bens “mistos”, que passaram a privilegiar a relação entre as duas dimensões dos patrimônios naturais.¹⁰

Somente na década de 1990, com o impulso às causas ambientais dado pela ECO-92, os recursos naturais ganharam o status de “patrimônio cultural” a partir dos resultados da Convenção do Patrimônio Mundial.¹¹ No documento de conclusão dos trabalhos a categoria de “paisagem cultural” foi oficializada pela UNESCO em 1992 como o conjunto dos

“[...]monumentos que representem as obras combinadas do homem e da natureza, que sejam ilustrativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo; que reflitam as técnicas viáveis de utilização da terra “tomando em consideração as características e limites do ambiente natural no qual estão inseridas, assim como uma relação espiritual específica com a natureza”; as que tiverem um valor universal excepcional e representatividade da região geocultural a que pertencem tendo em vista sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos dessa região; e que recubram grande variedade de manifestações interativas entre o homem e seu ambiente natural.”¹²

A recepção do conceito de Paisagem Cultural no Brasil ocorreu anos depois, já na década de 2000. A Carta de Bagé, resultado de um encontro realizado na cidade gaúcha em 2007, procurou estabelecer diretrizes que norteassem a utilização do conceito nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Seu artigo segundo estabelece:

“A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.”¹³

As paisagens culturais, seguindo esses pressupostos, se efetivam na confluência entre o natural e o cultural, a partir dos materiais dos quais os homens e mulheres se

¹⁰ COSTA; GASTAL, Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural, p. 7.

¹¹ MAGALHÃES, A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira e os Jardins Históricos, p. 3.

¹² UNESCO, Determinações, p. 3. APUD: CURY, Cartas Patrimoniais, p. 157.

¹³ IPHAN et. al., Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, p. 01-02

servem para a operacionalização de suas vidas mais imediatas e dos valores atribuídos ao meio natural pelos sujeitos históricos em face dos dilemas de seus presentes. Elas estão sempre associadas a formas de expressão, modos de fazer, práticas de lazer e celebrações que conferem dinamismo à vida social que transcorre em interação com os recursos naturais. Essa visão “patrimonial” das paisagens privilegia, enfim, o aspecto humano da experiência do mundo.

Ainda que os instrumentos de regulamentação da proteção às paisagens culturais ainda seja incipiente no Brasil, o estabelecimento da categoria pelo IPHAN, principal órgão de preservação cultural no país, fortalece o imperativo de salvaguarda dessas manifestações da cultura coletiva de diversas localidades ao longo do território. Algumas iniciativas podem ser observadas no sentido de aliar o reconhecimento de paisagens culturais à políticas de salvaguarda. Como forma de exemplificar a definição de paisagem cultural, podemos citar a Serra da Piedade (Figura 1), localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. A Serra da Piedade é considerada uma paisagem cultural brasileira, segundo o IPHAN, por se tratar de uma das mais belas paisagens montanhosas do país e pelos vários significados para os diversos grupos sociais que a procuram. Para Delphim, as montanhas da serra são objetos de profundos significados simbólicos, místicos, religiosos, arquetípicos, com referências aos deuses, em diversas culturas ao redor do mundo.¹⁴ No caso da Serra da Piedade, o local é buscado por religiosos de diversas crenças, com diferentes apropriações e práticas. Outros atores contribuem para a riqueza cultural atribuído à paisagem local, como amantes da natureza e praticantes de esportes radicais.



Fig. 01: Vista da Serra da Piedade, Minas Gerais. Fonte: Portal Blog Serra da Piedade. Disponível em: <http://www.joseisraelabrantes.com.br/pt/photography/list/?page=10>. Acesso em 07 de novembro de 2013.

Outro exemplo de paisagem cultural é o Corcovado (Figura 2), localizado no município do Rio de Janeiro/ RJ. Este recebeu o título pela a UNESCO, que o considerou uma beleza natural que vive em harmonia com o homem. Para Ribeiro (2007), o Corcovado se enquadra como símbolo possuidor de caráter de “paisagem monumento”, é um espaço natural que se conformou com a ambiência do assentamento urbano, de interesse social, histórico, artístico, literário, religioso e afetivo ou legendário, tornando-se assim uma paisagem cultural.



Fig. 02: Corcovado, Rio de Janeiro. Fonte: Portal do Corcovado. Disponível em: <http://www.corcovado.com.br/>. Acesso 09 de novembro de 2013.

Dessa forma, os aspectos relevantes para identificação e percepção da paisagem cultural na área em estudo são compostos por elementos naturais, artificiais e pelas relações que o ser humano mantém com tais elementos. O primeiro elemento (natural)

¹⁴ DELPHIM, Manual de intervenções em jardins históricos, p. 86.

apontado refere-se ao relevo, à forma do terreno (montanhas, vales, planícies, colinas), sua disposição e natureza (rochas e solos) e a hidrografia (lâminas d'águas, correnteza do rio, cachoeiras, praias). O segundo elemento natural é associado à vegetação, considerando as distintas formas de vida vegetal e suas características fisiográficas.

Apresentadas estas disposições teóricas que fundamentam nossa análise, passaremos à apresentação de dados referentes à região banhada pelo rio Teles Pires, no norte do estado do Mato Grosso, região Centro-Oeste do Brasil.

II - O “Nortão” do Mato Grosso e o Rio Teles Pires

A região norte do estado do Mato Grosso, integrante da chamada “Amazônia Mato-Grossense”, foi povoada predominantemente por indígenas até a década de 1950, quando as primeiras políticas de ocupação sistemática do território brasileiro foram implementadas. Segundo Bacha e Prates¹⁵, até o final do século XIX, a Região Amazônica experimentou um relativo crescimento com as culturas do algodão, do arroz e do cacau. No entanto, esse crescimento não foi suficientemente vigoroso para promover uma fase sustentada de desenvolvimento. A questão da colonização das “selvas” e dos “sertões” se tornou um tema recorrente entre governantes, intelectuais e burocratas brasileiros desde o final do século XIX, adquirindo vulto nas décadas de 1930 e 1940, com a ação de órgãos criados no governo de Getúlio Vargas (1937-45), como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Nacional de Povoamento (DNP)¹⁶. Boa parte da literatura dedicada à análise dos problemas brasileiros nesse período tratou da temática do povoamento efetivo do território, seja com foco na “defesa e segurança nacionais” ou na exploração racional dos recursos naturais existentes no Brasil¹⁷.

A “Marcha para o Oeste” empreendida nas décadas de 1930 e 1940 foi responsável pela abertura de vias de entrada para o centro-oeste e o norte do país, com a fundação de cidades que se tornariam irradiadoras do povoamento da região. Goiânia, fundada em 1933, teve importância capital para a entrada no “Brasil Central”, tendo sido concebida como parte do plano que culminaria com os estudos para a implantação de Brasília em território goiano¹⁸.

A Constituição de 1946 estabeleceu as regras de execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A lei dava direito aos posseiros que já viviam ali, de permanecer em terras de até 25 hectares. Em 1953, Getúlio Vargas sancionou a lei nº 1806, que definia os objetivos principais do plano. Para a execução desse plano, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, com a tarefa de “proceder à seleção de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento, onde pudessem estabelecer-se polos de crescimento cujos efeitos se irradiassem por uma área maior.”¹⁹

A região central brasileira recebeu então fluxo considerável de pessoas que se ocuparam parte das terras existentes, o que tornou a região foco de tensões entre posseiros, indígenas e o Exército Brasileiro. Habitantes tradicionais da região amazônica, os índios mantiveram poucos contatos com os brancos até o período da expansão colonizadora no século XX. As regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil foram originalmente ocupadas por diferentes etnias indígenas, tais como: Baikairi, Aweti, Juruna, Kalapálo, Kamayurá, Kayabi, Kuikuru, Matupú, Nahukwa, Mehinaku, Suyá, Tapyuirá, Trumai, Txikão, Yawalaplti, Panará (Kreuakarore), Menkrangnoti, Xavante, Kayabi, Waurá e Kaiapó (Txukahamãe/ Mentuktire).

¹⁵BACHA; PRATES, O processo de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia, p. 605.

¹⁶FONSECA, Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930, p. 173-177.

¹⁷MURARI, Natureza e cultura no Brasil (1870-1922), p. 12.

¹⁸CASTIGLIONE, O mapa do Brasil ao tempo da Primeira República: O caso da proposta de Teixeira de Freitas (1932), p. 204-223.

¹⁹FALCHETTI, Percepções sociais do desenvolvimento e impacto ambiental – Sinop/MT, 1979-2009, p. 52.

Na década de 1950 foi fundado o povoado de Porto dos Gaúchos, formado quase que exclusivamente por descendentes de alemães saídos do Rio Grande do Sul em direção às margens do Rio Arinos, no município de Diamantino. A nova cidade logo atraiu forasteiros vindos de todo o Rio Grande do Sul, o que logo acarretou a chegada de fluxos populacionais buscando novas oportunidades de vida. O acirramento dos ânimos com a questão agrária que se observou nas décadas seguintes tornou ainda mais urgente o plano de colonização do Centro-Oeste e Norte. Somente na década de 1970 medidas efetivas para a ocupação da região foram tomadas, já durante a Ditadura Civil Militar brasileira (1964-85).

Dentre as principais iniciativas referentes à região norte do estado do Mato Grosso é possível destacar a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém. As obras foram planejadas dentro do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Plano Nacional de Viação (PNV), responsáveis pelo transporte de famílias para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, bem como a abertura de estradas e campos cultiváveis para o estabelecimento de plantações. O Governo Militar criou os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II com o objetivo de estimular e ampliar o crescimento em áreas consideradas periféricas. A integração desses territórios teria importância estratégica, consolidando a defesa nacional em zonas mais próximas das fronteiras com os demais países sul-americanos. A presença de alguns núcleos colonizadores anteriores, como o já citado Porto dos Gaúchos e o Núcleo de Colonização Celeste - de Jorge Martins Phillip, com área inicial de 198 mil hectares-, facilitaria a tarefa governamental.²⁰

Para a concretização do processo de povoamento o governo militar recorreu a empresas colonizadoras privadas. Três foram as principais: Sociedade Imobiliária Norte do Paraná (SINOP), Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional (COLÍDER – Também conhecida como “Colonizadora Líder”) e Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO). A elas coube a execução dos planos colonizadores denominados Gleba Celeste, Gleba Cafezal e Gleba Indeco, embriões dos municípios de Sinop, Colíder e Alta Floresta.

Sinop foi povoada por famílias provenientes do Rio Grande do Sul e do Paraná, região na qual Ênio Pipino (Presidente da SINOP) havia atuado como colonizador e fundador de cidades. Segundo dados oficiais, pelo menos 18 cidades teriam sido fundadas pelo empresário paulista no norte do Paraná. No ano de 1975 um grande número de migrantes chegou a Sinop, estabelecendo parte considerável do núcleo urbano. Os novos moradores eram atraídos pela promessa de uma nova vida no coração do Brasil, com terras em abundância e solo fértil para o plantio de café.²¹

A ocupação das terras nessa região ocorreu também a partir de projetos do Governo Federal na década de setenta. A ação da empresa Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional – COLÍDER, presidida pelo Sr. Raimundo Costa Filho, é tratada como iniciativa pioneira que resultou na instalação dos atuais municípios no norte do Mato Grosso. A região, próxima às obras de construção da BR-163, foi escolhida por Raimundo Costa Filho para a instalação de um novo núcleo de colonização, denominado Gleba Cafezal. Raimundo também possuía experiência colonizadora no Estado do Paraná, e em 1973 chegou a Mato Grosso e ocupou extensa área de terra, seguindo as trilhas abertas pelo Exército Brasileiro acompanhado de topógrafos e iniciando as medições. Em pouco tempo grande número de famílias provenientes do Paraná ocuparam a região²². A região fora ocupada até então pelos índios Kreen-Aka-Rore. O primeiro encontro com os brancos, em 1967, resultou num conflito violento. Com a construção da rodovia Cuiabá Santarém, o governo, através dos irmãos Villas-Bôas, transferiu os índios para uma reserva às margens da rodovia,

²⁰SELUCHINESK, De Heróis a vilões: imagem e autoimagem dos colonos da Amazônia Mato-Grossense, p. 30-31.

²¹Idem, p. 40-42

²²OLIVEIRA, Quem foram eles, p. 22-23

criada justamente para este fim. Em um ano, a sua população passou de 300 para 150, devido à infecção com as “doenças dos brancos”. Em 1974, por sua vez, foram remanejados para o Parque Nacional do Xingu.²³

Nos primeiros tempos os costumes e as formas de socialização tinham como base os hábitos trazidos do sul do país e a vida religiosa. Os primeiros estabelecimentos a serem erigidos foram justamente uma igreja de madeira, uma venda e um barracão que seria utilizado como posto de saúde. A chegada das famílias, no entanto, tornou necessária a criação de outras formas de entretenimento. Ainda em 1974, com o núcleo populacional ainda em construção, foi criado o primeiro cinema de Sinop, que atraía a curiosidade dos moradores. O cotidiano, no entanto, era marcado pela estreita relação com a vida rural e a mata que cercava o povoado. Os moradores se reuniam nos finais de semana e dias livres para pescar e caçar às margens do rio Teles Pires, abundante em peixes como o tucunaré, pintado, matrinxã, trairão, pacu, piau e a piraiíba. Caçavam antas, pacas e porcos do mato. Também se reuniam para a prática de esportes, sendo o futebol o mais popular. A ocupação da região norte do Mato Grosso teve no rio Teles Pires o principal núcleo de difusão, visto que o mesmo poderia servir como fonte de recursos e via de transporte e locomoção em meio à vegetação fechada da transição para a floresta amazônica.

A região norte do Mato Grosso, início da Amazônia Legal, foi, portanto, colonizada, povoada e aberta à ação humana partir de Sinop e Colíder. A predominância da colonização gaúcha e paranaense não ofusca o afluxo de outros contingentes populacionais vindos do Nordeste e do próprio Centro-Oeste, principalmente oriundos das imediações de Brasília. Em meados da década de 1970 Sinop e Colíder foram elevados ao status de Distritos, subordinados ao município de Chapada dos Guimarães²⁴, sendo emancipados em 1979²⁵. Colíder passou a contar com os distritos de Colíder, Itaúba, Guarantã e Canaã²⁶. Sinop ganhou, na década de 1980, o Distrito de Cláudia.²⁷

Na década de 1980 a região foi marcada pelo alto índice de desmatamento da Floresta Amazônica. Dois foram os rumos tomados. Na região de Sinop a abertura da floresta deu origem a grandes plantações, com a formação de uma grande fronteira agrícola responsável pelo cultivo e comercialização de milho, soja, feijão e trigo. Diversas madeireiras também se instalaram na localidade, beneficiando-se da profusão de espécies vegetais e da inoperância do Estado na elaboração e cumprimento de legislação de proteção ao meio ambiente²⁸. Na região de Colíder a mata deu lugar a grandes campos de pasto, visto que as terras nesse lugar são impróprias a qualquer tipo de cultivo extensivo devido a seu alto grau de arenosidade.

As sedes de ambos os municípios apresentaram acentuado crescimento, sobretudo na década de 1990. Sinop atualmente é um importante polo econômico local, considerada a “Capital do Nortão”. Congrega grande número de estabelecimentos comerciais e agroindustriais, tendo sido dotada de diversos equipamentos urbanos, serviços educacionais, sanitários, templos religiosos e associações civis. Colíder também experimentou crescimento, ainda que em nível mais modesto. De toda forma, consiste hoje em uma cidade possuidora de economia aquecida e integrada à do norte mato-grossense. Dos dois municípios se originaram alguns dos atuais municípios da região, como Itaúba, Nova Canaã do Norte e Cláudia. Pode-se dizer que tais municípios foram frutos de um segundo ciclo colonizador na década de 1970. Segundo Rosane Duarte Rosa Seluchinsk, o cenário desolador encontrado pelos colonos que se dirigiram aos primeiros núcleos colonizadores levou o INCRA a alterar a estratégia de ocupação do território em questão para minorar os conflitos pela terra, que apresentavam uma escalada de violência.

²³SILVA, A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-85). I: A questão agrária no Rio Grande do Sul, p. 08.

²⁴MATO GROSSO, Lei Estadual nº 3746, de 18-06-1976.

²⁵MATO GROSSO, Lei Estadual nº 4158, de 18-12-1979.

²⁶MATO GROSSO, Leis Estaduais nº 4378, de 16-11-1981 e 4396, de 23-11-1981.

²⁷MATO GROSSO, Lei Estadual nº 5319, de 04-07-1988.

²⁸FALCHETTI, Percepções sociais do desenvolvimento..., p. 136-145

A breve recuperação da trajetória de ocupação e estabelecimento das primeiras cidades no norte do Mato Grosso coloca em relevo o papel dos recursos naturais em um cenário em que tudo estava por fazer, dado o caráter “pioneiro” da iniciativa de migração para o centro do Brasil. Os colonos envolvidos na abertura da mata para o estabelecimento das primeiras povoações tiveram que se valer das características do ambiente local para sobreviverem às dificuldades. O rio Teles Pires foi, nesse sentido, um importante fornecedor de recursos e uma eficiente via de transporte para os novos habitantes da região. Com o estabelecimento das primeiras cidades, como Sinop e Colíder, o rio se estabeleceu como marco natural de importância fundamental. Em primeiro lugar, o rio servia como espécie de marco espacial a partir do qual a ocupação do solo se realizou. Além disso, as imediações do rio passaram a ser local de morada de muitos colonos dedicados ao trabalho nas fazendas. Alguns deles, inclusive, passaram a se dedicar exclusivamente à pesca, fazendo da atividade sua principal fonte de renda. Com as discussões envolvendo a implantação da UHE Colíder, dentre outras usinas, na região norte do Mato Grosso, as características do rio Teles Pires e a análise de sua importância para o ecossistema e a paisagem cultural local ganharam evidência.

A bacia do rio Teles Pires, integrante do Sistema do Amazonas, é uma importante fonte de água e recursos para 20% dos municípios que compõem o estado do Mato Grosso, um dos estados mais ricos em recursos hídricos do país. Nesse território nascem importantes afluentes da Bacia Amazônica, do Araguaia e Platina. É uma das principais contribuintes do rio Tapajós, com área total de 145.600 Km², perímetro de 2.820 km e comprimento do rio principal igual a 1.380 Km (SEPLAN, 2004).²⁹ Está localizada entre os paralelos 7° 18” e 14° 42” S e meridianos 53° 58” e 57° 47” W.

O Rio Teles Pires possui nascentes no Planalto Central, na Chapada dos Parecis e no Planalto dos Guimarães, no município de Paranatinga-MT. Sua denominação homenageia Antônio Lourenço Teles Pires, capitão do Exército escalado para explorar o rio São Manoel, então ainda chamado pelo nome indígena de Paranatinga. O fracasso de Antônio Lourenço e seu falecimento, em 2 de maio de 1890, devido ao naufrágio da embarcação na qual o mesmo navegava pelo rio, foi a principal motivação da mudança da nomenclatura do rio.³⁰

Na região próxima ao município de Sinop observa-se relevo menos acentuado e mais plano, com extensas faixas de transição entre a Floresta Estacional e as Savanas. Por esses motivos a população, em busca de condições ideais para o cultivo agrícola, obteve nessa região melhor resultado nas colheitas, fazendo do agronegócio a mola propulsora do desenvolvimento local.

Já na região de Colíder, Itaúba e Nova Canaã a paisagem é bastante diversificada, com predomínio de trechos planos e colinas, que compõem amplas áreas deprimidas, interpenetrando planaltos e serras. Essa diversidade do relevo condicionou uma grande variedade de solos, predominando os Argissolos (Embrapa, 2004), com aptidão agrícola regular a boa para lavoura automatizada. Não obstante a existência dessa aptidão agrícola, percebe-se o predomínio de pastagens abrigando um expressivo rebanho bovino. A cobertura vegetal é composta por áreas de domínio do Cerrado, Floresta Amazônica e de tensão ecológicas (transição entre os biomas), já bastante alterados pelo extrativismo madeireiro.

As margens do rio Teles Pires, nos municípios de Colíder e Nova Canaã do Norte, são ocupadas por grandes propriedades voltadas para o agronegócio. Os moradores locais trabalham nas grandes fazendas, ora como empregados formalizados, ora em regime de “empreita”³¹, e buscam fontes alternativas de renda nas pequenas hortas, plantações e, sobretudo, no próprio rio Teles Pires.

²⁹ SEPLAN/MT, Anuário Estatístico 2004, p. 12.

³⁰ COSTA, Percepção ambiental dos pescadores do rio Teles Pires em Alta Floresta – MT: um diálogo com a educação ambiental, p. 41-2.

³¹ Relação de trabalho caracterizada pela contratação de mão de obra para trabalhos específicos e de duração preestabelecida, sem a constituição de vínculo empregatício.



Figura 03: Leito e margens do rio Teles Pires, a partir de embarcação pesqueira utilizada pelos ribeirinhos locais. Foto: Temporis Consultoria, maio de 2013.

Nos últimos 15 anos foi possível observar algumas alterações ambientais na região dos municípios de Sinop e Colíder, em sua maioria decorrentes da supressão da cobertura vegetal, do uso de agrotóxicos, da perda das superfícies do solo e da contaminação do solo e da água. No “Nortão” do Mato Grosso houve e ainda há eliminação da cobertura vegetal original, decorrente do desenvolvimento da agricultura altamente mecanizada. De acordo com o IBAMA, entre os anos de 1997 e 2007 cerca de 34,4% da cobertura vegetal da região de Sinop foi eliminada com a ampliação em cerca de 70% das áreas antropizadas. Na região de Colíder, onde se verificou extraordinário incremento das áreas de pastagens e do rebanho bovino, a eliminação da cobertura vegetal original foi da ordem de 20%.³²

A região norte do Mato Grosso, cuja ocupação recente remonta à busca de novos territórios a partir de políticas de “colonização”, tem sua história ligada à exploração dos recursos naturais para a produção de riqueza. Essa exploração, no entanto, apresenta, nos dias atuais, desafios à perpetuação dos benefícios trazidos pela natureza à vida dos habitantes. Se, por um lado, é possível falar em consolidação dos núcleos urbanos, desenvolvimento das políticas de saneamento, transporte e educação, se constata que a supressão de vastas regiões de antigas florestas acarretou em modificações nas características climáticas e do solo. O panorama identificado ganha contornos mais críticos com as intervenções no curso do rio Teles Pires, modificando as práticas produtivas associadas à pesca.

Na próxima seção analisaremos a percepção de alguns dos moradores das margens do rio Teles Pires a respeito de suas vidas, das características da paisagem cultural local e sobre o processo de instalação de usinas hidrelétricas na região norte do Mato Grosso. Procuraremos, com isso, identificar as diversas apropriações da paisagem cultural por parte dos agentes sociais locais e, também, evidenciar suas demandas no que se refere à instalação da UHE Colíder.

III – Ribeirinhos retirantes:

Os pescadores do Teles Pires no norte do Mato Grosso

Nesta terceira seção dedicaremos nossa atenção à análise de alguns depoimentos de pescadores do rio Teles Pires registrados entre 2012 e 2014 contendo suas percepções sobre a região, a vida às margens do rio e as modificações observadas desde o início das obras da UHE Colíder. O recurso aos depoimentos dos agentes sociais tem aqui grande importância quando associadas ao conceito de paisagem cultural. Se as

³²CAMARGO, Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica, p. 36

paisagens culturais são compostas pelas apropriações simbólicas a respeito dos ambientes habitados pelas comunidades, os depoimentos nos permitem adentrar o universo local de símbolos e interpretações sobre os processos históricos vivenciados pela população local.

O recurso à História Oral permite analisar nuances das interações humanas e das apropriações da natureza que a história social mais afeita às visões panorâmicas deixam, por vezes escapar. Os testemunhos individuais informam sobre como mitos agentes, por vezes esquecidos diante das grandes narrativas históricas, articulam as informações obtidas e formulam suas posições diante dos dilemas que lhes são mais imediatos. Ao operar na interseção entre história e memória, a análise de depoimentos possibilita ao historiador a recuperação de um universo compartilhado de imagens, símbolos e práticas que formam as culturas locais ou, como defendemos, as paisagens culturais. Segundo Marieta Morais Ferreira, ao privilegiar tal contato, a História Oral

“[...] rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente.”³³

É justamente no intuito de recuperar as construções identitárias que agregam passado, presente e (projeto de) futuro que recorreremos às entrevistas com os pescadores das margens do rio Teles Pires. Esses pescadores, ao contarem as histórias de suas vidas, conferem significado aos seus companheiros e ao meio que os cerca, o que possibilita ao estudioso identificar pontos comuns da identidade cultural local, bem como suas múltiplas e imprevisíveis reapropriações possíveis.

Para articular a exposição dos dados obtidos nos depoimentos trabalharemos aqui com os conceitos de “saberes”, tal como regulamentado pelo IPHAN, e de “pescadores artesanais”, segundo conceituação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Buscaremos aproximações e distanciamentos que permitam melhor analisar a relação desses homens com o meio ambiente que os cerca. Segundo estabelecido pelo IPHAN, os saberes são constituídos pelos

Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente.³⁴ (IPHAN, 2000: 31)

Já a conceituação de “pescadores artesanais”, tal como definida pelo MDS, aponta para os grupamentos familiares em que a principal atividade econômica é a pesca artesanal, realizada por meio de conhecimento tradicional, repassado entre familiares, e a utilização sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Segundo o Ministério do desenvolvimento Social, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura define que o pescador artesanal é

[...] aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte.³⁵

³³ FERREIRA, História oral: um inventário das diferenças, p. 8.

³⁴IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação, p. 31.

³⁵MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Guia de Cadastro de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, p. 06.

Ao tomarmos como base essa dupla conceituação pretendemos afirmar tanto o caráter “oficial” de uma profissão como o autorreconhecimento dos agentes como integrantes de um grupo social específico, dotado de práticas, técnicas, conhecimentos comuns, bem como de uma forma específica de interação com o meio que os cerca. Veremos que, em muitos pontos, as formas de autoidentificação esbarram nessas duas imagens sobre a própria atividade.

O objetivo da exposição dos depoimentos é defender a hipótese de que os pescadores das margens do Rio Teles Pires, na região norte do Mato Grosso, possuem um “saber local” determinado pela estreita ligação com a natureza, o trânsito no curso do rio Teles Pires e as atividades relacionadas à pesca. Os entrevistados, moradores antigos das margens do rio Teles Pires, são os Srs.: Manoel Alves de Sousa Saraiva, conhecido na região como “Seu Lobinho”; Natalio Aparecido de Sousa Pinto, conhecido como “Seu Neno”, pescador residente em uma das ilhas no curso do rio Teles Pires; e Alaéce de Sá, caseiro da propriedade do Sr. Wilson Rosseto, morador da zona rural de Colíder. Analisaremos também um registro sonoro colhido por técnicos da COPEL com o Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva.

Os entrevistados possuem histórias de vida semelhantes, ligadas à mobilidade em busca da terra, ao fracasso nas iniciativas de trabalho e à busca pelas atividades no rio para a subsistência. Tais experiências têm grande influência nas suas formas de socialização e sobrevivência, conferindo características peculiares ao modo de vida local. Consideramos que essa relação é parte importante na formatação de um “saber local: formas de vida e expressão que remetem a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração à geração”. (CUNHA, 1999). Ao mesmo tempo, a percepção de mudanças no ambiente que os cerca é aspecto importante para o entendimento das formas que esses homens encontram para sobreviverem às mudanças ocorridas na região.

Natalio Aparecido de Sousa Pinto, atualmente com 63 anos de idade, mora em uma das ilhas existentes no curso do rio Teles Pires, próxima à comunidade da Fofoca. Seu Neno, como é conhecido, foi criado no estado do Paraná. Ele relatou ser natural de Arapongas, no estado de São Paulo, tendo se mudado para o Mato Grosso com a família devido aos problemas causados pelo clima na região da divisa entre Paraná e São Paulo. Dois anos de colheitas perdidas - o primeiro devido a fortes chuvas de granizo na época da colheita, que diminuíram a produção de 2000 para 400 sacos e o segundo marcado por uma intoxicação por pragas na lavoura de algodão, levaram à falência sua família, determinando a venda das terras e a migração para o Mato Grosso:

“Viemos fazendo forma de café, meus pais. Ficavam mais ou menos 4 anos em cada lugar. Pegamos em Arapongas uma, outra em Itacarambi, aí viemos Vaiporã, São João do Ivaí, aí eu já me casei logo antes. Lá eu construí minha família. Eu tenho 5 filhos, todos nascidos lá. Dali tivemos o problema de saúde por causa do veneno, tivemos que vender o sítio e vir pra cá. Eu vim aqui pra pescar. Passei em Cuiabá, fiz a carteira e vim pra cá. E daí pra cá eu ainda formei uma lavoura de café, pra depois entrar na pesca. Em 85 eu entrei na pesca definitivo. Nós plantamos café ali perto de Colíder, mas durou só 6 anos, o café aqui não dá não. A gente abandonou quando percebeu que não estava mais vingando.”³⁶

A família do Sr. Natalio se ocupou de diversas atividades produtivas ao chegar no Mato Grosso. Plantavam, pescavam, trabalhavam para fazendeiros maiores para obter renda que pagasse as dívidas acumuladas na empreitada. Segundo seu depoimento, as

³⁶Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

condições encontradas na região dificultavam seriamente o sucesso das iniciativas, pois a terra não era fértil o suficiente para render boas colheitas. Determinadas lavouras não vingavam no terreno, levando a uma mudança constante nas culturas. Pequenos produtores como o Sr. Natalio buscaram a garantia da pesca e venda dos peixes para o mercado local de moradores dos municípios do Nortão do Mato Grosso, especificamente Colíder, Nova Canaã do Norte e Itaúba:

“Aqui, se não tiver adubo bom pra colher, não colhe bem e não vale a pena. Quando eu vim, eu vim pra pescar e também pra ter a lavoura. Mas chegou uma época que a gente colhia e deixava armazenada pra vender, não tinha comprador, perdia a produção, demorava mais de um ano para receber. O transporte sempre foi um problema, o produto não chegava em Cuiabá. Já a pesca sempre garantiu uma renda, pegava e vendia na hora, dava para manter a família. Eu mantive minha família assim, saí da roça, fazia pescaria e lavoura. Eu entrei nesses matos por aí fazendo de tudo, abrindo poço, fazendo casa, trabalhando de tudo pra manter a família.”³⁷

Após a experiência mal sucedida do plantio de café o Sr. Natalio buscou a atividade pesqueira como forma de vida. No início da década de 1980 ele saiu, auxiliado por irmão, em busca de um local de pesca vantajoso nas margens do rio Teles Pires. A dupla rumou em direção da então chamada Gleba Nova Era, da qual se originou o município de Nova Canaã do Norte.

“Ali onde tem a ponte nova em Nova Canaã eu já entrava pra pescar em 1983, a gente saiu de Colíder, abrimos uma estrada pra poder ir pescar lá. Aí descemo o rio pra baixo 60 Km, comprei uma ilha de um camarada de Colíder, um lugar pra nós pescarmos. Pescamos lá uns 3 anos aí um cara comprou a fazenda e meteu fogo na minha casa. Nós fomos na polícia, o cara pagou a ilha pra nós e nós fomos pra outra, lá na boca do Parado, lá pra baixo da outra ponte. Aí em 85 já fizeram aquela estrada, fizeram aquela BR. Aí meu irmão ficou lá, desde 85, eu ajudei ele lá até 1990, e depois eu decidi sair de lá e abrir a terra aqui. Aí eu passei a pescar aqui. Pra fazer a estrada eu tive que vender a caminhonete que eu tinha. Tive que fazer isso aqui tudo de bicicleta por oito anos. Só depois que eu consegui pegar um financiamento e entrar num consórcio de uma moto que as coisas começaram a mudar, aí a gente produzia. E com o dinheiro que entrou deu pra eu construir aquela casinha lá de baixo, comprar motor de luz, de água, um barco de assistência. Tudo isso eu tive que vender nos últimos anos, se eu não mudar, eu não vou conseguir continuar.”³⁸

O Sr. Natalio é um dos pescadores mais antigos das margens do rio Teles Pires. Em seu depoimento foi possível perceber o conhecimento dos ciclos do rio, com as melhores épocas para a pesca legal, os locais de desova, os períodos de escassez e as mudanças percebidas nas características das águas e na abundância de peixes. Transparece um grande senso de integração e responsabilidade para com os recursos que o cercam. A constatação das modificações nos ciclos naturais o levou a tomar atitudes no sentido de garantir a perpetuação da paisagem cultural característica de sua experiência nas margens do rio Teles Pires:

³⁷Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

³⁸Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

“A cheia aqui é em janeiro e fevereiro. Mês de março pra frente já começa a baixar. Mês de fevereiro é difícil de colher aqui. O que eu faço todos os anos é colher os peixes do mato, que vão morrer. Todos os anos eu colho, às vezes eu perco até um mês de serviço, porque dá muita desova de pintado que fica naquelas poças, aí eu pego tudo lá e transporto. Depois que alaga e o nível do rio baixa, fica um lugar que os peixes acumulam, aí eu vou pegando os que já estão mais crescidos e levo para o rio, para eles não morrerem. Todos os anos eu faço isso aí. O peixe que eu solto no rio eu pago os peixes que eu pesco. Se eu não for lá pra transportar o tuiú vai lá e come tudo. A gente tem que fazer isso pra no dia de amanhã ter peixe também. Tem que pensar no dia de amanhã. Hoje tá tendo, amanhã tem que ter também.”³⁹

O Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, conhecido na região como “Seu Lobinho”, pescador e lavrador responsável pelo segundo depoimento registrado, tem setenta anos de idade e reside na região conhecida como “Fofoca”, na zona rural de Colíder, desde 2001. Apesar de sua chegada tardia ao município de Colíder, Manoel circulou intensamente pelos núcleos populacionais do norte do Mato Grosso a partir de meados da década de 1970, atraído pelas oportunidades de riqueza na zona pouco explorada do país. Atualmente trabalha como caseiro e não é proprietário da terra onde vive. Segundo o mesmo, sua função é tomar conta da região, que antigamente foi utilizada como pesqueiros.

Nascido em Cachoeira do Itapemirim, Espírito Santo, Manoel Alves partiu de seu estado natal aos 18 anos rumo ao sul do Mato Grosso, onde trabalhou por 5 anos. O insucesso na primeira experiência o levou ao Paraná, na região de Querência do Norte, onde se casou. Após o matrimônio foi para Paranavaí, partindo para o norte do Mato Grosso em 1975. Ele relata que quando chegou no Nortão não havia nada, a única cidade existente era Itaúba:

Ajudei a abrir a cidade de Sinop e na maioria do tempo eu passava trabalhando nas fazendas. No tempo que eu cheguei aqui o negócio era só abrir fazenda, naquele tempo se falava gleba. Naquele tempo não tinha dono, né? O dono era quem tinha o dinheiro, né? Aí quando eu cheguei aqui eu batalhei muito, sempre trabalhando, trabalhando, pra ver se eu conseguia um pedaço de terra.⁴⁰

As condições de trabalho eram precárias, e os sacrifícios eram muitos para conseguir tocar a vida na mata. Os trabalhos ocupavam longos períodos de tempo, e as relações trabalhistas eram precárias. O Sr. Manoel relata ter passado por diversos problemas para receber os valores acordados com os antigos patrões. Como os tratos eram na maioria das vezes verbais, inexistindo documento oficializando a relação de trabalho, as negociações para o pagamento eram sempre marcadas por discordâncias:

“A primeira vez que eu vim do Paraná, na década de 70, veio uma turma de peãozada. Tinha um fazendeiro compadre meu que tinha uma área de mais ou menos 300 alqueires pra lá de Vera 22 km então e ele empreitou de 10 peões derrubar 300 alqueires. Essa foi a empreita mais pesada que eu já vi, roçar 100 alqueires no machadão bruto... não tinha motosserra. Eu demorei 6 meses pra fazer isso. Quando chegamos aqui a turma fez o trato com o chefe e na hora H ele não queria cumprir. Eu fui e conversei diretamente com o proprietário da fazenda, que falou que era pra me pagar direito porque eu era um cara de confiança em Paranavaí.”⁴¹

³⁹ Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

⁴⁰ Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

⁴¹ Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

Assim como Natalio Aparecido, Manoel Alves se deparou com insucessos em sua iniciativa. Os sucessivos fracassos nos trabalhos de derrubadas e roçados o fizeram procurar uma nova atividade. As notícias a respeito do garimpo o levaram a Peixoto de Azevedo, onde trabalhou na extração de ouro. O curto período foi, no entanto, marcado por uma vida de excessos e privações no meio da mata:

“Trabalhei no garimpo de Peixoto de Azevedo no ano de 80. Lá eu trabalhei pouco, não cheguei a ficar 6 meses, tive que sair por causa da malária. Tive uma malária que eu quase morri. Tudo que eu peguei de ouro eu gastei pra tratar a malária. Nesse tempo o dinheiro não valia nada, e a gente não tinha a tranquilidade de ter saúde igual a gente tem hoje em dia. Se não tivesse dinheiro ou um patrão que garantisse, morria mesmo. Lá tinha ouro. A gente trabalhava em 4, manual, não tinha condições de comprar uma draga, então a gente trabalhava manual. Toda semana a gente tirava 400 gramas de ouro, mas aquele ouro pra nós quase não valia nada, porque o ouro que a gente fazia em uma semana a gente acabava com ele numa noite. A gente ia lá pra maloca do Peixoto, quando era na segunda feira pra vim embora não tinha dinheiro nem pra fazer o rancho, tinha que comprar fiado na cantina pra pagar com ouro depois. Porque garimpeiro... você nunca vê um garimpeiro rico, garimpeiro é tudo pobre. Acaba com a grana mesmo, porque na outra semana tinha mais.”⁴²

Manoel Alves de Sousa Saraiva relatou ter experimentado, durante sua estadia no garimpo, um estilo de vida completamente contrário ao que ele vinha adotando nas fazendas, com pouco foco na aquisição de terras. Ele alegou que no período não via chances de competir com os grandes fazendeiros que formavam suas fazendas. No garimpo, a riqueza fácil causou deslumbramento no lavrador, que passou a, nas próprias palavras, “viver um dia de cada vez”. Ele teve sua atividade no garimpo interrompida pela malária, doença presente no imaginário e nos relatos de todos os entrevistados. A doença o colocou em uma situação delicada, e a qual quase não sobreviveu:

“Mas aí eu peguei essa tal de malária... foi uma malária louca! Eu peguei um ônibus no Peixoto pra Itaúba ou Vera, não lembro, e foi dormindo. Eu durmi sãozinho e acordei com malária. Eu falei com meus companheiros que eu não tava bem pra entrar nessas picadas, que eu devia estar doente, mas eles não acreditaram, falaram que eu não dava conta. Eu acabei indo e pronto, me perdi no mato. Eu perdi as vistas, fiquei cego, não tinha jeito. A turma do posto da turma da polícia e eles é que davam socorro. Quando foi a tarde um colega meu foi na cantina e procurou se eu tinha embarcado e falaram que não. Aí ele avisou pro pessoal do posto que eu tinha perdido. Passei 3 dias no mato, cego. Acho que a onça ficou até com nojo de mim...porque o que tinha de onça naquele tempo não era fácil não. Eu fiquei perdidinho, cego, cego mesmo. A polícia me pegou eu não tava vendo nada, atravessando a estrada de terra às 2 horas da manhã, foi Deus mesmo que me salvou. Eu não sabia nem o que eu tava fazendo, os policiais falaram que quando eles me encontraram eu comecei a gritar e saí correndo. Eles só me pegaram porque como eu não tava vendo nada, eu bati a cabeça num pau e caí no chão de costas.

⁴²Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

Eu fiquei 16 dias internado, quando foi no quarto dia um conhecido meu aqui em Itaúba veio me visitar e avisou meus sócios no garimpo. Eles vieram e falaram com o doutor que era pra tratar de mim porque eu era sócio deles e deixaram 400g de ouro pra garantir meu tratamento. Quando foi no final eles vieram pra me buscar e o doutor falou que eu não podia mais voltar praquele lugar porque se eu pegasse outra malária daquela eu morreria. Depois disso eu nunca mais voltei lá, falei com meus sócios que não dava e eles me deram 600 g de ouro pra eu refazer minha vida em outro lugar. Eu nunca mais passei nem perto de lá, foi a única vez que eu trabalhei com garimpo.”⁴³

A doença levou o Sr. Manoel para longe dos garimpos, e ele voltou à rotina de serviços prestados nas derrubadas ou construções de cercas e casas. Em seu relato ele afirmou foram tantas as fazendas que ele ajudou a abrir que não consegue mais se lembrar de todas. Revelou já ter trabalhado na Fazenda Tratex, uma das maiores da região, também para fazendeiros gaúchos e mineiros nas décadas de 1980 e 1990. Os trabalhos na mata, no entanto, ocorriam em períodos específicos, delimitados pela ocorrência das chuvas. Nas épocas em que não obtinha trabalho nas fazendas, ele permanecia próximo ao rio, para tentar ganhar seu sustento com a pesca:

Com o rio, ah rapaz, já tá com uns 18 anos, só aqui só como pescador. Quando eu vim pra cá em 2001 eu já era pescador, eu já sou pescador do Teles Pires há muitos anos, porque quando chega a época do serviço braçal, que tinha roçada de pasto, de mato, derrubada, aí eu largava a pescaria, que os outros trabalhos davam mais que a pescaria. Aí quando terminava esse serviço, que acontece mais na época da seca, antigamente queimava, hoje em dia que não queima, então quando chegava o mês de agosto todo mundo saía fora da derrubada. E eu já era pescador mesmo, eu vinha pra beira do Rio. Eu chegava, acampava, fazia um barquinho e ali eu ficava, até chegar o tempo de entrar pro mato. Aí depois que eu peguei essa idade de 60 anos, que não me aceitavam mais nos trabalhos braçais, então eu falei que minha vida tinha que ser na beira do rio pescando mesmo. Porque eu não tenho parentes, dos lados de São Paulo pra cá eu tenho só uns dois filhos, que eu não vejo já tem 23 anos, deixei tudo miudinho desde que eu desquitei da minha mulher no ano de 74. Um chama José Aparecido Alves de Sousa Saraiva e o outro Fábio Marcelo Alves de Sousa Saraiva. Eu só voltei lá uma vez pra poder buscar eles, mas eles estavam todos pequenos. O avô deles tinha morrido, e a minha sogra não quis me entregar os filhos.⁴⁴

A ligação com o rio acabou se tornando forma de sobrevivência para Seu Lobinho, que desempenha a pesca como atividade produtiva até os dias atuais. No trecho da entrevista reproduzido acima é possível perceber que a prática pesqueira envolve diversos saberes associados, como a construção de barcos e a confecção de instrumentos, o preparo e guarda de alimentos, entre outros. A multiplicidade de conhecimentos associados à prática dos pescadores também se liga à dificuldade de obtenção de suprimentos, visto que os principais centros urbanos estão a quilômetros de distância. A necessidade de sobreviver com o que está disponível faz desses agentes sociais exímios conhecedores das possibilidades de exploração do meio, sem que isso redunde em ameaça a sua perpetuação.

⁴³Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

⁴⁴Idem.

No depoimento concedido por Manoel Alves também foi possível perceber que determinadas práticas não são bem-vistas pelos pescadores artesanais, como a utilização de rede ou de cevas, locais onde são jogados grãos como milho e soja para a atração dos peixes. Prevalece uma ética do trabalho ligado à natureza entre os pescadores das margens do Teles Pires, de forma que os métodos de pesca considerados cruéis ou desleais são duramente criticados, gerando, por vezes, discussões mais acaloradas. O exercício da pesca, na opinião dos entrevistados, deve privilegiar a coexistência entre os pescadores – e a possibilidade de produção para todos – e entre eles e a natureza que os cerca e fornece seus sustentos.

Os pescadores da região pescam sempre embarcados, utilizando-se de varas, anzóis e iscas, geralmente naturais. Evitam locais muito visados, preferindo percorrer maiores distâncias no curso do rio Teles Pires para realizar a pesca com maior tranquilidade. Em determinado trecho de sua entrevista, Manoel Alves relata ter chegado ao local onde construiu seu pequeno rancho ao buscar se distanciar de grandes aglomerações de pescadores:

“O povo todo tinha tralha por aqui, era muito difícil pegar peixe aqui e ficar discutindo com esse pessoal não é fácil, é perigoso, esse povo é muito encrenqueiro. Eu peguei um barquinho que eu tinha e coloquei uma rede, taquei uma lona preta que eu tinha e subi aqui pra cima. Fiquei três dias por aí caçando lugar pra poder encostar. Com três dias eu encontrei aquele pedacinho ali que eu pesco e acampe por lá. Fiquei debaixo desses plásticos de engenharia, levei uma chapa e quatro tijolos e passei a fazer minha comida e ficar por lá. Na outra vez que eu fui eu rocei com o dinheiro dos peixes que eu vendi e aos poucos eu montei o meu acampamento.”⁴⁵

Manoel Alves reside na comunidade de nome Fofoca desde o ano de 2001. Ele relatou ter deixado a pequena ilha no leito do rio Teles Pires devido à dificuldade de manter o terreno sem a ajuda de auxiliares e à diminuição da produção pesqueira no rio. Desde então, sua função passou a ser a realização de manutenções nas instalações do antigo pesqueiro existente às margens do Teles Pires.

O terceiro entrevistado, Alaéce de Sá, pescador residente na zona rural de Colíder, às margens do rio Teles Pires, também relatou seu itinerário até chegar a Colíder e se estabelecer, assim como os senhores Natalio e Manoel, na profissão de pescador. Alaéce apresentou as principais motivações de sua migração:

“Pra Colíder eu vim em 79, mas em Alta Floresta eu cheguei em 76. Eu vim de Terra Roxa, Paraná. Eu vim, como diz o outro, eu vim pelo vento. Teve um tempo que eu saí de casa, eu estava com uns 16 ou 17 anos, e vim pra cá, vim pra viver a vida. Lá era uma fofoca danada sobre aqui, era muita gente vindo pra cá. Colíder, Nova Canaã e Alta Floresta muita gente vai falar que é de Terra Rocha ou Guaíra. Naquela época havia uma fofoca de café, e muita gente veio pra cá pra plantar café e muitos ficaram pobres por causa do café, pois dava três ou quatro anos e o café começava a cinturar, aqui não tem fundamento a planta, a raiz é rasa e o café precisa afundar pra buscar a água. [...] Vinham famílias completas. Quando eu vim a família vendeu as terras e veio, eu vim junto. Aqui é geral, é misto, tem muita gente do Nordeste, de Minas.[...]no tempo era novo, né? Aí eu saí da casa dos meus pais. Aí

⁴⁵Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

eu vim morar com o pessoal na fazenda lá em Alta Floresta, né? Aí depois eu vim pra cá, casei... É a sobrevivência, né? [...]É... porque na cidade pra mim não dá. Nós não “tem” estudo. Não tem profissão. A profissão que eu tenho é a minha de pescador.”⁴⁶

Entre sua chegada à região de Colíder e o estabelecimento como pescador se passaram longos anos dedicados ao trabalho nas lavouras e ao beneficiamento da produção na sede do município de Colíder. O trabalho duro durante um longo período teve impactos na sua saúde e ele escolheu uma vida mais próxima da natureza para se reestabelecer. Foi ao se mudar novamente para a “roça” que ele passou a exercer a atividade pesqueira com fins comerciais ou, como ele afirma, “de carteirinha e tudo”. Sua atividade profissional foi resultado de suas vivências e das limitações impostas pelo trabalho durante vários anos, conforme relatou em depoimento:

“De uns tempos para cá virei profissional de pesca, depois que morei aqui em *Colida*”. Aí, [lá de coisa], mexi no sítio, na roça, né? Alta Floresta, Nova Canaã, até um certo tempo aqui em *Colida*. Aí, depois que eu vim aqui para cidade. Aí, passei a “machucar da coluna”, não pude pegar peso mais... aí, arrumei a [coisa] de pescador e passei a viver na beira do Rio. Eu sempre pesquei, mas agora minha profissão é pescar. Aqui pesca com tudo que tem direito, a corda com anzol de galho, molinete, mas a única coisa que eu não coloco dentro da água é rede, eu não gosto de matar peixe asfiziado. Eu pesco pra vender mesmo, vendo em Colíder mesmo.”⁴⁷

Este trecho comporta algumas considerações. Em primeiro lugar, salta aos olhos a existência, assim como no caso do Sr. Manoel Alves, de um “código de ética” entre os pescadores que classifica as condutas a partir de pressupostos morais associados à vida em interação com a natureza. Também é interessante observar que, se por um lado Alaéce Inocêncio associou sua atividade pesqueira a uma identidade profissional, ao desenvolver sua narrativa ele constantemente se referiu à necessidade de se manter em movimento às margens do rio Teles Pires. Ele enfatizou o receio que possui de se estabelecer em um núcleo urbano de maiores proporções e perder a mobilidade característica do trabalho no rio. Se a imagem que Alaéce faz de si como pescador se associa ao exercício de uma profissão, tal prática traria consigo uma série de valores associados às experiências que ele julga melhores para si:

“Eu estou aqui nessa área tem uns 5 anos, mas eu já estou há uns 10 anos beirando o rio por aí. Eu fiquei em Alta Floresta, Nova Canaã...Eu não gosto de ficar muito parado não, criar raízes...aí depois não pega boi... (risos).”⁴⁸

Muitos dos moradores das comunidades e fazendas visitadas possuem essa experiência comum da itinerância, tendo residido em diversos locais ao longo da vida, seja no meio urbano ou rural. Geralmente a itinerância está ligada a características das atividades produtivas, como a pesca ou o trabalho como encarregados temporários em fazendas. Assim como os Srs. Natalio e Manoel Alves, Alaéce relatou perceber grandes modificações na quantidade de peixes no rio Teles Pires. Sua opinião é de que uma grande conjunção de fatores provocou a fuga ou a morte dos peixes que antes abundavam no local:

⁴⁶Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

⁴⁷ Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

⁴⁸ Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

Aqui tá faltando peixe! De primeira não, mas agora está. A única suspeita minha a turma dá risada, acha que é doidera. Eu acho que tudo foi depois daquele redemoinho que rolou lá no Japão, depois daquele que tudo mudou, vem caindo, ano por ano. Você não precisava correr muito pra pegar peixe, aí foi caindo. Olha, de ontem pra hoje eu armei quase cem anzóis. Eu peguei dois peixinhos! Uma corvina e um matrinxãozinho, a mulher falou “vamo pescar mais que o menino [o filho de Alaéce] vem no final de semana e ele gosta de comer peixe, e tem só um matrinxãozinho...Um matrinxã de quarenta centímetros eu considero pequena... ela chega a cinco quilos, então pra mim é pequena. Aqui tem peixe de duzentos quilos! A piraíba mesmo...Mas o Teles Pires de peixe acabou. O pessoal da pesca morre de fome. Eu tive que pegar serviço, o senhor que mora na ilha ali no rio, Seu Neno deu sorte que aposentou.”⁴⁹

Interessante observar que em seu depoimento o Sr. Alaéce relaciona fenômenos locais de mudanças ambientais a catástrofes naturais de nível mundial, tal qual o Tsunami ocorrido no Japão. Essa fala explicita a integração entre dimensões *micro* e *macro* e uma noção de sincronia entre os diferentes fenômenos naturais ao redor do mundo. Trata-se, obviamente, de uma visão peculiar das mudanças na paisagem cultural local, e por isso mesmo dá a entender a diversidades de apropriações das mudanças trazidas pela instalação da UHE Colíder.

O Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva também apresentou, em seu depoimento, apreensão quanto ao futuro dos moradores das margens do rio Teles Pires. A instalação da UHE Colíder, nesse sentido, somente agravou o cenário já difícil das mudanças na disponibilidade de peixes e de supressão da vegetação das áreas próximas ao leito do rio. Ele relata ter saudades dos tempos em que podia se orientar pelo ruído vindo só rio e das matas, fenômeno que tem se tornado menos possível devido ao processo de desmatamento e, principalmente, após o início das obras da UHE Colíder. Em uma visita realizada por técnicos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Manoel Alves forneceu um registro interessante que ilustra sua percepção de integração com a natureza. Trata-se de um registro de áudio gravado por um técnico da COPEL no qual ele canta uma canção sobre a vida no rio e a expectativa sobre o que vai acontecer daqui para frente:

“Descendo rio abaixo
numa ilha encostei
pra fazer uma pescada
e por ali mesmo pousei
a pescada foi boa
eu já gostei
apesar de ser difícil, eu não achei
Fiquei muito tempo, naquela ilha já morei
Pesquei muito peixe, que eu peguei
Deu pra tratar dos meus filhos que criei
Faz mais de vinte anos que aqui eu morei
Moro até o dia de hoje, embora eu não sei
Tão me assustando, que uma barragem que tá saindo
O meu prazer eu faço, não sei como fica
até agora comigo não falaram
Estou esperando os homens chegaram, estou muito nervoso

⁴⁹Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

Dá vontade de chorar de saber que estou próximo de sair deste lugar
Pensando eu comigo
não vou desacostumar
de ouvir o barulho da cachoeira
na hora de deitar
Todo este barulho para o meu sono embalar
Não vejo passar a noite
No outro dia que eu vou acordar.
Vou ver meus anzóis, tirar peixe vou limpar
pra levar para a cidade, para negociar
Fazer minha comprinha pra ilha voltar
Já to acostumado, não hei de sair de lá
Estou ficando velho, não sei até quando eu vou aguentar
Mas esperarei de Deus a sua vontade
Deus que sabe de todas as coisas, como vai dar
Eu sou um pouco teimoso, é difícil de lutar
Não gosto de ficar em casa pra móde o barulho que já começa a tocar.”⁵⁰

A canção composta por Manoel Alves é um exemplo nítido da polivalência dos saberes locais dentro do contexto das paisagens culturais. As práticas culturais integrantes das paisagens se desdobram em diversas formas de expressão, que difundem as interpretações individuais para um público mais amplo, formando comunidades de experiência que estruturam as memórias coletivas. No caso aqui analisado, a canção, entoada como um lamento, remete à tradição dos cantadores – os “sertanejos” do centro-oeste e também os repentistas do nordeste – que celebram a terra que não podem mais experimentar. No caso do Sr. Manoel Alves, é perceptível a forte carga emocional conferida à falta de informações sobre o desfecho das negociações para a compensação dos moradores da área, associada à sensação de velhice e impotência diante das questões burocráticas que entravam a solução do impasse.

Os três depoimentos aqui analisados, colhidos em um curto intervalo de tempo⁵¹, mostram casos de pescadores antigos da região abarcada pela UHE que esperam por definições que terão grande impacto em seus modos de vida. Tal impacto integrará um processo maior de desagregação do antigo modo de vida dos habitantes das margens do rio Teles Pires, na região norte do estado do Mato Grosso. Tais mudanças vêm ocorrendo há, pelo menos, uma década. A diminuição da produção pesqueira trouxe dificuldades para o sustento das famílias, além daquelas já impostas pela idade. A instalação da UHE Colíder veio a se somar aos fatores já mencionados, e foi mencionada em ambos os casos. Os depoimentos permitem afirmar que os moradores em questão sentem necessidade de manter uma vida ligada à natureza e principalmente ao rio Teles Pires. Essa necessidade é reforçada pela ideia de que eles estiveram envolvidos no desbravamento da região, e por isso seriam dignos de maior respeito pelos trabalhos realizados:

“Eu acho que a marca do povo daqui é que é todo mundo muito forte, todo mundo que entrou nisso aqui passou por muita dificuldade. Eu já passei por nove malárias! Todo mundo enfrentou problemas sérios, sofreram mesmo. Eu tenho irmão que morreu de malária, tios que morreram de malária, minha esposa deu sorte que apareceu um médico que conhecia de malária e conseguiu sobreviver. Esse povo que entrou aqui em 70, 80 e 90 deveria ser melhor considerado aqui, pois eles entraram

⁵⁰Canção composta pelo Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder.

⁵¹O depoimento do Sr. Natalio Aparecido de Sousa Pinto foi colhido na presença do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva. O depoimento deste último foi colhido no dia seguinte.

aqui e comeram o pão que o diabo amassou, eles merecem assistência de tudo. Nós que enfrentamos esse batido. Para eu sair daqui, só se for para uma chácara. Porque se for pra eu ir lá pra cidade pra ficar vendo televisão eu vou ficar louco. Vai dando depressão e o cara vai morrendo louco. Minha esposa, por exemplo, ela fica sozinha em casa, os filhos todos se formaram... agora que apareceram uns netos e ela ajuda a cuidar, mas ela já sofre de depressão. Nessa idade que eu já tô, se eu ficar sem trabalhar eu morro. Eu tenho que ficar me movimentando. Por isso que pra mim, pra sair daqui de onde eu tô, só se fosse para uma chácara, onde eu pudesse fazer uma roça e tentar continuar a pescar meus peixes, porque é isso que eu sei fazer, é isso que me sustenta.”⁵²

Segundo Natalio Aparecido de Sousa, nas primeiras décadas de ocupação das margens do Teles Pires o resultado de um dia de pesca geralmente era suficiente para a comercialização com vendedores locais, feito em bicicletas, motocicletas ou carros. Os pescadores procuravam atender os mercados de Colíder, Itaúba, Nova Canaã e Vera, cidades mais próximas para onde era possível transportar o produto em tempo hábil. A percepção do Sr. Natalio é a de que os modos tradicionais de vida e de pesca, no entanto, passam atualmente por mudanças bruscas decorrentes do impacto da ocupação da região:

“A minha renda aqui é mais ou menos dois salários por mês, às vezes mais, às vezes menos. Tudo com a pesca, e alguns bicos. Nós estamos há dois anos sem piracema! Não tem peixe! Eu fazia no mínimo por dia 5 ou 6 peixes, e hoje, por exemplo, eu tenho só um peixe! Tem 5 dias que aquela outra turma veio aqui, né, Lobinho? Pois então desde então eu tenho aqui um peixe, peguei só ele.”⁵³

A crise da prática pesqueira foi o primeiro motivo de inquietação dos pescadores das margens do rio Teles Pires. Com a aprovação e o início das obras de diversas hidrelétricas no curso do rio o problema passou a ser a possibilidade de o alagamento das margens do Teles Pires forçar a mudança dos pescadores tradicionais. Manoel Alves declarou não ter em mente modificar sua vida próxima ao rio:

“O meu assunto, quando resolver minha situação aqui, é arrumar um pedaço de terra pra eu viver sossegado. Porque aqui na beira do rio eu sempre vivi sossegado. Eu arrumando uma chácara pra mim tem que ser no rio, na beira daquela Colíder eu não quero não. Porque uma pessoa da minha idade ficar numa atormentação daquela e numa ladroeza daquela naquela cidade.”⁵⁴

Os depoimentos mostram grande estado de ansiedade e expectativa pela definição sobre suas atividades após a instalação da UHE Colíder. Os entrevistados mostram ter consciência de sua história na região e da forma de viver que ajudaram a consolidar naquele espaço. Ao mesmo tempo, buscam saídas para seguirem em frente depois dessa grande mudança:

“A gente fica meio azucrinado, sem saber o que vai acontecer. Porque eu fiquei aqui quase a vida inteira, cheguei aqui com pouco mais de 20 anos. Minha esposa mora com meu filho na cidade, ela tem um pro-

⁵²Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

⁵³Idem.

⁵⁴Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

blema dos rins, somente um deles funciona. Eu fico lá alguns dias, mas tenho que estar sempre perto do rio, para trabalhar. Eu só tenho isso aqui para fazer meu dinheiro, e atualmente está tão difícil pegar peixes que nem a pesca me dá tudo o que eu preciso. Tiro quase só o que dá pra comer. Eu estou tentando tirar minha aposentadoria, para resolver a situação, mas até resolver eu fico passando dificuldades.”⁵⁵

Os excertos de depoimentos transcritos acima, bem como a canção de autoria de Manoel Alves, mostram a inquietação com uma realidade marcada por mudanças cujas consequências são ainda ignoradas, mas associadas a perdas e quebra do ritmo da vida em interação com a natureza, em uma paisagem cultural específica. As práticas pesqueiras tradicionais passaram por modificações, mas mantiveram-se importantes para as representações sobre a identidade cultural local. Os pescadores, assim como diversos colonos e lavradores das fazendas da região, se enxergam como participantes do ciclo de colonização da região iniciado na década de 1970, e tal percepção é cercada de orgulho de uma vida de trabalho árduo e sofrimento. As opiniões dos entrevistados enfatizaram, em diversos momentos, a necessidade de medidas de reinserção dos moradores locais no mundo do trabalho sem quebra brusca dos modos de vida tradicionais, especialmente no ambiente ao qual eles já se encontram plenamente familiarizados, o rio Teles Pires.

IV - Conclusões

Nas seções anteriores procuramos analisar as autoimagens elaboradas por alguns pescadores das margens do rio Teles Pires, na região norte do estado do Mato Grosso. A partir da hipótese de que as formas de interação entre estas populações e o meio que as cerca configuram uma “paisagem cultural” específica, partimos para a identificação das características que a singularizam, saberes e formas de expressão que integram o universo simbólico associado à materialidade das práticas sociais.

Essa paisagem cultural, como foi possível observar, é caracterizada pela valorização do pioneirismo associado à abertura do norte do Mato Grosso às populações que migraram de outras regiões do Brasil. Os entrevistados relataram seus longos percursos até a chegada aos municípios onde atualmente residem, sempre associados à abertura da mata, a presença de garimpos e à proximidade com o rio Teles Pires. A construção de suas vidas em uma terra onde tudo estava por fazer contribui para a atribuição de uma valoração positiva da interação com a natureza como forma de driblar as dificuldades do processo de instalação no norte do Mato Grosso. Convivem, nessas representações, a natureza como fornecedora de recursos e a natureza hostil. Se por um lado foi preciso muito esforço para driblar os obstáculos apresentados pelas características da nova região, somente a utilização dos recursos que estavam à disposição possibilitou o estabelecimento dos núcleos populacionais nas proximidades do rio Teles Pires.

Observamos também que os pescadores entrevistados, ao afirmarem suas identidades, relacionam a prática tanto ao exercício de uma profissão quanto a uma forma de experiência da vida nas matas e no rio. Os pescadores entrevistados não exercem apenas as atividades de pesca, trabalhando em propriedades maiores com a criação de gado ou a manutenção de áreas de apoio. Essa multiplicidade de práticas e saberes caracteriza a experiência humana nas imediações do Teles Pires e confere à paisagem

⁵⁵Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

cultural local maior complexidade ao articular diversas formas de expressão das identidades da população local. Os entrevistados não são apenas pescadores, mas construtores de barcos, fabricantes de instrumentos de pesca, caçadores, caseiros, pedreiros, comerciantes e, em alguns casos, chefes de família. A pesca integra um modo de vida que respeita o ritmo da mata, dos rios, dos animais, reconhecendo neles partes integrantes de uma mesma realidade.

A partir da constatação dessa experiência integrada da vida nas matas e no rio Teles Pires, associada à ideia de pioneirismo presente nas imagens identitárias dos habitantes antigos do norte do Mato Grosso, é que podemos perceber como a construção da UHE Colider foi articulada a uma percepção mais ampla do processo de modificação dos modos de vida nas imediações do rio Teles Pires. Os primeiros impactos começaram a ser sentidos há, pelo menos, uma década, e são associados à abertura indiscriminada das matas nas décadas de 1980 e 1990, período em que a legislação ambiental ainda não havia adquirido o rigor necessário para coibir o desmatamento. A diminuição do nível de peixes no rio Teles Pires foi percebida e levou os pescadores a procurarem novos locais para tentar compensar o obstáculo, não tendo sido necessário abandonar os terrenos onde eles viviam com suas famílias. A construção da usina e o alagamento de parte das margens do rio para a formação de uma barragem, por sua vez, apresentam a eminência da perda de suas casas, e as entrevistas não deixam dúvidas quanto à percepção de que as contrapartidas garantidas por lei não compensam a perda dos lugares onde os pescadores passaram parte de suas vidas.

Ao mesmo tempo, é possível perceber que os pescadores associam essa realidade a outros eventos de suas vidas, marcadas pela migração, pela fluidez das raízes, pelo contato com pessoas de diferentes procedências. Não há uma recusa total a um novo recomeço, afinal de contas, não seria “nada de novo no front” para esses habitantes “em movimento” das margens do rio Teles Pires, no norte do Mato Grosso. Os pescadores defendem, em seus depoimentos, que as formas de salvaguarda dos modos tradicionais de vida e de inserção no mercado de trabalho e nas redes comerciais locais, respeitem os agentes locais que contribuíram para a consolidação do povoamento na região.

Nesse sentido, é interessante perceber como o sentimento de desenraizamento leva ao estabelecimento de uma temporalidade por parte desses “pioneiros” do norte do Mato Grosso. A incerteza com relação ao desfecho das negociações com os responsáveis pela construção da UHE Colider é muitas vezes associada à chegada da idade, à aposentadoria, à passagem da responsabilidade da família para os filhos que, em muitos casos, não continuam a praticar o modo de vida dos pais. O tempo do pioneirismo estaria acabado, a mobilidade no território pela iniciativa, as tentativas de enriquecimento, a aquisição de uma propriedade, tudo isso estaria no passado e o presente apresenta, na visão desses agentes locais, incertezas sobre a possibilidade de continuação da vida no rio Teles Pires.

Este trabalho procurou, na medida do possível e dentro dos limites propostos para um artigo, recuperar as interpretações de pescadores ribeirinhos do norte do Mato Grosso que fazem do rio Teles Pires suas moradas, seus locais de trabalho e os locais de experiência de suas vidas. O universo simbólico das populações que vivem nas imediações do rio Teles Pires constituem uma paisagem cultural peculiar no centro-oeste brasileiro, atualmente em processo de rearticulação devido às mudanças socioambientais observadas na região amazônica. Esperamos ter cumprido o objetivo de dar voz a agentes por vezes invisíveis diante do processo de interiorização das políticas públicas nas áreas estratégicas e também fornecer maiores subsídios para o estudo das práticas culturais tradicionais no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES ELETRÔNICAS

- BACHA, Carlos José Caetano; PRATES, Rodolfo Coelho. O processo de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.10, n.3 (43), dez/2011, p. 605. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a06v20n3.pdf>
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 de novembro de 2013.
- BRASIL. Lei Federal N°. 6.496, de 7 de dezembro de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6496.htm. Acesso em 02 de novembro de 2013.
- BRASIL. Lei Federal N° 6938, 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1981/6938.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2013.
- COMPANHIA Paranaense de Energia – COPEL. Especificação Técnica do Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e Educação Patrimonial do Projeto Básico Ambiental – PBA do empreendimento UHE COLÍDER - 300 MW. Curitiba, 2011.
- _____. Usina Hidrelétrica Colíder – Materiais de Comunicação. Disponível em: <http://www.copel.com/uhecolider/noticias.php?not=%2Fuhecolider%2Fpagcopel2nsf%2Fdocs%2F2377BCD6A036D74A032578C400690B7B>. Acesso em 15 de agosto de 2013.
- CAMARGO, Lígia (org). Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011.
- CASTIGLIONE, Luis. O mapa do Brasil ao tempo da Primeira República: O caso da proposta de Teixeira de Freitas (1932). *Estatística e Sociedade*, Porto Alegre, Vol. 2, nov.2012, p. 204-223. Disponível em: seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/download/36563/23660
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Existe uma Geografia do Turismo? In.: GASTAL, Susana; BENI, Mario Carlos; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). *Turismo: Investigação e Crítica*. – São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).
- CUNHA, M. C. “Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo. v.13, n.36, p.147 – 163, 1999.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Manual de intervenções em jardins históricos*. Brasília: IPHAN, 2005.
- ESCRIBANO, B., MILAGRO, M., FRUTOS, M., MATAR, C., TORRES, I. A Paisagem: Unidades temáticas ambientais e a direção do meio ambiente. Brasília: Ministério de Obras Públicas e Urbanismo. 1987.
- FALCHETTI, Sirlei Ana. *Percepções sociais do desenvolvimento e impacto ambiental – Sinop/MT, 1979-2009*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2010, p. 52.
- FERREIRA, Marieta Morais. História oral: um inventário das diferenças. In.: FERREIRA, Marieta Morais et. al. (orgs.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FONSECA, Paulo Cesar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In.: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Paulo Cesar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 173-177.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Lei Estadual n° 3746, de 18-06-1976.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Lei Estadual n° 4158, de 18-12-1979.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Leis Estaduais n° 4378, de 16-11-1981 e 4396, de 23-11-1981.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Lei Estadual n° 5319, de 04-07-1988.
- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília: Iphan, 2000.
- LENOBLE, Roberto. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social. "Famílias de Pescadores Artesanais". In.: Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cgsgrupos_populacionais/textos/ribeirinhas.pdf

MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870-1922). São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Siloé de. Quem foram eles. Colíder, 2007, p. 22-23.

PORTAL Blog Serra da Piedade. Disponível em: <http://www.joseisraelbrantes.com.br/pt/photography/list/?page=10>. Acesso em 07 de novembro de 2013.

PORTAL do Corcovado. Disponível em: <http://www.corcovado.com.br/>. Acesso 09 de novembro de 2013.

RIBEIRO, R. W. Paisagem cultural e patrimônio. Brasília: Iphan, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

_____. Sociedade e espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, p.18, jun., 1988.

SAUER, C.O. "A morfologia da Paisagem". In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-74.

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. De Heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia Mato-Grossense. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 16-17.

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Anuário Estatístico 2004. Cuiabá/MT: SEPLAN, 2004

SILVA, Larissa Kashina Rebello da. A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-85). I: A questão agrária no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra23/agro-rs.htm>

SIMMEL, Georg. "Philosophie du Paysage" (1913) et "La signification esthétique du visage" (1901). In: La Tragédie de la Culture. Paris: Editions Rivages, 1988. Disponível em: <http://www.paisagemememoria/silex/44/2010.htm>>. Acesso em 03 de novembro de 2013.

TELLES, L. S. Manual do patrimônio histórico. Porto Alegre: Grafosul, 1977.

TEMPORIS CONSULTORIA. Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico do UHE – Colíder. Belo Horizonte, 2012.

_____. 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL | EC-04. Belo Horizonte, 2012.

_____. 2º RELATÓRIO TRIMESTRAL | EC-05. Belo Horizonte, 2013.

_____. 3º RELATÓRIO TRIMESTRAL | EC-06. Belo Horizonte, 2013.

INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS RELIGIOSOS UTILIZADOS PELA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE (1962-2010)

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1514>

Rhulio Rodd Neves de Aguiar

Especialista em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural pelo UNIBH
rhuliorodd@yahoo.com.br



Recebido em: 20/04/2015 – Aceito em 31/05/2015

Resumo: O presente artigo tem como objeto principal a atuação da Arquidiocese de Belo Horizonte em relação à preservação dos bens culturais religiosos presentes em sua jurisdição episcopal, tendo como objetivo analisar as ações que a Igreja empreendeu para garantir a conservação do patrimônio cultural (1962-2010). Portanto, é possível pensar em algumas questões relevantes que auxiliarão no desenvolvimento dessa proposta: Quais são os instrumentos de salvaguarda do patrimônio utilizados pelo Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte? Qual o entendimento da Arquidiocese de Belo Horizonte sobre a preservação do patrimônio histórico, cultural e religioso? Como é a relação entre a Igreja Católica e os entes da Administração Pública na salvaguarda dos bens culturais?

Palavras-chave: Bens culturais – Arquidiocese de Belo Horizonte - Preservação.

Abstract: This present article has principal object the acting of the Archdiocese of Belo Horizonte in relation the preservation of the religious cultural goods presents in your episcopal jurisdiction, has objective to analyze the actions than the church undertook for to guarantee the conservation of the cultural patrimony (1962-2010). Therefore, is possible to think in some relevant questions than will auxiliary in the development of this purpose: Which are the instruments of safeguard of the patrimony utilized by the Memorial of the Archdiocese of Belo Hori-

Introdução

No Brasil a presença da Igreja Católica iniciou-se juntamente com a colonização da América portuguesa na primeira metade do século XVI, e em Minas Gerais, especificamente, a partir do século XVIII. Suas ações proporcionaram as interações pessoais, técnicas, estéticas e religiosas, culminando na produção de diversos bens culturais que evocam a memória histórico-religiosa ao longo de sua atuação nas Minas.

Em Minas Gerais, a partir de 1745, esta passou a se organizar administrativamente e religiosamente com o Bispado de Mariana que começou a funcionar com a chegada de D. Frei Manuel da Cruz em 1748 e abrangia uma intensa área do território mineiro. No final do século XIX, com a mudança da capital administrativa, de Ouro Preto para Belo Horizonte, o papa Bento XV (1914-1922) erigiu a diocese de Belo Horizonte, em 11 de fevereiro de 1921, através da bula *Pastoralis sollicitudo*. Seu sucessor, o papa Pio XI (1922-1939) a elevou à condição de Arquidiocese e Sede Metropolitana em 01 de fevereiro de 1924, por intermédio da bula *Amumus nobis ab Aeterno Pastorum Principe*, cuja “área territorial, desmembrada da Arquidiocese de Mariana, compõe-se de 28 municípios, onde vive uma população estimada em mais de 4 milhões de habitantes¹.”

Ao longo de sua história a Igreja Católica procurou proteger e preservar seus bens culturais, e para alcançar tal objetivo criou mecanismos dentro da legislação eclesiástica como bulas, cartas circulares, constituições e outros documentos, aproximando-os do contexto em que vivenciava e ressaltando a importância de promover, custodiar e valorizar as mais belas expressões humanas no campo artístico e histó-

¹TEIXEIRA; FONSECA. Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte. In: CAMPOS, et al. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano. Ouro Preto: C/Arte, 2006. p. 789-798. Disponível em: <<http://www.upo.es/depa/webd-huma/areas/arte/4cb/pdf/Luiz%20Gonzaga%20Teixeira.pdf>>; Acesso em: 02 jan. 2014.

rico. De acordo com Ivo Porto de Menezes

Já em 1462, recomendava tal cuidado o papa Pio II, em 1566 o papa Júlio III, em 1572 o papa Pio V, em 1580 o papa Gregório XIII, entre muitos outros. O Código de Direito Canônico promulgado em 1917 já acentuava, em diversos de seus cânones, a necessidade do inventário e preservação dos bens de valor histórico e artístico [...]. No Brasil, abordaram o assunto o Decreto Consistorial de 1909, o das Constituições Eclesiásticas do Brasil, de 1915, e o do Pastoral Coletivo dos Bispos Mineiros, de 1926.²

Essa carta pastoral buscou instruir os clérigos e os fiéis leigos sobre a preservação do patrimônio cultural da Igreja, reconhecendo o Inventário como um importante instrumento de salvaguarda, “para atalharmos, quanto de nós depende, desvios de bens, objectos, títulos, documentos, pertencentes a uma parochia, lembramos a obrigação do inventario completo e minucioso, e de sua copia na Curia diocesana³.”

No Brasil, as ações de preservação ao patrimônio histórico e cultural se iniciaram, oficialmente, a partir de 30 de novembro de 1937 com a promulgação do Decreto-Lei nº 25 que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.” De acordo com o artigo 25 desse decreto-lei os entes da administração pública, representados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antigo SPHAN, deverão dialogar com as autoridades eclesiais e outras instituições no intuito de cooperar na preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro⁴. Conforme Sonia Rabello de Castro

O interesse público pela proteção do patrimônio cultural brasileiro fez editar o Decreto-lei 25/37, primeira norma jurídica que dispõe, objetivamente, acerca desta limitação administrativa ao direito de propriedade. O Decreto-lei 25/37 só foi modificado em 1941, pelo Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento pelo presidente da República, em 1975, pela lei 6.292, que introduz a homologação ministerial no procedimento de tombamento⁵.

Aloísio Magalhães, durante o período em que esteve à frente das políticas culturais empreendidas pelo governo federal entre 1975-1982, ressaltava a importância do desenvolvimento nacional integrado à preservação das raízes culturais brasileiras, no intuito de conservar nossa identidade cultural. Ele salienta que

um dos graves problemas com que se defrontam os países no mundo moderno é a perda de identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas. Essa perda é, na verdade, a face negativa do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico, que se propaga através de duas vertentes principais: a tecnologia do produto industrial e a tecnologia da comunicação audiovisual⁶.

Esse acelerado processo de integração universal possibilitou, através das vertentes mencionadas por Aloísio Magalhães, o desenvolvimento e consolidação da globalização que influenciou diretamente nas culturas de cada grupo ou nação que vivenciaram diretamente suas intervenções. Nesse sentido, para Leonardo Barci Castriota

²MENEZES. Bens culturais da Igreja. São Paulo: Loyola, 2006. p. 14-15.

³Cf. Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. p. 26-27.

⁴Cf. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>; Acesso em: 03 ago. 2014.

⁵CASTRO, Sonia Rabello de. O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. p. 1.

⁶MAGALHÃES. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 47.

se, por um lado, a globalização, baseada nos modelos econômicos e políticos neoliberais, fortalece os meios de comunicação de massa com principal fonte de consumo da maioria da população, o que poderia significar um enfraquecimento das culturas locais, por outro lado, o que se vê, quase como um contra-movimento, é o reaparecimento e a asserção das próprias identidades culturais locais⁷.

O que se percebe no argumento de Castriota em relação ao patrimônio cultural na globalização é que não ocorreu apenas a vertente de uma homogeneização da cultura como foi proposto e pensado pelos intelectuais da década de 1980 como Magalhães ou após o Consenso de Washington (1989). Parece que outra globalização passou a concorrer e operar no plano cultural. Uma inversão na globalização inicialmente imaginada projetou o multiculturalismo por meio da valorização das culturas locais em perspectiva global. Essa fase do fenômeno ao mesmo tempo em que se dimensionaram as referências culturais locais, essas se tornaram, cada vez mais planetarizadas e fragmentadas.

A fragmentação dos costumes e de certas práticas em relação ao patrimônio promoveu o reaparecimento de valores culturais específicos de determinados grupos. Nesse sentido, o que se evidencia é a busca em resgatar a memória e a cultura pela ação desenvolvida através das interações e das experiências que o diálogo multicultural proporcionou. Conforme José Newton Coelho Meneses analisa:

há um crescimento considerável da busca de informações sobre o passado e sobre os bens que o documentam, fazendo aumentar em linha crescente o repertório de bens patrimoniais que denotem a construção da cultura que se quer conhecer e valorizar⁸.

Portanto, é de fundamental importância analisar como a Igreja Católica, maior detentora de bens culturais no Brasil, compreende a questão da preservação do patrimônio cultural e religioso, tendo em vista as apropriações que diversos grupos exercem sobre esses bens. Nesse aspecto, vale lembrar a teoria da recepção de Roger Chartier, para o qual o receptor também é um produtor de sentido. As significações e valores atribuídos pela comunidade aos bens da Igreja podem ser diferentes daqueles que são atribuídos pelos agentes da instituição. Os interesses e as intenções de preservar os bens culturais da Igreja Católica podem contrapor-se em relação aos valores de fruição e usos diferenciados que são apropriados e podem variar em relação aos grupos sociais. Nesse sentido, cabe saber até que ponto a política para o patrimônio cultural da Igreja é ampla e comporta as diferenças de apropriações feitas pelos diferentes e diversos grupos da comunidade. Assim, o artigo visa contribuir com os estudos já elaborados sobre a conservação dos bens eclesiais no Brasil em relação a comunidade e, especificamente, sobre as ações da Arquidiocese de Belo Horizonte em preservar os bens culturais presentes em sua jurisdição episcopal.

Do Concílio Vaticano II à criação da Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja (1962-1993): discursos sobre o patrimônio cultural

O Concílio Vaticano II foi anunciado, primeiramente, em 25 de janeiro de 1959 e convocado em 25 de dezembro de 1961 pelo papa João XXIII (1958-1963) no intuito de dialogar com as fortes investidas provenientes da modernidade⁹. Para Rodrigo Coppe Caldeira o concílio convocado por João XXIII possuía um “espírito notadamente diferente dos anteriores – era um concílio que visava a um diálogo com o mundo e não a condenação de suas ideias”.¹⁰ Essa assembleia religiosa teve início em 1962 e

⁷CASTRIOTA. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 12.

⁸MENESES. História & Turismo Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 37.

⁹Cf. Papa João XXIII, Constituição Apostólica Humanae Salutis, Convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II, 25 de dezembro de 1961. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/apost_constitutions/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis_po.html

¹⁰CALDEIRA. Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer. Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, P. 1010-1029. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n24p1010/3397>>; Acesso em: 25 ago. 2014.

foi concluída no ano de 1965, pelo papa Paulo VI (1963-1978), após uma série de debates, votações, emendas, estudos e elaboração de textos no intuito de consolidar a redação de uma série de documentos que expressassem a nova visão da Igreja.

Dentre esses documentos, vale destacar a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* que orienta sobre a sagrada liturgia. Percebe-se uma preocupação por parte da Igreja Católica na preservação das peças de arte sacra, no capítulo VII intitulado *A arte sacra e as alfaias litúrgicas* o Concílio Vaticano II ressalta que

A Igreja nunca considerou um estilo como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos vários ritos, criando deste modo no decorrer dos séculos um tesouro artístico que deve ser conservado cuidadosamente¹¹.

Nesse sentido compreende-se que a fruição dos bens culturais religiosos, empreendida pela Igreja e por muitos fiéis leigos está ligada à utilização dos objetos sacros no rito litúrgico. De acordo com a *Instrução Geral sobre o Missal Romano* existe à necessidade de preservar esses objetos que são utilizados no ritual. Porém, nos direcionamentos das políticas culturais da Igreja pouco se atenta para a conservação do ritual em si. Coloca-se a necessidade de se preservar através do instrumento do registro os rituais litúrgicos enquanto celebrações. Nesse aspecto, pouco se vê na legislação eclesiástica e nos instrumentos de sua preservação. Alguns casos têm sido preservados por iniciativa dos órgãos de proteção do patrimônio e pela comunidade, podemos citar como exemplo o rito siríaco.

O rito siríaco católico provém da cidade de Antioquia, capital da atual Síria, é uma das principais cidades no Oriente e, foi um importante local durante a dominação romana na região. São Pedro erigiu a Igreja de Antioquia no ano 42 o que possibilitou, posteriormente, que esta cidade abrigasse um grande número de cristãos cuja liturgia utilizada pelos fieis conservou as características e os elementos originais da fase inicial do cristianismo, “além de apresentar uma série de costumes próprios a essa população. Da principal liturgia adotada na época, a de São Tiago, derivaram outras, como a Liturgia dos Apóstolos ou Liturgia de São João Evangelista”¹², essa liturgia começou a ser praticada na Igreja Sagrado Coração de Jesus em Belo Horizonte a partir de 25 de outubro de 1925, quando Dom Antônio dos Santos Cabral (1922-1967), primeiro arcebispo de Belo Horizonte, nomeou o padre sírio Jorge Elian (1925-1949) como pároco da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Belo Horizonte para dar assistência espiritual à colônia sírio-libanesa presente na capital mineira. Durante a celebração,

sendo uma liturgia de origem oriental, a língua adotada modernamente é o árabe. Originalmente, a língua adotada foi o aramaico, a mesma língua falada por Cristo. Mantendo-se a fidelidade com a língua oficial, somente as orações da consagração são em aramaico¹³.

Este rito não possui um registro para garantir a sua preservação e não identificamos nenhuma iniciativa por parte da Arquidiocese para garantir a salvaguarda deste patrimônio imaterial em Belo Horizonte, o templo foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG em 1979, e nos primeiros anos da década de 2000, seguindo as orientações presentes na *Instrução Geral sobre o Missal Romano* e outras provenientes da Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja, o setor de Inventário do Patrimônio, do Memorial da Ar-

¹¹Cf. Concílio Vaticano II, Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia, 04 de dezembro de 1963. Disponível em:

<http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html>; Acesso em: 25 ago. 2014.

¹²Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte. Igreja do Sagrado Coração de Jesus: Paróquia dos Siríacos Católicos. Belo Horizonte. [folheto]

¹³Cf. ARQUIDIOCESE de Belo Horizonte; Paróquia Sagrado Coração de Jesus dos Siríacos Católicos; Igreja Sagrado Coração de Jesus. Liturgia da Santa Missa: Rito Siríaco Católico. [s.l], [s.d], p. 2.

quidiocese de Belo Horizonte, inventariou os bens materiais presentes na Igreja Sagrado Coração de Jesus¹⁴, no intuito de preservar as peças sacras que serão utilizadas nas celebrações. Enfim, a Igreja Católica procura utilizar as peças sacras nas celebrações e propagação da fé católica adaptando-as às necessidades e características da comunidade em que estão inseridas. Dessa forma

a Igreja não cessa de solicitar a nobre contribuição das artes e admite as expressões artísticas de todos os povos e regiões. Ainda mais, assim como se esforça por conservar as obras e tesouros artísticos legados pelos séculos precedentes e, na medida do necessário, adaptá-las às novas necessidades, também procura promover formas novas que se adaptem à índole de cada época¹⁵.

Sob as orientações do Concílio Vaticano II, e após receber a carta circular *De cura patrimonii histórico-artistici Ecclesiae* proveniente da Sagrada Congregação dos Clérigos em 11 de abril de 1971 e o ofício nº 131 do Conselho Federal de Cultura em 08 de junho de 1971, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, elaborou o *Documento-base sobre a arte sacra* em agosto de 1971, ressaltando a importância da preservação dos bens culturais religiosos e recomendando ao clero que auxiliasse nesse objetivo. Nesse documento a CNBB classifica o patrimônio histórico e cultural da Igreja em dois aspectos:

O grande acervo dos bens histórico-artísticos da Igreja tem dois aspectos: - o primeiro é o acervo vivo, espalhado pelas nossas Igrejas e casas religiosas. Aos párocos, capelães e reitores de Igrejas e capelas compete zelar pela integridade, conservação e segurança destes bens. – O segundo acervo são os depósitos de objetos artísticos, isto é, o que não está mais em uso. Para estes recomenda-se a criação de museus paroquiais diocesanos e interdiocesanos para evitar a deterioração tão frequente nos depósitos¹⁶.

Após o período que o Brasil foi governado pelo regime ditatorial (1964-1984), foi necessário para a redemocratização do país a elaboração de uma nova constituição que assegurasse garantias fundamentais para a sociedade brasileira. A evolução do diálogo sobre a preservação do patrimônio cultural não foi ignorada pelo Congresso Nacional ao aprovar em 1988, a nova Constituição Federal brasileira, e reservou dois artigos, 215 e 216, os quais dispõem sobre a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural brasileiro. O Poder Público auxiliado pela sociedade, de acordo com o artigo 216 “promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação¹⁷”.

É nesse intuito de valorização da cultura religiosa e preservação dos bens culturais da Igreja que o papa João Paulo II (1978-2005) erigiu a Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja em 1993, através do motu próprio *Inde a Pontificatus Nostri initio*, substituindo a Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja, criada em 1988¹⁸ no âmbito da Congregação para o Clero cujas atribuições serão:

presidir la tutela del patrimonio histórico y artístico de toda la Iglesia (obras de arte, documentos históricos, patrimonios librerías y aquellos que se conservan en los museos, bibliotecas y archivos); colaborar en

¹⁴Cf. MIRANDA. ARQUIDIOCESE de Belo Horizonte; PONTIFÍCIA Universidade Católica de Minas Gerais. Inventário do Patrimônio da Arquidiocese de Belo Horizonte: Igreja do Sagrado Coração de Jesus – Belo Horizonte (MG). Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. n.4. 273p.

¹⁵Instrução Geral sobre o Missal Romano. In: Missal Romano. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com acréscimos aprovados pela Sé Apostólica. 6. ed. São Paulo: Paulus, 1992. p. 78.

¹⁶CNBB. Documento-base sobre arte sacra. Comunicado Mensal, n. 227, Brasília, 1971.

¹⁷Cf. Artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>; Acesso em: 31 ago. 2014.

¹⁸Cf. Papa João Paulo II. Constituição Apostólica Pastor Bonus sobre a Cúria Romana. Roma, 28 de junho de 1988. Disponível em: <<http://www.paroquiasantoantonio-patos.com.br/admin/documentos/Constitui%C3%A7ao-Apostolica-PASTOR-BONUS-sobre-a-Curia-Romana.pdf>>; Acesso em: 28 ago. 2014.

la conservación de este patrimonio con las Iglesias particulares y los respectivos organismos episcopales; promover una sensibilización cada vez mayor en la Iglesia sobre estos bienes, de acuerdo con las Congregaciones para la Educación Católica y para el Culto Divino y la Disciplina de los Sacramentos¹⁹.

Nesse objetivo a Pontifícia Comissão desenvolveu textos sobre o tema para orientar os clérigos e os responsáveis pela preservação dos bens culturais eclesiais, ressaltando a importância que eles possuem para a execução das celebrações litúrgicas e do contato com o transcendente. De acordo a carta circular *Necessidade e urgência da Inventariação e catalogação do patrimônio cultural da Igreja*, a Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja ressalta que

a função cultural e eclesial que, incessantemente, caracteriza os mesmos bens culturais da Igreja representa o melhor apoio para a sua conservação... Para além da «tutela, vital» dos bens culturais, é pois importante a sua «conservação contextual», uma vez que a valorização deve ser entendida no seu conjunto, sobretudo no que diz respeito aos edifícios sagrados, onde se encontra presente a maior parte do património histórico e artístico da Igreja. Não se pode, enfim, subestimar a necessidade de manter inalterada, tanto quanto possível, a relação entre os edifícios e as obras aí existentes, em ordem a garantir uma sua fruição completa e global...²⁰

Para que o patrimônio cultural religioso seja preservado é necessário que os clérigos estejam à frente da aplicação das medidas protetivas, orientando os leigos sobre a necessidade de preservar os resquícios de nossa história e que evocam nossa memória histórico-religiosa. Na carta circular *A formação dos futuros presbíteros à atenção para com os bens culturais da Igreja* a Pontifícia Comissão expõe que

sem o renovado empenho dos sacerdotes em relação à conservação de tais bens, da sua valorização cultural e pastoral e da sensibilização acerca de seu papel na evangelização, na liturgia e no aprofundamento da fé dificilmente se poderá realizar a atividade desejada pela Constituição *Pastor Bonus*²¹.

O Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte

Na década de 1990, a Igreja Católica buscou criar meios efetivos para auxiliar na salvaguarda de seus bens culturais criando a Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja que teria a função de orientar as arquidioceses e dioceses espalhadas pelo mundo. Seguindo o objetivo de resgatar e preservar a memória histórico-religiosa do catolicismo em Minas Gerais, a Arquidiocese de Belo Horizonte criou o antigo Centro de Documentação e Informação da Arquidiocese de Belo Horizonte - CEDIC/BH – em julho de 1992 no intuito de “resgatar e organizar a documentação dos Departamentos da Presidência, Chancelaria, Jurídico, Contabilidade, Pessoal e Financeiro da Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte²².” De acordo com o documento-base da CNBB sobre a arte sacra

¹⁹Cf. Perfil da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_pro_20051996_sp.html>; Acesso em: 31 ago. 2014.

²⁰Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Carta circular. Necessidade e urgência da inventariação e catalogação do patrimônio cultural da Igreja. Vaticano: 1999.

²¹Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico. Carta circular. A formação dos futuros presbíteros à atenção para com os bens culturais da Igreja, 15 de outubro de 1992, apud MENEZES. Bens culturais da Igreja. São Paulo: Loyola, 2006. p. 16.

²²Memorial da Arquidiocese – MA, Arquivo Arquidiocesano, cx 830, pasta 1, Projeto de Implantação do AABH, página 1.

os documentos escritos, muitos deles preciosos quer pelo valor artístico, quer pelo valor histórico, devem ser reunidos em arquivos paroquiais, diocesanos ou interdiocesanos, para que sejam preservados e colocados a serviço dos estudiosos e pesquisadores²³.

A Igreja considera os arquivos eclesiásticos como um lugar da memória das comunidades cristãs e um importante instrumento a ser utilizada na evangelização conforme a carta circular *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*:

Pour l'Église, en effet, les archives sont, en quelque sorte, le lieu de la mémoire des communautés chrétiennes et un facteur culturel au service de la nouvelle évangélisation. Elles constituent ainsi un bien culturel de première importance, dont la particularité est d'enregistrer le parcours pluriséculaire de l'Église en chacune des réalités qui la compose. Comme lieu de la mémoire, elles doivent recueillir de façon systématique toutes les données qui ont servi à écrire l'histoire articulée de la communauté ecclésiale afin d'offrir la possibilité d'évaluer convenablement ce qui a été fait, les résultats obtenus, les omissions aussi bien que les erreurs²⁴.

Nesse sentido, para Pierre Nora os lugares de memória surgem e se constituem a partir da necessidade de criar mecanismos que possam preservar e resgatar a memória social ou particular, "mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica²⁵", ou seja, os arquivos eclesiásticos são lugares de memória, pois a Igreja atribuiu a eles um significado simbólico e religioso, sem se esquecer da funcionalidade que eles possuem na evangelização e manutenção da memória religiosa.

Preocupada com o estado de conservação dos bens culturais e sobre a disposição em que eles se encontram a Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja, além de instruir sobre como preservar o patrimônio cultural religioso, se comunica com as arquidioceses e dioceses para obter tal informação sobre o patrimônio documental, bibliográfico, artístico e entre outros. Tal fato é confirmado na carta enviada pela Pontifícia Comissão, em 27 de março de 1996, ao Mons. Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte na época:

Excelência Reverendíssima, Apesar de conhecer os pesados empenhos que comporta o governo pastoral da Sua Diocese, venho dirigir-me a Vossa Excelência Reverendíssima para Lhe pedir algumas informações sobre a organização dos Ofícios Diocesanos que têm a seu cuidado os Bens Culturais da Igreja, com o fim de um profícuo conhecimento e colaboração da nossa parte com as Igrejas particulares, cujo enorme empenho pastoral apreciamos e, onde isso é possível, o da valorização dos bens culturais e das tradições locais²⁶.

Na pesquisa documental não foi possível encontrar se tal resposta foi encaminhada para o Vaticano, mas identificamos que certas medidas foram tomadas para a preservação dos bens culturais sob a jurisdição episcopal da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sabe-se que, por intermédio da Portaria nº 01/1996, Dom Serafim Fernandes criou a Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra – CAAS, em 15 de agosto de 1996, além de orientar e supervisionar a elaboração de projetos para a construção de igrejas e capelas, esta deveria:

²³ CNBB. Documento-base sobre arte sacra. Comunicado Mensal, n. 227, Brasília, 1971.

²⁴Cf. Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Carta circular. *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*, Vaticano, 02 de fevereiro de 1997. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19970202_archivi-ecclesiastici_fr.html>; Acesso em: 31 ago. 2014.

²⁵NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981, n. 10, dez. 1993. p. 21.

²⁶MA, Arquivo Arquidiocesano, cx 830, Correspondência 1996/2013, pasta 1.

d - examinar o estado de conservação e acompanhar, se for o caso, os trabalhos de restauração dos bens da Igreja, sugerindo eventuais medidas de proteção e preservação de sua integridade (6); e – fazer o inventário dos monumentos históricos e artísticos da Arquidiocese, organizando o respectivo arquivo (7)²⁷;

A CAAS foi criada conforme as orientações contidas na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia cujo artigo 44, que dispõe sobre a criação de comissões de liturgia, música e arte sacra, ressalta:

Convém que a autoridade eclesiástica territorial competente, a que se refere o art. 22 § 2, crie uma Comissão litúrgica, que deve servir-se da ajuda de especialistas em liturgia, música, arte sacra e pastoral. A Comissão deverá contar, se possível, com o auxílio dum Instituto de Liturgia Pastoral, de cujos membros não se excluíram leigos particularmente competentes, se for necessário. Será atribuição da dita Comissão dirigir, guiada pela autoridade eclesiástica territorial, a pastoral litúrgica no território da sua competência, promover os estudos e as experiências necessárias sempre que se trate de adaptações a propor à Santa Sé²⁸.

Posteriormente as atividades exercidas pela CAAS, em relação aos bens culturais, passaram a ser executadas pelo Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte cujos trabalhos se iniciaram

em 2001, por equipe de professores-pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, [...] tem como objetivo a identificação e catalogação do acervo cultural da Arquidiocese, distribuído em 258 paróquias, em 28 municípios do Estado de Minas Gerais. Trabalho de importância incalculável alia-se, desde então, aos esforços despendidos pelos órgãos públicos de proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico [...]²⁹.

O Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte na execução de seus projetos e atividades conta com a colaboração dos setores eclesiásticos, a saber as paróquias pesquisadas, a Cúria Metropolitana, a PUC Minas e os órgãos públicos que atuam na salvaguarda dos bens culturais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, além de buscar fomento junta à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

No ano de 2005, o Inventário foi incorporado ao Memorial da Arquidiocese como um de seus setores organizacionais, através do Decreto nº 04G/2005 promulgado por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, atual arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, em 22 de agosto de 2005, que seria implantado na capital do estado. De acordo com o decreto o Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte terá a atribuição “de pesquisar, manter sob administração ou recolher, analisar e classificar, preservar e divulgar bens culturais e históricos, sacros e profanos, de várias naturezas, que se vinculem à história da Arquidiocese³⁰.” “O Memorial visa a inserir-se na vida da comunidade da Arquidiocese, desenvolvendo amplo trabalho de promoção, proteção e divulgação de seus bens culturais³¹.” Além do Inventário, o Memorial é composto pelo Arquivo

²⁷MA, Arquivo Arquidiocesano, cx 831, Administração do Memorial, pasta 6 (2º).

²⁸Cf. Concílio Vaticano II, Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia, 04 de dezembro de 1963, cap. 1, art. 44.

²⁹MA, Arquivo Arquidiocesano, cx 831, Inventário, pasta 7.

³⁰MA, Arquivo Arquidiocesano, cx 830, Correspondência 2001-2009, pasta 3, 2004, fl. 01.

³¹MA, Arquivo Arquidiocesano, cx 830, Correspondência 2001-2009, pasta 3, 2005.

Arquidiocesano, pelo Centro de Divulgação e Promoção Religiosa e pelo Museu Arquidiocesano cuja inauguração ocorreu no dia 16 de abril de 2010 no endereço em que se situa atualmente, na Praça Duque de Caxias, 500, bairro Santa Tereza.

Conforme as orientações provenientes da Comissão Pontifícia para os bens culturais da Igreja, o Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte atribui ao inventário um importante instrumento de salvaguarda do patrimônio cultural religioso, criando um setor específico dentre os setores que o compõem. Conforme o Código de Direito Canônico, cân. 1283, parágrafo 2º, os administradores dos bens eclesiais devem elaborar “um inventário exacto e discriminado, por eles assinado, das coisas imóveis, e das móveis quer preciosas quer de qualquer modo respeitantes aos bens culturais ou de outras coisas, com a sua descrição e avaliação³²”. De acordo com a carta circular *Inventariação dos bens culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica*

Se confia, por tanto, en el sentido de responsabilidad de los superiores mayores, que sabrán proveer a su tiempo a la realización del inventario de los bienes archivísticos, librarios y artísticos em su posesión, tanto en la sede central como en las sedes periféricas, con particular atención a cuanto viene trasladado de las casas que se suprimen. La importancia de tal inventario viene también puesta de relieve en el can. 1283, 2º del Código de Derecho Canónico y en el can. 1025 del Código de los Cánones de las Iglesias Orientales³³.

O trabalho desenvolvido pelo Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte visa conservar os bens culturais sem descaracterizá-los, mantendo assim a sua função inicial. Conforme Mônica Eustáquio Fonseca:

Destituídos de valor para as atuais gerações e para as que nascem, esses objetos terão seu fim declarado com muita brevidade. Uma das consequências é a musealização desses objetos [...] que deixando seus lugares originais de *sentido*, transformam-se em meros objetos de exposição, para um sôfrego consumo visual. Coloca-se então a questão, o que e de que forma queremos conservar? Por isso julgamos que a preservação da cultural material deve, na medida do possível, ser acompanhada da reprodução das condições que a torna viva³⁴.

Dessa forma, compreende-se que o Inventário do Patrimônio pretende preservar o patrimônio cultural sacro sem afastá-lo do rito litúrgico, permitindo assim que sejam utilizados na evangelização e contribuam na relação dos fiéis com o transcendente. No decorrer da inventariação dos bens culturais, quando são identificados aqueles que necessitam de um tratamento técnico de restauro, o Memorial aciona os órgãos públicos competentes para garantir a conservação do patrimônio. De acordo com Mônica Eustáquio Fonseca:

Desde que identificados problemas que coloquem em risco a integridade dos bens, sejam eles materiais ou de outra ordem, são tomadas providências que consistem no acionamento dos órgãos de patrimônio nas diferentes esferas, federal, estadual ou municipal, de forma a somar esforços e ampliar as possibilidades de ações ágeis e concretas. O Iepha/MG tem sido um parceiro de primeira hora, com o qual podemos contar para a construção de conhecimento; realização de ações de vistoria e elaboração de laudos que apontam os problemas e indicam as providências que precisam ser adotadas; elaboração de projetos de intervenção para restauração ou conservação; educação patrimonial etc³⁵.

³²Cf. Livro V, Título II, cân. 1283. Código de Direito Canônico, promulgado por S.S. o papa João Paulo II. Versão portuguesa. 4.ed. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa; Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1983. rev. p. 220. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>; Acesso em: 31 ago. 2014.

³³Cf. Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Carta circular. Inventariação dos bens culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica: algumas orientações práticas. 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20060915_inventariazione_sp.html>; Acesso em: 31 ago. 2014.

³⁴FONSECA, (Coord.). Inventário do patrimônio cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte: relatório final de pesquisa: síntese das Igrejas inventariadas. Belo Horizonte: Memorial/ Inventário; PUC Minas; FAPEMIG, 2008, vol. 01. p. 23.

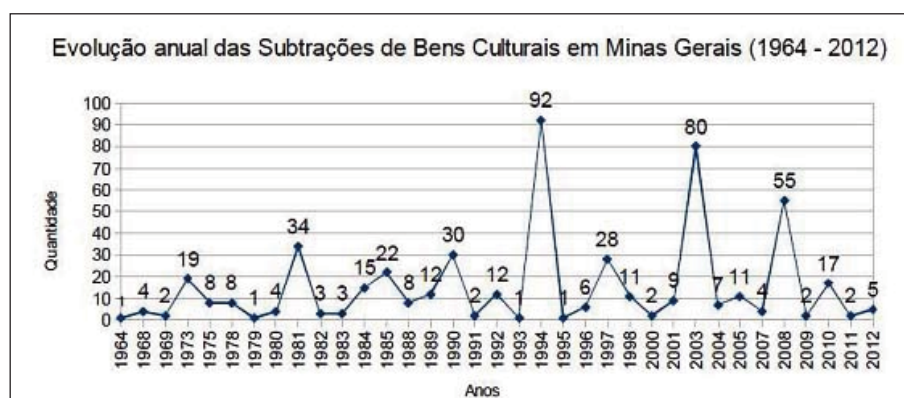
³⁵Cf. Iepha/MG entrevista: Mônica Eustáquio Fonseca. 02 de abril de 2011.

Outro instrumento de tutela utilizado é o tombamento, mas este se dá através da interação da Arquidiocese com o poder público, por intermédio dos institutos de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural, IPHAN e IEPHA. Nestes casos, o poder público notificou a Arquidiocese sobre o bem cultural que seria tombado pelo órgão competente, concedendo-lhe um prazo para se manifestar se concorda ou não com ato praticado, mas expondo seus argumentos. Na pesquisa não identificamos se a Arquidiocese discordou em relação ao tombamento do bem, ao contrário, ela anuiu. É possível comprovar na documentação a manifestação favorável ao tombamento de um bem edificado, no caso, da Igreja do Sagrado Coração de Jesus:

Recebi a Notificação Nº 01/79/IEPHA/MG, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico = IEPHA/MG, referente ao tombamento da Igreja do Sagrado Coração, localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e fico ciente deste tombamento. Belo Horizonte, 15 de março de 1979. Dom João Rezende Costa [...] Arcebispo de Belo Horizonte³⁶.

Essa parceria firmada entre a Arquidiocese de Belo Horizonte e o poder público vai além dos procedimentos de tombamento e conservação do patrimônio histórico e cultural, principalmente, em relação ao comércio clandestino de bens culturais sacros. A ocorrência de furtos de peças sacras ocorre em Minas Gerais desde o século XVIII, mas atualmente, essa ação tem se elevado devido à atribuição de valor aos bens culturais e, conseqüentemente, ao valor monetário que tais bens são avaliados devido à sua importância como testemunho e expressão de uma determinada época.

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consta no artigo 23 que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.”. Mesmo com a regulamentação prevista em lei, os casos de furtos de bens culturais continuam a ocorrer, e os infratores chegam até mesmo em constituir quadrilhas para atingir seus objetivos conforme tabela abaixo.



Fonte: Miranda, Marcos Paulo de Souza. A atuação do Ministério Público no combate à subtração e ao comércio ilícito de bens culturais. [s.d.]. Apresentação.

Nesse sentido o Ministério Público criou o Sistema de Registro de Peças Sacras Procuradas, por intermédio da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, e firmou uma parceria com a INTERPOL no intuito de tentar resgatar as peças de foram enviadas para o exterior. Internamente, Marcos Paulo de Souza Miranda ressalta que:

³⁶IEPHA, Processo de Tombamento, PT 05, Igreja do Sagrado Coração de Jesus, 07/1979, fl. 28.

A atuação do Ministério Público (Estadual e Federal) em conjunto com os demais órgãos de proteção ao patrimônio cultural (IPHAN, IEPHA), defesa social (Polícias Civil, Federal e Militar) e de fiscalização tributária (Receitas Estadual e Federal) é medida que se impõe para o combate eficaz ao comércio clandestino de bens culturais³⁷.

O trabalho executado pelo Inventário da Arquidiocese de Belo Horizonte é de suma importância como medida preventiva em caso de furtos de bens culturais, pois o inventário minucioso auxilia na identificação dos bens furtados. Em entrevista ao site descubraminas.com desenvolvido pelo SENAC/MG, Dom Walmor Oliveira ao ser questionado sobre a falta de segurança para com o patrimônio histórico e cultural e sobre a ação de ladrões ressaltou que:

Essa é uma questão extremamente séria e que exige todos os esforços das dioceses, paróquias, instituições, governos e sociedade. Na Arquidiocese de Belo Horizonte, não medimos esforços para zelar pelo patrimônio religioso. Em 2010, criamos o Memorial da Arquidiocese que realiza importante trabalho em parceria com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. O Memorial tem como competência definir a política de proteção, pesquisa, promoção e divulgação dos bens culturais arquidiocesanos. No final de 2011, o Memorial Arquidiocesano realizou uma exposição no Terminal Rodoviário de Belo Horizonte. Peças sacras dos séculos 19 e 20 que estavam desaparecidas há mais de 40 anos, recuperadas pela Polícia Civil, passaram por um processo de restauração e, em seguida, foram expostas no Terminal Rodoviário - estrategicamente escolhido por ser um local de grande circulação - oportunidade para que um número ainda maior de pessoas pudesse apreciar o acervo³⁸.

Conclusão

No decorrer dessa pesquisa, preocupamos em analisar as ações da Arquidiocese de Belo Horizonte na proteção e preservação do patrimônio cultural religioso presente em Belo Horizonte. Tal análise nos possibilitou identificar quais os instrumentos de salvaguarda do patrimônio são utilizadas pelo Memorial da Arquidiocese, a saber o tombamento e o inventário. O processo de tombamento se deu com a anuência da Arquidiocese em relação aos procedimentos administrativos do poder público no intuito de preservar o patrimônio histórico e cultural religioso. O inventário está sendo desenvolvido seguindo as orientações provenientes do Vaticano, especificamente, das cartas circulares elaboradas pela Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja, sendo um importante instrumento de preservação dos bens culturais, considerado, também, como uma medida protetiva em caso de ocorrência de furtos de peças sacras.

A Igreja Católica se esforça em dialogar e auxiliar os entes da administração pública, Estado, Município e União, nas ações de preservação do patrimônio cultural, e reconhece a importância de se manter e fortalecer essas ações protetivas. Ao desenvolver a pesquisa percebemos que a Arquidiocese possui a mesma visão do Vaticano sobre a preservação de bens culturais, pois em todos os atos praticados nesse sentido, as orientações episcopais são destacadas nos documentos administrativos provenientes da Cúria Metropolitana e do Memorial da Arquidiocese, e é perceptível nas ações empreendidas para a salvaguarda do patrimônio eclesialístico.

³⁷MIRANDA. A atuação do Ministério Público no combate ao comércio clandestino de bens culturais. [s.l.], [s.d.], p. 12. Disponível em: <file:///C:/Users/T/Downloads/artatuaMP.pdf>; Acesso em: 01 set. 2014.

³⁸Entrevista realizada por Roberta Almeida ao site descubraminas.com, mantido pelo SENAC/MG em abril de 2012. Disponível em: <http://www.descubraminas.com/Cultura/EntrevistaDetalle.aspx?cod_entrevista=1651>; Acesso em: 01 set. 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDISSERI, Dom Lorenzo. Bens culturais no Acordo Brasil - Santa Sé. Cadernos de História. Belo Horizonte. v. 13. n. 18. 1º sem. 2012.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 379 p.
- CASTRO, Sonia Rabello de. O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. 153p.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer. Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, P. 1010-1029. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n24p1010/3397>>; Acesso em: 25 ago. 2014.
- LEITE, Ilka Boaventura. Religião, Arte e Patrimônio Cultural. Horizonte. Belo Horizonte, v. 11, n. 31, p. 840-842, jul./set. 2013
- MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. 256p.
- MENESES, José Newton Coelho. História & Turismo Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 127 p.
- MENEZES, Ivo Porto de. Bens culturais da Igreja. São Paulo: Loyola, 2006. 109 p.
- MINISTÉRIO Público do Estado de Minas Gerais; PROMOTORIA Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. Manual Básico de Segurança e Conservação do Patrimônio Cultural Sacro. Belo Horizonte: [s.ed.], [s.d.]. 37 p.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. A atuação do Ministério Público no combate ao comércio clandestino de bens culturais. [s.l], [s.d.], p. 12. Disponível em: <<file:///C:/Users/T/Downloads/artatuaMP.pdf>>; Acesso em: 01 set. 2014.
- _____. Patrimônio Cultural e Bens Culturais. In: _____. Tutela do patrimônio cultural brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 49-86.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981, n. 10, dez. 1993. P. 7-28.
- TEIXEIRA, Luiz Gonzaga; FONSECA, Mônica Eustáquio. Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes et al. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano. Ouro Preto: C/Arte, 2006. p. 789-798. Disponível em: <<http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Luiz%20Gonzaga%20Teixeira.pdf>>; Acesso em: 02 jan. 2014.

FONTES

- ARQUIDIOCESE de Belo Horizonte; Paróquia Sagrado Coração de Jesus dos Siríacos Católicos; Igreja Sagrado Coração de Jesus. Liturgia da Santa Missa: Rito Siríaco Católico. [s.l], [s.d], p. 2.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>; Acesso em: 03 ago. 2014.
- CARTA Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. 27 p.
- CNBB. Documento-base sobre arte sacra. Comunicado Mensal, n. 227, Brasília, 1971.
- CONSTITUIÇÃO Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html.
- FONSECA, Mônica Eustáquio (Coord.). Inventário do patrimônio cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte: relatório final de pesquisa: síntese das Igrejas inventariadas. Belo Horizonte: Memorial/Inventário; PUC Minas; FAPEMIG, 2008, 5 vols.
- IGREJA Católica. Código de Direito Canônico, promulgado por S.S. o papa João Paulo II. Versão portuguesa. 4.ed. Lisboa: Conferência

Episcopal Portuguesa; Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1983. rev. p. 220. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>; Acesso em: 31 ago. 2014.

_____. Instrução Geral sobre o Missal Romano. In: _____. Missal Romano. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com acréscimos aprovados pela Sé Apostólica. 6. ed. São Paulo: Paulus, 1992. p. 23-94.

INVENTÁRIO do patrimônio cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte: Igreja de São Francisco de Assis, Pampulha, Belo Horizonte. 2003. 152p.

MIRANDA, Selma Melo. ARQUIDIOCESE de Belo Horizonte; PONTIFÍCIA Universidade Católica de Minas Gerais. Inventário do Patrimônio da Arquidiocese de Belo Horizonte: Igreja do Sagrado Coração de Jesus – Belo Horizonte (MG). Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. n.4. 273p.

PONTIFÍCIA Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Carta circular. Inventariação dos bens culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica; algumas orientações práticas. 15 de setembro de 2006. Disponível em: < http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20060915_inventariazione_sp.html>; Acesso em: 31 ago. 2014.

_____. Carta circular. Necessidade e urgência da inventariação e catalogação do patrimônio cultural da Igreja. Vaticano: 1999.

_____. Carta circular. A função pastoral dos arquivos eclesiais, Vaticano, 02 de fevereiro de 1997. Disponível em: < http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19970202_archivi-ecclesiastici_fr.html>; Acesso em: 31 ago. 2014.

PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DE MEMÓRIA: PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A DIVERSIDADE: PATRIMÔNIO E PRÁTICAS DE MEMÓRIA NUMA PERSPECTIVA INTERDICIPLINAR"

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1429>

Luisa Teixeira Andrade

Doutora em Educação e Pesquisadora do Laboratório de estudos em Ensino de História pela FaE/UFMG

lteixeira@hotmail.com



Frederico Alves Pinho

Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais

fredpinho@hotmail.com



Recebido em: 09/02/2015 – Aceito em 13/05/2015

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre o curso “Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar”, realizado no segundo semestre de 2010 em cinco cidades pólos do estado de Minas Gerais. O curso de aperfeiçoamento da Rede de Formação para a Diversidade (SECAD/MEC), coordenado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (Labepeh/ UFMG), foi ofertado na modalidade da educação à distância, por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Apesar de o curso ter sido oferecido em cinco cidades pólos, esta análise abrange apenas as duas turmas do pólo Governador Valadares. O foco da análise é o processo de aprendizagem, com atenção voltada para o conceito de patrimônio em suas relações com o tema da diversidade e com as práticas de memória. Para isso, foram explorados os fóruns, uma ferramenta muito utilizada durante o curso, através da plataforma *moodle*. Além dos fóruns, outras duas atividades desenvolvidas pelos alunos foram apreciadas: os memoriais de percurso e os materiais didáticos elaborados.

Palavras-chave: patrimônio, práticas de memória, aprendizagem

Abstract: This paper presents a study of the course “Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar”, which took place in the second term of 2010. The course was offered as a distance education module. The analyses encompassed the pole of the city of Governador Valadares. The focus of analyses is the learning processes developed in the course with an emphasis on the concept of Historical Heritage and its relationships with diversity and memory practices. We explored the on-

Introdução

Pensar em Patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital e todas as formas de espiritualidade da nossa gente. O intangível, o imaterial” (Gilberto Gil¹).

No campo do patrimônio cultural, prevaleceu no Brasil, durante décadas, uma atuação preservacionista estreitamente vinculada aos bens de *pedra e cal*: igrejas, prédios, conjuntos urbanos, monumentos (Chagas, 2006). Nos últimos anos, entretanto, o debate sobre o tema se ampliou. As portas do patrimônio cultural foram forçadas por novos sujeitos sociais, que puseram em marcha a reformulação do conceito. O decreto

¹Este depoimento de Gilberto Gil encontra-se no artigo Educação e Patrimônio Cultural: por uma nova atitude, de Luiz Fernando de Almeida, atual presidente do IPHAN/Ministério da Cultura, publicado na Revista Por Dentro da História, ano I, no I, Contagem Prefeitura Municipal de Contagem apud ANDRADE. O patrimônio na perspectiva da diversidade. In: Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar. Labepeh/UFMG – Secad/ME – CAED/UFMG, 2010.

3.551, de 2000, que institui o inventário e o registro dos patrimônios imateriais e intangíveis, consagra a nova perspectiva. A concepção iluminista de cultura como civilização e erudição dá lugar a um conceito antropológico, no qual a diversidade figura como eixo. Nesse contexto, segmentos sociais diversos reivindicam lugar de destaque para manifestações culturais distintas. As grandes narrativas nacionais e épicas fraquejam, ao mesmo tempo em que as narrativas urbanas, regionais e locais entram em cena. Diante dessas transformações, as instituições educativas, interessadas em acompanhar esse movimento, veem-se obrigadas a renovar suas práticas discursivas, bem como suas estratégias de uso de bens culturais como recurso didático. Para tanto, o poder público se mobiliza, organizando seminários e cursos de formação de professores com foco retido nas relações entre patrimônio, diversidade e memória. Entretanto, é difícil avaliar a eficácia desses eventos, pois ainda são escassos os relatos de experiência em cursos que abordaram esta temática (Pinho, 2012). Esta lacuna suscita algumas questões: a reformulação do conceito de patrimônio cultural encontra eco nas escolas? Os professores possuem recursos materiais e conceituais que lhes permitam desenvolver atividades no campo da educação patrimonial? Os cursos ofertados pelo poder público, estão contribuindo significativamente para a reflexão sobre o conceito de patrimônio? Novas estratégias de uso dos bens culturais estão sendo organizadas nas escolas?

Este artigo apresenta um estudo sobre o curso "Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar", realizado no segundo semestre de 2010 cujo objetivo central foi a oferta de formação continuada dos professores da Educação Básica e demais profissionais da educação tendo como foco as práticas de memória e o patrimônio em diálogo com a história local. O curso de aperfeiçoamento da Rede de Formação para a Diversidade (SECAD/MEC), coordenado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (Labepeh/ UFMG), foi ofertado na modalidade da educação à distância, por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Apesar de o curso ter sido oferecido em cinco cidades pólos, esta análise abrange apenas as duas turmas de Governador Valadares (repetido). Antes de iniciarmos a análise dos dados, faremos uma breve apresentação do perfil dos cursistas, seguida por uma apresentação do curso. Porém, o foco da análise é o processo de aprendizagem, com atenção voltada para o conceito de patrimônio em suas relações com o tema da diversidade e com as práticas de memória. Por isso, foram explorados os fóruns, uma ferramenta muito utilizada durante o curso, através da plataforma *moodle*. Além dos fóruns, outras duas atividades desenvolvidas pelos alunos foram apreciadas: os memoriais de percurso e os materiais didáticos elaborados.

O perfil dos cursistas

A duas turmas de Governador Valadares totalizavam 46 alunos sendo 29 mulheres e 17 homens. Esse universo possui pouca diversidade quanto à origem dos seus alunos. Trinta e três são de Governador Valadares e os outros estão assim distribuídos: Sobrália (01), Itabira (01), Santa Rita de Minas (05), São Sebastião do Paraíso (01), Timóteo (01), Teófilo Otoni (01), Alpercata (01), Açucena (01) e Gonzaga (01). À exceção do aluno de Alpercata que trabalha em Governador Valadares, os outros residem e trabalham na mesma cidade de origem.

Quanto a faixa etária, 14 alunos possuem mais de 35 anos. Há um público relativamente jovem (menos de 30 anos) de 18 alunos. O público destaca-se por ser essencialmente feminino (há apenas sete homens em um grupo de 52 alunos).

Em relação à formação há a dominância de profissionais da educação, discriminados da seguinte forma: Pedagogia (14); História (08); Letras (03); Normal Superior (02); Educação Física (01); Serviço Social (01); Artes Cênicas e Teatro (01); Ciências Sociais (01); Nutrição (02); Ciências Biológicas (01); Licenciatura em Artes (01); Licenciatura em Música (01); Tecnologia em Secretariado (01); Turismo (01); Ciências Biológicas (01); Direito (01). Sobre a formação em pós-graduação: temos 17 alunos com ao menos uma pós-graduação e um aluno mestrando em História na Universidade Federal de São João Del Rei.

No que diz respeito ao tempo de docência, 18 alunos atuam na educação há mais de 10 anos, enquanto os demais não atuam. As profissões são assim classificadas: 30 professores; 06 pedagogos; 01 funcionário público; 04 educadores sociais.

Apresentação do curso

No período de agosto a dezembro de 2010, foi realizado o curso “Produção de Materiais didáticos para a diversidade: práticas de memória e patrimônio em uma perspectiva interdisciplinar”, de modalidade semi-presencial, vinculado a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, Secad/MEC e pertencente à Rede de Educação para a Diversidade. Ele foi ofertado, no ano de 2010, nos pólos de Araçuaí, Conceição do Mato Dentro, Confins, Governador Valadares e Juiz de fora. O curso ofereceu 50 vagas para alunos em cada um dos pólos. Estes foram divididos em duas turmas, separadas inclusive no ambiente virtual².

A equipe da coordenação foi composta pelas professoras Júnia Sales Pereira – FaE/UFMG (coordenadora) e Cláudia Sapag Ricci – CP/UFMG (vice coordenadora). O grupo responsável pelo pólo de Governador Valadares, foco deste trabalho, foi formada por uma professora-formadora (Luísa Teixeira Andrade), um tutor de apoio (Leonardo Palhares), um tutor de referência (Frederico Alves Pinho) e duas tutoras presenciais (Úrsula Bianca Ribeiro Herzog e Érika Benigna Nascimento).

O curso teve como objetivo principal a

“formação continuada de professores e outros profissionais da educação das redes pública sobre diversidade tendo como foco as práticas de memória e patrimônio e um diálogo verticalizado com a história local. O curso visa proporcionar ao aluno o contato com discussões acerca da produção, circulação, avaliação e uso de materiais didáticos para a diversidade” (Pereira e Ricci, Projeto do curso, 2010).

A perspectiva central foi possibilitar um levantamento de práticas e saberes relacionados a região de vivência do cursista, compreendendo diversidade étnico-racial, social e de gênero nas práticas de memória e nos registros de cultura e patrimônio para, em um segundo momento, elaborarem materiais didáticos sensíveis a essas temáticas a serem validados posteriormente nos ambientes educativos.

O curso, conforme referido, foi desenvolvido de forma semi-presencial e contou com três encontros presenciais, sendo o restante da carga horária cumprida a distância, via plataforma virtual Moodle, tendo também o Portal da Rede de Formação para a Diversidade, o Portal do Secad e o Portal do professor como referência de estudo e aprofundamento.

O ambiente Moodle se configurou como um espaço colaborativo integrando cursistas, tutores e coordenadores do curso. A partir de algumas ferramentas disponíveis na plataforma os tutores acompanharam os cursistas durante todo o processo. Uma das mais importantes ferramentas de diálogo foram os Fóruns de Discussão criados tanto para estudo, discussão e problematização dos temas propostos como para acompanhamento e questionamento das propostas de materiais didáticos e memoriais a serem elaborados pelos alunos-cursistas. Outras ferramentas importantes foram as mensagens simultâneas e as avaliações feitas e entregues pelos alunos na plataforma.

O material e os textos de referência do curso foram disponibilizados em três fascículos entregues aos cursistas ao longo do trabalho de acordo com as temáticas em discussão. O primeiro deles contemplou a temática do patrimônio, história local e práticas de memória, eixos fundantes do curso. O segundo deles privilegiou a prática de pesquisa como fundamento do ensino e análises e perspectivas apresentadas pelas diferentes mídias, linguagens e suportes à prática pedagógica na produção de materiais.

²Em Governador Valadares tínhamos GV I e GV II

E o terceiro deu continuidade às discussões sobre linguagens e fontes no ensino além de abordar a diversidade – conceito central do curso – a partir de dois eixos temáticos: a questão indígena e a cultura afro-brasileira.

A metodologia fundamentou-se na proposta de desenvolvimento de um percurso de aprendizagem, que incluiu a elaboração de um memorial de percurso e a confecção de um material didático para a diversidade a partir dos eixos norteadores Memória, Patrimônio e História Local.

Assim, para analisar o(s) conceito(s) de patrimônio(s) que foram apropriados pelos alunos, possuímos um rico e múltiplo corpus analítico composto por “textos” oriundos dos vários Fóruns de Discussão, disponíveis no ambiente virtual, memoriais e materiais didáticos confeccionados pelos alunos/cursistas. Em virtude do escopo deste trabalho, fizemos um recorte no qual elegemos como foco de análise o Fórum “Observação da realidade local”, tópico “GV e seus espaços de memória”, alguns memoriais e materiais didáticos.

Conceitos de patrimônio presentes no Fórum “Observação da realidade local”, tópico “GV e seus espaços de memória”

No Fórum “Observação da realidade local”, tópico “GV e seus espaços de memória” os alunos foram gradativamente citando e tecendo “narrativas” sobre a cidade e seus patrimônios, dialogando com as perguntas dos colegas, ora respondendo-as, ora comentando-as, ora questionando-as em prol da redescoberta da cidade, daí sua escola como objeto de análise. Ele se iniciou da seguinte forma: a professora formadora abriu a discussão a partir dos dizeres:

“Caros cursistas, No cafezinho³ vocês escreveram sobre a “Princesinha do Vale”: Suas goiabeadas e suas mangueiras... Carne seca de Frei Inocência... Quiabo da ‘precatinha’... A Ibituruna tem gosto de vento e sol... Que lugares e que sabores são esses? Que relações vocês estabelecem com eles? Com quais outros lugares e espaços de memória de Governador Valadares vocês nutrem algum tipo de relação? Uma escola, uma rua, uma comida, uma praça, uma esquina, um café, um museu. Convido vocês a fazerem um levantamento desses espaços e sabores, descreverem-nos e comentar sobre suas relações com eles. O que será que a “carne seca do frei Inocência” tem de tão especial?” (Luísa Andrade, Professora Formadora, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

A partir daí os alunos principiaram um movimento de redescoberta da cidade. A região de vivência dos cursistas foi sendo ressignificada em sua diversidade étnico-racial e social, nas práticas de memória e nos registros de cultura e patrimônio. Como eram duas turmas – Governador Valadares I e Governador Valadares II – a dinâmica do fórum acabou privilegiando o tema de forma diferente.

Em GVI os “patrimônios” iniciais mencionados, ressignificados e reapropriados pelos alunos foram os “cartões postais da cidade”. A Ibituruna foi a primeira citada, conforme mostram os depoimentos a seguir:

“Desde criança o pico do Ibituruna se mostra imponente diante dos nossos olhos. Grande, alto e cheio de misterios essa montanha cercada de matas e pequenas cachoeiras é lugar de passeio e de caminhada para

³Fórum da plataforma destinado a assuntos e conversas de teor mais informal. “Uma piada, uma reza, uma música... Esse é seu espaço! Fique à vontade para conversar!” (Fórum Cafezinho)

aqueles que querem sentir a solidão do que restou de floresta. Todos que saem a procura disso buscam já pela madrugada iniciar os andares rumo ao pico mais alto. Mesmo fora da época de campeonato de Paragliders é gostoso sentir que chegar ao pico traz a sensação de superar limites. Quando criança sentia que o rio era companhia para a imponência do pico. Sua grandeza, sua beleza, suas ilhotas. Tudo era belo e fez parte dos primeiros aprendizados de muitas crianças, inclusive a minha infância. Nada, caçar cachos de bananas e peixes. hum!” (Aluno I, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Da terra da carne seca eu avisto a Ibituruna Da varanda da casa na “precatinha”... degustando seu prato típico, eu avisto a Ibituruna. Voltando de viagem, faltando quilômetros e quilômetros eu já avisto a Ibituruna, ai fico feliz, pois estou chegando à Princesinha do Vale. Avisto, avisto, avisto..... eu não me canso de sua beleza! (Aluno II, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Quando retornamos a cidade ao fazermos uma viagem à primeira visão que procuramos é aquele pico que além de imponente nos traz uma receptividade de mãe, acalentando o coração de todos. (Aluno III, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Os alunos teceram relações e significados que estabelecem com a Ibituruna. Ela (a pedra Ibituruna), deste modo, se configura como um espaço que vai muito além de um “cartão postal da cidade” pois está associada a um lugar de memória individual e coletiva, com participação na formação da identidade e auto-estima dos valadarenses. Em seguida, os cursistas buscaram a Açucareira,

Recordo também de outro local que sempre gostava de avistar, a Açucareira, um patrimônio que sempre foi história de luta em Valadares para sua recuperação, adorava lembrar das histórias que meus pais contavam que me faziam imaginar como ela era no passado, dos canaviais que a rodeava das brincadeiras que eles faziam pela redondeza, do barulho do trem que por ali passava, das águas do rio Doce que por detrás dela corria, deixando-os com saudades e me fazendo imaginar como foi bom o passado de ambos ao se divertirem por lá. (Aluno III, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

e o Rio Doce, ambos bens tombados como Patrimônio Histórico de Governador Valadares:

Destaco aqui a importância histórica do nosso velho Rio Doce. Com seus 853 Km de percurso drena os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Meus pais e avós me contam a história de quando se banhavam e lavavam a roupa nessas águas que um dia fora límpida. Ai como eu queria presenciar essa cena tão esplêndida. O Rio Doce se tornou tão importante que ganhou o nome de um vale, de universidade, imobiliária, jornal, companhias, viação, faculdade e etc. (Aluno IV, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Desse modo, eles elegeram, em primeiro lugar, os patrimônios históricos reconhecidos pelos habitantes e pelo poder público local. Aos poucos, entretanto, foram tecendo “narrativas” de forma a evocar também outros patrimônios, materiais e imateriais, alguns menos conhecidos, outros mais distantes. No depoimento a seguir o cursista Jefferson questiona a ênfase nos patrimônios oficiais em favor de uma visão mais ampliada e plural.

“Não vamos também limitar nossas honras e recordações somente aos cartões postais da cidade... Eu destaco por exemplo a rua em que cresci no bairro São Cristovão, periferia da cidade. A maior parte de minha infância a rua ainda era sem asfalto, aquela terra vermelha onde brincávamos o dia todo, alegres e sem nem ter noção de problemas da vida. O esboço da praçinha que nunca chegou a ser construída, virava nosso playground durante os dias, e era o local também onde fazíamos fogueiras pra aquecer as noites frias e ficarmos contando historias (...)” (Aluno V, GVI, [eed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297](http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297), 14/12/2010)

Esta atitude dá ensejo a outras semelhantes.

Entretanto, outros lugares menos conhecidos, mas não menos importantes também estão muito presentes em nossa história, um deles é a Lagoa da região do Grã Duquesa, hoje chamada de *Lagoa Santa*. Onde os moradores de todos os bairros vizinhos se encontram para caminhar, conversar, se divertir... As crianças brincam livremente, jovens andam em suas bicicletas, todos em contato com o pouco da paisagem natural que ainda nos resta. Essas imagens estão muito marcadas em minha memória, pois fui criada em uma cidadezinha do interior, em meio a matas, fazendas, animais... e sinto falta deste contato mais próximo com a natureza. (Aluno VI, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Parando para pensar em lugares especiais da Princesinha do Vale que fizeram e fazem parte da minha vida, me veio forte a lembrança de um lugar especial localizado na zona rural de Valadares, região onde moram meus pais, chamada de Cascalheira. Há muitos anos atrás deste local era extraído o cascalho para pavimentação de estradas e ruas na cidade. As fins de semana, minha família e grupos de amigos, íamos para lá brincar na terra, escalar os paredões feitos pelos tratores de obra. Onde a terra era fofa, rolávamos morro a baixo. Era uma aventura perfeita, divertido, ficávamos cor de terra vermelha.

Esse era um lugar gostoso e que foi interditado, pois a exploração do solo estava destruindo a mata ao seu redor. Momentos mágicos vivi ali na inocência de criança que não entendia na época, que a natureza estava sendo destruída pouco a pouco. Ainda bem que parou, pois só tempos depois fui entender que enquanto nos divertíamos a natureza sofria em nome do progresso. (Aluno VII, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Os cursistas deste modo foram aos poucos, construindo suas idéias e noções de patrimônio, antes coladas nos bens reconhecidos socialmente e oficialmente, e em seguida admitindo outros, menos destacados, ligados a outras praticas sociais mais privadas e informais. Nessa medida, os patrimônios imateriais também passaram a ser incluídos no depoimento dos alunos, que passaram a se referir aos sabores de GV, as brincadeiras da infância, etc.

Lembro dos sabores das mangas e das goiabas comidas na infância, frutas colhidas a mão, muitas das vezes roubadas do quintal do vizinho, o que permitia tombos e risadas da turma. Boas lembranças da rua Serra da Bocaina, onde tive a oportunidade de crescer, brincando de pique com os amigos, brincadeiras deixadas pela tecnologia. (Aluno VIII, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Assim, os alunos aos poucos começam a compartilhar uma noção mais ampliada e atualizada de patrimônio, admitindo que pensar em patrimônio em uma perspectiva ampliada e atualizada é incluir também “incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal” (Gilberto Gil, 2008 *apud* Andrade, 2010). No entanto, já avançadas as discussões, alguns alunos resistiram a ela, mostrando que ainda professavam uma noção de patrimônio ligada a bens tombados e reconhecidos socialmente.

Gostaria de destacar também neste fórum, a nossa biblioteca municipal, onde conseguimos encontrar variedades de acervos. Não deixando de lembrar, assim como já foi citado, o Pico Ibituruna, a Açúcareira, o Rio Doce. Diversos lugares a serem explorados e apreciados por todos. (Aluno IX, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Fato merecedor de destaque encontra-se nos depoimentos sobre o rio Doce expostos a seguir:

Antes, um rio limpo e cheio, rodeado por lindas vegetações... Hoje, um rio sujo, impróprio para consumo e com pouca vegetação a sua volta... Um rio que trouxe alegrias a muitos, mas tristezas também... Enchentes, inundações, imprevistos... Quanta tragédia que o rio causou. Mas será culpa do rio? (Aluno IV, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Outro patrimônio é o Rio Doce, importante composto para nossa paisagem e um elemento ameaçador ou ameaçado, devido às enchentes causadas no período das chuvas. Este fato é importante para mim, pois moro num bairro próximo ao rio e tenho memórias de enchentes passadas, momentos de aflição e ao mesmo de união e partilha da mesma realidade entre os moradores vizinhos. (Aluno X, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Nos depoimentos, ambas as alunas deflagram memórias não idealizadas ligadas ao Rio. Memórias de enchentes, poluição, tristeza. Esse tipo de memória aparece em apenas dois dos depoimentos desse fórum, pois em geral permanece uma visão idílica da cidade, marcada pela idealização, resgate e preservação, pouco passível de questionamentos e problematizações. Sobre isso, no próprio fórum o tutor de referência já faz tal alerta:

No entanto, para não correremos o risco de construir uma visão edênica desses lugares, precisamos reconhecer que há neles também gotas de sangue. Pessoas machucaram-se na Ibituruna, suaram a camisa na Açucareira e sofreram com as enchentes do rio Doce. A cidade é uma arena de conflitos, de tensões e de contradições. (Frederico Pinho, tutor referência, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5297>, 14/12/2010)

Em GVII os movimentos de redescoberta da cidade tiveram outras peculiaridades. Os alunos, igualmente, buscaram trazer para a cena os patrimônios oficiais e tombados como mostram os depoimentos a seguir.

Caros colegas venho reforçar que não só a santa localizada no pico da Ibituruna é tombada pelo patrimônio histórico, mas também o pico como patrimônio paisagístico. temos outros oito patrimônios tombados na cidade, a Açucareira foi o primeiro a ser tombado, em 2001. e aí quais foram os seguintes? (Aluno XI, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Sobre os patrimônios tombados no município de Governador Valadares, existe uma Lei Municipal 4646/99 que garante o tombamento de diversos bens e por conseguinte sua preservação para a posteridade. Assim, interessada na indagação da colega Cristiana fui pesquisar na internet e descobri um texto muito rico quando do tema em questão. A autora chama-se Cristiana Maria de Oliveira Guimarães e é arquiteta urbanista e escreveu um artigo "O patrimônio cultural de Governador Valadares (MG): algumas reflexões". De acordo com a mesma, existe em Governados Valadares 9 bens tombados que são o Antigo Templo Presbiteriano (que fica na rua Prudente de Moraes); o complexo da Santa, a Companhia Açucareira do Rio Doce, a Fachada da Antiga Cadeia Pública, as Fachadas da Antiga Sede dos Correios e Telégrafos e a Venda do Seu Margarido (que houve este ano - 2010 - seu destombamento) foram protegidos como bens imóveis; o Pico do Ibituruna foi tombado como Conjunto Paisagístico; e como bens móveis, o foram a Argola de Amarrar Solípedes(??? este não conheço), o Cadeira do Júri (também não conheço), a Maria Fumaça e o Pannel Cubista do Edifício Helena Soares. O texto é muito legal, informativo e apresenta fotos da cidade hoje de ontem. Quem quiser acesse <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n5/a04n5.pdf>. (Aluno XII, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Porém, além destes, eles lançaram mão de vários outros. Começaram pelos sabores de GV, dando margem ao aparecimento da "carne seca do Frei Inocência", das mangas, do quiabo de Alpercata e das bananas fritas consumidas nas festas da cidade.

Não sei ao certo o que tem a "carne seca de Frei Inocência", dizem os antigos que por ser uma região com muitos açougues, principalmente na beira da estrada onde o fluxo de pessoas é maior, a carne podia ser vendida a um preço acessível. Alguns dizem que faltava fiscalização. Hoje em dia não é mais assim, mas a fama foi construída e daí surgiu o mito da carne seca de Frei Inocência.

E sempre tem alguém querendo levar na bagagem um bom pedaço dessa famosa carne. Já na parede da minha memória guardo com carinho a lembrança do dia em que provei a tal carne de Frei Inocência. No 5º mês de gravidez, enquanto assistia a uma reportagem de tv onde os caminhoneiros, consumidores fiéis preparavam sua carne. minha boca se encheu literalmente de água. Senti um desejo enorme de comer aquela carne. Não sei se pelo fato de o repórter ser o pai da minha filha e a imagem de vê-lo provando a carne, feita numa frigideira amassada, num fogareiro e na beira da estrada. O fato é que ele trouxe, minha mãe preparou igualzinho, mas eu queria aquela carne, daquela frigideira, naquele caminhão, na beira da estrada. Coisas de grávida? Pode ser, mas a carne seca de Frei Inocência faz parte da minha memória. (Aluno XIII, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Penso que as mangas são sabores inesquecíveis, quando está na época de manga toda cidade ferve e vira uma manga só de tudo em quanto é tipo. (Aluno XIV, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Eu sempre vou nas festa de maio no santo Antonio do Pontal, Santo Antonio do Porto ou Bernardo, São município de Governador Valadares, nestas festas o que mais se consome é banana frita, Sabe Porquê? em um tempo passado, não choveu, então o feijão o milho não deu, ai por consequência não teve galinha nem porco, aquele tempo não tinham tantos bois quanto hoje, só tinha banana, ai começaram a fazer sopa de banana, angu de banana, banana frita. então até hoje nas festas juninas barraca de maio todos comem bananas fritas, sei que é a barraquinha mais freqüentada. não só em maio qualquer festa naquela região tem e terá banana frita. (Aluno XV, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Aqui há manifestação de uma ampliação do conceito de patrimônio para além da pedra e cal. A idéia de patrimônio imaterial aparece em seus discursos, pois os alunos falam dos sabores de GV vinculados às suas memoriais individuais e coletivas.

Nessa mesma perspectiva, começam a aparecer no cenário dos patrimônios locais personagens típicos do cotidiano de Governador Valadares. O aluno Everaldo abre esse mote falando de uma senhora, dona Zulmira.

Na semana passada foi proposto pelos adolescentes, no qual eu trabalhos com eles, uma visita e uma gincana para a recardação de materiais de limpeza e de higiene pessoal, para uma casa de recuperação para idosos chamada Dona Zulmira... o mais curioso é que eu tenho um adolescente que é bisneto da Dona Zulmira. Pesquisando o histórico e a vida de D. Zulmira, percebi que ela foi umas das mulheres pioneiras em nossa cidade e que teve grande participação na sociedade de nossa princesinha do vale. Então resolvi fazer um trabalho de resgate de memórias dessa mulher que teve e viveu um protagonismo feminino em nossa sociedade bem marcante a ponto de receber uma homenagem de uma casa de recuperação para idosos. (Aluno XVI, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Motivados pelos comentários sobre d. Zulmira, os cursistas iniciaram um debate que destacou outras figuras típicas da cidade, quais sejam, o senhor do ônibus, o amolador de facas, o senhor do carnaval (seu Nonó), conforme expressam os diálogos a seguir.

Pessoal, Lembrei-me recentemente daquele senhor que ficava no ônibus, ele era negro, acho que era cego, e tinha uma frase bem característica: “emburaca meu povo, dá uma esmolinha para o pobre cego.” Alguém se lembra dele? Conheceu esse personagem da história? (Aluno XVII, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Andréia, não me lembro desse senhor do ônibus, mas você me fez lembrar de outros personagens que podemos considerar como patrimônio da nossa cidade. Por exemplo, o amolador de facas, aquele que anda numa bicicleta toda enfeitada. Tem uma caixa imitando uma TV e uma outra imitando um rádio, cheia de coisinhas penduradas. Ah! e ele também anda a caráter, com capacete estilizado, meio futurista e tudo. Não tem como não olhar, é uma figura. Tentando sobreviver amolando facas, chamando atenção com seu visual tão diferente do “normal”. Tem também um outro senhor, preciso lembrar do nome dele, gostava de dançar carnaval com uma garrafa de cerveja na cabeça e sem deixar cair. Vou descobrir sobre ele. São tantos os personagens que fazem parte do cenário visual da memória de Governador Valadares. Precisamos, temos que lembrar, afinal como disse Guimarães Rosa” O que lembro, tenho”. Não teremos nada no futuro se não preservarmos o passado e o presente. (Aluno XIII, GVII, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Assim, o patrimônio de GV, na perspectiva dos alunos da turma II, se compôs de edificações históricas, mas também das “gentes”, dos “sabores”, das “festas”. Desse modo, em ambas as turmas, os alunos encararam bens tombados ou não como parte integrante de um contexto cultural que os induziu ao conhecimento da realidade, tornando-os emblemáticos como lugares sociais onde os sujeitos históricos começaram a se reconhecer em diversas facetas de seu modo de vida, no emaranhado da cidade. Desse modo, o fato de reconhecer os outros bens, aqueles não tombados e reconhecidos, significa a não sacralização dos bens oficiais e a inserção dos outros também na trama da auto-estima e da memória coletiva (Silva, 2001).

Fato merecedor de nota foi o movimento de diálogo protagonizado pelos alunos com as perguntas dos colegas, ora respondendo-as, ora comentando-as, ora questionando-as em prol da redescoberta da cidade e de seus patrimônios, conforme mostram citações a seguir:

Caros colegas, venho reforçar que não só a santa localizada no pico da Ibituruna é tombada pelo patrimônio histórico, mas também o pico como patrimônio paisagístico. Temos outros oito patrimônios tombados na cidade, a Açucareira foi o primeiro a ser tombado, em 2001. E aí quais foram os seguintes? (Aluno XVIII, GV II, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2101)

Pessoal, procurem responder a questão colocada pela Cristiana sobre quais são os demais patrimônios tombados de GV. Já sabemos do Pico da Ibituruna, da imagem de Nossa Senhora das Graças que se localiza em seu topo e da Açucareira. Quais são os demais? (...) (Luísa Andrade, professora formadora, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Queridos, sobre os patrimônios tombados no município de Governador Valadares, existe uma Lei Municipal 4646/99 que garante o tombamento de diversos bens e, por conseguinte sua preservação para a posteridade. Assim, interessada na indagação da colega Cristiana fui pesquisar na internet e descobri um texto muito rico quando do tema em questão. A autora chama-se Cristiana Maria de Oliveira Guimarães e é arquiteta urbanista e escreveu um artigo “O patrimônio cultural de Governador Valadares (MG): algumas reflexões”. De acordo com a mesma, existe em Governados Valadares 9 bens tombados que são o Antigo Templo Presbiteriano (que fica na rua Prudente de Moraes); o complexo da Santa , a Companhia Açucareira do Rio Doce, a Fachada da Antiga Cadeia Pública, as Fachadas da Antiga Sede dos Correios e Telégrafos e a Venda do Seu Margarido (que houve este ano - 2010 - seu destombamento) foram protegidos como bens imóveis; o Pico do Ibituruna foi tombado como Conjunto Paisagístico; e como bens móveis, o foram a **Argola de Amarrar Solípedes(??? este não conheço)**, o Cadeiral do Júri (também não conheço), a Maria Fumaça e o Painel Cubista do Edifício Helena Soares. O texto é muito legal, informativo e apresenta fotos da cidade hoje de ontem. Quem quiser acesse <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n5/a04n5.pdf>. (Aluno XII, GV II, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Brendinha, a Argola de amarrar solípedes, é uma argola mesmo, está chumbada no chão da Rua Marechal Floriano. Era usada para amarrar os cavalos antigamente. Foi o que ouvi dizer. Quando eu descobrir mais te conto. (Aluno XIII, GV II, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Sônia, em qual altura exatamente ficam essas argolas? Você sabe? Não sabia disso e fiquei curiosa. (Aluno XIV, GV II, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010). Gente, andei pesquisando a localização dessas argolinhas, e então me disseram que ela fica na Marechal Floriano, próximo a rodoviária, agora só falta saber exatamente, pois dizem que ela é muito pequena.... já tentei fazer contato com a secretaria de cultura da cidade, mas não consegui contato! (Aluno XVI, GV II, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

A ARGOLINHA? haaaaa, ela esta lá na Rua Marechal Floriano, próximo a Rua São Paulo, ali na caçada. Mas quase ninguém percebe. (Aluno XV, GV II, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=5296>, 14/12/2010)

Os depoimentos acima revelam que os alunos fizeram o exercício de andar pela cidade, como “caminhantes” (Silva Filho, 2003), isto é, aquele que sob o influxo da lentidão, o olhar atento e investigativo, do passo desatrelado de obrigações rígidas, livre do relógio e do mapa, percorre as ruas da cidade. Figura semelhante é a do “flaneur”, captado pelo poeta francês Charles Baudelaire, que “erra pela cidade, no emaranhado urbano de ruas e personagens, (...) que tropeça em obstáculos, enreda-se em apelos e se defronta com signos a decifrar diante da ambivalência da vida cidadina” (Pesavento, 1995). Acreditamos que os alunos não fizeram todo esse percurso do “flaneur” e do “caminhante”, mas ensaiaram passos nesse sentido. Mais um elemento que comprova isso foi o trecho do memorial da aluna Sonia em que ela socializa seu trajeto de caminhante pelas ruas de GV: “Pesquisei sobre a história de Governador Valadares e suas peculiaridades culturais. Andei pelas ruas, sempre com olhar investigativo. Observando as pessoas e os seus lugares...” (Aluno XIII, GV II, Memorial de Percurso).

À título de conclusão ficou claro que nas duas turmas os alunos foram aos poucos se apropriando de uma concepção mais ampliada e atualizada de patrimônio. Os alunos fizeram um esforço de valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade, possibilitando o reforço da auto-estima dos indivíduos e das comunidades. Em sua maioria, e cada um a sua maneira, os cursistas teceram um elogio à cidade com vistas a “*fortalecer a identidade do povo dessa terra*” (Aluno XIII, GV II, Relatório do Material Didático). Prevaleceu, deste modo, uma visão de patrimônio marcada pela idealização, resgate e preservação, pouco passível de questionamentos e problematizações, e resistente a uma compreensão mais sensível às contradições e conflitos latentes aos patrimônios levantados. Avaliamos que a novidade do tema e o processo intenso e interno de redescoberta da cidade contribuíram para isso. (Penso que essa frase contradiz a anterior). Acho que as intervenções do curso permitiram uma ampliação das visões sobre o patrimônio sem, contudo, conseguir ainda romper com a visão idílica do passado e dos seus referentes.

Nota: Há autores que não gostam da fragmentação patrimônio material e imaterial embora o IPHAM adote essa diferenciação.

Entre memoriais: patrimônios e memórias

Na inscrição para o curso, cada cursista apresentou um pré-memorial. Nos pré-memoriais, entre outras coisas, eles trataram de experiências relacionadas à temática do curso. Depois, ao longo do processo formativo, foi-lhes colocado um novo desafio, a elaboração de um memorial de percurso.

Os estímulos às competências metacognitivas visavam à potencialização do processo de aprender. Tentávamos, com isso, chamar a atenção sobre a importância do conhecimento, não apenas do que se sabe, mas, também, do que não se sabe. Desta forma, os alunos poderiam regular o próprio progresso cognitivo. Para auxiliá-los, propusemos questões que os iniciassem no exercício de escrita do memorial de percurso. Eles deveriam com-

preender que esta atividade não se limitava a uma análise da trajetória, ainda que se alimentasse dela. Utilizamos, então, alguns recursos para incitar o cultivo da capacidade de avaliação, pelos sujeitos, de seus percursos, ações e formação, através de uma atividade problematizadora da experiência formativa, sem mitificações ou glorificações, mas na medida mesma das aprendizagens, dificuldades e descobertas. Para tanto, em primeiro lugar, a ferramenta virtual “fórum” foi utilizada para motivar nos cursistas, através de questões, algumas reflexões sobre seus próprios processos formativos. Eles foram instigados a pensar sobre as leituras e sobre os debates realizados durante o curso, de modo a sopesar as aprendizagens e as lacunas. A aluna Jordanna Almeida, por exemplo, compreendeu o sentido da atividade metacognitiva e avançou na avaliação do que foi aprendido:

Pelo que compreendi que seria o recurso de memorial em percurso, posso afirmar que é uma prática bastante interessante e eficaz para praticarmos a avaliação processual do andamento do curso e principalmente do nosso próprio aprendizado. Neste sentido, os textos até agora lidos tem contribuído para ampliar o meu entendimento de patrimônio cultural, de modo a extrapolar o senso comum e aprofundar no conceito teórico; reforçar o que compreendo de memória e reforçar a ideia de autor e autoria relacionada à sua diferença, ao seu lugar social, às suas influências e a sua importância no que se refere a produção de materiais didáticos para a diversidade. Esta última contribuiu para abrir meu olhar para a na minha produção acadêmica. E as compreensões anteriores, têm contribuído para refletir a minha prática, por trabalhar num programa sócio-educativo voltado para jovens, os quais vêm de diversos lugares sociais, situações juvenis e culturas juvenis (Aluno X, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=6336>, 12/12/2010).

A cursista Adriana Oliveira, por sua vez, iluminada pelos debates sobre história, memória e patrimônio, reorientou o seu olhar sobre a cidade e a sua prática pedagógica. Em sua avaliação, ela não apresentou conclusões, mas sim problemas. Com isso, ela pôde identificar algumas lacunas conceituais e desenvolver estratégias para adquirir, organizar e utilizar o seu conhecimento:

Antes mesmo do nosso primeiro encontro tivemos a oportunidade de juntos escrevermos um texto “Sabores de GV” – um poema – que me possibilitou conhecer a terra que sediará nossos encontros. Nada ou pouco sabia sobre a Princesinha do Vale, pesquisei e contribuí com a elaboração do texto. Pude lê-lo por várias vezes e perceber os vários olhares possíveis sobre um mesmo lugar. A partir daí uma dúvida começou a incomodar-me: E a história da minha região? Existem memórias registradas ou elas estão desaparecendo? Os moradores de Santa Rita de Minas reconhecem o valor de seus poucos casarões? O que temos de herança cultural? Percebi então, a necessidade de explorar o patrimônio local com as crianças de 6 a 10 anos de idade com as quais trabalho de forma que tal trabalho se estendesse às suas famílias. Os livros didáticos infantis de História, por vezes, trazem a realidade de grandes centros urbanos como São Paulo e Belo Horizonte daí, os professores terem que abusar da criatividade para junto de seus alunos “olharem” o espaço local (Aluno XIX, GVI, <http://seed.lcc.ufmg.br/mod/forum/discuss.php?d=6336>, 12/12/2010).

Ela, que não é de Governador Valadares, pôs-se a pensar sobre a própria cidade. Suas ponderações estão em sintonia com os debates relacionados ao conceito de patrimônio. Ele questiona, por exemplo, os livros didáticos, que apenas fazem referências aos grandes centros urbanos.

A participação no fórum gerou 25 comentários na turma I e 39 na turma II. Os alunos, com isso, estavam iniciados no memorial de percurso. Mas ainda precisávamos avançar nesse exercício. Portanto, no espaço físico do pólo de Governador Valadares, durante o Segundo Encontro Presencial, houve mais um momento de reflexão e esclarecimentos sobre esta atividade metacognitiva. O tutor de apoio, aproveitando-se de textos dos próprios alunos, desenvolveu uma análise sobre os memoriais de percurso. A abordagem dialógica provocou um ambiente favorável para o compartilhamento de saberes, evidenciando, assim, a importância de pensar-se o próprio processo de aprendizagem. As atividades realizadas no Encontro Presencial impulsionaram, inclusive, a participação dos cursistas no fórum.

Através das atividades sobre o memorial, pudemos verificar as principais inquietações dos cursistas. Logo ficou claro que a questão do patrimônio local seria o caminho para reflexão e construção dos materiais didáticos.

Ao iniciar a elaboração do meu material percebi uma gama de possibilidades a serem desenvolvidas, me vi indecisa, sem saber exatamente o que iria produzir. A partir dos exercícios propostos nos livros do curso, comecei a desenvolver as atividades em sala de aula e fazer a análise da reação, interesse e envolvimento dos alunos. Então decidi elaborar um material de pesquisa contendo registros do patrimônio local a sob a ótica dos bens materiais e imateriais da cultura, resgatando e documentando detalhes da história da “Niterói Valadareense” (região onde se encontra a escola em que atuo no Projovem), usando a bagagem cultural e o conhecimento dos meus alunos e alunas como matéria prima. (Aluno XX, GVI, Memorial de Percurso)

Somada à preocupação com o patrimônio, contatou-se a necessidade de se refletir sobre as múltiplas memórias que constituem a história de uma região e, com elas, sobre as formas de construção de práticas discursivas e estratégias de ação que pusessem a história a serviço da valorização da diversidade cultural brasileira.

A oferta do curso de produção de materiais didáticos para a diversidade veio num momento de grande importância para a história do Brasil. Num momento em que o social está sendo olhado com mais atenção pelo governo federal, e isso é inegável; é de vital importância que educadores formais ou informais, formadores de opinião, estejam preparados e aparelhados com suporte e material para trabalhar a diversidade que somos nesse imenso Brasil. Os livros recebidos no curso, muito me ajudaram a entender, compreender e articular as minhas idéias, o meu desejo de ver algo novo renovando a velha história, fazendo-a nova e com e através dela ajudando muita gente a se “Re-conhecer” como construtores desse país, dessa terra e de sua vida. Através dos textos e orientações recebidos por eles, pude ver que o meu desejo não era só meu, mas de tantos e tantas, que como eu querem um mundo igual e que é possível (Aluno XXI, GVI, Memorial de Percurso).

O comentário acima chama a atenção para a necessidade de reescrever a história, como forma de trazer à baila personagens e grupos sociais postos em segundo plano pela narrativa tradicional. Veja-se como esta percepção encontra-se alinhada às perspectivas que apresentam uma ampliação da noção de patrimônio cultural, que inclui os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

Sobre a importância dos textos lidos durante o curso, foram destacados aqueles explorados durante os encontros presenciais, que serviram de suporte para o desenvolvimento dos materiais didáticos. O texto “Pesquisa: um *saber fazer* no currículo escolar”, de autoria de Cláudia Sapag Ricci, e o texto “O patrimônio na perspectiva da diversidade”, de autoria de Marisa Guerra de Andrade, foram destacados nos memoriais:

Com a chegada do segundo livro pude refletir sobre as técnicas de pesquisas utilizadas, aumentando consideravelmente o potencial do material produzido. O texto **Pesquisa: um saber fazer no currículo escolar** foi o que mais se aproximou do meu trabalho (Aluno XX, GVI, Memorial de Percurso)

O texto O patrimônio na perspectiva da diversidade de Mariza Guerra de Andrade recomendado para o primeiro encontro presencial veio de encontro às minhas indagações. Pude perceber com mais clareza a importância do educador em conhecer e fazer conhecer, reconhecer e ajudar seus alunos a reconhecerem os bens patrimoniais, sua materialidade e imaterialidade, a diversidade étnica, cultural, as tradições, os saberes, etc. com toda sua riqueza e valor; ajudando-os a pensar o que e porque mudou, o que e porque permaneceu, o que mudou, mas influenciou o presente e de que forma o fez. (Aluno XIX, GVI, Memorial de Percurso)

Os memoriais revelaram também de que maneira o material bibliográfico produzido para o curso serviu aos alunos no processo de ampliação do conceito de patrimônio, relacionando-o às práticas de memória:

Para a elaboração e execução do material didático proposto foram fundamentais os textos do Curso, em especial os do livro II que apresentou uma gama de sugestões de suportes e ampliou meu olhar para o cuidado que se deve ter com todo o material utilizado: Práticas de memória na escola, de Júnia Sales Pereira e Soraia Freitas Dutra ajudou-me a valorizar as memórias e ao mesmo tempo reconhecer que memória por si só “*é mero resgate do passado histórico*”, fazendo-se necessário um diálogo entre presente e passado contextualizando as diversas memórias, recriando a história; neste ponto a vídeopalestra **O perigo de uma única História**, por Chimamanda Adichie também foi riquíssima por alertar sobre o perigo de uma visão unilateral da história, afinal, a mesma história pode ter várias versões dependendo do olhar lançado sobre a mesma. (Aluno XIX, GVI, Memorial de Percurso)

Para além dos textos lidos, foi destacada a importância do ambiente virtual como espaço para trocas entre os cursistas e membros da equipe do curso:

E o debate na plataforma, além de diminuir distancias, propôs a exposição dos vários saberes que cada um traz de sua prática educativa. Pessoalmente, o uso da plataforma não foi complicado. Fazer a leitura dos textos e ter a oportunidade de acessar os trabalhos dos colegas como também os materiais e ferramentas usados em sala foram apoio forte para que o compromisso com o curso fosse permanente (Aluno I, GVI, Memorial de Percurso).

Ao final do curso fomos sensibilizados pelos cursistas que nos mostraram não apenas a apropriação dos conceitos propostos, mas, a sua recriação e utilização na realidade de ação de cada um.

Assim, como estudante do curso de Produção de Materiais Didáticos para a diversidade – patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar, redireciono o meu olhar sobre a minha trajetória no campo da educação e sobre a minha própria vida, num movimento dialético de pensar e repensar essa trajetória confrontando com essa atual experiência oportunizada pelo curso e traçar outros e novos rumos possíveis, no tocante a minha atuação na área da educação como pedagoga e educadora social e na minha trajetória acadêmica. “Aquilo que a memória amou, permanece eterno” (ADÉLIA PRADO). (Aluno X, GVI, Memorial de Percurso).

Enfim, a leitura dos memoriais permite-nos apreciar o processo de re-elaboração de alguns conceitos. Nas avaliações que fizeram de si mesmos, os cursistas deixaram entrever um deslocamento teórico em torno da noção de patrimônio cultural, antes limitada aos bens materiais, mas depois estendida, abrangendo também os patrimônios imateriais.

O patrimônio nos materiais didáticos produzidos

Para a elaboração de materiais didáticos, dois motes foram objeto de análise, permeando todo o curso: os conceitos de materiais didáticos e de patrimônio cultural. Logo na apresentação do livro I foi dado o conceito de materiais didáticos que norteou todo o trabalho de sua produção.

Entende-se por materiais didáticos todos os materiais elaborados e/ou utilizados para fins didáticos; materiais que se apresentem em diferentes suportes e linguagens e que possuem potencial educativo e/ou que sejam voltados à construção de conhecimentos; materiais construídos ou elaborados por professores no exercício da docência ou por especialistas; materiais que estimulem a abordagem interdisciplinar na perspectiva da diversidade (Pereira e Ricci, 2010, p. 10 e 11)

Tal conceito deslocou a centralidade dos materiais didáticos dos livros e manuais ampliando a definição para toda e qualquer atividade proposta, sistematizada, desenvolvida e avaliada em espaços educativos. Assim, os jogos; as brincadeiras; a organização de seminários; a sistematização de projetos de registro e análise de relatos sobre a história local; os projetos e pesquisas com imagens; e qualquer outra atividade desenvolvida no interior de espaços educativos são, em sua ampla acepção, materiais didáticos.

Nos primeiros encontros presenciais os cursistas questionaram o que deveria ser produzido. A pergunta comum foi: “vamos produzir livros didáticos?”. A normalidade da questão, já que o livro didático é um dos principais recursos midiáticos utilizados nas escolas, nos trouxe a necessidade da reflexão da escola como espaço de ensino e pesquisa. Nesse sentido, foi colocada a necessidade da reflexão crítica e dialogada em todos os momentos elaboração do material didático: desde a escolha ao tema e recursos materiais utilizados para trabalhar o tema (filmes, música, relatos, poemas, etc.), passando pelo método de utilização destes recursos até a etapa de avaliação da atividade como um todo, incluindo aí a interação dos participantes com o material proposto. A questão chave colocada foi, portanto a pesquisa como um saber fazer no currículo escolar.

Assim, os alunos enfrentaram o desafio de construir materiais didáticos que instigassem a pesquisa e a reflexão sobre o patrimônio cultural. As questões relacionadas ao “patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar” nortearam nossas ações e intervenções e os materiais didáticos produzidos atenderam a esta demanda partindo do entendimento de que patrimônio não é apenas o bem edificado e reconhecido pelas autoridades legais como tal, mas, como destacou Guerra (2010) o “*patrimônio é algo vivo. E é assunto do dia-a-dia. Para qualquer grupo social o patrimônio é importante porque ele possibilita coesão ao grupo ou à comunidade.*” (p. 73). A Carta de Veneza em 1964 destacou que, mais do que o bem edificado, é necessário refletir e incluir os seres humanos como construtores e produtores de saberes que são patrimônios culturais de uma região ou de toda a humanidade.

O patrimônio, por ser algo vivo e presente no dia-a-dia, está constantemente se transformando e ganhando dimensões outras, frutos de cada tempo e povo. Foi esta concepção de patrimônio cultural que, trabalhada no curso, encontrou um tenso espaço de disputa, marcado por concepções destoantes: ora de valorização dos lugares memória definidos pela história oficial como patrimônios da cidade, ora de inclusão de patrimônios marginais e não oficiais. O debate que permeou o curso levou à construção de trinta projetos de elaboração de materiais didáticos. Destacamos a seguir três projetos que são exemplos dos debates em torno da questão do patrimônio cultural.

Projeto 1: “PEÇA TEATRAL ‘PACA E OS SEUS LUGARES DE MEMÓRIA.’”

Cursista: Aluno XXI, GVII, Projeto “Material Didático”

A atividade proposta foi indicada para ser desenvolvida com alunos dos anos finais do ensino fundamental (8º e 9º) e ensino médio. O cursista destacou a necessidade do conhecimento da história local com foco principal na construção do espaço pelos seus moradores:

Um lugar é construído por seus habitantes e pelas significações que estabelecem com o meio. Tais significações são construídas através das experiências diárias e das lembranças trazidas à tona pela memória dos moradores. Segundo Luís Reznik (2010), somos constituídos por nossa memória, que assegura a formação de laços sociais. Nas comunidades pequenas, onde há poucos materiais de memória escritos ou gravados, o depoimento oral constitui o meio privilegiado para aferição dos variados significados atribuídos pelos moradores aos diversos espaços sócio-territoriais.

Projeto 2: “AS FONTES ORAIS SOBRE A PRODUÇÃO E FABRICAÇÃO DA CACHAÇA EM AÇUCENA – RESGATANDO AS CULTURAS LOCAIS”

Cursistas: Alunos XXII e XXIII, GVII, Projeto “Material Didático”

Este projeto culminou na produção de *folders* informativos sobre a produção artesanal de cachaça. Os alunos que desenvolveram o trabalho são das séries finais do ensino fundamental (6º a 9º ano). Utilizaram os relatos dos produtores de cachaça da região de Açucena, fotografias e desenhos ilustrativos para informar sobre o processo de produção do produto. Com este trabalho, buscaram a valorização da história e da cultura local, como relataram no projeto:

A cultura regional do município de Açucena vem sendo pouco valorizada. Mesmo os adultos não se interessam mais por movimentos culturais que, desta forma, só existem na memória dos poucos idosos que lembram saudosistas do seu tempo de juventude. O desinteresse dos jovens pelo resgate de tais culturas, pode ser atribuído ao crescimento e ao avanço tecnológico que por seu dinamismo apresentam aos jovens entretenimentos que dispensam contato direto com as pessoas.

Projeto 3: “CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO ‘MARIA DO VALE’ ”

Cursista: Aluno XIII, GVII, Projeto “Material Didático”

Neste trabalho é destacada a ausência de materiais didáticos, em especial livros paradidáticos, que abordem a questão da história local para alunos de cidades interioranas. O foco é geralmente estadual ou nacional, o que é amplo e não possibilita aos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental o contato com saberes da história local. Como escreveu a cursista:

“As discussões sobre o ensino e a prática da produção do conhecimento histórico, esbarram sempre na falta de material didático adequado. Os livros didáticos não são elaborados para uma região única. Seu conteúdo, embora vise o desenvolvimento do aluno, não contempla aspectos singulares das regiões. Por esse motivo, quando se fala em patrimônio e memória local, espera-se que o professor esteja atento para realizar as devidas intervenções e consiga a contextualização do tema. Caso contrário nada fará sentido”.

Considerações finais

Espera-se do estudo da história que cada um reflita sobre o lugar em que se encontra no mundo atual, formulando ideias sobre si e sobre os que estão ao seu redor. Em outras palavras, o exercício de pensar e repensar o passado deve possibilitar a reflexão sobre quem somos e queremos ser (Reznik, 2010, p.92).

Apresentamos, neste trabalho, um relato de experiência sobre o “Curso de produção de materiais didáticos para a diversidade”. Com isso, esperamos contribuir para as reflexões na área da educação para o patrimônio, a partir de análises dos processos de (re)construção do conceito de patrimônio cultural, vinculado às noções de memória e diversidade. O exame privilegiou as vozes dos cursistas, como forma de ressaltar o movimento reflexivo em torno dos conceitos enfocados. O texto, escrito por sujeitos que participaram do processo – a professora formadora e os tutores à distância –, evidencia a perspectiva dos autores, que agenciaram estratégias e conceitos com vistas a instrumentalizar os professores e agentes da educação a trabalhar com as ferramentas teóricas e materiais adequadas na promoção de um ensino sensível a diversidade cultural.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Marta e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009
- ANDRADE, Mariza Guerra de. O patrimônio na perspectiva da Diversidade. In: *Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar*. Labep/UFMG – Secad/MEC – CAED/UFMG, 2010.
- CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.
- PEREIRA, Junia Sales e DUTRA, Soraia Freitas. Práticas de Memória na escola. In: *Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Di-*

versidade: *Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar*. Labepeh/UFMG – Secad/MEC – CAED/UFMG, 2010.

PEREIRA, Júnia Sales e RICCI, Cláudia Sapas. *Projeto do Curso Produção de Materiais didáticos para a diversidade: Patrimônio e Práticas de memória em uma perspectiva interdisciplinar*. Edital 06/2009 / SECAD / MEC.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, no 16, 1995, p.279-290.

PINHO, Frederico Alves (2012). *TECENDO NARRATIVAS, COSTURANDO TEMPOS: ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA NO MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS*. Dissertação de Mestrado. UEMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

REZNIK, Luiz. História Local e Práticas de Memória. In: *Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar*. Labepeh/UFMG – Secad/MEC – CAED/UFMG, 2010.

RICCI, Cláudia Sapag. Pesquisa: um saber fazer no currículo escolar. In: *Livro II – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar*. Labepeh/UFMG – Secad/MEC – CAED/UFMG, 2010.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. A cidade e o patrimônio histórico. In: *Cadernos PauloFreire*. Vol. 1. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003 apud RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

SILVA, José Borzacchiello da. *Nas trilhas da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2001. (Outras Histórias, v.3)

NARRATIVAS MUSEAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A HISTÓRIA PÚBLICA, ACADÊMICA E ENSINADA

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1528>

Jezulino Lúcio Mendes Braga

Doutor em História da Educação pela FAE/UFMG e Professor da UEMG-Campanha

luciohistoria@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7014-2931>

Recebido em: 07/05/2015 – Aceito em 12/06/2015

Resumo: Esse texto analisa o uso pedagógico do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte-MG, por meio de uma pesquisa com docentes frequentes ao museu que realizam projetos nas escolas para o ensino e aprendizagem de história. Consideramos que o museu produz uma narrativa pública da história. Na elaboração da exposição ordenação dos objetos e imagens, produção das legendas e outros aparatos existem diálogos da narrativa pública com a história acadêmica. Essa narrativa pública é acionada pelos docentes que fazem uso pedagógico dos museus e mobilizam saberes adquiridos na formação inicial e saberes disponibilizados em materiais didáticos.

Palavras chave: museu-ensino de história-narrativa

Abstract: This paper examines the pedagogical use of the Arts and Crafts Museum in Belo Horizonte-MG, through a survey of teachers frequent the museum that carry out projects in schools for teaching and learning history. We believe that the museum makes a public narrative of the story. In preparing the exhibition ordering of objects and images, production of labels and other devices are public narrative dialogue with the academic history. This public narrative is driven by teachers who make educational use of museums and mobilize knowledge acquired in initial training and knowledge available in textbooks.

Keywords: museum-teaching history-narrative

Introdução

Esse artigo é parte das discussões propostas na minha tese de doutorado Professores de História em Cenários de Experiência na qual investiguei as experiências dos professores de história no Museu de Artes e Ofícios (MAO) em Belo Horizonte-MG. A pesquisa foi feita por meio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. A partir dos dados coletados, analisei a narrativa museal destacando os cenários construídos pela equipe do MAO para narrar a história dos ofícios e abordei o uso pedagógico feito pelos professores de história na relação com a exposição (BRAGA: 2014).

A entrevista foi realizada no Museu de Artes e Ofícios, individualmente com cada professor, em dia previamente agendado. Optamos por uma entrevista em percurso de visitação. Assim, o/a professor/a juntamente comigo realizamos um percurso dialogando por ambientes expositivos do museu enquanto a entrevista ocorria. O tempo da entrevista foi, então, o tempo do percurso, sendo altamente interferente em seu conteúdo. Partindo do pressuposto de que a centralidade da pesquisa recai sobre as experiências dos professores no museu, realizei a entrevista como ato investigativo marcado por situações em que o professor exerceu seu papel narrador, viveu experiências e fez opções de visitação na exposição do MAO. Decidi que realizar a entrevista no museu seria uma oportunidade de dialogar com as experiências vividas pelos professores em ações pedagógicas, focalizando também a sua experiência pessoal dentro da instituição e mesmo diante de outros museus. O professor foi convidado a percorrer a exposição do MAO em confronto com suas práticas e memórias.

Nesse texto abordo as relações entre a narrativa construída pelo museu com a produção de conhecimento histórico e a história ensinada a partir das narrativas produzidas pelos docentes que participaram da pesquisa. Destaco a categoria história pública, que vêm sendo discutida como a forma de apresentação e divulgação do conhecimento histórico para audiências mais ampliadas do que o ciclo acadêmico. A produção em larga escala de conhecimento sobre o passado acarreta uma transformação na profissionalização do historiador e nas ações do professor de história ao selecionar conteúdos para ensinar.

Na primeira parte do texto afirmo que a narrativa produzida pelos museus publiciza a história e questiono em que

medida essa narrativa é potente para ensinar história. Apresento a história pública como um campo que vêm sendo aberto para os profissionais de história e que deve ser incorporada aos cursos de formação inicial em diálogo com a experiência dos graduandos.

A segunda parte é dedicada a discussão sobre a tradição antiquária e as narrativas visuais que encontramos nos museus. Os museus institucionalizaram as coleções de antiguidades e como instituições públicas passaram a representar um discurso sobre o passado utilizando aparatos diversos na elaboração das exposições. Esse discurso muitas vezes é elaborado com base em uma concepção de história linear, cronológica e evolutiva marcadas por ideários nacionalistas e triunfalistas de alguns grupos sociais. Os museus são constituídos por uma seleção arbitrária de objetos, legendas, imagens, que constituem uma narrativa baseada também nos esquecimentos. Em atos educativos os professores podem revelar as seleções feitas na constituição de uma narrativa pública da história nas instituições museais.

Na última parte do artigo analisamos os usos educativos feitos pelos docentes da exposição do MAO e ampliamos a discussão sobre a narrativa pública da história na relação com os conteúdos escolares. Com base nos diálogos estabelecidos com os docentes, afirmamos que o MAO produz uma narrativa da história relacionada à produção de conhecimento na academia que é acionada pelos docentes em projetos de uso educativo da exposição. Os atos educativos no museu produzem um saber ensinado original fruto dessa relação entre história acadêmica, história publicizada nos museus e os conteúdos curriculares da disciplina história.

Narrativas museais e história pública

De acordo com Guimarães (2007) vivemos em uma sociedade que quer guardar o máximo possível de experiências pretéritas. A febre pela patrimonialização e musealização impõe uma relação nostálgica com essas experiências. Vivemos em um tempo de efervescência do passado e temos hoje projetos de visualização da história nos meios de comunicação de massa, produção em larga escala de obras de caráter histórico feitas por historiadores e outros profissionais, construção de memoriais e museus. O autor afirma que essa demanda por mais lembranças não é acompanhada necessariamente por um maior conhecimento sobre o passado. De acordo com o autor:

Vivemos uma conjuntura paradoxal: um significativo aumento na capacidade técnica de arquivamento e armazenamento do passado e a experimentação de uma velocidade do tempo que parece limitar esse mesmo arquivamento dos eventos e experiências vividas. Se o próprio presente quer fazer-se passado, sobretudo pela escrita com imagens, como construir sobre ele um conhecimento que se fundou exatamente no pressuposto de que passado e presente se constituiriam em duas ordens temporais radicalmente diversas e distintas, demandando o tempo como condição necessária de transformação de eventos e experiências em passado. Caberia igualmente interrogarmo-nos acerca dessa ordem particular do tempo, que nos impõe a necessidade de produção de múltiplas e diversificadas narrativas do passado, abrindo um enorme espaço para sua produção através das inúmeras possibilidades imagéticas: a produção midiática que, a cada vez, parece tornar o passado consumível pelos meios de comunicação, intenso processo de patrimonialização, que tem tornado a preocupação com a preservação dos bens do passado uma política não apenas de Estado mas também de organismos com a Unesco (GUIMARÃES, 2007, p 14).

Diante desse cenário em que as narrativas sobre o passado tornam-se cada vez mais diversificadas, os historiadores estão se debruçando sobre a problemática da memória e do esquecimento, das narrativas visuais construídas nos museus e da discussão sobre as disputas pelo patrimônio. Como aponta o autor, são produzidas narrativas do passado em suportes diversificados que vão além da tradição escrita da historiografia.

Essas demandas exigem que a formação dos historiadores não esteja limitada a docência ou à pesquisa acadêmica. Os usos que são feitos do passado exigem profissionais atentos, o que segundo Knauss exige uma operação historiográfica diferente da que é realizada nas universidades na formação docente ou quando são feitas pesquisas para dissertações e teses. O autor acredita que:

(...). Essa formação está se abrindo e preparando as pessoas para outro universo de inserção profissional, que não se limita à docência ou à pesquisa acadêmica das teses universitárias. Na sociedade, existem inúmeros usos do passado e que envolvem operações historiográficas das mais extraordinárias. A gente não se dá conta, não é? O que é o trabalho de preservação do patrimônio? É o tempo todo você selecionar um bem para ser tombado. É organizar uma operação historiográfica. É praticar um tipo de pensamento histórico que valorize um tipo de objeto ou de bem simbólico e não outro. É claro que não é a mesma historiografia, a mesma operação historiográfica que a gente realiza na universidade quando ensinamos História Moderna ou fazemos uma tese. (KNAUSS, 2011, acessado em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato>)

A abertura de novos campos de atuação para os profissionais da história exige uma ampliação dos debates nos cursos de graduação no diálogo com as experiências culturais dos sujeitos e as políticas de uso do passado presentes na sociedade. Incorporar os litígios existente na forma de escrita da história também pode ser um diálogo profícuo para a formação dos graduandos.

Relacionada a essa formação apontada por Knauss a discussão sobre história pública como um processo de emprego de historiadores e de seus métodos de produção de conhecimento fora da academia torna-se pauta urgente para a comunidade de historiadores no Brasil. De acordo com Malerba:

“ O fenômeno é sensível em todo lugar. Na Europa e nos Estados Unidos (assim como na Austrália), por exemplo, ganharam picos de audiência programas de televisão como as séries *A history of Britain*, de Simon Schamma (exibida na BBC), ou o documentário dramatizado *A Band of Brothers*, de Steven Spielberg, que foi veiculado na TV aberta no Brasil; ou ainda, as discussões em programas de todo tipo de mídia (internet, TV, rádio) sobre memória, lembrança, trauma, luto e esquecimento (em países com experiências devastadoras da Segunda Guerra, como a Alemanha, o Japão, a Inglaterra e os Estados Unidos, ou que passaram por regimes de exceção, como a Argentina, o Chile e o Brasil)”

(MALERBA: 2014, p 29)

Para Malerba a apresentação da história em outras linguagens desafia a produção historiográfica acadêmica brasileira confinada em espaços fechados e círculos de divulgação restrito a especialistas. De acordo com o autor a existência de uma escrita da história paroquial, episódica, biográfica e anedótica não é uma novidade. Entretanto, a produção impulsionada pelo mercado editorial sem critérios partilhados por historiadores de formação e que tendem a consolidar uma determinada representação da história constitui-se um problema a ser enfrentado.

Para o autor a escrita da história não é prerrogativa dos historiadores de formação, no entanto há de manter crítica constante do que se veicula como história uma vez que se trata de uma relação com a formação da consciência histórica (MALERBA: 2014). E nessa linha de argumentação, considerar a história publicizada em diferentes mídias e espaços é um campo de permanente reflexão e interesse que para além de questões teóricas está relacionado diretamente à forma como essas narrativas são problematizadas.

Os museus elaboram uma narrativa pública da história. Para Sara Albieri os museus, monumentos, sítios históricos, e outros espaços de interesse de preservação e conservação mobilizam esforços para que seja aberto a algum tipo de divulgação maior. De acordo com a autora

Buscam-se modos de aproveitar esse acervo de maneiras mais abrangentes, que atinjam um maior número de pessoas, formas de tornar acessível a um público comum, não acadêmico, um tipo de patrimônio e informação que, de início, seria uma espécie de propriedade intelectual de especialistas-como encarregados de identificar o patrimônio histórico e recomendar os melhores modos de sua preservação. Em vez disso, pretende-se ampliar o acesso a estas informações, ou a uma parte delas, a um público que, de outro modo, seria privado desses bens culturais. Exposições didáticas e visitas guiadas visam colocar o público em contato com um passado que, em geral, é apresentado como herança comum a todos. (ALBIERI: 2011, p 21)

Os museus contemporâneos criam artifícios diversos com cenários, luzes, sons, espaços vazios, totens, tex-

tos e objetos que são postos ao olhar, constituindo uma das formas de narrativa pública da história, entre outras que estão presentes na sociedade. Consideramos que essa narrativa é responsável pela construção de determinadas representações da história.

Nos museus o passado é acessado pela materialidade e de acordo com muitos professores entrevistados na nossa pesquisa, no museu é possível concretizar o conhecimento abstrato da disciplina história por meio do contato visual com a narrativa museal. Seria, então, por meio da visualização do passado em objetos tridimensionais que o ensino de história ganharia potência? Que representações de história publicizadas nos museus podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula? Os museus servem para concretizar o conhecimento adquirido nas salas de aula? Qual relação entre a história ensinada e a história pública?

Museus e visualização do passado: a produção de uma narrativa pública da história

A forma narrativa encontrada nos museus contemporâneos tem fortes ligações com a tradição antiquária dos séculos XVIII e XIX. Em uma tradição que remonta à época do Renascimento, os “amantes de antiguidades” eram responsáveis por reunir objetos, moedas, inscrições, estátuas e outros documentos que confirmassem os eventos passados, por meio da materialização. Ao contrário dos humanistas do século XV, os antiquários desconfiavam dos textos clássicos e acreditavam que o passado se revelaria de forma mais segura por testemunhos involuntários, por inscrições públicas, pelos registros materiais das civilizações (CHOAY, 2006).

De acordo com Choay (2006), no século XV e na primeira metade do XVI, os humanistas até consideravam os monumentos e outros vestígios para confirmar e ilustrar o testemunho dos autores, mas o texto aparecia em uma posição hierárquica superior. Já os antiquários acreditavam que: “(...) os objetos não têm como mentir sobre sua época, como também dão informações originais sobre tudo o que os escritores da Antiguidade deixaram de nos relatar, particularmente sobre os usos e costumes (CHOAY, 2006, p. 63).

Segundo Choay (2006), os antiquários acreditavam que os historiadores, após Heródoto, estariam comprometidos com as querelas políticas e religiosas, escrevendo textos com pouca ou nenhuma objetividade. Afirmavam, ainda, que os objetos, além de permitirem a autenticidade do passado, dariam, também, a oportunidade de conhecer os usos e os costumes das sociedades antigas, temas que foram deixados de lado pelos escritores da Antiguidade. A autora nos informa que os antiquários guardavam em seus gabinetes, além dos registros materiais, dossiês com descrições e representações figuradas da antiguidade, mantendo contato por toda a Europa, se correspondendo, trocando materiais de pesquisa e hipóteses, sendo responsáveis também pela divulgação de grandes obras que representavam a antiguidade em imagens, como os aquedutos romanos, templos, teatros e anfiteatros. Estas imagens eram difundidas em dossiês sobre os grandes monumentos da Antiguidade (CHOAY, 2006).

Os museus são uma forma de institucionalizar as coleções dos antiquários dos séculos XVIII e XIX, uma vez que, como aponta Pomian (1990), as coleções são salvaguardadas nesses novos espaços públicos. Os objetos se tornam provas permanentes da existência de um passado e a história é constituída a partir de uma perspectiva linear, evolutiva e universal (POMIAN, 1990). O autor define assim as coleções:

(...) qualquer conjunto de objectos (sic) naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades (sic) econômicas, sujeitos a uma protecção (sic) especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público. (POMIAN, 1990, p. 53)

Os museus lidam, sobretudo, com imagens do passado, seja por meio de obras de arte, objetos, textos, seja por outras soluções museográficas utilizadas na contemporaneidade como as mídias de computadores. Nos museus contemporâneos, não só as imagens, mas as palavras são também recortadas como tentativa de manipulação ou sustentação do passado (RAMOS, 2004). No discurso museal formado pelas ambientações, luzes, sons, cenografias, as palavras estão presentes também, sejam pela tentativa de controle das placas e catálogos, seja pelos discursos verbais de educadores e professores.

Para Ulpiano Bezerra de Menezes a estetização do social e a transformação da história nos museus contemporâneos marginaliza a produção de conhecimento. *A memória, igualmente ficou reduzida a um instrumento de enculturação de paradigmas a priori definidos e que circulam e vetores sensoriais (MENESES, 2005, p 16).* O autor chama atenção para a possibilidade de participação dos museus na produção de conhecimento que ajuda

a romper com uma história triunfalista *expondo – como únicos marcos dignos de representação – sujeitos, fatos e símbolos canônicos da história, concebida como o discurso da tradição* (PEREIRA, 2009, p 3).

Ulpiano (2005) propõe que os museus privilegiem os problemas e não as coleções, e dessa forma as equipes se preocupem em partir de problemáticas que possam ser discutidas em uma exposição com objetos tridimensionais:

Coleção ou problemas? É, antes, de uma problemática que se deve partir. Mas, já que se trata de museu, de uma problemática que possa ser montada (ou melhor montada) com objetos materiais. Portanto, instaura-se uma dialética, sem exclusão, em que a problemática define um horizonte de documentação potencial desejável e em que, por sua vez, categorias documentais permitem delimitar territórios de problemas a serem formulados e explorados (MENESES, 2005, p 23).

De uma narrativa triunfalista para uma narrativa em que os problemas sejam colocados em evidência contribuindo na discussão das temporalidades, rompendo com uma história congelada nos objetos e encarnando as experiências dos sujeitos é um caminho ainda pouco explorado pelos museus contemporâneos.

No uso pedagógico das exposições museais, as narrativas podem ser desconstruídas por professores e estudantes por meio de fenômenos próprios da memória. Os visitantes constroem seus próprios museus a partir de suas experiências compondo narrativas com gestos imaginativos, sensíveis provocados pela relação que estabelecem com a exposição.

A narrativa pública da história produzida nos museus ainda que não siga os mesmos critérios da produção acadêmica e de pesquisa, pode ser problematizada por meio de estratégias educativas e servir como importante suporte para constituição de uma consciência histórica. Pressupõe-se em atos educativos uma ação interpretativa em que seguindo uma herança disciplinar estaria situados em métodos, definição de objetos, concepções teóricas aliadas a atos sensíveis envolvidos com a exposição museal.

Nesses atos educativos, os professores podem debater sobre a narrativa pública da história produzidas pelos museus na relação com os conteúdos curriculares e debater sobre a memória que é produzida nessas narrativas. Com ligações na tradição antiquária, os museus privilegiam uma narrativa visual e produzem um discurso sobre a história que professores de história fazem uso frequente como estratégia para ensinar.

Uso pedagógico do Museu de Artes e Ofícios e a história pública

É comum entre professores de história o desejo de visitar museus com estudantes para que tenham uma experiência “concreta” com a história. Seria o momento, segundo alguns professores, de ampliar o conhecimento adquirido em sala de aula por meio de uma experiência de “campo” na visualização de objetos do passado. O museu é visto, dessa forma, como espaço de concretização do que está sendo ensinado nas salas de aula. As visitas organizadas a museus como Imperial, Artes e Ofícios, Museu do Ouro, Museu Histórico Nacional, teriam como objetivo uma experiência sensorial com a história que não pode ser proporcionada apenas pelos textos dos livros didáticos e pela explicação do professor.

Realizamos nossa pesquisa com professores frequentes ao Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte sobre os usos pedagógicos da exposição. Como método, fizemos uma entrevista caminhante pela exposição o que abriu possibilidade de o professor confrontar suas concepções de ensino e aprendizagem da história em contato direto com a narrativa museal. Consideramos que os professores são sujeitos apaixonados e apaixonantes e, por isso, nossa metodologia de pesquisa privilegiou o sujeito em uma situação de experiência. A entrevista caminhante foi uma oportunidade dos docentes refletirem sobre a prática de uso pedagógico de museus para o ensino de história e de exporem suas concepções de educação e sociedade.

As exposições museais são formativas e, através da entrevista caminhante feita para essa pesquisa, os professores ressignificaram suas práticas, abrindo-se a novas concepções de história e memória e dando sentido às atividades que realizam no uso pedagógico que fazem do MAO. O contato visual com a exposição em diálogo com o pesquisador configurou-se como um novo cenário, em que as ações ganharam novos significado e sentido na busca de um ensino de história sensível, crítico e reflexivo.

A professora Cecília, uma de nossas entrevistadas é formada em uma Universidade Pública e fez estágio em um museu durante sua graduação. Essa experiência marcou sua forma de perceber os museus como espaço narrativo potente para o ensino de história. Segundo a docente em qualquer museu existe a possibilidade de levantamento de problemas históricos uma vez que reúnem rastros que permitem ao professor abordar as permanências e mudanças no tempo. Em relação à tensão entre história acadêmica e história publicizada nos museus acredita que:

Pesquisador: Você acha que o museu tem que ter esse compromisso de narrar uma história que esteja muito ancorada no trabalho do historiador? Ou ele não precisa ter este compromisso?

Professora Cecília: Eu acho que depende do objetivo do museu... A questão é esta.

Tem vários tipos de museus... **Se o museu se propõe a contar uma história dos objetos, ele não tem jeito de não contar essa história dos objetos através de um conhecimento acadêmico.** Eu acho que não contar a partir deste conhecimento é perder uma chance... É minha opinião enquanto historiadora.

Claro que, se aqui você tem um compromisso com a historiografia, com o conhecimento, com esses profissionais que trabalham com o museu, então, vai ser um espaço que eu vou trazer os alunos porque eu preciso ensinar exatamente isto. **Agora, não necessariamente todo museu tem que ter este compromisso. Vai depender do objetivo do museu.**

Eu acho que, se o Museu de Artes e Ofícios tem esse compromisso, eu acho que ele cumpre esse compromisso muito bem.

(Entrevista gravada em HD, 60', data 23/04/2012, grifos nossos)

A professora acredita que é necessário um diálogo entre o conhecimento acadêmico e a exposição pública da história, ainda que isso dependa do objetivo do museu. A docente destaca que se o objetivo do museu for narrar a história dos objetos o compromisso com a produção acadêmica da história deve ser maior e no caso do MAO acredita que existe essa aproximação com a pesquisa acadêmica.

Nessa narrativa pública da história, a docente não percebeu alguns conflitos entre as imagens e os manequins usados para compor o cenário expositivo. Os manequins são rosa, enquanto a maioria dos trabalhadores expostos nas imagens é negra. No ofício dos estivadores, por exemplo, essa contradição está mais clara:

Pesquisador: você que é da área de história já observou que existe discrepância entre os objetos e as imagens? Vamos supor, tem um Debret ali, que é o barbeiro, só que os manequins não são negros. Eles são rosas...

Professora Cecília: É... Eu nunca tinha percebido isto não.

Pesquisador: Por exemplo, aqui também... Isso aqui me chama mais a atenção, porque eles estão calçados e os outros estão descalços.

Professora Cecília: Eu nunca tinha feito esta leitura não...

Apesar de eu ganhar o direito de vir aqui, infelizmente eu consegui vir aqui de verdade, uma vez, e numa primeira vez você fica deslumbrado. Depois eu vim a trabalho e a gente não tem tempo quando vem a trabalho.

(Entrevista gravada em HD, 60', data 23/04/2012, grifos nossos)

Para problematizar os documentos que compõe a exposição a professora acredita que teria que ir ao MAO com esse objetivo, mas a sua primeira sensação foi de deslumbramento que se sobrepôs as suas habilidades interpretativas de profissional da área de história. A docente não visitou o museu para fazer uma crítica ao percurso expositivo com os documentos, imagens, objetos, legendas, luzes, enfim todos os componentes de uma exposição. O encantamento causado pela exposição pressupõe atos mais sensíveis e menos racionalizados o que interdita em um primeiro momento a crítica da narrativa.

A professora Adélia atua em cursos de licenciatura em história. É formada em história, têm mestrado na área e doutorado em educação. Visitava o MAO frequentemente com alunos do curso de licenciatura em história de uma instituição privada do interior do estado de Minas Gerais. Segundo a docente a análise crítica da nar-

rativa museal é muito complexa e não cabe em uma visita escolar de uma hora e meia. No entanto, os estudantes em situação de visita conseguem propor outras narrativas:

Professora Adélia: Essa ideia, por exemplo, dos manequins não terem rosto, esse tipo de questionamento... **São coisas muito difíceis, às vezes, de serem trabalhadas aqui. Lá, por exemplo, eles estão descalços na fotografia, e aqui estão calçados, e aí professora?** Quer dizer, não precisa de muita sofisticação, vamos dizer assim, pra poder problematizar a narrativa do próprio museu. Quer dizer, eu quis fazer isso? Eu não sei.

Quis botar só ali bonitinho, calçado?

É importante isso? Não é?

Quer dizer, já estão viajando aqui.

Pesquisador: Em uma possibilidade narrativa...

Professora Adélia: Em uma possibilidade narrativa de até mesmo **estabelecer outras narrativas**, de produção de outros sentidos para aquela visita.

(Entrevista gravada em HD, 2h18', data 03/04/2012, local: MAO. Grifos nosso)

Para a docente a narrativa do museu abre espaço para o levantamento de problemas históricos uma vez que todos os documentos são passíveis de crítica e não seria diferente com a história pública dos museus. Como relatou no caso dos manequins que compõe a cenografia do MAO, muitas vezes em conflito com as imagens expostas. Além disso, o fato de não terem rosto e serem rosa incomoda a professora, é como se os sujeitos que realizavam os ofícios expostos no MAO não tivessem uma história. Além disso, a maioria dos ofícios expostos no museu era realizado por africanos escravizados e negros nascidos no Brasil.

Entrevistamos também o professor Bento que é mestre em educação e atua como formador de professores em cursos na rede municipal de ensino de BH. Para o professor, não há problemas no uso da narrativa pública dos museus, desde que isso seja discutido com os estudantes no pós-visita. Há, nesse caso, um compromisso do professor em apresentar outras versões da história e inserir essa narrativa em um contexto mais global que esteja de acordo com o programa da disciplina. Em visita a outro museu do Estado, o professor Bento narrou que um Anjo Tocheiro (em tamanho natural) foi descrito pelo educador de museu como um "santo do pau oco". Segundo o professor, nesse caso houve uma discrepância histórica, mas foi uma oportunidade de discutir o contrabando no período minerador.

Em outra experiência com estudantes do EJA, Bento realizou um projeto sobre a história de Belo Horizonte e antes da visita estabeleceu uma parceria com os educadores do museu. Em um momento de formação, bem antes de realizar a visita, apresentou suas expectativas à equipe do museu para que o momento da visita fosse significativo para os estudantes e também pudesse fazer uso pedagógico da exposição. Segundo o professor, o museu é potente para ensinar história, entretanto, deve haver uma abertura por parte do professor para que a visita não se torne apenas um momento de ilustração de conteúdo ou reafirmação de uma história cronológica, linear e canônica. Há, segundo Bento, possibilidades de exploração poética do museu que vão além de dimensões cognitivas da história como produção de fotografias, textos, vídeos, que extrapolam o conteúdo programático da disciplina:

Professor Bento: É fundamental, para além de uma visita virtual, ir lá....**entender o que é o museu, o que ele têm para oferecer.** Conversar com os educadores, conhecer o acervo, porque na conversa vai **abrindo outras possibilidades de abordagem para além do conteúdo disciplinar.** Esse momento é formativo, uma formação em serviço.

(Entrevista em HD 1h35', data 11/04/2012, local: MAO)

As galerias do museu são entrecortadas por várias vozes, algumas mais eloquentes, outras mais silenciosas, que alteram a narrativa inicialmente proposta pela curadoria. O museu, assumindo seu caráter educativo, convida o visitante a tomar posição, constituindo itinerários pedagógicos não totalitários, mas dialógicos lançando mão

de todos recursos disponíveis (PESSANHA, 1996, p 37).

Os museus podem romper com a lógica da celebração do passado na visualização de objetos e propor narrativas que problematizem a trama histórica, caminhando para a produção de conhecimento crítico e reflexivo.

A entrevista com a Professora Adélia foi iniciada no hall de entrada do MAO, onde tomamos um café e estruturamos o percurso que seria feito no interior do museu. Foi nesse momento que ela narrou um pouco de sua experiência como pesquisadora e sua viagem recente à Europa. Também, nos contou sobre as vezes que visitou o MAO com estudantes de graduação em história.

Com sua experiência profissional a professora acredita que o museu relaciona história e memória e que a narrativa museal é construída na subjetividade dos educadores de museu, do professor e dos estudantes que realizam visita. A narrativa é, portanto, uma imbricação dessas vozes:

Professora Adélia:

.....
Quando eu digo... **“O que o museu fez?” Fez também uma construção, uma representação, e não que isso tenha mais ou menos verdade, mas ela me convence mais ou menos.** Então, a descrição pode me convencer muito mais e essa fabulação, pode me convencer em outras. Então, eu acho que o museu mais do que outros espaços onde a história se faz, se apresenta, se representa, ele permite para o professor visualizar essa complexidade. Agora, é claro que isso precisa, e é isso que eu estava dizendo novamente... Você precisa pensar sobre isso, porque se você pode fazer uma visita, como se diz, uma visita chapada, tudo bem também... **[Chapada no sentido que não atrai questões como, por exemplo, os ofícios, os objetos e outros objetivos também em relação a materiais].**

(Entrevista gravada em HD, 2h18', data 03/04/2012, local: MAO. Grifos nosso)

A professora afirma que existe uma complexidade na narrativa pública da história produzida pelos museus. Há representações nas tramas montadas na exposição com objetos, focos de luz, legendas, totens e outros artifícios. Em atos educativos os sujeitos interpretam a trama histórica na exposição e propõe outras narrativas a partir de outras concepções de história.

Os usos educativos da exposição dos museus pressupõem atitudes interpretativas por meio das seleções feitas pelos docentes em projetos para o ensino da disciplina história. Os professores utilizam da narrativa pública da história e estabelecem conexões com os conteúdos disciplinares. Esse movimento é interferente nos conteúdos escolares em momentos posteriores à visita em outras tramas elaboradas pelas estratégias dos docentes em sala de aula. A estratégias de uso geram um saber ensinado original, em diálogo com outros materiais didáticos em sala de aula.

Como estratégia de ensino e aprendizagem da história, contextualizam a exposição estabelecendo conexões com os conteúdos escolares. Realizam atividades prévias e pós visita como uma forma de investir em um ensino crítico e propositivo, sem desconsiderar as possibilidades de exploração poética, deixando fluir a imaginação dos estudantes no ambiente museal.

Nos museus os docentes elaboram novas formas de ensinar e incluem outros temas no currículo escolar em diálogo com a narrativa pública da história. Fazem uso dessa narrativa tensionada com a história em suas formas acadêmica que adquirem na formação inicial e nos livros didáticos.

Considerações finais

Os museus produzem uma narrativa da história que atinge uma audiência maior do que as publicações especializadas. Essas instituições recebem um número considerável de visitantes contabilizados entre estudantes, professores, turistas e demais visitantes. São responsáveis por difundir uma representação da história e formar consciência histórica. Inserem-se, portanto, no circuito de divulgação da história para públicos ampliados.

Os professores que fazem uso educativo dos museus confrontam os saberes disciplinares com a narrativa pública da história exposta nessas instituições. Os docentes, fazem escolhas curriculares, propõe visitas aos espa-

ços museais e analisam a forma como os museus representam a história em atividades feitas nas escolas. Com o uso pedagógico dos museus ampliam as estratégias de ensino e aprendizagem de história.

Os docentes problematizam a narrativa pública da história que encontram nos museus e dessa forma criticam visões canônicas e triunfalistas presentes nas exposições. Ao propor o uso pedagógico dos museus colocam em comunicação a história acadêmica, o saber histórico escolar e a história pública. Estabelecem diálogo com a história publicizada nos percursos expositivos do museu e interpretam as narrativas propostas, construindo outros sentidos que são relacionados com a história ensinada nas escolas. Esses atos educativos são acompanhados de uma discussão sobre a história produzida na academia.

Em relação ao Museu de Artes e Ofícios os professores afirmam que há um diálogo com a história acadêmica na produção da narrativa. Esse diálogo é feito com algumas tensões, pois há representações, produção de memória e silenciamentos que devem ser postos como problemas de investigação na intenção de ensinar história. A aproximação com o setor educativo pode ser um caminho para que o uso pedagógico ultrapasse a visualização de objetos e legendas para interpretação das tramas históricas expostas no museu.

As experiências dos docentes relatadas nesse artigo apontam para as potencialidades do MAO para o ensino e aprendizagem de história em atos educativos que relacionam conteúdos escolar, história acadêmica e história pública. As narrativas museais servem de pretexto para uma educação que privilegie as dimensões éticas, estéticas e políticas dos sujeitos em situações de ensino criativas promovidas pelos professores.

O uso da narrativa museal introduz, também, os escolares na discussão sobre as formas de representação da história na sociedade contemporânea. Essas representações são produtoras de memória e devem servir de discussão para o ensino de história crítico e reflexivo que tenha como objetivo a formação de uma consciência histórica para o exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

- ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v. 15, n. 2, p. 11-30. Jul./dez., 2007.
- KNAUSS, Paulo. Combate pelo fato. [9 de outubro, 2011]. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Entrevista concedida a Rodrigo Elias. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato>>. Acesso em 13 de abril de 2012.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2006.
- FONSECA, Tais Nívia de Lima. Mídias e divulgação do conhecimento histórico. **Aedus**. Rio Grande do Sul, v. 4, n. 11, set/2012.
- MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na Berlinda ou como cada um escreve a história?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History**. **História da Historiografia**. Ouro Preto. N 15. Agosto de 2014. P 27-50.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1990, v. 3, p. 51-86.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.
- PEREIRA, Junia Sales. Andarilhagens em chão de ladrilhos. In: FONSECA, Selva Guimarães. (Org.). **Ensinar e aprender História - formação, saberes e práticas educativas**. Campinas: Átomo & Alínea, 2009.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museu: Dos Gabinetes de Curiosidade a Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

O MUSEU DOS QUILOMBOS E FAVELAS URBANOS NO MOVIMENTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MUSEUS

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1521>

Kelly Amaral de Freitas

Mestranda em Educação pela FaE/UEMG

moinhosocial@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9884-2163>

Lana Mara de Castro Siman

Doutorado em Didática História pelo Université Laval, Canadá(1997)

Professor adjunto da Universidade do Estado de Minas Gerais- FaE/UEMG

lanacastrosiman@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8061-9924>

Recebido em: 28/04/2015 – Aceito em 16/06/2015

Resumo: Este texto discorre sobre o processo de democratização dos museus brasileiros, considerando os artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988, as políticas públicas voltadas para o setor museológico e o Movimento Internacional da Nova Museologia. Coloca em relevo alguns processos históricos que promoveram o deslocamento dos museus dedicados aos objetos para o museu dos diferentes sujeitos. Por fim apresenta a proposta museológica do Museu de Favelas e Quilombos Urbanos do Aglomerado Santa Lúcia região centro-sul de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Palavras-chave: Democratização - Nova Museologia - Educação

Abstract: This paper is about the process of democratization of Brazilian museums, considering the articles 215 and 216 of Brazilian Federal Constitution of 1988, public policies for the museums sector and the International Movement of New Museology. Highlights some historical processes that promoted the displacement of museums

Introdução

As primeiras instituições museológicas do Brasil surgiram no século XIX com o objetivo de desenvolver estudos científicos e artísticos, assim como, expor coleções de portugueses residentes no Brasil e obras de arte trazidas pela corte imperial portuguesa. Fechados em si mesmos, musealizavam patrimônios das classes hegemônicas em detrimento da diversidade histórico-cultural formadora da sociedade brasileira.

Após a proclamação da República, o Estado intentou unir o território brasileiro, forjando e fixando na história mundial e local uma única identidade nacional. Nesse processo, os museus admitiram o papel de representantes desse novo projeto civilizatório, legitimando e inventando símbolos histórico-culturais (CHAGAS, GODOY, 1995, p.31-40).

Representativo desse período é o Museu Histórico Nacional (MHN), inaugurado em 1922 no Rio de Janeiro, ao final das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil. A curadoria da primeira exposição foi elaborada pelo viés historiográfico do “culto à saudade”, a “exaltação da pátria” e a celebração dos “vultos gloriosos” (CHAGAS, 1998, p.64). O objetivo foi destacar a lei, a ordem, a religião e a autoridade como valores morais fundamentais para a formação de uma nação civilizada e republicana. Entre os objetos estavam moedas, condecorações, medalhas, uniformes militares, pinturas históricas, documentos e louças brasonadas (MHN, 2014, p.1).

Do mesmo modo, em 1922, no estado de Minas Gerais, foi publicizado o Museu Mariano Procópio (MMP), expondo objetos materialmente diversificados, porém homogêneos no simbolismo, pois, assim como o Museu Histórico Nacional, valorizavam a cultura dos aristocratas, governos republicanos, elites econômicas e oligár-

quicas ao passo que os objetos relacionados aos indígenas restringiam-se ao processo de colonização das etnias existentes antes da chegada dos portugueses, e a memória dos africanos escravizados limitava-se aos instrumentos de torturas, exibidos abaixo de um desenho feito pela Princesa Isabel (MARTINS, 2005, p.23).

“A trajetória dos museus brasileiros no século XIX e início do século XX evidenciam a teatralização da memória encenada pelo sonho (ou projeto) de esquecer as determinações do passado colonial e afirmar: a Europa é aqui. Mas quem sonha? As elites aristocráticas tradicionais é que sonham o sonho de um nacional sem nenhum sinal de sangue, sem a presença da cultura popular, dos negros aquilombados, dos índios bravios, dos jagunços revoltosos, dos fanáticos sertanejos, dos rebeldes que não têm terra, mas têm nome, família e um cachorro preto (mefistofélica presença)” (CHAGAS, 1998, p.35-44)

Em seguida, nas décadas dos anos 1930 e 1940, o Brasil foi marcado por conjunturas políticas autoritárias, nacionalistas e populistas. O Estado intensificou a interferência na cultura e na educação por meio da criação de vários departamentos e ministérios. Em destaque o emblemático Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPANH) de 1937, cuja atuação ficou conhecida como a sacralização do patrimônio de pedra e cal (RUBIM, 2007, p. 5), contraponto com a proposta de inventariado cultural formulado pelo modernista Mario de Andrade (NOGUEIRA, 2005, p. 177 - 212).

Entre os anos de 1964 e 1985, a Ditadura Militar reprimiu movimentos culturais e deixou as instituições museais em crise financeira, sem condições para atender as demandas sociais e os novos padrões de consumo, lazer e arte (SANTOS, 2011, p.193).

Conquanto, nas décadas de 1970 e 1980, foram crescentes os movimentos que favoreceram a ampliação da função social dos museus no Brasil e no mundo.

Primeiramente, fomentado por ideais desenvolvimentistas, o Brasil passava de predominantemente rural a urbano industrial. E, como cultura a industrialização afeta não apenas o trabalho, mas toda a super e infraestrutura da vida social (GIDDENS, 1991, p. 62). Abreu e Vaz (1999, p. 482) tudo indica que o aparecimento das favelas está ligado ao conjunto das transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial.

Nas universidades, a Antropologia rompia com a ideia de existir um centro do mundo, rejeitando o selvagem dos primeiros estudos etnográficos, priorizando o entendimento da pluralidade cultural pelo exercício da alteridade e afirmando que as sociedades poderiam ser estudadas por seus próprios cidadãos (LAPLANTINE, 1996, p.13).

Do mesmo modo, houve reconhecimento da história oral como fonte legítima de pesquisas, ampliando as possibilidades de representação de grupos sociais desprovidos de materialidades representativas de suas memórias e culturas por terem sofrido violências de segregação e silenciamento (JOUTARD, 2000, p. 31).

A noção de patrimônio, anteriormente fixado na ideia de edificações e monumentos, alargou para a noção de patrimônio cultural, através das manifestações dos saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas (BRASIL, 1988, p. 139).

Ademais a universalização da educação básica pública foi reconhecida como base para o desenvolvimento econômico e social das localidades (PNUD, 2014, p.01).

No contexto político-social internacional, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e as Ditaduras Militares na América Latina, deixavam marcas indeléveis na humanidade. A comunidade internacional buscava elos institucionais para promover os direitos humanos e a paz entre os povos. Como parte do plano, em 1945, foi fundada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e em 1946 o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma rede de profissionais compromissados em “promover e proteger o patrimônio natural e cultural no presente, no futuro, o tangível e o intangível” (ICOM, 2013, p. 01).

A UNESCO, parceira formal do ICOM, oficializou o caráter educativo das instituições museais. Desde a década de 1970, defende o conceito de educação permanente e integral como propostas educativas viáveis para os

museus. Como estratégia para o desenvolvimento cultural, social e econômico, a educação permanente compreende que a formação humana acontece além das instituições escolares, em espaços múltiplos, contínuos e necessários para qualificar os diferentes modos de viver (FURTER, 1974, p. 150-159). Já a educação integral exigiu propostas formativas para conscientização dos seres humanos como pertencentes ao meio ambiente natural, o que forçou o surgimento de propostas museológicas conectadas com as problemáticas urbanas e rurais do tempo presente.

Assim, diversos movimentos sociais, tais como, o movimento estudantil, o movimento feminista, o movimento hippie, movimentos coloniais na África, a revolução dos Cravos em Portugal, a guerra americana no Vietnã, as lutas e resistências às ditaduras militares na América Latina; a experiência da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) propiciaram o lançamento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINON). Como proposta teórica e prática, a Nova Museologia, assumiu os museus como forças formadoras de identidades e memórias coletivas, tencionando o desenvolvimento social, econômico, a diminuição das desigualdades e injustiças sociais. Inaugurou o conceito de Museu Integral e Integrado, com as tipologias dos Ecomuseus, dos Museus de Vizinhanças e dos Museus Comunitários. E atualmente com as tipologias de museus de favelas e periferias.

Mario Chagas e Inês Gouveia (2014, p.15-17) salientam que a Nova Museologia, desde a sua origem abriga diferentes denominações: museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia crítica, museologia dialógica e outras. Entretanto com a perda de potência da expressão “Nova Museologia” houve ascensão, especialmente após os anos de 1990, da denominada Museologia Social, que refere-se à adoção de compromissos éticos, científicos, políticos e poéticos, principalmente com a população, a qual o museu se vincula. Assim os autores afirmam “estamos radicalmente marcando a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária” e dialógica.

Em consonância ao movimento de afirmação conceitual da Museologia Social, a redemocratização política do Brasil, a partir de 1985, após 20 anos de Ditadura Militar, possibilitou o avanço dos ideais democráticos, retirando da clandestinidade movimentos culturais e sociais importantes para o desenvolvimento das reivindicações favoráveis aos direitos culturais. Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira Democrática, em 1988, ficou legalmente garantido, o pleno exercício dos direitos culturais, prevendo o apoio e incentivo para produção, difusão, democratização do acesso e a valorização da diversidade formadora do Brasil.

A constituição de 1988, também alargou a noção de patrimônio, anteriormente fixado na ideia de edificações e monumentos, para a noção de patrimônio cultural, através das manifestações dos saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas. Além disso, reconheceu a universalização da educação básica pública, como base para o desenvolvimento econômico e social das localidades (Cury, 2010).

Entretanto, a democratização museal foi efetivamente favorecida somente a partir da primeira década dos anos 2000, quando o governo brasileiro instituiu políticas públicas para o setor museológico, do mesmo modo fomentou, por meio do Programa “Cultura Vivas”, editais para criação de pontos de culturas em municípios, comunidades rurais, bairros, favelas, periferias urbanas, ou seja, lugares desprovidos de espaços específicos para salvaguarda de suas histórias, memórias e cultura.

Como resultado, surgiu no Brasil os primeiros museus em territórios de favelas e periferias. Sustentados pelo trinômio território, população e patrimônio; trabalham mais em função dos habitantes do que dos visitantes; visam à educação permanente e à valorização cultural da diversidade social humana. Com viés político, reivindicam a preservação da história de grupos sociais, herdeiros de violências, silenciamentos e segregações, como acontece atualmente com a *gentrificação* dos centros urbanos que tende a expulsar comunidades negras e pobres para regiões mais distantes.

É nesse contexto que surge em 2012, o Museu de Quilombos e Favelas Urbanos - Muquifu, no território do Aglomerado Santa Lúcia região centro-sul de Belo Horizonte – Minas Gerais. Também conhecido como Morro do Papagaio é formado por cinco vilas: a Vila Santa Lúcia, a Vila Estrela, a Vila Santa Rita, a Vila Esperança e a Vila São Bento.

A materialização do museu foi a eminência do desaparecimento da Vila Esperança e a Vila São Bento pelo projeto de reestruturação urbanística Vila Viva da prefeitura de Belo Horizonte, cuja meta é substituir habitações

humanas por três novos parques ambientais. Preocupado com a história do território, o idealizador e curador do museu Padre Mauro Luiz iniciou o processo de salvaguarda de objetos e relatos que narram a história e a passagem dessas famílias pelo Aglomerado. O material recolhido inaugurou o museu com a exposição “Janelas, Histórias e Memórias em Extinção”, “os moradores são ao mesmo tempo a obra e o artista, emoldurados pela janela do pequeno espaço de mundo que chamam de lar” (Muquifu, 2014, p. 1).

A sede do museu funciona em uma casa cedida pela Paróquia Nossa Senhora do Morro, na Vila Santa Lúcia. Do mesmo modo, mantém a mostra itinerante “Na fé da resistência, no axé do nosso canto!” em um espaço cedido pela Igreja dos Santos Pretos na Vila Estrela.

A gestão museal é realizada pelo museólogo José Augusto de Paula, pela museóloga Luciana Campos Horta e pela graduanda Dalva Pereira do curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como também pelo trabalho dos membros da Paróquia Nossa Senhora do Morro, do idealizador e curador Padre Mauro Luiz, de organizações não governamentais e de voluntários moradores e não moradores do Aglomerado.

Com a intenção de ser espaço para resistência da memória, da história e do patrimônio cultural das cinco vilas que formam o Aglomerado, em 2013, foi criado o cenário expositivo da “Doméstica, da Escravidão à Extinção”, composto pela reprodução de um “quartinho de empregada” com objetos selecionados a partir de uma oficina com trabalhadoras domésticas moradoras do Aglomerado. “A trabalhadora doméstica é símbolo de status e resquício da escravidão de quem pode pagar e julga que tem uma empregada, como tem um objeto qualquer” (Muquifu, 2014, p. 1)

Em 2014, foi a vez da profissão masculina ser representada na exposição “Pedro Pedreiro: Tijolo com Tijolo num desenho lógico”. Com instalações criativas, tematiza as frequentes mortes causadas quando há precariedade das condições de trabalho; as piadas usualmente vinculadas ao universo dos pedreiros; os instrumentos utilizados no ofício e um ensaio fotográfico da moradora, Maria Fátima Colares, retratando o ato de “bater laje”, quando acontece uma reunião de amigos e vizinhos para preencher com concreto a laje da casa em construção.

A exposição “Meu reino sem folia” retrata uma Folia de Reis, que deixou de existir no Aglomerado em 2003 pela falta de incentivo e renovação cultural.

O cenário expositivo “Muro, o lado de cá”, representa o muro que separa a Vila Santo Antonio, dos comércios voltados para atender moradores dos condomínios de luxo do município de Nova Lima e do bairro Belvedere. Formado por fotografias o cenário evidencia as disparidades causadas pelo sistema capitalista, “o imaginário coletivo continua identificando a favela por seus traços estereotipados e exagerados que, na maioria dos casos, não encontra eco na realidade” (LIBÂNIO, 2008, p.36-45).

A exposição “Esperança, a vila que nunca existiu” retrata, por meio de relatos, a frustração dos moradores que aguardavam a chegada da infraestrutura, porém, estão vivendo a desapropriação e a remoção da vila pelo programa de reestruturação urbanística Vila Viva. “A Esperança é uma vila que existiu apenas na cabeça e no coração de pouca gente, seus próprios habitantes” (Muquifu, 2014, p.1).

“Meu olhar sobre a favela” expõe pinturas do artista plástico e morador do Aglomerado, Fabiano Valentino, conhecido como “Pele”, um líder comunitário que produz discurso político visual, por meio do grafite e expressões visuais em vários muros e paredes do Aglomerado.

Com a “musealização” do território, da paisagem cultural e de objetos cotidianos, comunidade e gestores moradores e não moradores do Muquifu reafirmam e divulgam a história, a memória, a cultura e os conhecimentos produzidos no Aglomerado.

É uma relação cíclica, o Muquifu, enquanto museu, educa a população a ser ativa em seus processos histórico-sociais. E o Aglomerado, enquanto território musealizado, ensina o valor da democratização do acesso e da produção cultural.

Os museus, constituídos no viés da Museologia Social, apresentam propostas pedagógicas não escolarizadas que ressoam como polo imanente de ideias e criatividade. Provocam afeto e sensibilização estética, histórica, cultural potencializando as possibilidades de atuação da educação. José Augusto (2014, p.3) afirma que os museus comunitários, em favelas, transmitem conhecimentos carregados de emoções. Promovem a tomada de consciência histórica dos habitantes do território, ao mesmo tempo, deslocam o olhar da cidade para o beco, para o morro, para o meio ambiente ao redor, para a sociedade e, sobretudo para “o fato museal”, que é a relação entre o homem, sujeito conhecedor, com os objetos que são partes da realidade integrada pelo homem e sobre a qual

ele tem poder de agir (GUARNIERI, 1990, p. 42). Certamente o desafio do século XXI é ampliar o olhar para lugares que há tempos foram quilombos e aglomerações de escravos alforriados, livres e trabalhadores precariamente remunerados.

Em síntese, a democratização dos museus está diretamente relacionada com o Movimento Internacional da Nova Museologia e pelas políticas públicas museais. Sobretudo, significa a apropriação da linguagem museal e patrimonial por diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos e familiares.

Enfim, concordando com Mario Chagas (2009, p.01) não podemos desconsiderar as primeiras instituições museais, como os museus de coleção e museus nacionalistas, nem mesmo os contemporâneos museus espetáculos e interativos, mas trabalhar efetivamente o campo que está engajado no movimento de abertura museal para a igualdade dos direitos culturais e à representação simbólica da diversidade social formadora do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de; VAZ, Lilian Fessler. Sobre as origens da favela. In: **IV Encontro Nacional da ANPUR**. Salvador. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 1991. p.481- 492.
- AUGUSTO, José de Paula Pinto. o museu de favela ensina e emociona. In: **Rede de Educadores REM A coleção e suas conexões**. Goiás. 2014.
- BITTENCOURT, José; FERNANDES, Lia Silvia. P.; TOSTES, Vera Lúcia B. Examinado a política de Aquisição do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional Rio de Janeiro: Imprensa Nacional**, vol. XXVII. p. 61- 71.1995
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado. 1988.
- CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: **Revista Eletrônica do Iphan**. Dossiê Educação Patrimonial Nº 3 - Jan. / Fev. de 2006.
- CHAGAS, Mario; GODOY, S. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional. Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. XXVII. 1995. 31- 59. p.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: **Cadernos do CEOM Dossiê Museologia Social**. Ano 27,nº. 41. Dez/2014.
- COSTA, Carina Martins. **Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio**. 2005. 75f. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas – Programa de Pós-Graduação em História.
- Cláudia Engler Cury . Ensino de História: a construção de memórias e identidades urbanas. In: **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. UFPB. Londrina. 2005. 1- 8 p.
- FURTER, Pierre. **Educação Permanente e o desenvolvimento cultural**.Petrópolis Vozes Limitada. 1974. 224 p.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP.1991. 188 p.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e Identidade. In: **Cadernos Museológicos**, nº.1e 2. 39 - 48 p. 1990.
- ICOM. 2013. **Museus (memória + criatividade) = mudança social**. www.icomrio2013.org.br/pt/about-icom. Acesso 11 ago. 2014
- ICOM. **Comitê Internacional dos Museus**. Disponível em: <http://icom.museum>. Acesso 11 ago. 2014
- JOUTARD, Phillipe. Desafios da História Oral. In: **História Oral: desafios para o século XXI**. FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V (orgs.).Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC Fundação Getúlio Vargas, 2000. 31- 45 p.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 9ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense. 1996.
- LIBÂNIO, Clarice de Assis. Arte, cultura e transformação nas vilas e favelas: um olhar a partir do Grupo do Beco. **Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**. UFMG. Belo Horizonte. 2008.
- MHN (Museu Histórico Nacional). 90 ANOS DE HISTÓRIA. 2012. Disponível em: <http://zip.net/btn7pv>. Acesso 15 jun. 2014.
- MUQUIFU. **Museu de Quilombos e Favelas Urbanos**. Disponível em <http://Muquifu.com.br/site/>. Acesso novembro de 2014.
- PMJF. **Fundação Museu Mariano Procópio**. 2014. Disponível em: <http://zip.net/bkn68T>. Acesso 15 jul. 2014.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: trajetória e contemporaneidade**. Salvador. 25 p. 2007.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus, liberalismo e indústria cultural Ciências Sociais**. Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, Nº. 3. p. 189-198, set/dez. 2011.
- PNUD. **Objetivos do milênio**. <http://www.objetivosdomilenio.org.br/educacao/>. Acesso 21 ago. 2014.
- UNESCO.**UNESCO** <http://whc.unesco.org/>. Acesso 21 ago. 2014.

A ESCRITA DA MEMÓRIA - A CONTRIBUIÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL PARA A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA CASA DA GLÓRIA

(DIAMANTINA-MG)



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1562>

Isabella Brandão Lara

Bacharel em Ecologia pelo UNIBH e Educadora do Memorial Minas Gerais Vale
isabellabrandaolara@gmail.com



Recebido em: 23/05/2015 – Aceito em 19/06/2015

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as diversas versões que as fontes apontam para a história da Casa da Glória, localizada na cidade de Diamantina, Minas Gerais, e símbolo da campanha "Diamantina Patrimônio Cultural da Humanidade". Pretende-se, com a diversidade de narrativas históricas, ampliar o olhar que a população e os visitantes têm sobre este imóvel e demonstrar como essa multiplicidade de vozes compõem formas coletivas e individuais de se relacionar com o patrimônio material. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi a realização de entrevistas, levantamento de fontes documentais e referencial bibliográfico. A principal conclusão deste artigo corrobora com a ideia de que é preciso conhecer para preservar. Quando a comunidade sente-se pertencente a um patrimônio, os próprios moradores atuam como guardião do bem e colaboram para a ampliação de seus processos de conservação e relevância social.

Palavras-chave: Casa da Glória, Passadiço, Colégio Nossa Senhora das Dores.

Abstract: This study aims to demonstrate the different versions that the sources point to the history of the House of Glory, located in the city of Diamantina, Minas Gerais, and symbol of the campaign "Diamantina Cultural Heritage". It is intended, with the diversity of historical narratives, broaden perspectives that the population and visitors have about this property and demonstrate how this multiplicity of voices make collective and individual ways of relating to the material heritage. The methodology used to develop this research was conducting interviews, survey of documentary sources and bibliographic references. The main conclusion of this article corroborates the idea that you need to know to preserve. When the community feels belonging to an estate, the residents themselves act as guardian of good and collaborate to expand their conservation processes and social relevance.

Keywords: House of Glory, Walkway, College Our Lady of Sorrows.

A Casa da Glória

Este artigo é resultado das pesquisas realizadas para a produção do documentário cinematográfico "Ouço Passos no Passadiço" (W4 FILMES, 2015), produzido por Isabella Brandão e Leandro Wenceslau. Nele, há uma colaboração para a retomada da história de construção e ocupação do prédio da Casa da Glória, localizado na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Esta edificação é considerada uma das mais notáveis da cidade por ser símbolo da campanha "Diamantina Patrimônio Cultural da Humanidade"¹ (1999) e por ser um dos principais pontos turísticos da região. Além disso, a Casa da Glória apresenta significativa importância para a história de Minas Gerais por ter sido residência dos intendentos dos diamantes da Coroa Portuguesa, por ter sido casa de renomados personagens diamantinos – como Josefa Maria da Glória e Rodrigo de Souza Reis –, por ter sediado o bispado de Diamantina, abrigado o Colégio Nossa Senhora das Dores por 102 anos e por hoje ser base do Instituto Eschwege de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Cultural Casa da Glória.

¹Diamantina foi uma das primeiras cidades brasileiras tombadas como monumento histórico pelo IPHAN. O tombamento nacional ocorreu em 1938, e somente no final da década de 1990, por iniciativa popular, a Prefeitura Municipal de Diamantina fez a inscrição de um Dossiê de Candidatura no Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO, solicitando o tombamento de seu Centro Histórico no âmbito internacional. Tal pedido foi atendido em dezembro de 1999, durante o 23º Encontro Anual da UNESCO, em Marrakech, Marrocos (SILVEIRA *et al.*, 2012).

A estrutura atual da Casa da Glória conta com dois sobrados de estilo colonial, de dois andares cada, localizados em lados opostos da mesma rua e que são ligados por um passadiço suspenso de madeira que atravessa a via pública (Figura 01). Como anexo ao prédio à direita de quem sobe a rua, encontra-se uma lavanderia com tanques de pedra em cantaria, um galpão que é utilizado como auditório e teatro, e o Pavilhão Dom Serafim, uma construção horizontal, de um só andar, que atualmente funciona como refeitório.

Ao longo de mais de duzentos anos, muitos documentos foram perdidos e muitos mitos foram criados em torno da Casa da Glória. Partindo de uma narrativa linear, que começa entre 1775 e 1780, quando o primeiro prédio foi construído, até os dias de hoje, há diversas lacunas na história da casa que não são preenchidas por nenhum vestígio documental. Algumas questões surgem no universo popular, em que o embasamento comprobatório pouco existe. São versões dos fatos alimentados pelo imaginário popular, por crenças, casos, ensinamentos passados de pais para filhos. É um universo casual, por vezes místico, que reinterpreta e renova o olhar sobre o passado da Casa da Glória. Por isso, o objetivo deste artigo é demonstrar as diversas versões que as fontes apontam para a história da Casa da Glória. Pretende-se, com a diversidade de narrativas históricas, ampliar o olhar que a população e os visitantes têm sobre o edifício e demonstrar como essa multiplicidade de vozes compõem formas coletivas e individuais de se relacionar com o patrimônio material.



Figura 01 – Vista parcial do prédio da Casa da Glória. Destaque para o passadiço sobre a Rua da Glória. Data provável: 1900-1910.

Fonte: Arquivo Público Mineiro

A metodologia utilizada para a coleta de dados envolveu a realização de entrevistas com moradores de Diamantina, consulta a diários de viajantes do século XIX, busca por documentos oficiais emitidos pela Câmara Municipal, análise de registros fotográficos de acervos particulares, de cartas encontradas na Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais (IPHAN/MG) e na leitura dos poucos artigos que existem sobre o local, sendo a maior parte deles referentes ao período de ocupação pelo Colégio Nossa Senhora das Dores (ASANO, 1999; ASANO, 2002; LAGE, 2008; LAGE 2013; LEMOS, 2006; MARTINS E MARTINS, 1993;). Seis pessoas participaram das entrevistas: duas ex-alunas no Colégio Nossa

Senhora das Dores, as senhoras Aparecida Leão (83) e América Abbas (92); a autora do livro sobre o possível construtor do passadiço da Casa da Glória, Maria da Conceição Duarte Tibães, moradora da cidade; o editor chefe do jornal "A Voz de Diamantina" e conhecedor da história da região, Joaquim Ribeiro Barbosa, o Quincas; o historiador diamantinense Erildo Antônio Nascimento, ex-secretário de Cultura e Turismo da cidade e ex-funcionário do IPHAN e; a atual diretora do Instituto Casa da Glória – gestão 2014-2016 – Mariana de Oliveira Lacerda. As entrevistas foram gravadas em formato de áudio e vídeo e a divulgação de seus resultados foi autorizada pelos entrevistados.

A Mulher por detrás da Cada da Glória

Nas diversas versões apresentadas pelos entrevistados, um nome apareceu como protagonista: Josefa Maria da Glória. Esta mulher, que viveu em Diamantina entre o final do século XVIII e início do século XIX, teve seu nome eternizado tanto na Casa, quanto na Rua da Glória. O motivo de tal homenagem deve-se ao fato de atribuírem à Josefa Maria da Glória a construção do sobrado à direita de quem sobre a rua. Este teria sido construído entre os anos de 1775 e 1780 e por lá a senhora residiu com seu marido e filhos até a primeira década do século XIX. À Josefa Maria da Glória também atribuem a posse de diversos bens e escravos, além de terrenos que hoje integram bairros da cidade de Diamantina, incluindo o bairro Glória. Não há documentação que comprove a sua posse à Casa da Glória. No seu inventário, que está localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, consta o patrimônio da família, mas não há menção sobre este prédio. O fato é que a população da cidade toma esta versão como a mais aceita e vê em Josefa Maria da Glória uma influente mulher que, após ficar viúva, tocou os negócios por conta própria.

Outras pessoas afirmam que Josefa Maria da Glória foi uma cafetina que se enriqueceu durante o período do garimpo dos diamantes no Arraial do Tijuco. Sobre esta versão há poucas menções. Uma hipótese que talvez explique o motivo de tal silêncio, é que Josefa Maria da Glória contribuía financeiramente com a Igreja Católica e, por ter seu nome espalhado pela cidade de Diamantina, viu-se como mais apropriado mantê-la com uma imagem virtuosa. Sobre isso, Dona Maria da Conceição Duarte Tibães, de 82 anos, afirma que:

As Irmãs [Vicentinas] viviam do lado direito de quem sobe a rua, num prédio que pertenceu a cafetina Maria da Glória, por isso a rua se chama "Rua da Glória". Essa cafetina se apoderou e fez aqui desse prédio [...] ela fez daqui o seu prostíbulo (TIBÃES, 2014).

A questão que se põe em relação à Josefa Maria da Glória, ainda sem respostas, refere-se a este poder que ela assumiu diante a população diamantinense. Uma mulher que, embora casada, não tenha grandes referências sobre o seu marido, e que ganhou grande destaque em pleno início do século XIX. De ampla importância pública, por repetidas referências ao seu nome em diversos espaços da cidade, Josefa Maria da Glória também apresentava influência política, como é descrito por Joaquim Felício dos Santos, na ocasião da visita do Governador da Província de Minas ao Arraial do Tijuco em 1801:

À noite um magnífico baile à custa do povo, por meio de uma subscrição foi oferecido ao Governador na casa denominada Glória, por pertencer a Dona Josefa Maria da Glória, e que deu nome à rua onde está situada. Era então um rico, lindo e majestoso edifício, como mostram suas quase-ruínas, com amenos jardins, chafarizes, tanques, bosques artificiais, alamedados com graça, labirintos de roseiras entrelaçadas: um dos melhores edifícios do Tijuco (SANTOS, 1976:195).

Este relato, publicado originalmente em 1868, ressalta a imponência e deslumbramento que o edifício da Casa da Glória despertava em seus visitantes, mesmo aparentando, à época, passar por uma má fase de conservação. Sobre Josefa Maria da Glória também é importante ressaltar que não há pinturas, ilustrações ou demais elementos iconográficos associadas à sua pessoa. E o fato do historiador Joaquim Felício dos Santos ter mencionado esta casa em seu livro, não comprova de quem era a sua posse, nem foram encontradas informações de como a mesma foi construída ou vendida.

De Casa de Josefa à Casa dos Intendentes do Diamante (1801-1822)

Falar sobre Diamantina no período colonial e imperial sem mencionar a atividade garimperia, principalmente a extração de diamantes, é ocultar parte significativa da história regional que nos permite compreender os seus aspectos econômicos, sociais e culturais até os dias de hoje.

O Arraial do Tijuco, como era conhecida a cidade de Diamantina no século XVIII, teve a sua fundação no ano de 1713 e sua povoação inicial está relacionada à riqueza aurífera. Grande número de pessoas foram atraídas pela descoberta do ouro na Comarca do Serro Frio e por ali estabeleceram-se com suas famílias. Porém, com a descoberta dos diamantes em 1729, houve uma ocupação ainda maior, que deu origem a diversos vilarejos e arraiais, além do rápido crescimento demográfico do Tijuco (Figura 02).



Figura 02: "Demarcação da Terra que produz Diamantes". Mapa de 1729 que apresenta os principais vilarejos, arraiais e bacias hidrográficas da região do Tijuco. Fonte: Lacerda, 2014b, volume 2, p. 6.

Parte significativa da população de Diamantina no século XVIII era formada por mineradores, garimpeiros, comerciantes e escravos (MARTINS, 2014). Uma dessas escravas, a Chica da Silva, se tornou um ícone na história brasileira por ter se relacionado com o rico contratador João Fernandes de Oliveira e atingido o ápice do destaque social, deslumbrando de grande poder e influência. Felício dos Santos (1976), demonstra não compreender tamanha paixão do contratador pela escrava ao ponto de solicitar sua liberação e realizar todos os seus desejos. Segundo o autor, ela não possuía graças, beleza, não tinha educação e nem atrativos (1976, p.124). Mas, mesmo assim, João Fernandes teve treze filhos com Chica e buscou satisfazer suas mais diversas vontades. Talvez as mais extravagantes tenham sido o "Mar da Chica", lago artificial construído na região de Diamantina para atender vontade da amada em navegar, e a luxuosa chácara em formato de castelo, localizada em uma área periférica do Tijuco. Sobre esta chácara, os entrevistados relatam que parte de seu material, após a demolição, foi utilizado na construção da Casa da Glória. Em visita à Casa é possível se deparar com duas pilastras que são atribuídas à chácara de Chica da Silva (Figura 03). No entanto, vale ressaltar, que não há nenhuma comprovação acerca da veracidade desta informação.



Figura 03: Pilastra atribuída à Chácara de Chica da Silva. Instituto Casa da Glória, 2015. Foto: Isabella Brandão Lara

Ainda no contexto do garimpo, para fiscalizar a exploração mineral em toda a

área de Demarcação Diamantina, foi criada em 1734 a Intendência dos Diamantes. Sua sede era localizada no Arraial do Tijuco e sua organização contava com um intendente, um contador, um fiscal e um escrivão (CA-MARGO, 2015). Segundo Saint-Hilaire (1974), o intendente era considerado um juiz, a quem compete o conhecimento dos delitos relativos ao contrabando de diamantes cometidos em toda a Província de Minas.

O poder do intendente é quase absoluto. Ele regulamenta à vontade tudo o que concerne ao trabalho das minas de diamantes, substitui ou suspende empregados, permite ou impede a entrada no Distrito, toma as medidas que julga convenientes para impedir o contrabando, dispõe da força militar, etc. A autoridade do intendente não se limita apenas ao que diz respeito aos diamantes; é ainda o encarregado do policiamento do seu distrito; é ao mesmo tempo administrador e juiz, e é preciso que para esta última qualidade tenha ele estudado jurisprudência (SAINT-HILLAIRE, 1974: 14).

De acordo com o historiador Erildo do Nascimento (2015), após o período de ocupação da Casa da Glória por Josefa Maria da Glória, o prédio tornou-se sede da Intendência dos diamantes. Nela morou o intendente Modesto Antônio Mayer entre os anos de 1801 e 1807, seguido por Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, até o ano de 1822. O intendente Câmara, como era conhecido, foi o primeiro intendente de nacionalidade brasileira e ganhou destaque e popularidade por abraçar as causas do povo (MACHADO FILHO, 1980).

A justiça era distribuída pelo Dr. Câmara, de modo paternal; ele não deixava protelar nenhum caso. Tanto quanto lhe era possível procurava abandonar as vãs formalidades, visando conciliar as partes e poupar-lhes gastos. Vivia entre os empregados e os habitantes do Tijuco como no meio de seus iguais. A gente do povo amava-o e, bastante afastada dele para poder cobiçar o seu lugar, ela era unânime em elogiá-lo (SAINT-HILLAIRE, 1974: 41).

Auguste Saint Hillaire foi um naturalista francês que esteve no Brasil entre os anos de 1816 a 1822. Seus relatos de viagens por Minas Gerais dão importante contribuição para a análise da sociedade, da arquitetura, da vegetação, das atividades comerciais do início do século XIX. Em certa parte de seu diário, Saint-Hilaire descreve que foi hospedado pelo intendente Câmara em sua residência, mas seu relato não deixa claro se o viajante se referia à Casa da Glória.

Após duas léguas chegamos enfim à capital do Distrito dos Diamantes. Como procediam a reparos no edifício da Intendência, o Sr. Câmara tinha sido obrigado a passar para uma casa que apenas dava para sua família. Fui então hospedado em um prédio outrora habitado pelos intendentes do distrito, mas as refeições eu ia fazer em casa do Sr. Câmara [...] A sede da intendência possui talvez a mais bela varanda que existe em toda a província. Essa casa possui um vasto cercado plantado de laranjeiras e jabuticabeiras. O solo fora trabalhado pelos mineradores e despojado de sua terra vegetal tornou-se de extrema esterilidade (SAINT-HILLAIRE, 1974: 27 e 29).

Dois outros personagens da História do Brasil que teriam sido atraídos pelos encantos da Casa da Glória foram Dom Pedro I e Dona Leopoldina. Segundo relatos, os recém-casados haveriam passado alguns dias de suas núpcias no casarão de Diamantina. Sobre isso, não há fontes que colaborem. Entretanto, há menção a uma celebração pelo casamento do príncipe no portal eletrônico da Secretaria do Estado de Turismo de Minas Gerais (2015) e no livro de Paulo Kruger Corrêa Mourão:

Em 1818, o Intendente Câmara comemorou nesta casa, durante seis dias, com excepcional pompa, os desposórios do Príncipe D. Pedro com a Arquiduquesa d'Áustria Dona Leopoldina, havendo iluminação especial e festividades de fazerem época na história do Tijuco. (MOURÃO, 1959, p.274).

Em nenhuma destas duas fontes pesquisadas há relatos da presença dos imperadores no Tijuco. Fica a dúvida se a possível comemoração teria sido uma homenagem isolada do Intendente Câmara ou um evento que contou com a presença dos nobres recém-casados. O fato é que a Casa da Glória, por ter sido sede da administração da Coroa Portuguesa em Minas Gerais e palco de eventos políticos e sociais, potencializa a sua importância na participação na história regional de Diamantina.

Entre o abandono e a Educação Religiosa (1822-1867)

O período entre os anos de 1822 e 1864 corresponde a uma fase de completo desconhecimento da história da Casa da Glória. Até o momento, não foram encontrados documentos, vestígios e relatos sobre a sua ocupação nas quatro décadas que seguiram após o fim das atividades como sede da Intendência dos Diamantes. Porém, em 1864, a Casa da Glória passou a ser posse do Bispado de Diamantina e foi indicada a ser residência do bispo D. João Antônio do Santos. Este, no entanto, destinou o prédio às obras assistenciais das Irmãs francesas da Congregação Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, que desde o ano de 1849 atuavam em Minas Gerais principalmente no campo da educação feminina. Ana Cristina Pereira Lage explica que o pensamento católico do século XIX embasou-se no movimento de ultramontanismo, ou seja, na expansão da Igreja Católica e na sua liberdade e independência do Estado. Este pensamento foi marcado pelo centralismo romano, o fechamento sobre si mesmo e a recusa do contato com novas ideias. Como principal instrumento de expansão deste novo discurso do catolicismo, estavam as mulheres. Segundo a pesquisadora, educar a mulher para a religião católica era formar agentes sociais de multiplicação da religião, uma vez que as mulheres são mais devotas e podem perpetuar a fé na família, através da educação dos filhos, e na sociedade ao redor (LAGE, 2008; 2013).

A Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo fazia parte deste movimento ultramarino de expansão do catolicismo. Elas se espalharam pelos quatro cantos do mundo, a fim de cumprirem os ideais propostos pela religião. No caso de Diamantina, a vinda das religiosas francesas teve como principal objetivo fundar o Colégio Nossa Senhora das Dores, que atuou na Casa da Glória por 102 anos.

Até este momento, na década de 1860, a Casa da Glória contava apenas com o casarão da direita de quem sobe a rua, construído no final do século XVIII. À esquerda, no entanto, encontrava-se uma edificação mais recente, já do século XIX, de propriedade de Rodrigo de Souza Reis. Sobre este senhor, quatro, dos seis entrevistados nesta pesquisa, mencionam que as atividades desenvolvidas por Rodrigo de Souza Reis eram conflituosas com as das religiosas. Alguns afirmam que ele era apenas um senhor boêmio. Outros, dizem que ali existia um prostíbulo.

O casarão do outro lado da rua pertencia a um senhor, particular, que promovia festas e que tinha um uso que era conflitante com o uso do colégio (LACERDA, 2014)

Do lado esquerdo, quem mandou construir foi um homem chamado Rodrigo de Souza Reis. E esse Rodrigo de Souza Reis fez este prédio para prostíbulo também. (TIBÃES, 2014)

Antigamente essas casas uma era dum século e outra era de outro, ne? Então que nessa casa de cá [*sinal para esquerda*], se eu não me engano, era um prostíbulo. E aí, com o tempo, as Irmãs compraram, não sei se a cafetina entrou em decadência e elas acabaram ocupando tudo isso aqui (BARBOSA, 2014).

Ao que parece, as atividades de Rodrigo de Souza Reis estavam incomodando as Irmãs do outro lado da rua. Segundo relatos dos moradores da cidade, diversas foram as tentativas de compra da casa boêmia, pelas religiosas, sem sucesso. Porém, em determinado momento, após algumas estratégias das Vicentinas, o dono do prostíbulo resolveu vender-lhes o prédio. Sobre isso, há uma controvérsia. Há quem diga que a negociação ocorreu antes da implantação do Colégio Nossa Senhora das Dores e há quem diga que houve a participação das alunas na presença pela venda:

As Vicentinas propuseram ao dono do bordel a compra do edifício. Como ele se recusou a fazer negócio, religiosas e alunas fizeram uma novena a Nossa Senhora das Dores, ao término da qual receberam, surpresas, a visita do proprietário interessado em vender seu imóvel, o que as Irmãs prontamente aceitaram. Para homenagear a Santa, o Colégio passou a ter o seu nome (MARTINS e MARTINS, 1993)

Não existia o colégio católico quando teve o prostíbulo. Pelo que indica, não. Lá foi doado para as Irmãs que estavam chegando e elas propuseram a compra do outro prédio, o que não foi aceito, o que prova que o negócio do senhor estava em alta, ne, porque ele não aceitou vender o outro pré-

dio. Agora, as Irmãs, para poderem ir contra as atividades do outro prédio, elas colocaram do outro lado da rua, na porta da casa delas, um São José iluminado a noite inteira com velas. Agora imagina, uma cidade igual Diamantina, igual todas cidades que não tinha luz elétrica, não tinha uma boa iluminação, uma pessoa chegar para uma casa boêmia e tendo que enfrentar na frente São José completamente iluminado de velas antes de entrar para as atividades boêmias da noite! Pelo que parece, essas religiosas elas quebraram o negócio que existia na frente e tempos depois o próprio dono do negócio atravessou a rua e vendeu o prédio pra elas (NASCIMENTO, 2015)

Martins (2014), explica que no campo dos valores, a prostituição sempre foi considerada uma ameaça à moralidade e aos bons costumes. Autoridades civis e religiosas preocupavam-se com o contágio das pessoas pela vida escandalosa das meretrizes e decretavam que a moral oficial era baseada nos valores cristãos. Assim, cabia às mulheres cuidar dos afazeres domésticos, honrar seu marido e educar a prole sobre os princípios religiosos. Estas seriam “treinadas” ao longo da vida familiar e escolar para serem boas mães e esposas, terem um comportamento irrepreensível, dócil e submisso.

Neste contexto, era inadmissível ter diante de uma instituição católica, um bordel. Após o esforço das religiosas, o prédio foi vendido, a área da Casa da Glória foi expandida e o Colégio Nossa Senhora das Dores foi então inaugurado no ano de 1867.

“Passa aquilo, passa isso, passo sobe o Passadiço” (1878)

O verso que intitula essa seção, é parte da música “Passadiço”, de Flávio Henrique Alves e Marcos Frederico (2015). Este passadiço, que inspira tantos poemas, pinturas, músicas, fotografias, foi uma das grandes obras feitas pelas Irmãs Vicentinas no Colégio Nossa Senhora das Dores, e serviu como símbolo da campanha “Diamantina Patrimônio Cultural da Humanidade” (1999).

A peculiaridade desta construção deve-se ao fato de ser um corredor suspenso, feito de madeira, que liga os dois prédios da Casa da Glória, sem precisar atravessar a rua (Figura 04). Sua construção está recheada de polêmicas e, parte delas, divide a cidade de Diamantina até os dias de hoje.

O passadiço foi construído no ano de 1878. A primeira polêmica a seu respeito refere-se à intencionalidade de sua construção. De acordo com uma Ata da Câmara Municipal de Diamantina, as religiosas solicitaram às competências a autorização para a construção de um corredor que permitiria a passagem das alunas, de um prédio ao outro, sem transtornos em períodos de chuva e durante o turno da noite.

O secretário deu conta do seguinte expediente: um ofício do excelentíssimo bispo diocesano solicitando licença para construir um passadiço sobre a rua da Glória. A comissão permanente leu com atenção o ofício, fazendo ver a esta câmara a inconveniência da comunicação dos dois edifícios do Colégio Nossa Senhora das Dores pela rua, principalmente durante a noite e na estação chuvosa. É de parecer que se nomeie uma comissão de que deve fazer parte o doutor engenheiro do distrito, afim de examinando com urgência o lugar e obra de que se trata, dê no parecer sobre a forma, altura, e material de que se deve fazer o mencionado passadiço, sem prejuízo ao público e ao embelezamento da rua. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 11 DE MARÇO DE 1878)

Embora sejam estas as intenções declaradas pelas religiosas, o historiador Erildo do Nascimento, em entrevista, afirma que, de certa forma, a construção do passadiço facilitou o transporte entre os imóveis da Casa da Glória, mas que o principal motivo de seu projeto era o de dificultar a proximidade entre as alunas e os rapazes da cidade de Diamantina, ou com qualquer “impureza” que pudesse tornar as jovens menos virtuosas. Nesta concepção, o passadiço passa a ser o próprio símbolo do modelo de educação que as Irmãs Vicentinas ofertavam: uma educação enclausurada, baseada na disciplina, nos valores e nos métodos da religião católica.



Figura 04: Vista interna do passadiço da Casa da Glória, Instituto Casa da Glória, 2015. Foto: Isabella Brandão Lara

Rondando as moças de boas famílias, havia um imenso mundo de desordem sexual e moral que a pregação da Igreja era incapaz de reformar na direção dos ideais católicos. Daí a necessidade de isolar, no lar ou na escola, as jovens moças para mantê-las puras e virtuosas. Os colégios internos foram uma boa solução para esse problema (MARTINS E MARTINS, 1993).

A segunda polêmica posta na construção do passadiço deve-se à sua semelhança com a Ponte dos Suspiros, de Veneza, na Itália. O passadiço europeu leva este nome por ligar dois lados de uma prisão e, através dele, o condenado atravessa pela última vez, antes de ser executado (NASCIMENTO, 2015). Esta conotação mórbida foi motivo de oposição de diversos diamantinenses à construção do passadiço da Casa da Glória.

A terceira crítica vem de um desses cidadãos, que chamava-se Herculano. O Comendador Cula, como era conhecido, foi considerado o maior adversário da criação do passadiço (BARBOSA, 2014; LACERDA, 2014; NASCIMENTO, 2015). Ele morava na Rua da Glória e se via completamente insatisfeito à ideia inovadora. Ele chegou, inclusive, a ir na Câmara Municipal de Diamantina protocolar uma reclamação, mas acabou não tendo o seu pedido deferido. O que levava à ira o Herculano, segundo relatos, eram seus rigorosos princípios. Dizia o Comendador que nunca atravessaria debaixo do passadiço da Casa da Glória para não passar sob as saias das alunas. Além disso, declarava que jamais se deve confiar em quem veste pela cabeça, ou seja, padres, advogados e mulheres. Segundo relatos, o Comendador nunca mais subiu a Rua da Glória. Ele passava por outro caminho, percorria um trajeto mais longo para chegar em casa, mas se recusava a ficar em um patamar inferior a de uma mulher.

A quarta e última questão, que se prolonga até a atualidade, refere-se à identidade do profissional responsável pelo projeto de construção do passadiço. Pela ausência de fontes documentais, parte dos moradores de Diamantina dizem que não conhecem ou não podem afirmar com precisão quem foi o construtor do passadiço da Casa da Glória. Outro grupo, nomeia o engenheiro Catão Jardim como idealizador. A terceira vertente, se não a mais aceita, sem dúvida, a mais divulgada, tem o nome de um artífice inglês como principal construtor. John Rose, ou João Rosa, como era chamado pelos brasileiros, teria vindo para Minas Gerais a convite de Dom Pedro II para trabalhar na Mina de Morro Velho. Quem relata esta história é a senhora Maria da Conceição Duarte Tibães, autora do livro sobre John Rose e viúva de um de seus bisnetos.

[A ideia] surgiu entre Pedro False, John Rose, as Irmãs e o Dom João Antonio dos Santos. Mas, para ser feito este passadiço, precisava da aprovação da prefeitura, que aconteceu. E o papel do Catão Jardim não foi de construtor, ele foi o fiscal, ele veio com a missão de fiscalizar se o passadiço era feito uma coisa sólida e se não ia atrapalhar a paisagem de Diamantina. (TIBÃES, 2014).

O italiano Pedro False seria o responsável pela cobertura do passadiço, que não é composta por telha, mas por folha de flandres. John Rose, o construtor, teria projetado diversos outros edifícios de Diamantina, como a Santa Casa de Misericórdia e a Capela do Hospital (TIBÃES, 2014), além do Seminário Episcopal, o edifício do Fórum (antes, Casa de Cadeia) e o vilarejo de Biribiri (LEMOS, 2006).

Embora esta versão da história seja amplamente difundida, ela convive com, pelo menos, duas outras já mencionadas. Contudo, não há dúvidas da presença de John Rose em Diamantina e do seu trabalho como atífice, arquiteto, pedreiro e carpinteiro. Richard Burton, outro viajante que passou pelas terras Diamantinas no século XIX, relata:

Na noite do meu primeiro dia em Diamantina, estive em casa de John Rose, um inglês de Cornualha, originalmente mineiro de Morro Velho, depois Minerador de Diamante, carpinteiro, pedreiro e arquiteto. Seu último emprego fora no palácio do bispo. Graças a sobriedade e o bom comportamento, ajuntara cerca de £5.000 e agora podia gozar amplamente seu gosto pela independência, em palavras e ações (BURTON, 1977: 89).

O único texto encontrado que menciona esta história, foi escrito por Celina Borges Lemos (2006), professora da Escola de Arquitetura da UFMG. A metodologia utilizada pela pesquisadora para descrever os possíveis

feitos de John Rose foi uma entrevista com a mesma senhora aqui entrevistada, Maria da Conceição Duarte Tibães. Porém, a meu ver, ainda é necessário maior investimento em pesquisa para se afirmar quem é o responsável pelo nascimento do passadiço. **Colégio Nossa Senhora das Dores: Um século de atuação na Casa da Glória (1867-1969)**

O Colégio Nossa Senhora das Dores atuou na Casa da Glória entre os anos de 1867 e 1969. Este cumpria o ideal de educação feminina esperado para a época: formava boas mães de família e eficientes donas de casa (MARTINS E MARTINS, 1993). Com aulas dirigidas ao 1º e 2º graus, o currículo dos primeiros anos de funcionamento contava com aulas de Língua Francesa, Doutrina Cristã, Costura e Bordados, História Sagrada e Profana (ASANO, 2002). Por tamanho refinamento, o colégio atraía alunas de todo o norte e nordeste do estado de Minas Gerais e do sul da Bahia e, embora ofertasse ensino gratuito para jovens órfãs, seu principal público era de moças pagantes, membros de famílias abastadas.

O público do Colégio Nossa Senhora das Dores era dividido em quatro modalidades: as internas, as externas, as semi-internas e as órfãs (LEÃO, 2014). Internas eram as alunas que moravam no colégio por todo o ano letivo. As externas, eram moradoras da cidade e frequentavam somente as aulas no período da manhã. As semi-internas também residiam na região, mas permaneciam nas dependências do colégio até o fim da tarde. Já as órfãs moravam no colégio, em uma ala separada das alunas pagantes, com quem não podiam ter o menor contato. Tinham o mesmo acesso à educação e alimentação das demais, mas deveriam “pagar” as religiosas através da prestação de serviços domésticos.

Por esta ampla audiência, a estrutura física do colégio contava com diversos alojamentos para alunas, salas de aulas variadas, refeitório, biblioteca, laboratórios, capela, pátio, lavanderia, pomar, parlatório, sala de visitas, quartos para as Irmãs, adega e setor administrativo.

Era característico do Colégio Nossa Senhora das Dores a disciplina rígida, o confinamento, longos e repetidos momentos de rezas, regras de silêncio e fila, além de punições. Os princípios da educação feminina nesta época, como já foi dito, exigia muita severidade, vigia e controle (LEÃO, 2014. ABBAS, 214).

Sobre o passadiço, as duas ex-alunas entrevistadas demonstram ter grande apreço por ele. Elas relatam que passavam diariamente pelo passadiço para acessar a capela, que ficava do outro lado da Rua da Glória. Porém, a questão que mais repetem, é a vontade de olhar a paisagem através de suas janelinhas, ação que não era permitida:

Aquele passadiço que a gente ia pra igreja, que a gente passava, nossa, a gente ficava doida pra olhar aquelas janelinhas pra ver se via rapaz, pra falar a verdade. A gente queria ver algum rapaz. Nós não viamos nada, nossa, a gente não podia nem olhar pros lados não. [...] As Irmãs não gostavam que a gente olhasse... não podia nem parar para olhar, não, tinha que passar direto. (LEÃO, 2014).



Figura 05: Vista interna da Casa da Glória. Acervo do Instituto Casa da Glória. Data provável: 1960-1970. Autor desconhecido.

Ele era assim... ele tem as janelas, meia janela de vidro, e elas passavam uma tinta, uma coisa pra gente não enxergar. Branco, né? Passava e a gente não enxergava... as meninas iam com o frizete, raspavam pra poder enxergar lá embaixo (ABBAS, 2014).

Para manter ainda mais o isolamento das alunas, as religiosas pintavam os vidros das janelas para que não houvesse contato algum com o mundo externo, mesmo que este fosse apenas visual. Com o passar das décadas, a Casa da Glória sofreu sérios problemas estruturais que a levou para uma situação de amplo comprometimento do seu patrimônio (Figura 05).

Grande foi o esforço das religiosas para angariar recursos financeiros e apoio de órgãos estatais, a fim de restaurar o prédio da Casa da Glória e fazer sua manutenção.

Há alguns meses escrevi para o Sr. Diretor do Patrimônio, no Rio de Janeiro, contando a nossa situação e pedindo recursos para pintar o nosso prédio tombado. Faz 100 anos agora em julho que o colégio funciona em Diamantina e queremos comemorar o centenário de um modo digno de suas tradições. [...] Por favor, não despreze o nosso pedido. Não estamos em condição de fazer gastos, nosso Orfanato é numeroso e que entra e sai com roupas e alimentação. (CARTA DE IRMÃ GUIMARÃES. DIAMANTINA, 04 DE ABRIL DE 1967).

Já pedimos aos Srs. Diretores do Patrimônio Histórico e não alcançamos respostas. A casa é tombada pelo Patrimônio e é este, sr. Presidente, o pedido que dirijo a V. Exa.: uma ordem para os senhores diretores do Patrimônio, para que eles não deixem cair a casa. (CARTA DE IRMÃ LOURDES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ERNESTO GEISEL. DIAMANTINA, 19 DE SETEMBRO DE 1977)

Como foi demonstrado nos recortes de cartas apresentado acima, durante muitos anos as Irmãs Vicentinas uniram forças para tentar preservar o prédio. Tal pedido não foi atendido, o que levou as gestoras da instituição a construir nova sede, na mesma rua, poucos metros acima da Casa da Glória.

Na década de 1970, a Casa da Glória foi vendida para o Ministério da Educação, que providenciou sua completa restauração junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e desde então alí funciona o Instituto Eschwege de Geociências, ligado à Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Cultural Casa da Glória.

A Casa da Glória hoje é aberta ao público, com entrada gratuita, que pode usufruir do seu espaço para relembrar parte da história de Diamantina.

Considerações Finais

Através do rico acervo de histórias que envolvem a Casa da Glória, é possível mensurar a sua importância para a cidade de Diamantina. Além de se portarem como guardiões do imóvel, a população do município toma este lugar como ponto de encontro de festas religiosas, como a do Rosário e a do Divino, como sede de festivais de inverno, congressos, seminários e sede de trabalhos de campo de estudantes e pesquisadores.

Não é a toa que, por iniciativa popular, a Casa da Glória foi escolhida como símbolo da campanha "Diamantina Patrimônio Cultural da Humanidade", que levou ao seu tombamento internacional pela UNESCO no ano de 1999.

Paralelamente, para a historiografia de Minas Gerais, a Casa da Glória representa o próprio povo mineiro: ora sagrada, ora profana, ora envolvida na política e economia, ora se misturando as festas e representações culturais. Assim, conhecer mais de sua história contribui não só para a preservação de seu bem material, mas reforça a identidade de seus aspectos arquitetônicos e culturais que dão rica contribuição para a paisagem de Diamantina.

REFERÊNCIAS

- ABBAS, América. Diamantina, Minas Gerais, 08 de julho de 2014. Entrevista concedida a Isabella Brandão Lara.
- ASANO, S. N. . Vigiai e Oraí: a Associação das Filhas de Maria e a preparação das mulheres para a missão de 'guardiãs naturais da moral e da religião'. In: V Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília, 1999, Brasília. Anais do V Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. Brasília: EdUnB, 1999. p. 234.
- ASANO, S. N. . Colégio Nossa Senhora das Dores e a formação de piedosas Filhas de Maria, dedicadas professoras e perfeitas esposas. In: II Congresso Brasileiro: História, Memória da Educação Brasileira, 2002, Natal. Anais do II Congresso Brasileiro: História e Memória da Educação Brasileira. Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.
- BARBOSA, Joaquim Ribeiro. Diamantina, Minas Gerais, 08 de julho de 2014. Entrevista concedida a Isabella Brandão Lara.
- BURTON, Richard Francis. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- CAMARGO, Angélica Ricci. **Intendência dos Diamantes**. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3987>. Acesso dia 29 de abril de 2015.
- LACERDA, Mariana de Oliveira. Diamantina, Minas Gerais, 06 de julho de 2014. Entrevista concedida a Isabella Brandão Lara.
- LACERDA, Mariana de Oliveira. **Paisagem da Terra dos Diamantes: passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva**. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, vol. 2, 2014b.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Pedagogia vicentina: as primeiras escolas confessionais femininas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX (Mariana e Diamantina). In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: UFSE, 2008.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas: Particularidades Políticas e Religiosas da Educação Confessional em Mariana e Lisboa Oitocentistas. Jundiaí: Paco Editorial. 2013. 217p.
- LEÃO, Aparecida. Diamantina, Minas Gerais, 07 de julho de 2014. Entrevista concedida a Isabella Brandão Lara.
- LEMOES, Celina Borges . Diamantina e sua arquitetura nos contextos da formação do arraial e consolidação da vida: registros e manifestos da modernidade na paisagem cultural entre os séculos XVIII e XIX. In: Anais XIII Seminário sobre Economia mineira 2006. Diamantina: CEDEPLAR/FACE, 2006. p. 72-93.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco Cidade Diamantina**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. 431 p.
- MARTINS, Júnia M. Lopes; MARTINS Marcos Lobato. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940). In: **Revista Educação**. Belo Horizonte: s/e, nº17, junho, 1993.
- MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo do Império**. Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.
- NASCIMENTO, ERILDO. Diamantina, Minas Gerais, 19 de janeiro de 2015. Entrevista concedida a Isabella Brandão Lara.
- TIBÃES, Maria da Conceição Duarte. Diamantina, Minas Gerais, 07 de julho de 2014. Entrevista Concedida a Isabella Brandão Lara.
- SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974. 233 p.
- SANTOS, Joaquim Felício. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte:Itatiaia. 4ªed. 1976. 338p.
- SECRETARIA DO ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS. **Diamantina**. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/component/content/article/41/368-diamantina>. Acesso em 22 de abril de 2015.
- SILVEIRA, Carlos Eduardo et al. Caminhos do turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012**
- W4 FILMES. Ouço Passos no Passadiço. Direção Isabella Brandão e Leandro Wenceslau. (35min).Belo Horizonte: 2015.

DOCUMENTOS:

- Ata da Câmara Municipal de Diamantina**. 11 de março de 1878. Câmara Municipal de Diamantina
- Carta de Irmã Guimarães ao Diretor do IPHAN**. Diamantina, 04 de abril de 1967. Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Carta de Irmã Lourdes ao Presidente da República Ernesto Geisel**. Diamantina, 19 de setembro de 1977. Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Inventário de Josefa Maria da Glória** – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

VINTE ANOS DA LEI ROBIN HOOD: UM BALANÇO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MINAS GERAIS

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1568>

Helaine Nolasco Queiroz

Doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais
heaineq@hotmail.com



Recebido em: 20/05/2015 – Aceito em 23/06/2015

Resumo: O presente texto busca discutir o impacto causado na preservação do patrimônio cultural mineiro pela lei nº 12.040, de 1995, conhecida como Lei Robin Hood ou Lei do ICMS que, em 2015, completa vinte anos de vigência. Ele partiu das reflexões apresentadas no *XIX Simpósio Regional da ANPUH*, realizado em Juiz de Fora em 2014, cujo tema foi *Profissão historiador: formação e mercado de trabalho*, e mostrou-se digno de maior divulgação e publicação pela atualidade e relevância do tema. O objetivo é conjecturar sobre as mudanças trazidas pela lei na preservação do patrimônio de Minas Gerais tanto no órgão fiscalizador da preservação no estado quanto nos municípios que aderiram à lei e, ainda, na atuação profissional dos que se dedicam à área.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, ICMS cultural, Lei Robin Hood, Minas Gerais, IEPHA/MG

Abstract: This text intends to discuss the impact caused in the Cultural Heritage of Minas Gerais (Brazil) by the Robin Wood Law, or Law of the ICMS, that completes 20 years of existence in 2015. The idea received an explanation in the *XIX Regional Simposion of ANPUH* that took place in Juiz de Fora (Minas Gerais, Brazil) in 2014. The theme of the simposium was *The profession of historian: superior education and work marketing* and it showed the actuality and the relevance of deeper discussions about the subject. The purpose of the article is to reflect about the changes brought by the law in the cultural heritage preservation in Minas Gerais, in the organ that inspects the application of the law, in the cities that gain the ressourceers of the law and in the actuation of the professionals of the area.

Keywords: Cultural Heritage, ICMS Law, Robin Hood Law, Minas Gerais (Brazil), IEPHA

A Lei Robin Hood e a descentralização nas ações de preservação em Minas Gerais

A lei nº 12.040, de 1995, conhecida como Lei do ICMS ou Lei Robin Hood foi criada no estado de Minas Gerais no contexto da descentralização administrativa e da autonomia política e fiscal pretendidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Em seu artigo 158, a Carta Magna do país prevê que os municípios detenham porcentagens devidas de receitas diversas, dentre elas, 25% “do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”¹, o chamado ICMS. Essa receita municipal deve, segundo o mesmo artigo, ser creditada, conforme a “proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios”, correspondente a três quartos do montante, e o restante de acordo com o que dispuser a lei estadual ou do território.

Em Minas Gerais, as discussões ao que se refere à exigência do texto constitucional se iniciaram logo após a aprovação do mesmo, materializando-se no Decreto-Lei 32.771, de julho de 1991, em que a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios observava três critérios: o Valor Adicionado Fiscal (VAF), os Municípios Mineradores e a Compensação Financeira por Desmembramento de Distrito. Tal distribuição cau-

¹BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Art. 158.

sava um alto grau de concentração de recursos nos municípios mais desenvolvidos e mais ativos economicamente, e conseqüentemente, possuidores do maior volume de VAF. A insatisfação com o Decreto gerou a tramitação do Projeto de Lei PL 586, de 1995 que, no mesmo ano, transformou-se na Lei 12.040, de 28 de dezembro, chamada "Lei Robin Hood" em razão do seu caráter distributivo mais justo. Segundo Karine de Arimatéria, tratou-se de uma "ação pioneira no Brasil na descentralização de políticas de proteção, ao combinar a autonomia dos entes federados (Município e Estado) com a coordenação necessária para sua implementação no âmbito municipal."²

Segundo o Artigo 1º da Lei, a parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios deveria ser creditada conforme critérios diversos: VAF, área geográfica, população, população dos cinquenta municípios mais populosos, educação, produção de alimentos, patrimônio cultural, meio ambiente, saúde, receita própria, cota-mínima, municípios mineradores e compensação financeira por emancipação de distrito. O critério Patrimônio Cultural seria embasado na "relação percentual entre o índice de Patrimônio Cultural do Município e o somatório dos índices para todos os municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (...) que fará publicar, até o dia 30 de abril de cada ano, os dados apurados relativos ao ano civil imediatamente anterior."³ O Anexo III da lei apontava os critérios relativos ao patrimônio cultural a serem avaliados: cidade ou distritos com seu núcleo histórico urbano tombado no nível federal ou estadual; somatória dos conjuntos urbanos ou paisagísticos, localizados em zonas urbanas ou rurais, tombados no nível federal ou estadual; bens imóveis tombados isoladamente no nível federal ou estadual, incluídos os seus respectivos acervos de bens móveis, quando houver; bens móveis tombados isoladamente no nível federal ou estadual; cidades ou distritos com seu núcleo histórico urbano tombado no nível municipal; somatória dos conjuntos urbanos ou paisagísticos, localizados em zonas urbanas ou rurais, tombados no nível municipal; bens imóveis tombados isoladamente no nível municipal, incluídos os seus respectivos acervos de bens móveis, quando houver; bens móveis tombados isoladamente no nível municipal e; existência de planejamento e de política municipal de proteção do patrimônio cultural. Manifestava-se, portanto, o caráter tradicionalista da ideia de preservação ao se dar ênfase unicamente ao tombamento como instrumento de proteção dos bens culturais mineiros. Além disso, havia uma grande gradação na importância dos tombamentos no que se referia ao seu nível, sendo o tombamento de um bem na esfera federal ou estadual até quatro vezes mais pontuado que o mesmo tipo no nível municipal. A noção de "planejamento e política de proteção do patrimônio cultural", por seu turno, era vaga, o que o órgão fiscalizador tentou especificar por meio de resoluções e deliberações normativas.

Em 1996, houve a primeira modificação no texto legal. A Lei 12.428, de 27 de dezembro, operou mudanças nos critérios adotados relacionados à temporalidade de incentivos, à criação de índice especial para os Municípios emancipados em 1995 e à metodologia de cálculos dos índices. Outras modificações se seguiram, com a Lei 12.734, de 30 de dezembro de 1997, a Lei 12.970, de 27 de julho de 1998 e a Lei 13.766, de 30 de novembro de 2000. A Lei 13.803, de 27 de dezembro de 2000, por sua vez, revogou e substituiu as normas anteriores, mantendo os critérios e modificando os pesos, tal como o critério patrimônio cultural, que teve seu peso aumentado de 0,33% para 1% dos 25% devidos. A lei de 2000 também procurou pensar em algumas questões relativas aos tombamentos e às políticas municipais de preservação, que deveriam ser atestados pelo IEPHA de que estavam "sendo realizados conforme a técnica e a metodologia adequadas", de que possuíam "política de preservação de patrimônio cultural, devidamente respaldada" e de que tinham "efetiva atuação na preservação dos seus bens culturais".

²ARIMATEIA. O ICMS cultural como estratégia de indução para a descentralização de políticas de patrimônio cultural. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p. 165-201, jan./jun. 2010. P. 173.

³MINAS GERAIS. Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, e dá outras providências.

Finalmente, uma última modificação foi feita, com a publicação da Lei 18.030, de 12 de janeiro de 2009. Nessa norma, alguns critérios para creditação do ICMS foram acrescidos, tais como recursos hídricos, municípios-sede de estabelecimentos penitenciários, esportes, turismo, ICMS solidário e mínimo *per capita*, enquanto o critério relativo à emancipação foi suprimido, dentre outras mudanças. O percentual do critério patrimônio cultural se manteve em 01. Houve modificações em relação aos prazos pela publicação, pelo IEPHA, dos dados para o cálculo da relação percentual, prevendo-se duas publicações de índices: um provisório, com vistas a possibilitar a interposição de recurso pelos municípios; e outro definitivo. Por fim, outros critérios relativos ao patrimônio cultural foram contemplados, como: Registro de Bens Imateriais; Educação Patrimonial; Inventário de proteção do patrimônio cultural elaborado pelo município e; criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

Nesta lei, que vem vigorando até o momento, é possível observar uma maior valorização do critério patrimônio cultural em relação à primeira norma legislativa, além da percepção, por parte do legislador, que o instrumento de tombamento não deve ser o único a ser contemplado no caso das políticas de preservação. Assim, o Registro é valorizado na nova norma (quantitativamente, mas sem gradação quanto ao nível federal, estadual ou municipal), como também o instrumento do Inventário, em menor escala. São exigidos, ainda, mecanismos mais eficazes para a preservação dos bens culturais, especialmente a prática de um programa de educação patrimonial e a criação de um Fundo do Patrimônio Cultural.

A Lei Robin Hood afetou a política de preservação do patrimônio de Minas Gerais em vários aspectos. Aumentou as ações de preservação ao demandar dos municípios sua realização e expandiu o mercado de trabalho, pela necessidade de profissionais nas prefeituras e nas empresas prestadoras de consultoria aos municípios, inaugurando uma dinâmica distinta de trabalho para historiadores, arquitetos e outros profissionais dedicados à área. Trouxe modificações no próprio órgão estadual responsável pela fiscalização das ações de proteção, onde foi criado um grande banco de dados sobre os municípios mineiros. O objetivo deste artigo é perceber tanto os avanços quanto os pontos em que a lei não conseguiu progredir no que se refere a uma real preservação dos bens culturais em Minas Gerais

O IEPHA e as mudanças advindas com a Lei Robin Hood

As mudanças trazidas pela Lei Robin Hood afetaram, inicialmente, o próprio órgão de preservação estadual. A criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) apenas na década de 1970 já demonstra a demora na descentralização das políticas de preservação do patrimônio no Brasil que, até então, resumiam-se ao âmbito federal. Se documentos como o *Compromisso de Salvador* e o *Compromisso de Brasília*⁴, ambos do início da década de 1970, já propunham uma descentralização das ações de preservação de bens culturais pela criação de órgãos estaduais de proteção, com a Lei Robin Hood, a descentralização visava finalmente atingir o nível municipal, ao menos em Minas Gerais.

Para dar conta dos encargos advindos da lei, foi incumbido ao IEPHA a avaliação das ações e a publicação do Índice do Patrimônio Cultural (PPC), dado pela relação percentual entre o somatório das notas do município e o somatório das notas do conjunto de municípios. Posteriormente, passou a ser incumbência da Fundação João Pinheiro a publicação dessas notas, cabendo ao IEPHA apenas o cálculo das mesmas.

A princípio, as demandas advindas com a lei foram avaliadas na chamada Superintendência de Proteção, responsável, dentre outras ações, pela elaboração dos pro-

⁴CURY, Isabella. Cartas patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

cessos de tombamento estaduais. Em 2000, passaram à Superintendência de Desenvolvimento e Promoção, com atribuições específicas para a análise dos documentos relativos ao ICMS. Em 2007, com a reorganização do organograma institucional do IEPHA, criou-se a Diretoria de Promoção, cuja finalidade é promover o assessoramento aos municípios no desenvolvimento, implantação e execução de política municipal de proteção dos bens culturais, ficando dividida em três setores: Gerência de Cooperação Municipal; Gerência de Difusão e; Gerência de Documentação e Informação. A primeira é a que mais se dedica às tarefas associadas à Lei Robin Hood, ao coordenar programas e realizar a cooperação municipal. Ela assessora os municípios no planejamento e execução da política, recebe, protocola, instrui e analisa os processos de incentivo fiscal, pesquisa e desenvolve metodologia de cooperação intergovernamental e incentiva a formação de arranjos intermunicipais. A Gerência de Difusão, por seu turno, realiza o planejamento e a execução de programas de divulgação e promoção dos bens culturais, como a educação patrimonial, distribui material promocional e educativo sobre os bens culturais e sua preservação, propõe, planeja e coordena a execução de eventos (seminários, fóruns, cursos) para formação e treinamento de agentes envolvidos com a proteção. Por fim, a Gerência de Documentação e Informação reúne e cataloga informações documentais e bibliográficas referentes ao patrimônio cultural do estado, organizando e disponibilizando para pesquisa os documentos e materiais produzidos ou armazenados pelo IEPHA. Além de publicações diversas, recebe, anualmente, para arquivamento, toda a produção enviada pelos municípios, constando, atualmente grande porcentagem do acervo documental da instituição. Criou-se um grande banco de dados no IEPHA, formado pela documentação enviada pelos municípios que requerem os benefícios da lei, que serve à pesquisa histórica e preenche, muitas vezes, as lacunas sobre a trajetória histórica de pequenas cidades que não tinham, até então, registros sobre sua própria história local. Essa documentação é pesquisada pelo Ministério Público, por estudantes de graduação e pós-graduação, entre outros públicos, havendo casos em que a documentação de determinado município se encontra no arquivo do IEPHA, mas não no próprio município. Sua concentração num único local também é facilitadora das pesquisas sobre a história de Minas Gerais.

Para dar conta dos critérios distributivos relativos à Lei, o IEPHA publicou, entre 1996 e 2015, onze Resoluções e Deliberações Normativas, que mostram a evolução das exigências do órgão estadual no que concerne à aplicação da lei. A primeira Resolução, 01/1996, é um documento relativamente simples, que exige determinados documentos dos municípios para comprovar a preservação de seus bens culturais relativos aos anos de 1997, 1998 e 1999. O que se percebe é uma cobrança gradativa de ações por parte do IEPHA, que começa exigindo uma “legislação que disponha sobre a política cultural do município”, uma “equipe técnica necessária à execução de sua política de preservação” e a comprovação dos tombamentos existentes através de uma série de documentos (entre eles plantas, perímetro de tombamento e histórico do bem e do município), e prevê o aumento das exigências, abarcando a criação de um Conselho Municipal de Cultura e a apresentação de Inventários e de Laudos de Estado de Conservação para bens tombados. No ano seguinte foi publicada a Resolução 01/1997, que, de forma semelhante à anterior, atribuiu critérios a serem seguidos para os anos de 1998, 1999 e 2000. A grande diferença pode ser vista no reconhecimento de sítios arqueológicos, que receberam, automaticamente, pontuação como os tombamentos.

A Resolução 01/2000 apresenta melhoramentos consideráveis na estrutura metodológica exigida pelo IEPHA, “indicando um papel mais ostensivo do estado na indução da política em relação às condições de elegibilidade por parte dos municípios”⁵. Quadros são criados de forma a especificar e esclarecer a metodologia para cada atri-

⁵ARIMATEIA. Op. cit. p. 189.

buto exigido e formas de apresentação do trabalho são estipuladas em relatório. Cada quadro é relativo a uma determinada ação, sendo avaliados: Dossiês de Tombamentos e Laudos (I); Inventários (II), Ações de proteção e investimentos (III); e Planejamento e Política Cultural (IV). Tais mudanças são analisadas por Karine de Arimateia:

Para o atributo Política Cultural Local (PCL), exigiu-se a criação de um departamento responsável pela condução da política e a presença de um arquiteto no quadro de funcionários para Municípios com menos de 20 mil habitantes. Este último ponto foi muito questionado pelos envolvidos com a política municipal, em função da escassez dessa categoria de profissional em Municípios pequenos. Os debates provocaram a extinção do item na deliberação seguinte. O item inventário (quadro II) foi adicionado ao atributo tombamento, questão também reavaliada no documento seguinte, em função da falta de relação entre eles. Um dos itens também criticado (...) foi a exigência de comprovação de investimentos em bens e atividades culturais (quadro III) de, no mínimo, 80% da verba recebida, item também invalidado no documento seguinte.⁶

O IEPHA publicou, a partir de então, Deliberações Normativas diversas. Em 2002 foram duas: 01/2002, em janeiro, e 02/2002, em agosto, que estipularam as diretrizes para os anos de 2003 e 2004, respectivamente. O maior diferencial das mesmas em relação à Resolução 01/2000, além das apontadas por Arimateia, foi apresentar um quinto quadro que dispõe sobre a forma de apresentação da documentação a ser encaminhada. As duas avançam ao exigir dossiês de tombamento para os sítios arqueológicos, antes pontuados automaticamente. A segunda trata, ainda, da Educação Patrimonial e de vistorias em bens tombados.

Em 2004 foi lançada a Deliberação Normativa 01/2004, que inverteu o conteúdo dos quadros I a IV e eliminou o quadro V, transformando-o em um anexo sobre a apresentação dos conteúdos. O quadro III passou a exigir um plano de prevenção contra incêndio e furto para bens tombados, além de vistorias trimestrais nos mesmos. No ano seguinte, a Deliberação Normativa 01/2005, a que vigorou por mais tempo, manteve a organização dos quadros, estabeleceu que a Educação Patrimonial deveria ser analisada no Quadro I (PCL) e acrescentou, no Quadro III, a exigência de um relatório de vistoria de bens tombados.

Em 2007 parte das decisões do IEPHA passaram a ser submetidas ao Conselho do Patrimônio Histórico (CONEP), e com isso a instituição perdeu parte de sua autonomia deliberativa e política. Dois anos depois foi publicada a Lei 18.030 e o IEPHA precisou se adaptar às novas exigências advindas da norma jurídica, o que levou à elaboração de outra deliberação para abarcar as novas atribuições. A Deliberação Normativa 01/2009 estipulou sete quadros para pontuação, mantendo os quatro anteriores e acrescentando outros três, relativos à Educação Patrimonial, ao Registro de Bens Imateriais e ao Fundo de Preservação do Patrimônio. Educação Patrimonial passou a avaliar diversos itens de forma alternada em biênios: o preparo de um Projeto de Educação Patrimonial, no primeiro ano, e os relatórios de sua execução, no segundo. Para o Registro de Bens Imateriais passou a ser exigido, no primeiro ano de publicação, um dossiê seguindo parte da metodologia para bens tombados e, nos anos seguintes, um relatório contendo "identificação de problemas ou fatores dificultadores, soluções, mudanças" e "descrição da implementação das medidas de salvaguarda e valorização". O Fundo de Preservação, por seu turno, foi avaliado conforme a legislação de criação e conforme a gestão dos recursos. Nesse caso, o município passou a ter que

⁶ ARIMATEIA. Op. cit. p. 190.

investir 50% do valor total dos recursos recebidos do ICMS Patrimônio Cultural no ano anterior, exclusivamente, em bens culturais protegidos (tombados, inventariados ou registrados).

Em 2011, surgiu nova regulamentação de critérios, que obrigou os municípios a enviarem sua documentação nas formas impressa e digital, e também a disponibilizem de forma completa (desde atas do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, até inventários e dossiês) em um site eletrônico ou em outro meio para dar publicidade às ações. Também foi adotada uma padronização nos pedidos de recurso, que passaram a ser feitos em formulários disponíveis no site do IEPHA. O Instituto propôs um projeto de Educação Patrimonial, o Projeto Educar, de adesão facultativa pelos municípios, e criou a Rodada do ICMS Patrimônio Cultural, evento dedicado a receber os gerentes municipais responsáveis pela implementação da política de patrimônio cultural para esclarecimento de dúvidas relativas ao trabalho em desenvolvimento no ano da ação e preservação e sobre a forma da documentação.

Nesse período, a diretoria de Promoção passou por mudanças em sua direção, fato inédito desde a criação da lei do ICMS, quando as ações relativas a essa política estiveram sempre associadas à liderança de um mesmo servidor da casa. Foram lançadas, em 2012, duas novas Deliberações, relativas ao ano de 2014 e de 2015. A primeira solicitou, dentre outras exigências, que apenas determinadas informações relativas ao PCL estivessem disponíveis no site do município, caso existente. Em caso contrário, foi solicitada uma declaração assinada pelo prefeito indicando os meios de publicidade adotados pelo município.

Atualmente a metodologia adotada pelo IEPHA é regulamentada pela Deliberação Normativa 02/2012, relativa ao exercício 2015, perfazendo 72 páginas, que estabelece seis quadros de Pontuação: Quadro I – Existência de Planejamento de Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações (PCL – 4 pontos); Quadro II – Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural (INV – 2 pontos); Quadro III – Tombamentos; Quadro IV – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FUN – 3 pontos); Quadro V – Educação Patrimonial Municipal (EP – 2 pontos); e Quadro VI – Registro de Bens Imateriais em Nível Federal, Estadual e Municipal. O Quadro VII da deliberação anterior é suprimido, passando a perfazer o Quadro IV que, por sua vez, muda de denominação já que, a partir daí, todas as ações de investimento em bens culturais devem se dar via Fundo Municipal. A criação e manutenção do Fundo Municipal é uma das modificações mais importantes introduzidas pelo IEPHA e visa incentivar os municípios a investir monetariamente na preservação do patrimônio, dada a não obrigatoriedade legal de aplicação dos recursos recebidos na proteção do patrimônio cultural. A pontuação dos quadros III e VI, por seu turno, é dada pela Lei 18.030/09.

O que se percebe da análise dos documentos publicados pelo IEPHA desde 1996 é uma evolução dos critérios a serem pontuados, com avanços, eventuais retrocessos e aumento progressivo das exigências. A documentação a ser enviada pelos municípios é bastante grande e deve ser padronizada, seguir normas da ABNT, possuir uma lógica divisória em pastas/quadros (o que ajuda no arquivamento) e apresentar rubricas e assinaturas de prefeitos, conselheiros e técnicos responsáveis pelas execuções. O que se nota é uma interdependência de quadros, obrigando os municípios a atuar em diversos sentidos para a preservação. Os municípios não são pontuados, por exemplo, entre os quadros II e VI se não comprovarem a existência e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Tombamentos e Registros são avaliados de acordo com a criação e a manutenção do Fundo Municipal de Proteção. Ou seja, não basta o município investir somente em uma espécie de ação, como o tombamento, por exemplo, para ganhar a pontuação. A preservação deve ser dar de forma ampla, contemplando desde projetos de educação patrimonial até investimentos em bens tombados.

A política de descentralização da proteção patrimonial e os municípios

A adesão dos municípios à Lei Robin Hood foi progressiva. A publicação do texto legislativo no final de 1995 não permitiu “tempo hábil para a elaboração da regulamentação das normas para a adesão dos Municípios” e a pontuação referente a 1995 “foi atribuída automaticamente aos municípios que possuíam em seus territórios bens tombados nos âmbitos federal e estadual, visto que a Lei Robin Hood assegurava aquele critério”⁷, o que resul-

tou em 106 municípios contemplados mas não necessariamente aderentes. Com a regulamentação, houve uma baixa adesão inicial que, segundo Karine de Arimatéia, “pode ser atribuída à falta de conhecimento do tema por parte da administração municipal”⁷ A adesão passou a aumentar a partir daí, crescendo mesmo com a progressiva exigência do IEPHA com relação à documentação a ser enviada.

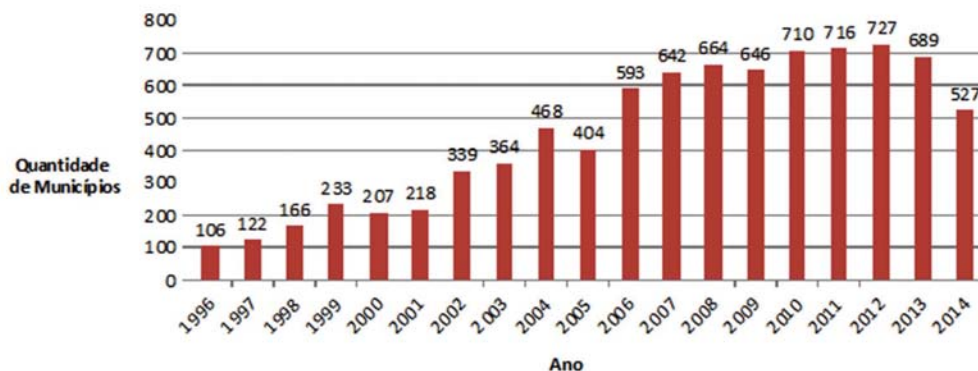


Gráfico 01: Quantidade de Municípios aderentes ao ICMS Patrimônio Cultural

Pela análise do Gráfico 01, nota-se a crescente participação dos municípios mineiros à política, com alguns detalhes a serem observados. Primeiramente, como já dito, a complexidade dos critérios adotados pelo IEPHA não impediu a adesão dos municípios. Mesmo após a Resolução 01/2000, quando os quadros para pontuação foram adotados, as novas regras não impediram o crescimento da participação. Depois, é preciso lembrar que nem todos os municípios que enviam a documentação são pontuados, o que pode ser visto na diferença entre participação e pontuação. Em seguida, observam-se alguns momentos em que há uma ligeira queda no número de municípios aderentes, normalmente de quatro em quatro anos, muito relacionada com as mudanças de governo municipal. Isso demonstra que as trocas nos mandatos políticos, quadriennais, influem na aprovação das políticas de preservação. Apesar da queda, no ano seguinte os municípios voltam a se recuperar, tendendo a ultrapassar o número do ano anterior à mudança de mandato. O único momento em que isso não ocorre é em 2014. Em 2013, como era esperado, segundo a tendência do gráfico, há uma diminuição da adesão. Em 2014 haveria a superação das adesões de 2012, o que não acontece. Ao contrário, ocorre uma queda, que provavelmente pode ser explicada por mudanças metodológicas na apuração da política de proteção e, conseqüentemente, formas distintas de avaliar as ações municipais. As deliberações relativas aos anos de 2014 e de 2015 obrigaram os municípios, via Fundo Municipal, a investir monetariamente nos bens protegidos, algo inédito já que, até então, ganhavam o repasse mas não o utilizavam propriamente nesses bens. Após 2013 cresceu também a diferença entre municípios participantes e pontuados, o que demonstra a dificuldade na adaptação das novas regras e, provavelmente, a pouca pontuação no Quadro VI (Fundo).

Outro aspecto a ser observado nos vinte anos de vigência da Lei é que o valor do repasse aos municípios sempre aumentou, como pode ser visto no Gráfico 02. Esse crescimento do valor não sofreu oscilações de acordo com as mudanças políticas, tendendo a superar a inflação. O ICMS se mostra, portanto, uma política que pode gerar rendas consideráveis para os municípios que a ela aderem.

⁷ARIMATEIA. Op. cit. p. 180.

⁸ARIMATEIA. Op. cit. p. 180.

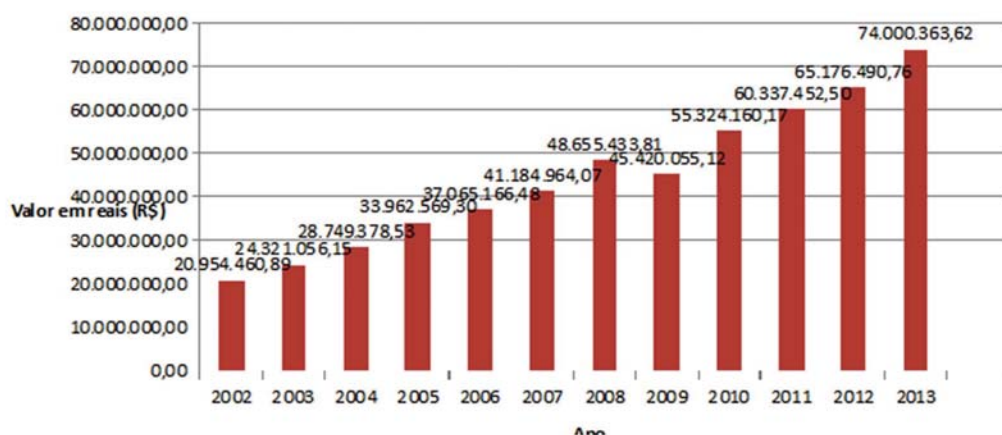


Gráfico 02: Total dos recursos concedidos aos municípios via ICMS Patrimônio Cultural
Fonte: IEPHA/MG.

A Tabela 01 mostra a pontuação dos municípios mais agraciados pela lei entre 1996 e 2003. O que se verificará, ao longo dos demais anos, é que tais municípios continuarão, geralmente, a ocupar o topo do ranking de pontuação e, conseqüentemente, de repasse. Apenas Belo Horizonte não estará mais na lista de mais pontuados a partir de 2002, ainda que tenha continuado a manter uma política de preservação atuante.

Município / Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Belo Horizonte	12	20	20	15	24	15	4,5	10,2
Catas Altas	-	12	15	17	20	20	16,25	20
Congonhas	9	18	18	15	15	12	12,56	14,95
Diamantina	2	20	23	23	20	23	11,11	6,9
Mariana	20	20	23	20	20	20	7,2	9,75
Ouro Preto	24	27	27	27	24	24	7,8	25,15
Sabará	13	17	17	16	17	16	10,74	9,05
Santa Bárbara	9	9	12	20	20	19	16,25	14,4
São João del Rei	16	16	16	16	16	16	4,8	11,35

Tabela 01: Municípios que mais pontuaram segundo o critério Patrimônio Cultural entre 1996 e 2003.
Fonte: IEPHA/MG.

As três tabelas a seguir mostram os municípios que mais receberam valores repassados pelo ICMS, inicialmente entre 2002 e 2005, depois entre 2006 e 2009 e, por fim, entre 2010 e 2014. A Tabela 02 mostra os valores repassados após a publicação da resolução 01/2000, que instituiu os quadros de pontuação e previu os critérios a serem pontuados nos anos 2002, 2003 e 2004. Nesse momento, mantêm-se os municípios mais pontuados no período anterior, com exceção de Belo Horizonte, e se vê a participação considerável de Araxá, Cataguases (que, em 2004, ultrapassa todos os outros), Conceição do Mato Dentro, Juiz de Fora, Pedra Azul e Tiradentes. Algumas cidades com tradição de preservação apresentam baixas (Mariana, Ouro Preto e São João del Rei, em 2002; Diamantina, Mariana e Sabará em 2003; Ouro Preto, Sabará e Tiradentes em 2005; e Santa Bárbara em 2005), mas continuam a receber consideráveis recursos. Em compensação há o destaque de outros municípios: em 2002, Santa Luzia, Matozinhos e Bonfim; em 2003, Jequitinhonha, Caxambu, Serro e Ouro Branco; em 2004, Araçuaí, Caxambu e Serro e; em 2005, Itabira, Poços de Caldas, Couto de Magalhães e Matozinhos. São João del Rei e Pedra Azul, em 2005, caem de posição, ficando atrás de Jequitinhonha.

Município/Ano	2002	2003	2004	2005
Araxá	282.319,40 (6)	250.867,40 (8)	244.922,88 (8)	216.665,29
Cataguases	293.173,07 (4)	261.403,33 (7)	415.758,13 (1)	504.920,81 (4)
Catas Altas	361.840,46 (2)	394.809,35 (2)	297.957,24 (5)	416.788,42 (6)
Conceição Mato Dentro	211.934,02 (13)	363.091,10 (3)	258.309,57 (7)	356.441,41 (8)
Congonhas	291.449,67 (5)	301.112,12 (4)	364.421,23 (2)	500.446,76 (5)
Diamantina	263.611,26 (8)	142.300,19	333.028,32 (4)	557.805,26 (2)
Juiz de Fora	232.241,25 (10)	184.312,04	216.744,14 (12)	250.486,35 (14)
Mariana	173.226,10	195.757,05	345.523,02 (3)	562.072,78 (1)
Pedra Azul	225.167,69 (12)	296.398,57 (5)	219.788,83 (11)	242.402,26
Ouro Preto	188.755,73	498.210,57 (1)	176.760,82	556.095,98 (3)
Sabará	251.908,47 (9)	175.475,73	191.111,12	361.123,06 (7)
Santa Bárbara	378.704,33 (1)	280.579,75 (6)	279.067,56 (6)	220.133,56
São João del Rei	116.734,57	225.639,64 (11)	242.196,51 (10)	249.724,74
Tiradentes	323.961,39 (3)	247.340,48 (9)	177.051,47	307.957,56 (9)

Tabela 02: Municípios que mais receberam recursos do ICMS segundo o critério Patrimônio Cultural entre 2002 e 2004, com os valores recebidos e a classificação.

Fonte: Fundação João Pinheiro.

Ampliando um pouco mais a atuação dos principais municípios no período seguinte, pode-se perceber, pela Tabela 03, uma continuidade da tendência do período anterior, com algumas cidades saindo do topo do *ranking* (Araxá e Pedra Azul não mais voltarão) e outras atingindo com proximidade as mais contempladas. Entram na lista Barão de Cocais, Buenópolis, Caeté, Itabirito, Santa Luzia e Serro, com recebimento de recursos próximos às mais pontuadas (Ouro Preto, Mariana – que se recupera em 2007 – e Santa Bárbara). Se posicionam no topo, em alguns momentos: Araguari, Matozinhos, Itamarandiba e Jequitinhonha (2006); Couto de Magalhães e Piranga (2007); Belo Horizonte e Piranga (2008) e; Belo Horizonte e Pedra Azul (2009).

A Tabela 04 mostra o montante recebido pelos catorze municípios mais pontuados depois da adoção da Lei 80.030 e da Deliberação 01/2009, quando novos critérios como o Registro, o Inventário e Fundo são instituídos. Nesse período, o *ranking* muda muito pouco, como é possível observar a seguir:

Município/Ano	2006	2007	2008	2009
Barão de Cocais	164.685,92	203.210,48	273.348,28 (15)	237.077,00 (15)
Buenópolis	206.923,66 (18)	215.232,15 (17)	178.295,09	222.826,92 (16)
Caeté	243.763,17 (11)	215.431,12 (16)	209.728,79	201.424,46 (18)
Cataguases	272.129,72 (7)	225.687,14 (13)	302.463,99 (12)	263.562,68 (10)
Catas Altas	372.488,11 (5)	234.654,89 (12)	337.966,04 (8)	260.226,19 (11)
Conceição Mato Dentro	469.275,23 (1)	123.010,42	403.549,56 (5)	327.816,78 (5)
Congonhas	410.365,34 (2)	288.809,92 (8)	372.063,91 (6)	320.753,31 (6)
Diamantina	231.356,10 (14)	409.256,07 (4)	419.365,28 (4)	409.791,47 (4)
Itabirito	206.439,89	220.290,60 (14)	257.305,38 (16)	256.450,03 (13)
Juiz de Fora	253.760,87 (9)	338.568,11 (5)	299.755,48 (13)	257.996,87 (12)
Mariana	235.118,39 (13)	560.236,63 (1)	518.411,73 (2)	501.804,51 (2)
Ouro Preto	388.301,10 (3)	484.281,22 (2)	558.339,18 (1)	529.726,56 (1)
Sabará	301.151,85 (6)	279.802,35 (10)	307.546,11 (11)	264.970,00 (9)
Santa Bárbara	203.123,27	439.467,09 (3)	421.115,75 (3)	432.013,90 (3)
Santa Luzia	251.026,69 (10)	287.974,37 (9)	257.344,93 (14)	237.077,93 (14)
São João del Rei	375.200,02 (4)	313.922,76 (7)	315.759,88 (9)	199.742,01
Serro	206.789,98	321.458,08 (6)	312.574,34 (10)	306.641,53 (8)
Tiradentes	227.959,46 (15)	240.633,46 (11)	244.501,75 (17)	168.926,82

Tabela 03: Municípios que mais receberam recursos do ICMS segundo o critério Patrimônio Cultural entre 2006 e 2009, com os valores recebidos e a classificação.

Fonte: Fundação João Pinheiro

Apenas cinco municípios alcançam os de pontuação mais alta do período anterior: Belo Horizonte e Serro, em 2011; Serro, Itabirito, Prados e Belo Horizonte em 2013 e; Capelinha em 2014. Cataguases, Itabirito, Serro e Tiradentes, no topo no período anterior, perdem suas posições, saindo da lista. Os três primeiros lugares em termos de repasse ficam exclusivamente com Mariana, Ouro Preto e Santa Bárbara. As duas primeiras, em 2014, recebem cada uma mais de um milhão de reais para o investimento, enquanto Santa Bárbara chega muito próximo a atingir também a mesma quantia. As demais da lista recebem mais de meio milhão em recursos vindos do quesito no mesmo ano. Apenas Diamantina desce da lista das mais bem colocadas, sofrendo uma espécie de estagnação nos valores a partir de 2011. O aumento considerável dos recursos em relação ao ano anterior pode ser explicado pela diminuição dos municípios participantes, o que ocasionou maior recurso para os municípios que continuaram a participar, uma vez que o repasse é dado proporcionalmente ao número de participantes.

Município/Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Barão de Cocais	276.626,99 (15)	205.309,65 (15)	228.969,85 (12)	286.090,24 (10)	624.064,29 (5)
Buenópolis	245.964,10 (18)	206.985,36 (14)	233.959,41 (10)	284.841,69 (11)	514.395,09 (11)
Caeté	261.140,74 (17)	167.731,08	226.600,17 (13)	348.026,45 (6)	603.020,47 (6)
Catas Altas	353.238,09 (9)	290.745,61 (5)	264.220,11 (8)	335.998,47 (7)	596.060,93 (7)
Conceição Mato Dentro	382.672,96 (5)	257.992,77 (8)	256.489,01 (9)	206.344,38	585.657,13 (8)
Congonhas	353.564,02 (7)	245.011,90 (9)	274.300,91 (7)	288.133,26 (9)	527.193,37 (10)
Diamantina	462.660,27 (4)	332.434,47 (4)	335.252,57 (4)	251.274,05	371.802,47
Juiz de Fora	292.037,51 (13)	237.392,98 (11)	230.562,42 (11)	298.227,91 (8)	511.336,31 (12)
Mariana	614.592,65 (1)	473.114,67 (1)	566.502,93 (1)	387.295,91 (3)	1.196.138,39 (1)
Ouro Preto	584.149,49 (2)	442.781,82 (2)	480.244,20 (2)	662.283,43 (1)	1.187.467,38 (2)
Sabará	292.076,07 (12)	261.637,24 (7)	280.468,61 (6)	68.477	505.638,23 (14)
Santa Bárbara	522.436,29 (3)	378.459,67 (3)	385.197,93 (3)	514.503,43 (2)	993.365,47 (3)
Santa Luzia	261.331,11 (16)	239.536,69 (10)	222.895,53 (14)	267.554,02 (14)	533.830,12 (9)
São João del Rei	360.558,35 (6)	274.325,63 (6)	282.408,89 (5)	172.572,09	701.586,53 (4)

Tabela 04: Municípios que mais receberam recursos do ICMS segundo o critério Patrimônio Cultural entre 2010 e 2014, com os valores recebidos e a classificação.

Fonte: Fundação João Pinheiro

Por fim, a Tabela 05 exibe a pontuação detalhada dos municípios que mais pontuaram em 2014 (e estão a receber os recursos em 2015). Sete municípios que se encontravam em posição privilegiada em termos de recebimento de recursos no período anterior saíram do topo da lista. Buenópolis caiu para a 15ª posição. Congonhas pontuou razoavelmente. Catas Altas não comprovou ter o Conselho Municipal atuante, sendo pontuado apenas no quadro I (PCL). Os demais perderam posição por não pontuarem em vários quadros: Juiz de Fora não tem notas nos quadros II, IV e VI; Sabará não pontua no II e tem notas ruins no I, IV e V; Santa Luzia perde, principalmente, nos quadros IV e V e; São João del Rei não pontua bem no II, IV e V. Além disso, essas cidades perdem muitos pontos no quesito tombamento, item avaliado de duas formas: 30% sobre processos e/ou laudos e; 70% proporcional à pontuação do Fundo (Quadro IV). Ou seja, todos esses municípios pontuam mal ou não pontuam no quadro IV, o que desvaloriza em 70% os tombamentos ou laudos que apresentam. O mesmo motivo faz com que Mariana, quase sempre em primeiro lugar, caia para a quinta posição, e Diamantina, normalmente ocupando a quarta posição, passe ao sétimo lugar. As duas cidades recebem 0,20 no Quadro IV, o que desvaloriza a grande pontuação que podem ganhar com tombamentos.

Município/ Quadro e valor	I (4) PCL	II (2) Inventário	III Tombamento	IV (3) Fundo	V (2) Educação Patrimonial	VI (2) Registro	Conselho	Total
Ouro Preto	3,50	0,00	36,00	3,00	0,00	2,00	1	44,50
Santa Bárbara	3,70	2,00	31,00	3,00	2,00	2,00	1	43,70
Conceição Mato Dentro	2,05	0,00	21,28	2,86	1,20	2,00	1	29,39
Barão de Cocais	3,60	2,00	15,00	3,00	2,00	2,00	1	27,60
Mariana	2,70	2,00	18,03	0,20	0,20	2,00	1	25,13
Caeté	3,20	2,00	11,82	1,88	1,20	2,00	1	22,10
Diamantina	3,80	2,00	10,05	0,20	2,00	2,00	1	20,05
Santana dos Montes	3,85	2,00	7,96	2,98	1,20	2,00	1	19,99
Pitangui	3,10	2,00	8,00	3,00	1,20	0,00	1	17,30
Cordisburgo	3,40	2,00	5,73	2,81	1,20	2,00	1	17,14
Engenheiro Caldas	3,80	2,00	3,98	2,98	2,00	2,00	1	16,76
Prados	3,20	2,00	6,89	1,40	1,20	2,00	1	16,69
Patos de Minas	3,70	2,00	3,90	2,89	2,00	2,00	1	16,49
São Sebastião Paraíso	3,70	2,00	5,03	2,31	1,20	2,00	1	16,24

Tabela 05: Pontuação por quadros dos municípios que mais receberam recursos do ICMS segundo o critério Patrimônio Cultural em 2014

Fonte: IEPHA/MG

Por outro lado, municípios que nunca haviam pontuado de forma expressiva sobem para o topo da lista. É o caso de Santana dos Montes, Pitangui, Cordisburgo, Engenheiro Caldas, Prados, Patos de Minas e São Sebastião do Paraíso. Apesar de não terem muitos tombamentos (item que mais possibilita pontuação), tais municípios são pontuados nos demais quesitos, muitas vezes em sua totalidade de valores, e também conseguiram obter boa pontuação no Fundo, o que valorizou os poucos tombamentos que possuem.

Percebe-se, portanto, que o tombamento é ainda o item que mais concede pontuação, não havendo um valor máximo a ser estipulado para o mesmo. Além da diferença entre os graus federal/estadual e municipal, os tombamentos são avaliados qualitativamente, segundo seu tamanho (em área medida em hectares) ou o tamanho do município (número de habitantes) ou quantitativamente (no caso de bens imóveis e móveis). Agora, no entanto, eles estão relacionados com o Fundo Municipal que, se não bem pontuado, os desvaloriza. Por sua vez, os registros são pontuados apenas quantitativamente, de cinco em cinco, podendo alcançar no máximo 6 pontos, também vinculados aos investimentos. A pontuação dos demais quadros alcança o total máximo de onze pontos. Apesar de manter parte do caráter tradicional da preservação ditado pela lei, o IEPHA se esforçou para que os municípios atuassem durante todo o ano na preservação e o fizessem de forma global, aliando tombamentos, recursos e a atuação constante do conselho, entre outros.

É notável a adesão dos municípios mineiros à política de preservação fomentada pela Lei Robin Hood. Segundo Karine de Arimateia, isso pode ser explicado pelo fato de que “o governo estadual instituiu um programa que ofereceu uma estrutura de incentivos favorável à adesão, o que se revela no amplo alcance da municipalização dessa política.” O motivo da descendência em 2014 pode ser conjuntural, relacionado à não adaptação às novas regras, mas também pode indicar também um novo período, não mais de aumento do número de participantes, mas de manutenção dessa participação. Ou seja, depois de um longo período de crescimento da adesão, resta aos municípios aderentes se adaptarem a novas regras e manterem a política de preservação em funcionamento.

A preservação e os agentes envolvidos: poder público, comunidade e iniciativa privada

O argumento mais usualmente utilizado para apoiar as políticas de municipalização no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural afirma que ele é melhor protegido pela instância político-administrativa que dele está mais próxima. A municipalização contribui, sem dúvida, para isso. No entanto, ela por si só não garante um real envolvimento da comunidade local nas ações. Assim, há que se analisar, ainda, outros aspectos relativos ao envolvimento das comunidades com seus patrimônios e a dinâmica de trabalho estabelecida pela Lei Robin Hood e as Deliberações Normativas do IEPHA.

A Lei Robin Hood aqueceu a demanda pelo trabalho dos profissionais que atuam na preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais. Desde a criação da legislação, aos cargos tradicionais ligados à área do patrimônio em Minas Gerais, praticamente exclusivos de órgãos públicos como o IEPHA e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), somaram-se outros, ligados à iniciativa privada e às prefeituras. O próprio IEPHA passou a necessitar de uma equipe para analisar a documentação e fomentar a nova política patrimonial em seus inúmeros aspectos, principalmente no que se refere à avaliação da documentação, atividade que se estende por quase a metade do ano.

Com relação à iniciativa pública, a legislação determina a criação de um setor na administração municipal composto de, no mínimo, dois funcionários para a condução da política. Surge, então, a atuação de membros de conselhos consultivos, deliberativos, normativos e fiscalizadores, além de assessorias em atividades ligadas a gestão do patrimônio cultural, dentre outras possibilidades. Não havendo exigência de uma secretaria de cultura nos municípios, o que acarreta mais custos (e a maioria deles não possui, conforme dados do IBGE), os funcionários são, normalmente, emprestados de uma secretaria já existente. Ou seja, em sua maioria, os profissionais não atuam propriamente com o patrimônio cultural, sendo alocados para ações nessa área quando necessário.

A alta complexidade nas regras adotadas pelo IEPHA demanda a atuação de profissionais especializados para a preservação. No entanto, a maior parte dos municípios não possui, em seu quadro administrativo, historiadores, arquitetos, geólogos e outros trabalhadores que podem dar conta da complexa demanda exigida. O que mais ocorre, portanto, é a contratação de empresas privadas para realizar os procedimentos. Analisando a dinâmica de pontuação do ICMS, Marcelo Murta já notava, em 2009, a abertura de um filão de trabalho a empresas de consultoria da área de patrimônio cultural.

A título de exemplo, nos trabalhos apresentados no ano de 2005 para o exercício de 2006, num universo de 570 municípios que participaram do processo, 74% (421 municípios) contrataram alguma empresa ou algum consultor autônomo, contra 26% (149 municípios) de municípios cuja equipe interna desempenhou os trabalhos. No mesmo ano, três empresas consultoras desenvolveram os trabalhos de 112 municípios, ou seja, aproximadamente um quinto do total.⁹

Segundo Murta, “chegamos a um contexto de consultorias técnicas com interesses econômicos (...) visando o repasse das verbas às prefeituras. O *know how* do trabalho com o patrimônio é mantido pelas empresas, que procuram manter os contratos.” Tal situação desestimula a capacitação e formação técnica da população local, uma vez que “o interesse, tanto dos municípios quanto daqueles que executam os trabalhos, é de ordem econômica”. Ocorre a perda do “ideário de conservação e preservação baseada em aspectos identitários locais para se direcionar a uma incauta busca por expressiva pontuação que representa necessariamente maior repasse de verbas.”¹⁰

É possível dizer que a mercantilização dos processos de proteção do patrimônio apontada pelo autor permanece até hoje e os tombamentos, inventários e registros “tornam-se produtos ou serviços vendidos pelas empresas aos municípios” que trarão um “retorno garantido para o próximo exercício”. Murta é categórico em suas afirmações:

⁹MURTA. ICMS Cultural: atores e problemas. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Regional de História; Villalta, Baggio, Furtado (Orgs.) Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008. p. 7.

¹⁰MURTA. ICMS Cultural: atores e problemas. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Regional de História; Villalta, Baggio, Furtado (Orgs.) Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008. p. 7.

Os argumentos de descentralização e potencialização das participações e deliberações locais perdem parte de seu sentido quando observamos que os conselhos municipais têm menor influência sobre as decisões locais. As propostas das empresas para o tratamento do patrimônio local ganham relevância dadas as possibilidades de ampliação da receita dos municípios. Muitos em situação paupérrima, não têm como desenvolver suas próprias políticas de forma autônoma e veem na contratação das empresas consultoras um meio mais objetivo de incrementar seus orçamentos. Há, finalmente, um descompasso entre as possíveis articulações de tratamento devido ao patrimônio cultural. Não se observa um tratamento conservacionista ou monumentalista, nem tampouco tradicional substancialista ou participacionista. O que há muitas vezes são definições arbitrárias de bens culturais a serem protegidos, tendo em vista tão somente o futuro repasse de verbas.¹¹

A permanência da participação da iniciativa privada no processo de preservação do patrimônio pode ser vislumbrada atualmente. O IEPHA não possui a sistematização desses dados, mas ainda assim é possível perceber que a proporção de municípios que possui equipe própria é menor que a dos que contratam empresas de consultoria.

Nas prefeituras e empresas privadas, os profissionais mais demandados são, ainda, o historiador e o arquiteto que, muitas vezes devem atuar em conjunto, dado o caráter interdisciplinar do trabalho. Tombamentos, registros e fichas de inventário requerem, para um melhor resultado, a atuação de uma equipe de profissionais que contribuem com metodologias específicas de suas áreas às análises. No entanto, ocorre, com frequência, a atuação de profissionais isolados e não em equipes interdisciplinares. No caso dos registros, por exemplo, o historiador normalmente deve dominar também conhecimentos em arqueologia, sociologia, antropologia, ciências sociais, música, fotografia, revisão textual, dentre outros, dependendo do caso, tornando-se uma espécie de “faz tudo” para suprir a falta de profissionais dessas áreas, normalmente não contratados pelas empresas.

A mercantilização gera também um tempo muito curto para realização de inventários, tombamentos ou registros, com a tendência de o trabalho se concentrar nos últimos meses do ano e a equipe visitar o município apenas uma vez, de forma rápida, para realizar as tarefas. Não há, portanto, nesse caso, um real envolvimento de quem apresenta o trabalho para o IEPHA com a comunidade, criando-se mecanismos de proteção descolados da realidade local.

Outro aspecto a ser observado é que, apesar da grande especialização exigida pelas empresas de consultoria, há uma desvalorização de títulos, por exemplo, no que se refere à questão salarial. Cursos de especialização, mestrado ou doutorado são normalmente requisitados pelas empresas para contratação de pessoal, mas não são levados em conta para um melhor pagamento dos profissionais. Tais cursos, mesmo que diretamente ligados à área do patrimônio, são necessidades a serem custeadas pelos próprios profissionais.

Segundo Karine de Arimatéia, as empresas especializadas em patrimônio cultural para implementar a política “proliferaram desde a promulgação da lei, e a concorrência acirrada tem resultado em preços de consultoria cada vez mais baixos.”¹² Ou seja, apesar da grande especialização requerida pelo trabalho de historiadores, arquitetos e outros profissionais, os provimentos são baixos e os profissionais não têm nenhuma espécie de proteção sindical, trabalhando, normalmente, via contratação e não com a carteira de trabalho assinada.

¹¹MURTA. ICMS Cultural: atores e problemas. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Regional de História; Villalta, Baggio, Furtado (Orgs.) Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008, p. 8.

¹²ARIMATEIA. Op. cit. p. 185.

Não necessariamente, portanto, a municipalização envolve a comunidade nas ações de fruição e preservação do patrimônio local. A dinâmica pode ainda continuar a ser desenvolvida exclusivamente via poder público (municipal) e iniciativa privada, sem que ocorra um cenário realmente participacionista. Talvez seja esse o aspecto em que a Lei Robin Hood e o IEPHA, através de suas deliberações, menos avançaram nos últimos vinte anos: há grande avanço no que diz respeito aos bens protegidos mas não tão grande assim com relação aos agentes envolvidos na fruição e preservação desses bens.

Considerações finais

Desde que o Governo Estadual implantou a Lei Robin Hood, houve um aumento das ações para proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais. A lei não apenas propiciou aos municípios que investem em ações de preservação e promoção do patrimônio um incremento orçamentário, como fez surgir uma demanda nesses mesmos municípios por profissionais capazes de interpretar e proteger esse patrimônio. O tempo decorrido desde a aprovação da lei, de vinte anos, já nos possibilita avaliar seu impacto tanto no órgão fiscalizador quanto nos municípios e no mercado de trabalho.

O exemplo pioneiro e único de Minas Gerais, não acompanhado por nenhum outro estado da União, possui inegável adesão dos municípios, o que demonstra a eficiência da legislação no que diz respeito à intenção de municipalização das políticas de preservação. Segundo Karine de Arimatéia, com a promulgação da Lei Robin Hood, “municípios que sequer discutiam em suas agendas políticas de proteção ao patrimônio cultural se viram compelidos a repensar e pesquisar sobre o tema em função do recurso disponível para esse fim.” São dignos de observação a criação de inúmeros conselhos do Patrimônio, a conscientização sobre a importância da educação patrimonial como prevenção à descaracterização do patrimônio e o acúmulo de uma grande produção textual sobre os municípios mineiros, dentre outros. A lei contribuiu para mudanças no paradigma da preservação ao proporcionar a participação de agentes distintos da iniciativa pública nas ações de preservação.

Alguns pontos, entretanto, ainda devem ser ressaltados. Se partirmos das considerações sobre os paradigmas de preservação desenvolvidas por Leonardo Castriota e Nestor García Canclini, percebemos que a municipalização não traz necessariamente uma real mudança nas políticas de proteção do patrimônio no que se refere ao envolvimento da população local nas políticas de preservação. Ainda é possível ocorrer situações em que o poder público (dessa vez municipal) e empresas privadas cuidam de aspectos relativos ao patrimônio, sem que a comunidade seja realmente envolvida no processo. Ainda que o poder público perca seu papel negativo no processo, “de apenas impôr restrições à descaracterização”, passando a “articular projetos de desenvolvimento” – trata-se de pensar numa atuação constante do estado, e daí a o trabalho regular do setor de patrimônio e do conselho municipal. Por fim, predomina ainda um paradigma mercantilista no que diz respeito à atuação, em que municípios e empresas privadas se interessam pelas ações de preservação primeiramente pelo viés monetário.

Bibliografia

- ARIMATEIA, Karine. O ICMS cultural como estratégia de indução para a descentralização de políticas de patrimônio cultural. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p. 165-201, jan./jun. 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CANCLINI, Nestor García. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994, p. 91-111.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set./dez. 2007.
- CURY, Isabella (org). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: Iphan, 1995.
- MINAS GERAIS. Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, e dá outras providências.
- MINAS GERAIS. Lei nº 12.428, de 27 de dezembro de 1996, que altera a Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, e dá outras pro-

vidências.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios.

MINAS GERAIS. Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios.

MURTA, Marcelo Lages. ICMS Cultural: atores e problemas. In: Anais Eletrônicos do XVI Encontro Regional de História; Luiz Carlos Villalta, Kátia Gerab Baggio, João Pinto Furtado (Orgs.) Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.

SIMÃO, M. C. R. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.